



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PATRICIA MAIA VON FLACH**

**EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO SOCIAL E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA  
*ENTRE* TRABALHADORES E GENTE DE RUA (USUÁRIOS DE ÁLCOOL E  
OUTRAS DROGAS), NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS  
– SALVADOR-BAHIA**

**SALVADOR  
2019**

PATRICIA MAIA VON FLACH

**EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO SOCIAL E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA  
ENTRE TRABALHADORES E GENTE DE RUA (USUÁRIOS DE ÁLCOOL E  
OUTRAS DROGAS), NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS  
– SALVADOR-BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva (área de concentração Ciências Sociais)

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Co-orientador: Prof. Dr. Antonio Nery Filho

SALVADOR  
2019

Revisão e Formatação: Vanda Bastos

Ficha Catalográfica  
Elaboração Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

---

V945e Von Flach, Patrícia Maia.

Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia / Patrícia Maia Von Flach. -- Salvador: P.M. Von Flach, 2019.

327 f.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de O. Nunes de Torrenté.  
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Nery Filho.

Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Sofrimento Social. 2. Trabalhadores de Rua. 3. Pessoas em Situação de Rua. 4. Movimentos de Resistência. 5. Sociologia Reflexiva. I. Título.

CDU 364

---



Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Saúde Coletiva – ISC  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

PATRICIA MAIA VON FLACH

**Experiências de Sofrimento Social e Movimentos de Resistência entre Trabalhadores e Gente de Rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia.**

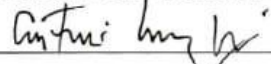
A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a tese, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde da Universidade Federal da Bahia.

**Data de defesa:** 17 de abril de 2019.

**Banca Examinadora:**



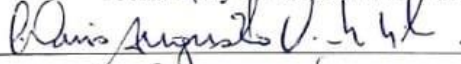
Profª. Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté - Orientadora - ISC/UFBA



Prof. Antonio Nery Alves Filho – Coorientador – FAMEB/UFBA



Profª. Leny Alves Bomfim Trad – ISC/UFBA



Prof. Luís Augusto Vasconcelos da Silva – IHAC/UFBA



Profª. Monica Angelim Gomes de Lima – FAMEB/UFBA



Prof. Leon de Souza Lobo Garcia – USP

**Salvador  
2019**

*A Sheila Maloca, representando a “gente de rua”,  
com carinho e admiração*

## AGRADECIMENTOS

Muito em breve farei 50 anos. Agradeço a todas as pessoas que encontrei na vida e que me fizeram “doutora”. Devo dizer que nesse momento é menos o título que me importa, mas a pessoa que me tornei após essa intensa experiência marcada pela auto reflexividade. Cada convivência, na minha trajetória social e, especialmente, nestes anos de estudo, apontava um caminho e uma potência, não por acaso. Agradecerei, aqui, alguns bons encontros importantes para este momento. E que me perdoem os familiares e amigos queridos não mencionados, mas que também estão no meu coração e compõem a minha história...

Aos meus avós maternos, a minha mãe, sempre presente, apoiando e apostando nos filhos, aos meus queridos e companheiros irmãos, Vânia e Fabio Flach e, especialmente, a meu pai, Paulo Flach – que teria muito orgulho de mim se estivesse vivo –, por toda a alegria amorosa que trago comigo e levo pelos caminhos da vida, especialmente nas ruas: “[...] alegria é a melhor coisa que existe, é assim como luz no coração”.

A minha madrinha-babá “Chiquinha”, uma mulher forte que me protegia e amava incondicionalmente. Tenho muita gratidão a ela por ter me mostrado os efeitos e a potência do cuidado.

Os “meninos de rua da Pituba”, quando eu também ainda era menina, me mostraram a beleza deles e da rua. Nesta época, não conheci o lado triste das suas vidas. Entraram na minha casa e me levaram à casa deles. Compartilhamos sonhos que, injustamente, apenas eu realizei. A eles, agradeço esse desejo enorme de lutar por justiça para que outros meninos, não mais de rua, tenham o direito de sonhar seus sonhos e realizá-los.

Meus filhos Victor, Paula e Lucas iluminam o meu viver. É tanto amor que inunda a alma! Peço desculpas pelos tempos roubados, nas noites e nos finais de semana, especialmente, a Lucas, hoje com 10 anos e que sempre me perguntava, impacientemente, quando eu ia acabar de escrever “meu livro”. Sou muito grata a eles por me oportunizarem essa experiência sublime de ser mãe.

Ao meu companheiro, José Janilson, meu amor e respeito por ter me apoiado até aqui. Sei que teve que trabalhar mais, dentro e fora de casa, para eu estudar; sei que ficou só em muitos momentos enquanto eu trabalhava na tese; sei dos muitos sacrifícios que fizemos nestes anos. Amorosamente, obrigado!

A Edna Amado, Vilênia Gomes, Eliana Nascimento e a todas as minhas colegas assistentes sociais do Hospital Juliano Moreira, agradeço por terem me ajudado a tirar as vendas que não me permitiam olhar criticamente a realidade social e a ordem das coisas. Com elas e com os “loucos” queridos que encontrei pela vida, aprendi a lutar a luta antimanicomial e outras tantas “boas lutas”.

O encontro com o Prof. Antonio Nery Filho, no curso de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa foi, de certo modo, revolucionário. Com ele, retornei às ruas de Salvador e aos encontros com a gente de rua. Ele me fez acreditar que eu podia coordenar equipes, criar serviços, ser “mestre”, “doutora” e, até, locutora de rádio, em vez de ser apenas uma “boa

trabalhadora” como estava inscrito na minha história familiar. Ele se tornou meu melhor e querido amigo e um pouco pai. As nossas conversas intensas e instigantes, cheias de sonhos e de uma insistência em não desistir, estão todas refletidas aqui, nesta tese. Minha eterna gratidão e carinho por você, Nery.

Todo o meu reconhecimento ao CETAD/UFBA – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, criado e coordenado pelo Prof. Antonio Nery Filho durante 28 anos, no qual fui trabalhar em 2004, permanecendo até recentemente. Esta instituição me instigou a aprender, a criar e a ousar!

No ISC, encontrei funcionários e professores admiráveis, eternos mestres. Através deles, agradeço a todas/os que fizeram parte da minha formação: Jairnilson Paim, meu orientador no mestrado, tão querido; Maria Guadalupe Medina, professora brilhante e corajosa, tornada afetuosamente amiga; Leny Trad, que tanto me ajudou no Projeto de Doutorado, com sua inteligência e vivacidade; Anunciação Dias, pela agilidade e afetuosa disponibilidade em resolver as pequenas “burocracias” institucionais que atormentam todo discente; os colegas/companheiros do doutorado George Amaral Santos, Alder Mourão de Sousa, Adroaldo Belens e, especialmente, Camila Andrade.

Agradeço também aos professores Litza Cunha e Edward MacRae pelas contribuições na banca de qualificação do Projeto da Tese e aos professores Leon Garcia, Mônica Angelim, Luís Augusto Vasconcelos e Leny Trad, por estarem comigo neste momento tão importante da minha vida: a Defesa da Tese. Sinto-me muito honrada com a presença de vocês.

Minha querida orientadora conheci muito antes, nas lutas antimanicomiais e no trabalho como tutora na Residência Multiprofissional em Saúde Mental do ISC, coordenada por ela. Este trabalho me oportunizou “encontrar” com professores/as-tutores/as, hoje amigas/os queridas/os – Maurice de Torrenté, Vladia Jucá, Cláudia Miranda, Maria Thereza Ávila, Suely Galvão, Carolina Pinheiro – e, também, encontrar muitas residentes, hoje trabalhadoras do SUS, com quem tive e tenho a honra de conviver profissionalmente. A Mônica Nunes, toda a minha gratidão e admiração pela pessoa linda e professora competente e militante que ela é e por ter acreditado em mim, me acolhendo como sua orientanda.

A Vanda Bastos, a “revisora” desta tese e de outros trabalhos que escrevi, meu carinho e reconhecimento. Não nos conhecemos pessoalmente, mas, sem ela, não seria possível “entregar” este texto. O trabalho dela não é apenas muito profissional é delicadamente amoroso.

A Isaac Santos, amigo e militante da luta antimanicomial, por ter disponibilizado, afetuosamente, a música “O Castelo, a Rua”, que consta no início da tese. Todo o meu respeito por sua inteligência e resistência.

À Defensora Fabiana Miranda, que me acolheu no Núcleo Pop Rua e me presenteou com a equipe “Pop Rua em Movimento” composta por meus queridos colegas trabalhadores de rua, Lucas Sampaio, Juliana Outeiro e Zudiane Coelho, com o apoio e a organização competente da nossa administradora, Cristina Veloso. Muito carinho e gratidão por vocês fazerem parte

da minha vida, por sermos uma equipe solidária, honesta e ética nas nossas relações profissionais e de amizade.

Aos colegas trabalhadores de rua do primeiro CAPS ad de Salvador, do Ponto de Encontro e do Ponto de Cidadania, alguns com os quais convivo afetuosamente até hoje, outros que encontro nas itinerâncias pelas ruas e outros, ainda, que guardo com carinho no coração, o meu reconhecimento e a minha admiração para todos eles e, especialmente, para os amigos: Cristina Gomes, Zuneide Dantas, Luceny Vilela, Dilmar Marinho, Patricia Rachel, Diana Paim, Gisele Falcão, Andrea Leite, Francine Melo, Adriana Prates, Elaine Nunes, Aíra Souza, Fernanda Barreto, Mabel Jansen, Luana Malheiro, Amanda Marques, Gabriel Pamponet, Sara Nascimento, Edmundo Pontes, Francisco Cunha, Natalia Gonçalves, Anselmo Santos, Sergio Pinho, Antônia Maria da Silva, Dayane França.

Aos amigos da vida: “professores”, “intercambiantes” e “militantes”, obrigada pelos sonhos e lutas compartilhados. Do encontro com cada um de vocês, em momentos e lugares diversos, carregando histórias e lembranças que me iluminam os caminhos e aquecem o coração me conduzindo generosamente até aqui: Alessandra Tranquilli, Victor Brandão, Renata Pimentel, Celia Baqueiro, João Sampaio, Angelita Menezes, Luciana França, Gustavo Ban, Fernanda Vidal, Daniela Schneider.

Aos trabalhadores dos Consultórios na Rua de Salvador, toda a minha gratidão por terem me acolhido tão carinhosamente e confiado em mim como pesquisadora, revelando seus sofrimentos e vicissitudes, mas, também, pelas saídas emancipatórias construídas coletivamente e heroicamente: Fernando Meira, Joao Gabriel Suzart, Luciane Chaves, Patricia Landim, Patricia Moura, Renata Sanjuan, Rosangela Lopes, Alane Costa, Ruy Menezes, Sandra Carvalho e especialmente a Lua Dultra, pela generosa disponibilidade ao cuidado.

Aos trabalhadores do Programa Corra pro Abraço, especialmente a Jamile Carvalho, por compartilharem comigo os espaços da rua com toda alegria, técnica e militância que caracterizam suas intervenções nas diversas modalidades de atuação do programa.

Agradeço, imensamente, ao Movimento de População de Rua da Bahia, especialmente ao Núcleo de Feira de Santana, na representação de Edcarlos Venâncio Cerqueira, Josenilson dos Santos e Diane Carla Almeida, que me receberam na sua cidade e compartilharam comigo suas histórias de resistência no Movimento, desde os tempos da admirável mulher e eterna líder, Maria Lúcia Santos Pereira da Silva (*in memoriam*).

Minha eterna gratidão a toda a gente de rua que me acolheu, protegeu e compartilhou suas histórias de sofrimentos e alegrias. Não tenho autorização para compartilhar seus nomes, mas, em nome de “Sheila Maloca”, tão querida por mim e por eles, agradeço e dedico-lhes este texto.

|



## O CASTELO A RUA

Letra: Isaac Santos

Música: Mc Santos

Realidade nua e crua  
Situação de rua  
Realidade nua e crua  
Realidade nua e crua  
Situação de rua  
Realidade nua e crua  
Escuta.

Desigualdade social  
O teto, a lua  
Seu castelo, a rua  
Madrugada fria  
Obscura sombria  
Exposto ao tempo  
À violência, ao relento  
À sorte, ao sofrimento  
Vai vendo no centro  
Na calçada amanhecendo  
Salvador, Barroquinha  
Pela porco não é pouco  
Aquidabã, comércio  
Praça das mãos  
Vários irmãos

Piedade, centro da cidade  
Sinaleira, reciclagem  
Mochila no ombro  
Seu pertence, seu patrimônio  
Correria, dia a dia, sobrevivência  
Café, almoço, jantar  
Higiene pessoal, mental, corporal  
Sem documento  
Invisível no momento  
Chovendo no relento  
Não é banheiro nem chuveiro  
Na calçada amanhecendo  
Realidade apresento

Lhe apresento  
Realidade nua e crua  
Situação de rua  
Realidade nua e crua  
O castelo, a rua

Madrugada fria  
Obscura sombria  
Exposto ao tempo  
A violência, ao relento  
A sorte ao sofrimento  
Vai vendo no centro

Na calçada amanhecendo  
Salvador, Barroquinha  
Pelo porco, não é pouco  
Aquidabã, comércio  
Praça da mão  
Vários irmãos

Piedade centro da cidade  
Sinaleira, reciclagem  
Mochila no ombro  
Seu pertence, seu patrimônio  
Correria, dia a dia, sobrevivência  
Café, almoço, jantar  
Higiene pessoal, mental, corporal  
Sem documento  
Invisível no momento  
chovendo no relento  
Não é banheiro chuveiro  
Na calçada amanhecendo  
Realidade apresento  
Lhe apresento  
O castelo e a rua  
O teto a lua

Rg: 0837551951

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar as experiências de sofrimento social e os movimentos de resistência expressos e/ou constituídos no cotidiano e no encontro entre os trabalhadores de rua e a gente de rua. Justifica-se pela inegável relevância social do tema, mas, também, pela constatação de que esta é uma problemática pouco estudada na perspectiva da relação *entre* trabalhadores e gente de rua. Esta pesquisa utiliza a abordagem etnográfica, tendo a Praça das Duas Mãos, no bairro do Comércio (Salvador-BA) e suas imediações como recorte espacial. Os sujeitos participantes da pesquisa foram definidos a partir dos encontros no campo de pesquisa, no caso da gente de rua, e escolhidos segundo critérios detalhados na metodologia do estudo, no caso dos trabalhadores de rua. Teve como relevante referência teórica e metodológica, ainda que no diálogo com outros autores, a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, apoiando-se, também, nos estudos e reflexões do campo da Bioética para a defesa da dignidade e sacralidade da vida humana. Utilizou-se diferentes técnicas de investigação, quais sejam: entrevistas narrativas com interlocutores-chave; observação participante do cotidiano da gente de rua e das reuniões de supervisão dos trabalhadores de rua; entrevista em grupo com o Movimento de População de Rua – Núcleo Feira de Santana. A análise dos dados se apoiou na hermenêutica de Paul Ricoeur. Como principais resultados, constatou-se que: (1) a violência imposta como condição para viver e sobreviver é a maior das violências e sofrimentos a que está submetida a gente de rua. Deixar morrer ou matar em nome da justiça e proteção social das classes dominantes tem sido o destino desta gente; (2) seja na perspectiva do uso e/ou do comércio, a “droga” é importante fator de classificação e definição da posição da gente de rua no espaço social, tornando-a ainda mais desqualificada e desnecessária e, portanto, alvo principal de um Estado penal que declara guerra às drogas, na verdade, guerra e extermínio a pessoas com baixo valor social; (3) acolhimento e reconhecimento, tempo e paciência, vínculo e aposta dos trabalhadores na/com a gente de rua possibilitam, sob determinadas condições bioéticas, mudar os “efeitos do destino” e a construção de saídas emancipatórias; (4) Este estudo reconhece a potência dos bons encontros – em toda a sua beleza, alegria e requinte – para a construção de sentidos políticos e movimentos de resistência nascidos no *entre*, um e outro, trabalhador e gente de rua.

**Palavras-chave:** Sofrimento social. Trabalhadores de rua. Pessoas em situação de rua. Movimentos de resistência. Bioética. Sociologia reflexiva.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the experiences of social suffering and resistance movements expressed and/or constituted in the daily life and in the encounter between professionals working with street people and street people. It is justified by the social relevance of the theme, and also by the fact that this is a problem that isn't much studied in the perspective of the relationship between workers and street people. It is a research that uses the ethnographic approach, having the Square of Duas Mãos, in the Comércio district (Salvador-BA) and its surroundings, as the area of study. The subjects that participated in the research were defined based on the encounters in the field of research, in the case of street people, and chosen according to criteria detailed in the methodology of the study, in the case of professionals working with street people. The most important theoretical and methodological reference, although in dialogue with other authors, was Pierre Bourdieu's reflexive sociology, finding support also in the studies and reflections of the bioethics field for the defense of the dignity and sacredness of human life. Different research techniques were used, namely: open interviews with key informants; participant observation of the daily life of street people and the relationship established between them and the workers; participant observation of supervision meetings of street professionals working with street people; group interview with the movement of the street population - Feira de Santana nucleus. The analysis of the data was based on the hermeneutics of Paul Ricoeur. As main results, it was verified that: (1) the violence imposed as a condition for living and surviving is the greatest of the violence and suffering to which street people are submitted. To let someone die or to kill in the name of justice and social protection of the ruling classes has been the fate of these people; (2) whether from the point of view of use and/or trade, drugs are an important factor in classifying and defining the position of street people in the social space, making it even more disqualified and unnecessary and, therefore, the main target of a Penal State that declares war on drugs, in fact, declaring war and extermination of people with low social value; (3) the reception and recognition, time and patience, the bonding and betting of the workers in the street and/or with street people, make it possible, under certain bioethical conditions, to change the "effects of destiny" and the construction of emancipatory solutions; (4) This study recognizes the power of good encounters - in all their beauty, joy, and refinement - for the construction of political meanings and resistance movements, born in between one another, workers and street people.

**Keywords:** Social suffering. Professionals working with street people. Street people. Resistance movements. Bioethics. Reflexive sociology.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	CETAD/UFBA, Bairro do Canela, Salvador-BA.....	44
Foto 2	Equipe de Consultório de Rua do CETAD- UFBA – Praça das Duas Mãos, 2003	61
Foto 3	O Rap do CAPS (Autoria Sheila) .....	63
Foto 4	Ponto de Encontro – Santo Antônio Além do Carmo, 2012-2013 .....	64
Foto 5	Trabalhadores do Ponto de Cidadania na comunidade Pela Porco, 2014 .....	65
Foto 6	Consultório na Rua, em campo com a Defensoria Pública – Av. Contorno, 2018	71
Foto 7	Ponto de Cidadania – Praça das Duas Mãos, julho 2014 .....	71
Foto 8	Programa Corra pro Abraço – Entrega de certificado de formação em redutor de danos, 2017 .....	72
Foto 9	Praça das Duas Mãos, bairro do Comércio, 2014 .....	97

## LISTA DE SIGLAS

ABORDA	Associação Brasileira de Redução de Danos
AD	Álcool e outras drogas
AICO	Associação Ibero-americana de Câmaras de Comércio
AMEA	Associação Metamorfose Ambulante
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS ad	Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas
CAS	Centro Antigo de Salvador
CATA	Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas
CETAD/	Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas
CIAMP	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua)
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
COMVIDA	Comunidade Cidadania e Vida
CR	Consultório de/na Rua
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
DAI	Delegacia para o Adolescente Infrator
DPE-BA	Defensoria Pública do Estado da Bahia
DRFR	Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos
DUBDH	Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos
FAPEX	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FSA	Feira de Santana
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
HGE	Hospital Geral do Estado
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
MJ	Ministério da Justiça
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MP	Ministério Público
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSID	Obras Sociais Irmã Dulce

PM	Polícia Militar
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PRD	Programa de Redução de Danos
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RD	Redução de Danos
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SJDHDS	Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SPA	Substância Psicoativa
SUPRAD	Superintendência de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ/BA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UAR	Unidade de Acolhimento na Rua
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICAMP	Universidade de Campinas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 OLHARES SOCIOANTROPOLÓGICOS: CONTEXTOS, SUJEITOS, SOFRIMENTO SOCIAL E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA</b> .....	24
1.1 O CONTEXTO DE MARGINALIDADE AVANÇADA, A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS MARGENS E SEUS EFEITOS NA PERSPECTIVA DOS SOFRIMENTOS SOCIAIS .....	25
1.2 SOFRIMENTOS SOCIAIS E VICISSITUDES COTIDIANAS .....	29
1.3 A GENTE DE RUA: QUEM É, COMO VIVE .....	34
1.4 UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO PARA OS USOS E USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS .....	46
1.5 SOBRE OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE POBREZA E DE VIOLÊNCIAS .....	55
<b>2 CAMINHOS METODOLÓGICOS E APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA</b> ..	61
2.1 OS PRIMEIROS ENCONTROS “PROFISSIONAIS” COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....	61
2.2 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	66
<b>2.2.1 Por que uma etnografia?</b> .....	67
<b>2.2.2 Os sujeitos e os campos da pesquisa</b> .....	69
2.2.2.1 Sujeitos da Pesquisa .....	73
2.2.2.2 Campos da Pesquisa .....	73
<b>2.2.3 As estratégias de investigação</b> .....	75
2.2.3.1 Observação Participante .....	75
2.2.3.2 Entrevistas Narrativas .....	78
2.3 PERCURSOS HERMENÊUTICOS PARA ANÁLISE E ESCRITA DO TEXTO ....	80
2.4 DILEMAS ÉTICOS DO PESQUISADOR .....	83
2.5 O MARCO TEÓRICO DA PESQUISA: A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU .....	85
<b>3 CONVIVÊNCIAS ETNOGRÁFICAS NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS</b> .....	94
3.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DA PRAÇA DAS DUAS MÃOS E SEUS AGENTES	95
3.2 CAMPO 1 .....	100
<b>3.2.1 Parte 1: O estranhamento dos primeiros encontros e as gramáticas de resistência</b> .....	100
<b>3.2.2 Parte 2: Os trabalhadores de rua na Praça das Duas Mãos e o racismo posto em questão</b> .....	103

3.3 CAMPO 2 .....	108
<b>3.3.1 Parte 1: Atletas afetivos e as “novas suavidades” .....</b>	<b>108</b>
<b>3.3.2 Parte 2: A violência tornada modo de “ser” .....</b>	<b>109</b>
3.4 CAMPO 3 – SOBRE A SOLIDÃO E A BELEZA QUE SE FAZ OUVIR NOS INTERSTÍCIOS DAS PALAVRAS .....	112
3.5 CAMPO 4 – CONDENAÇÃO E AUTOCONDENAÇÃO .....	113
3.6 CAMPO 5 – ALEXANDRE: O HUMANO TORNADO BICHO .....	115
3.7 CAMPO 6 – “DA RELAÇÃO ENTRE DOIS, CUIDADO” .....	116
3.8 CAMPO 7 – “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NINGUÉM METE A COLHER” .....	118
3.9 CAMPO 8 – AS TRABALHADORAS DE RUA E A DOMINAÇÃO MASCULINA .....	121
3.10 CAMPO 9 – “A ORDEM DAS COISAS” .....	124
3.11 CAMPO 10 – “É VIDA QUE SEGUE” .....	126
3.12 CAMPO 11 – CAROLINA E A SABEDORIA PRÁTICA .....	129
3.13 CAMPO 12 – SOBRE A VIDA E A MORTE DESTITUÍDAS DE VALOR .....	133
3.14 CAMPO 13 – “A PIOR COISA QUE PODE ACONTECER PARA UM HOMEM É ACORDAR E NÃO SABER PARA ONDE IR” .....	135
3.15 CAMPO 14 – CAROLINA E OS PEQUENOS FUTUROS SE DELINEANDO ....	137
3.16 CAMPO 15 – O PERDÃO .....	138
3.17 CAMPO 16 – A VIOLÊNCIA POLICIAL E A SUBCIDADANIA .....	140
3.18 CAMPO 17 – “ABJETA É A SOCIEDADE” .....	143
3.19 CAMPO 18 – O RECONHECIMENTO COMO CUIDADO .....	147
3.20 CAMPO 19 – A MORTE COMO DESTINO .....	150
3.21 CAMPO 20 – E AS DROGAS? .....	156
3.22 CAMPO 21 – SOBRE NÃO DESISTIR DAS PESSOAS .....	160
3.23 CAMPO 22 – O QUE PERMANECE <i>ENTRE</i> NÓS TRABALHADORES E A GENTE DE RUA? .....	162
3.24 SÍNTESE REFLEXIVA .....	162
<b>4 TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA GENTE DE RUA .....</b>	<b>167</b>
4.1 A NARRATIVA DA NARRATIVA DE AMADO: DA EXISTÊNCIA POSSÍVEL AOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA .....	167
4.2 A NARRATIVA DA NARRATIVA DE CAROLINA: A “MENINA SAPECA” AINDA RESISTE .....	177
4.3 SÍNTESE REFLEXIVA: MINHA EXPERIÊNCIA COMO PESQUISADORA COM AMADO E CAROLINA .....	186



<b>5</b>	<b>TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DE RUA</b>	190
5.1	“EU ERA PARA SER UM VENDEDOR DE GALINHAS NA FEIRA DE VITÓRIA DA CONQUISTA”	191
5.2	“EU ESTAVA BEM MARAVILHOSA NESSE MOMENTO DA MINHA VIDA”	194
5.3	“SÓ ME RESTAVA LAVAR PANELA, PORQUE ERA NEGRA”	197
5.4	“PORQUE EU VIVI, EU ESTIVE NO LUGAR DE ASSISTIDA E ISSO É FUNDAMENTAL”	199
5.5	“DE FORMADO NA FAMÍLIA E QUE TRABALHA NA ÁREA, EU SOU O PRIMEIRO”	200
5.6	“O PONTO DE CIDADANIA ME DEU UM LUGAR, ENTENDE?”	202
5.7	“EU ACHO QUE O TRABALHO, INCLUSIVE, É CONSEQUÊNCIA DISSO, DESSA HISTÓRIA DE VIDA”	204
5.8	“EU ENTREI DE PARAQUEDAS NO CAMPO”	206
5.9	SÍNTESE REFLEXIVA: O MEU PONTO DE VISTA SOBRE OS PONTOS DE VISTA	207
<b>6</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO SOCIAL DE TRABALHADORES DE RUA</b>	209
6.1	O SOFRIMENTO DO TRABALHADOR DE RUA SUBMETIDO À “ORDEM DAS COISAS”	210
6.1.1	<b>O trabalhador de rua submetido ao modelo neoliberal</b>	210
6.1.2	<b>O trabalhador de rua submetido às leis das instituições</b>	214
6.1.3	<b>O trabalhador de rua submetido às leis das margens</b>	217
6.1.4	<b>O trabalhador de rua submetido ao “mundo das feras”</b>	219
6.2	O SOFRIMENTO SOCIAL DO TRABALHADOR DE RUA DIANTE DA MORTE	222
6.2.1	<b>“A gente está lá para garantir uma morte”</b>	222
6.2.2	<b>Marcando a morte no corpo</b>	224
6.2.3	<b>“Foi o processo mais doloroso que eu passei no Ponto!”</b>	226
6.2.4	<b>“Foram muitas mortes”</b>	227
6.2.5	<b>A morte de Adriana e Caíque: queimados como lixo</b>	229
6.3	TRABALHADOR: VULNERÁVEL OU VULNERADO?	232
6.3.1	<b>“Eu não sabia que era tão alcançável!”</b>	232
6.3.2	<b>O assalto</b>	233
6.3.3	<b>Quando o trabalhador é ameaçado!</b>	234
6.4	SÍNTESE REFLEXIVA	238

<b>7 REFLEXÕES BIOÉTICAS SOBRE CUIDADO</b> .....	242
7.1 CAMPO DA BIOÉTICA, SUA HISTÓRIA E FUNDAMENTOS .....	243
7.2 REFLEXÕES BIOÉTICAS SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO NO CONTEXTO DA RUA .....	248
7.2.1 O respeito à autonomia e o tempo para cuidar/cuidar-se cuidando .....	248
7.2.2 Sobre a iatrogenia do bem .....	251
7.2.3 Sobre o Princípio da Não-maleficência e a morte por negligência .....	255
7.2.4 Sobre o Princípio da Justiça: empoderamento, libertação e emancipação ....	258
7.2.5 “Espelho, espelho meu, que trabalhador de rua sou eu?” .....	261
7.2.6 Sobre a importância do “reconhecimento” .....	263
7.2.7 Entre a rua, o tráfico e as saídas emancipatórias .....	266
7.2.8 Por uma ética dos processos de verdades .....	267
7.3 UMA REFLEXÃO SOBRE A ÉTICA DO “ENCONTRO AMOROSO”, À LUZ DO FILÓSOFO ALAIN BADIOU: SOBRE ENCONTROS “DE VERDADE” .....	271
7.4 SÍNTESE REFLEXIVA: UM RETORNO ÀS QUESTÕES NORTEADORAS .....	275
7.4.1 Princípios: justiça; respeito à autonomia; proteção da vida e emancipação ..	276
7.4.2 Técnicas: acolhimento (encontro), vínculo (convivência) e responsabilização (solidariedade) .....	278
7.4.3 Ética: Por uma ética das situações (processos de verdade), com autocrítica (espelho) e militância (resistência e política) .....	279
<b>8 A “RUA EM MOVIMENTOS” DE RESISTÊNCIA</b> .....	280
8.1 O MOVIMENTO DE POPULAÇÃO DE RUA NA BAHIA: DE VOLTA À PRAÇA DAS DUAS MÃOS .....	281
8.1.1 O encontro entre os “iguais” e os “não iguais” – gente de rua, militantes técnicos e trabalhadores de rua .....	287
8.1.2 A presença na rua, o reconhecimento da existência e o retorno da esperança de si .....	289
8.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AFETADAS PELA “GUERRA ÀS DROGAS” E A CONSTITUIÇÃO DA RENFA .....	292
8.3 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA <i>ENTRE</i> TRABALHADORES E GENTE DE RUA .....	297
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	301
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	307
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	323
<b>APÊNDICE B – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONQUISTAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA</b> .....	325

## INTRODUÇÃO

O estudo *Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas)*<sup>1</sup>, na Praça das Duas Mãos, foi inspirado, por um lado, pela minha história *como* e *com* os trabalhadores de rua<sup>2</sup>, no encontro com a gente de rua<sup>3</sup> e, por outro lado, pela constatação de que esta é uma problemática pouco tratada na perspectiva da relação *entre* esses sujeitos, na/para a compreensão dos sofrimentos sociais e na produção de movimentos de resistência.

De certa forma, a temática da tese está relacionada à minha trajetória de vida. Desde as minhas mais longínquas lembranças eu estava sensível e atenta ao sofrimento humano, principalmente daqueles marcados pelas misérias do mundo (BOURDIEU, 2012b). Enquanto trabalhadora, sentia “na pele” a dor dos que têm como missão construir processos de cuidado no *entre*, no “corpo a corpo”, com pessoas que são historicamente alvo de violências e mortas antes do “justo” tempo pelo desamparo e pela degradação, pelo abandono, pelas humilhações e pelas agressões de todos os tipos jamais esquecidas, mesmo que passadas. Para Christophe Dejours, o sofrimento dos injustiçados pode produzir no outro – aqui, trabalhadores de rua – solidariedade, protesto e mobilização política, mas apenas quando “[...] se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça” (1999, p. 19). Se não há reconhecimento do sofrimento – do outro e do seu próprio sofrimento no encontro com esse outro – não há ação política. Interessa-me compreender, então, o sofrimento produzido na experiência social, no *entre* trabalhadores e gente de rua, que envolve a todos e cada um, que é coletivo, mas significado singularmente, que está situado em um tempo e espaço, mas que pertence ao mundo da vida e a todos os tempos.

---

<sup>1</sup> Colocar entre parênteses as substâncias psicoativas significa que, neste estudo, considero a sua presença na vida da gente de rua, mas que meu olhar está voltado, relacionalmente, para os sujeitos.

<sup>2</sup> Escolhi utilizar o termo trabalhador de rua para me referir aos profissionais que trabalham com a gente de rua, no contexto da rua, na perspectiva de saúde, assistência social e direitos humanos, ou seja, meu “olhar” está voltado para aqueles/as que trabalham na perspectiva da proteção e do cuidado.

<sup>3</sup> Escolhi chamar os meus sujeitos da pesquisa de gente de rua, considerando o sentido mais humano dos termos “gente” e “da rua” significando certa apropriação e interiorização do espaço, então, gente que se apropria e tem interiorizado os espaços da rua. Também ouvi, certa vez, de Maria Lúcia, líder do Movimento de População de Rua, que “a maioria das pessoas não vê os moradores de rua como gente”. Nesta perspectiva, no contexto deste estudo, o termo gente de rua reconhece e reafirma sua humanidade.

Este é um estudo sobre o “sofrimento social”, conceito que vem sendo utilizado no campo das Ciências Sociais para se referir ao mal-estar consequente aos contextos de desigualdades sociais e pobreza extrema geradores de situações de violência e de danos devastadores produzidos na interface com as políticas neoliberais sustentadas por interesses econômicos, considerando, ainda, como os humanos respondem a esses problemas. Inclui a biologia, a psicologia e o social, entrelaçados e em suas reverberações. Há um trânsito entre estas dimensões, entremeadas de tal modo que cada uma contém a outra, mas cada uma, também pode ser tomada como uma, ainda que uma implique sempre a outra. A dimensão humana é o único *locus* possível onde essas três perspectivas do sofrimento podem ser conjugadas e compreendidas no *entre* o singular e o coletivo, *entre* o micro e o macro, *entre* o espaço social e as subjetividades aí constituídas e constituidoras, exigindo de mim, enquanto pesquisadora, um olhar dinâmico para aproximar e afastar, para focar e ampliar, para entrar e sair e, principalmente, para escutar e entender as histórias repetidas e únicas, com destino quase certo, mas sempre passíveis de mudanças, de construção de outras saídas emancipatórias e/ou movimentos de resistência ao que está posto, ao destino traçado para a gente de rua, qual seja, as misérias de todos os tipos e a vida para a morte.

Partindo da consideração de que sob determinadas condições éticas e bioéticas, os encontros entre trabalhadores e gente de rua podem modificar os “efeitos do destino” (BOURDIEU, 2012b)<sup>4</sup>, propus fazer uma imersão nos espaços de morada e convivência da gente de rua para, em interação observante com os sujeitos da pesquisa, conhecer e vivenciar as sociabilidades, solidariedades, compartilhamentos de aflições e afetos, tristezas e alegrias, nascimentos e mortes; testemunhar as linguagens da violência (estrutural, institucional, simbólica, “necessária”, mortífera), as funções e os efeitos dos usos e comércio de álcool e outras drogas, a atuação do Estado nas margens, em nome dos trabalhadores do cuidado e/ou da punição – há uma linha muito tênue entre um e outro lugar – atravessadas e até determinadas pelo racismo e pelas relações de gênero; compreender as possibilidades e impossibilidades contidas no “nós”, as permanências e impermanências, os silêncios mas também as resistências nascidas no *entre* um e outro, trabalhador e gente de rua, a partir de toda a dor entranhada nas vivências e histórias de vida, nas vicissitudes cotidianas e na aparente falta de sentido e valor da vida e do futuro que parecem marcar o presente ancestral dessa gente.

---

<sup>4</sup> Bourdieu (2012b) considera que os preconceitos racistas e julgamentos classificatórios e estigmatizantes de profissionais que trabalham na educação, no âmbito social ou na segurança pública para com jovens da periferia contribui para produzir os destinos anunciados por eles, invariavelmente, de marginalidade e violência, exercendo “efeitos do destino”.

Considero que a presença do trabalhador de rua é de uma relevância e responsabilidade maior do que ele, na maioria das vezes, supõe ou sabe, pois que a ética enquanto campo de reflexão e intervenção está do seu lado, sendo necessário responder para além do burocrático e construir, “no nós”, possibilidades. Mas, os trabalhadores de rua estão desenvolvendo essas possibilidades no cotidiano do trabalho? Estão sensíveis ao sofrimento social dessa gente de rua e ao seu próprio sofrer? Participam ou fomentam movimentos de resistência, considerando que estes não ocorrem “naturalmente” e que certamente exigem “trabalho” do trabalhador e da gente de rua? Essas práticas de resistência fazem parte da ética do cuidado na rua? Como lidam – trabalhadores e a gente de rua – com a dissimetria gerada pela desigualdade social e cultural, que precisa ser reconhecida reflexivamente para mediar seus efeitos sobre a relação, indicando, também, que essas interações sofrem a influência quase determinante das estruturas sociais?

Essas e outras questões, algumas suscitadas durante a prática da pesquisa instigaram e movimentaram este trabalho, sendo possível sintetizá-las, como pergunta de pesquisa da seguinte forma: *Como se apresentam e corporificam, no cotidiano e no encontro entre trabalhadores de rua e gente de rua, as experiências de sofrimento social e os movimentos de resistência?* Compreender os sofrimentos, mas também as potências de vida que se expressam nesse *encontro* será o meu desafio.

A Praça das Duas Mãos, em Salvador-Bahia, é um espaço de variadas expressões e convivências sociais, culturais e políticas não sendo incomum a presença de crianças, adolescentes, adultos e idosos, com suas vidas privadas tornadas públicas, existindo em condições insalubres lá e/ou nas imediações e, por vezes, na mais absoluta indignidade. Mesmo assim, a rua – neste caso, a praça – é para muitos a alternativa única de moradia e sobrevivência. Foi esse o espaço que escolhi para realizar o trabalho de campo e conhecer a gente de rua no cotidiano, no espaço social, em interação social e nos encontros com os trabalhadores de rua.

Nesta perspectiva, o estudo teve como objetivo geral *compreender as experiências de sofrimento social e os movimentos de resistência expressos e/ou constituídos no cotidiano e no encontro entre trabalhadores de rua e a gente de rua.*

Como objetivos específicos, buscou:

1) Conhecer a gente de rua no espaço social, suas experiências de sofrimento social constituidoras do *habitus* e das “disposições” para a vida, os sentidos dos usos de substâncias psicoativas, as estratégias de sobrevivência e resistência erigidas no cotidiano da rua e na relação com os trabalhadores de rua;

2) Compreender como os trabalhadores de rua se relacionam com a gente de rua, considerando suas trajetórias e seu *habitus*, para a significação das experiências de sofrimento social e na participação e/ou constituição de movimentos de resistência;

3) Identificar e sistematizar os princípios éticos/técnicas/métodos que sustentam as práticas dos trabalhadores de rua a partir da relação com a gente de rua.

4) Analisar as práticas de trabalhadores de rua e da gente de rua identificadas como movimentos ou processos de resistência constituídos no cotidiano da rua e a partir dos encontros e convivências entre eles.

Seguindo as questões de pesquisa e os objetivos propostos, a tese está organizada em oito capítulos e as considerações finais:

O Capítulo 1, “Olhares socioantropológicos: contextos, sujeitos, sofrimento social e movimentos de resistência”, apresenta os principais conceitos utilizados na tese. Nesta perspectiva, reflete sobre os efeitos das políticas neoliberais para a estigmatização e marginalização de enormes grupos populacionais e a atuação do Estado penal “sobre” as margens; discute o surgimento e o conceito de sofrimento social no âmbito das Ciências Sociais a partir do fortalecimento do neoliberalismo; apresenta a gente de rua, quem é e como vive, a partir, principalmente, do trabalho dos sociólogos Jessé Souza e Gey Espinheira; descreve historicamente os principais estudos socioantropológicos produzidos, com ênfase no contexto brasileiro e baiano, sobre a temática das drogas e expõe os conceitos e as experiências de resistência e luta política com grupos marginalizados, considerando a posição – ou compromisso ético – da sociologia frente à temática.

O Capítulo 2, “Caminhos metodológicos e aportes teóricos da pesquisa”, apresenta as bases teóricas, metodológicas e éticas da pesquisa. Inicia com um relato do percurso da pesquisadora desde suas aproximações iniciais com a temática; segue com a justificativa da escolha pela etnografia – como método e teoria; apresenta os sujeitos e estratégias da pesquisa; e finaliza com o marco teórico.

O Capítulo 3, intitulado “Convivências etnográficas na Praça das Duas Mãos”, é constituído pelas narrativas construídas a partir da “observação participante” realizada no contexto da Praça. A apresentação dos diários de campo na sequência em que foram escritos, ainda que não na íntegra, objetivou fazer conhecer a gente de rua na vida cotidiana, em movimento no tempo e no espaço social e na relação com os diversos agentes que circulam na Praça das Duas Mãos, especialmente os trabalhadores de rua. Os comentários teórico-reflexivos que se seguem às narrativas da pesquisadora apresentam uma “composição” possível, deixando aberturas interpretativas que podem instigar o leitor a conhecer e encontrar

a gente de rua e propor outras traduções para as experiências narradas, recriando e reescrevendo o texto.

O Capítulo 4, “Trajetórias sociais da Gente de Rua”, traz as histórias de duas pessoas com trajetórias de rua e uso de substâncias psicoativas. Ao compartilhar essas histórias, a proposta é olhar mais atentamente para as singularidades e particularidades dessas biografias, compreendendo as experiências de sofrimento social, o uso de psicoativos, as relações com a rua e com a rede sociofamiliar. Destacam-se os movimentos de resistência construídos na relação entre trabalhadores de rua e gente de rua. Ao final, faço um relato da minha experiência como pesquisadora na relação com esses dois sujeitos dos quais acompanho a trajetória desde 2004, quando foram em busca de tratamento no CAPS ad.

No Capítulo 5, “Trajetórias sociais dos trabalhadores de rua”, são apresentados os interlocutores entrevistados, trabalhadores de rua, com pequenos fragmentos das suas histórias de vida, destacando algumas condições sociais constituidoras do *habitus* e que podem ainda orientar a visão sobre o passado e o futuro, possibilitando uma melhor compreensão das experiências de sofrimento social e os movimentos de resistência construídos na relação dos trabalhadores de rua com a gente de rua.

No Capítulo 6, “Experiências de sofrimento social de trabalhadores de rua”, entrego os relatos dos trabalhadores de rua sobre os encontros com a gente de rua, seus sofrimentos, suas alegrias, as resistências constituídas “*entre*” eles.

O Capítulo 7, “Reflexões bioéticas sobre cuidado”, objetivou compreender os principais problemas/situações enfrentados pelos trabalhadores de rua no cotidiano das práticas e as respostas construídas, principalmente no espaço da supervisão, para o enfrentamento dos problemas. Também tentei identificar e sistematizar os princípios/técnicas/métodos que sustentam as práticas dos trabalhadores de rua a partir da relação com a gente de rua. Este capítulo tem o diferencial de utilizar estudos e construções teóricas do campo da ética e bioética para refletir as situações e as intervenções relatadas pelos trabalhadores.

O Capítulo 8, “A ‘rua em movimentos’ de resistência”, discute os relatos e as práticas de trabalhadores de rua e da gente de rua identificados como movimentos ou processos de resistência. Em todo o percurso da tese estive especialmente atenta à compreensão destes “movimentos” constituídos *entre* eles.

Em “Considerações Finais”, apresentam-se as principais análises e conclusões do estudo, respondendo aos objetivos propostos.

Antes de seguir, porém, considero importante esclarecer que quando proponho analisar as relações *entre* – trabalhadores e gente de rua –, sou também esse *entre*, estou na

relação como essa personagem antiga-nova, qual seja, trabalhadora-pesquisadora. Eu transito de um lugar para outro o tempo todo durante a produção desta tese. Enquanto trabalhadora choro junto, sorrio, desejo “boas novas” e “boas lutas” à gente de rua e aos outros trabalhadores. Enquanto pesquisadora sou tudo isto, mas, também, tenho que, reflexivamente, pensar e produzir conhecimentos a partir das experiências observadas e vivenciadas em campo.

Em muitos momentos deste estudo, eu chorei – como disse Veena Das, em entrevista a Michel Misse et al. (2012, p. 354), o olho “não é apenas o órgão que vê, mas também o que chora” –, principalmente na fase de escrita da tese: chorei por mim, pela minha história, pelo meu difícil lugar de trabalhadora/pesquisadora na relação com a gente de rua. Chorei ao lembrar as tantas pessoas vulneradas que passaram pela minha vida e já não estão mais aqui para compartilhar comigo essas descobertas e para me ajudar a descobrir o que, para alguns, deveria permanecer encoberto. Eu chorei pela triste história da humanidade marcada pelo sacrifício de muitos, e pelos que não terão futuro.

Mas eu também sorri, me emocionei, senti os afetos, observei, encantada, os atos de generosidade, a energia vibrante das pequenas vitórias, a ternura contida nos encontros feitos história quando o trabalhador de rua, reconhecendo o seu lugar ético, investe no humano que vai respondendo se refazendo e fazendo outros percursos que não estavam previstos. Vale enfatizar que, aqui, não busquei conhecer outras resistências, mas aquelas nascidas no encontro feito reencontro entre o trabalhador implicado e a gente de rua. São esses encontros que, agora, entrego aos trabalhadores que, como eu, não desistiram de transformar o mundo a partir de e com os humanos, e à gente de rua, que continua (re)existindo, desafiando o destino e a ordem das coisas.

Ontem, em uma Praça, escutando encantada um ‘morador de rua’,  
que talvez fosse considerado ‘estranho’ ou ‘louco’ por alguns,  
perguntei o que era felicidade para ele. Ele me olhou, sorriu e disse:  
*felicidade é estar aqui conversando com você.*  
(Trecho de meu diário de campo<sup>5</sup> como trabalhadora de rua: 19 nov. 2018)

Disse Manoel de Barros (2018, p. 43) “que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc... que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”.

---

<sup>5</sup> A partir daqui, identificado como DC.



# 1 OLHARES SOCIOANTROPOLÓGICOS: CONTEXTOS, SUJEITOS, SOFRIMENTO SOCIAL E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

*De que se compõe um motim? De nada e de tudo.  
De uma eletricidade que lentamente se propaga, de uma chama que  
subitamente cintila, de uma força que vagueia, de um sopro que passa.  
Esse sopro encontra cabeças que falam, cérebros que sonham, almas  
que sofrem, paixões que ardem, misérias que gritam e leva tudo consigo. Aonde?  
(Victor Hugo, *Os miseráveis*, p. 1091)<sup>6</sup>*

Este capítulo primeiro tem por objetivo apresentar os principais conceitos utilizados na tese, situando na literatura a problemática do estudo. Nesta perspectiva, está dividido em cinco partes.

Em “O contexto de marginalidade avançada, a atuação do Estado nas margens e seus efeitos na perspectiva dos sofrimentos sociais”, proponho refletir sobre o macrocontexto conformado pelas políticas neoliberais no campo econômico, político, social e espacial e sobre a atuação punitiva e violenta do Estado junto “às margens”.

Em “Sofrimentos sociais e vicissitudes cotidianas”, discuto o conceito de sofrimento social na perspectiva sócio-histórica e suas manifestações no cotidiano.

“A ‘gente de rua’ no Brasil e na Bahia: quem é e como vive”: aqui, apresento a gente de rua, principalmente a partir do trabalho do sociólogo Jessé Souza, que realizou pesquisas em todo o Brasil com grupos marginalizados chamados por ele, provocativamente, de “ralé”, e do sociólogo baiano Gey Espinheira, que realizou pesquisa-intervenção em bairros periféricos de Salvador com o recorte da violência e juventude e em uma perspectiva de redução de riscos sociais.

Em “Um olhar socioantropológico para os usos e usuários de substâncias psicoativas”, exponho importantes estudos socioantropológicos sobre a temática das drogas e dos seus usos nas margens;

“Sobre os movimentos de resistência em contextos de pobreza e de violências”, reflito sobre os conceitos e as experiências de resistência e luta política com grupos marginalizados realizados por sociólogos de referência para esta tese.

---

<sup>6</sup> HUGO, Victor. *Os miseráveis*: texto integral. Tradução Regina Celia de Oliveira. Edição Especial. São Paulo: Martin Claret, 2014.

## 1.1 O CONTEXTO DE MARGINALIDADE AVANÇADA, A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS MARGENS E SEUS EFEITOS NA PERSPECTIVA DOS SOFRIMENTOS SOCIAIS

O contexto da pesquisa é marcado pelo encontro com a miséria em suas variadas expressões cotidianas e relacionais. Quando li a descrição de Jock Young sobre os sinais da “nova marginalidade” nas metrópoles ocidentais, pareceu-me que ele estava descrevendo as tantas pessoas que encontrei (e encontro) nos locais de concentração da gente de rua:

[...] pessoas sem-teto e famílias revolvendo à sua volta em inútil busca de abrigo, pedintes de transportes públicos cuspidos estórias comoventes de desastres pessoais e de abandono, ponto de distribuição de sopa para pobres apinhados, não apenas mendigos, mas também desempregados e subempregados; o surto de crimes predatórios e a explosão de economia informal (e frequentemente ilegal) de rua encabeçada pelo comércio de drogas; o desânimo e a fúria da juventude excluída de empregos remunerados e o ressentimento dos velhos trabalhadores tornados obsoletos pela desindustrialização e pelo aperfeiçoamento tecnológico; a sensação de retrocesso, o desespero e a insegurança que permeiam bairros pobres, presos em uma interminável espiral de deterioração; e a escalada da violência etnoracial, da xenofobia e da hostilidade dirigida aos pobres, como expressa, por exemplo, a proliferação de medidas penais e policiais contra vadiagem e outros ‘comportamentos subcriminosos’, que constituem uma ‘criminologia de intolerância’ (YOUNG<sup>7</sup>, 1999, p. 121-140 apud WACQUANT, 2005, p. 189-190).

O estudo de Loïc Wacquant (2005) que deu origem ao livro *Os condenados da cidade* foi realizado em dois países considerados avançados – o gueto negro americano e a periferia urbana francesa. Apesar de o autor demonstrar que a marginalidade urbana não é igual em todos os espaços sociais, suas reflexões revelam mudanças impostas pelo modelo neoliberal e que atingem as sociedades ocidentais como um todo, ainda que em suas especificidades locais, considerando, principalmente, o papel incisivo do Estado – ou o retraimento deste – na trama que envolve cor, classe e localização para o agravamento da extrema pobreza, da destituição social e das violências públicas. Wacquant considera que “quatro lógicas estruturais abastecem essa nova marginalidade urbana”:

1) Uma “dinâmica macrossocial” em que a desigualdade social é ampliada, contraditoriamente, havendo um descompasso entre o crescimento da economia global e a esperada melhoria das condições de vida da população em geral, onde, absurdamente,

---

<sup>7</sup> YOUNG, Jock. *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity*. Londres: Sage, 1999. p. 121-140.

“opulência e indigência, luxo e penúria, profusão e míngua floresceram lado a lado” (WACQUANT, 2005, p. 191).

2) Uma “dinâmica econômica” que aponta para importantes transformações na esfera do trabalho: a) a automação, computadorização e a concorrência do trabalho estrangeiro, com a supressão de milhares de empregos com atividades manuais, retirando muitos trabalhadores do mercado de trabalho, condenando-os à improdução e à condição de descartáveis; b) a degradação das condições de emprego, com jornadas de meio período “flexíveis”, mas temporárias, com menos benefícios sociais e sem proteção sindical, tornando o próprio trabalho assalariado meio de fragmentação e precarização do trabalho e do trabalhador, ou seja, o emprego – quando existe – não oferece mais segurança com uma base temporal e social e os termos dos contratos de trabalho são cada vez mais diversos, personalizados, instáveis e desprotegidos, ampliando o processo de “dessocialização do trabalho assalariado”; e c) a degradação da remuneração e do seguro social para a maioria dos trabalhadores mais fragilizados, de modo que estar empregado não é mais garantia contra a privação material e doenças, nem de uma aposentadoria suficiente para os tempos da velhice, com dignidade (WACQUANT, 2005, p.192-193).

3) Uma dinâmica política em que “a redução e a desarticulação do Estado de Bem-Estar são as duas principais causas da deterioração e da destituição sociais visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas” (WACQUANT, 2005, p. 194). O Estado determina quem será relegado, fornecendo ou não acesso à educação e à profissionalização, estabelecendo as condições de entrada e saída do mercado de trabalho, distribuindo ou não políticas assistencialistas de subsistência e moradia, fazendo uma verdadeira gestão da miséria entre os miseráveis em uma lógica de redução, desinvestimento e desobrigação social. Com a deficiência de políticas nacionais, estados e municípios promovem políticas “tapa-buracos”, fragmentadas e desarticuladas, aumentando a heterogeneidade e a desigualdade na prestação dos benefícios sociais (WACQUANT, 2005).

4) Uma dinâmica espacial que se refere ao estigma territorial impregnado nas classes mais pobres, empurrada e concentrada em determinados espaços da cidade. O bairro não oferece mais proteção, os propósitos coletivos e comunitários são frágeis bem como a reciprocidade e a solidariedade. A dureza da vida na pobreza embrutece as relações e impõe a violência como sobrevivência. Wacquant (2005, p. 196) alerta, porém, que esses locais de exílio não são formações casuais e sim “criaturas das políticas públicas habitacionais e urbanas e do planejamento regional. No fundo, então, sua emergência, consolidação e eventual dispersão são essencialmente questões políticas”.

As transformações no campo econômico e político, capitaneadas pela política neoliberal de encolhimento do setor público e de “mercantilização” das relações trabalhistas e sociais, promovem e alimentam a estigmatização e a desmoralização coletiva e individual de enormes grupos populacionais relegando-os a lugares espaciais e sociais abomináveis. O Estado entrega a gestão do mercado à própria sorte, e também as milhares de pessoas já marcadas historicamente pelo racismo e pela pobreza. São os “condenados da cidade” (WACQUANT, 2005) ou os “miseráveis do mundo” (BOURDIEU, 2012b) que também encontramos nas praças, ruas e “ruelas” de Salvador. São a gente de rua, sujeitos desta tese.

A forma de enfrentamento do Estado a essa “marginalidade avançada” tem sido o fortalecimento do estado penal. A criminalização da pobreza designa como punição, por um lado, o enclausuramento e o isolamento dos pobres nas periferias abandonadas e, cada vez mais isoladas pelos mecanismos de controle e repressão policial e, por outro, o encarceramento nas suas mais variadas versões, com a clara função de retirar da circulação os indesejáveis. “De instrumento de luta contra a pobreza, a força pública se transforma em máquina de guerra contra os pobres”, diz Wacquant (2005, p. 173). Acrescentaria, aqui, uma terceira via de enfrentamento da marginalidade avançada, que será bastante discutida na tese, que é o deixar morrer ou matar em nome da justiça e da proteção social das classes dominantes.

Também Pierre Bourdieu, em *A miséria do mundo*, vai afirmar que é impossível compreender a ordem das coisas sem considerar a adesão coletiva ao neoliberalismo – ocorrida a partir da década de 1970 – apresentado como uma teoria econômica poderosa, revestida de roupagem científica e tornada crença racional a ser desejada por todos. O serviço público é desinvestido e colocado como ultrapassado e incapaz de mediar a resolução das desigualdades sociais consideradas inelutáveis, ao tempo em que à empresa são associadas as ideias de competência e modernidade. Nesta perspectiva, analisa o autor, há uma divisão entre “a mão direita e a mão esquerda do Estado” (2012b, p. 218-220) que traduz, respectivamente, as diferentes perspectivas de ação dos trabalhadores responsáveis pela política econômica e dos outros trabalhadores que se ocupam da implementação das políticas na ponta – saúde, assistência social, educação, segurança, cultura, meio ambiente, dentre outros. Esta divisão é proposta a partir da constatação das dificuldades e do sofrimento destes últimos diante da tentativa de implementar as políticas necessárias à justa distribuição dos recursos econômicos e culturais bem como do constrangimento imposto pelos funcionários da “mão direita”:

Imbuídos da ideologia neoliberal, os agentes da mão direita do Estado acabam criando mecanismos cognitivos que obliteram a sua percepção dos problemas encontrados pela mão esquerda e acabam dessensibilizados para os problemas que a omissão do Estado provoca nas parcelas da população menos providas de capital econômico e cultural! (GRÜN, 2017, p. 276).

Bourdieu (2012b, p. 219) aponta, ainda, que, “com o enfraquecimento do sindicalismo e das instâncias mobilizadoras”, as novas formas de ação do Estado agem em perfeita harmonia com a perspectiva liberal, de modo que passamos de uma política que, em tese, propunha agir sobre a própria estrutura da distribuição para uma política que visa apenas corrigir a distribuição desigual dos recursos para alguns “pobres merecedores” dos parques benefícios sociais, cabendo aos funcionários da “ponta”, encarregados de exercer as funções ditas sociais, a administração da pobreza. Compreender a atuação do Estado e suas posições políticas é fundamental para entender o sentimento de abandono desses trabalhadores designados pelo Estado para garantir os serviços mais fundamentais à existência, como saúde, educação, assistência social e segurança pública.

Esses funcionários refletem as contradições do Estado que são vividas freqüentemente no mais profundo deles mesmos, como se fossem dramas pessoais: contradições entre as missões, quase sempre desmedidas que lhes são confiadas – principalmente em matéria de emprego e habitação – e os meios, normalmente irrisórios, que lhes são alocados [...] (BOURDIEU, 2012b, p. 219).

Esses funcionários são também os trabalhadores de rua, sujeitos desta tese.

Esses lugares “esquecidos” pelas políticas públicas (como os espaços da rua ocupados pelas margens), seus miseráveis habitantes (a gente de rua) e precarizados trabalhadores se multiplicam com a mesma velocidade com que o Estado se retira das suas funções de garantir democraticamente a justiça e a liberdade como valores fundamentais à continuidade da vida humana com dignidade. Não que falte atuação do Estado nas margens, mas esta atuação se dá no sentido da punição e do extermínio da população pobre que tem, cada vez mais, associada a si o rótulo de “bandido”.

Sobre a atuação do Estado nas “margens”, em “*El estado y sus márgenes: etnografías comparadas*”, introdução do livro organizado por Veena Das e Deborah Poole intitulado *Anthropology in the margins of the State* (2004), as autoras consideram que elas (as margens) constroem o Estado e que esses territórios ditos de exceção, na verdade, são espaços de práticas e políticas da vida que constroem práticas e políticas regulatórias e disciplinares que também se configuram no que chamamos de Estado. Tais margens não são geografias de

exceção onde o Estado tem que entrar para conter; ao contrário, são locais onde o Estado é cotidianamente formado. A lei é restabelecida e exercida, continuamente, com violência e tirania por representantes do Estado que a executam dentro ou fora dos preceitos legais. É possível dizer que as leis, nas margens, são moldadas e aplicadas pelas concepções de justiça constituídas a partir das vivências cotidianas e às custas das necessidades mínimas de sobrevivência das classes empobrecidas. As margens e o Estado não se opõem, eles fazem parte de um mesmo campo social atravessado por correlações de força e poder, por agentes em disputa e que colocam o Estado no lugar de um projeto sempre por se fazer. Deste modo, é preciso pensar em margens que se multiplicam, se interpenetram e se deslocam atravessadas (e atravessando) pelos movimentos do tempo e da vida. As relações entre a violência e as funções de manutenção da ordem do Estado são, na percepção das autoras, a chave para refletir sobre as margens, seus sofrimentos sociais e constituição de resistências cotidianas.

## 1.2 SOFRIMENTOS SOCIAIS E VICISSITUDES COTIDIANAS

SOFRER deriva do latim, *sufferre*, termo pelo qual os velhos romanos designavam quem estava ‘sob ferros’, acorrentado, submetido à força (fosse escravo ou prisioneiro). Ou seja, a origem do nosso popular ‘sofrimento’: palavra pela qual melhor se traduz, em português, a infelicidade contínua e intensa e, no momento em que ocorre, irremediável, é justamente o vocábulo que designava a opressão, a submissão, a situação da criatura submetida ao poder de outrem, que como coisa, ou ‘ferramenta’, padece de todos os infortúnios capazes de lhe ‘ferir’ (machucar) corpo e alma.<sup>8</sup>

O conceito de sofrimento social tem sido utilizado para possibilitar a compreensão sobre as relações existentes entre as experiências do mal-estar e os contextos sociais, culturais e históricos de opressão que as conformam e dão sentidos. No final dos anos 1990, a expressão “sofrimento social” foi utilizada por Arthur Kleinmann, Veena Das e Margareth Lock (1997) originando o campo conhecido como “antropologia do sofrimento”.

O conceito se refere a um conjunto de problemas humanos que se originam de danos devastadores, tais como a guerra, a fome, a depressão, produzidos na interface das influências que poderes políticos, institucionais e econômicos exercem sobre as pessoas e grupos, bem como sobre o modo pelo qual eles respondem a esses problemas (NUNES, 2014, p. 413).

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/sofrer/>>.

Como também referido por Emmanuel Renault (2010), o livro de Kleinman, Das e Lock (1997) sobre o sofrimento social pode ser considerado a obra inaugural e inspiradora sobre a temática. Interessa aos autores não apenas explorar a dimensão teórica do conceito, mas, principalmente, seus usos práticos na perspectiva da intervenção e da transformação das realidades estudadas. Neste sentido, enfatizam o sofrimento como uma experiência social não reforçando, de forma alguma, sua dimensão individual, tal como uma questão médica e/ou psicológica. Isto não significa que não destaquem o valor da experiência pessoal, singular a partir da qual essas vivências são articuladas, ganham sentido e propiciam ações concretas, mas sim, que estão atentos para as tessituras relacionais.

A partir da primorosa resenha de Michel Thiollent (2008) sobre o trabalho de Renault<sup>9</sup> (2008) destaca-se que:

1) Sofrimento social é um conceito que vem cada vez mais sendo utilizado no campo das Ciências Sociais, principalmente para embasar a reflexão sobre as consequências das políticas neoliberais em diversos países, com a precarização do emprego e o desinvestimento nas políticas de bem-estar social, dentre outras, e que têm como efeitos exclusão, marginalização, criminalização da pobreza, violência e morte de segmentos populacionais tidos como “descartáveis”.

2) Renault (2010) considera que, na França, os seguintes autores contribuíram para o amadurecimento do conceito: Christophe Déjours, com seu estudo no campo da Psicopatologia do Trabalho, a partir do sofrimento mental do trabalhador provocado pela atividade laboral na indústria; Michèle Salmona, com a pesquisa sobre o sofrimento social consequente ao trabalho rural; Bourdieu (2012b), com o estudo *A miséria do mundo* que traz depoimentos de homens e mulheres que compartilharam com os pesquisadores suas “pequenas” misérias e sofrimentos sociais consequentes à desestruturação-reestruturação da produção industrial da época. Indo ao passado mais distante, o autor resgata Engels, que havia relatado, já em 1845, a situação de exploração e sofrimento das classes trabalhadoras na Inglaterra e, ainda, Freud que, no texto sobre o mal-estar da civilização, mostrou que a cultura produz um mal-estar no humano que podemos chamar de sofrimento social visto que existe uma lacuna insuperável entre as necessidades da pulsão e as da civilização.

Ainda segundo Thiollent, Renault (2008) refere, também, que o termo “sofrimento social” vem sendo criticado por autores foucaultianos sob o risco do uso do termo

---

<sup>9</sup> Professor de Filosofia da *École Normale Supérieure* de Lyon, apresenta uma importante revisão dos estudos sobre a temática do sofrimento social a partir da Filosofia, da Psicologia e da Ciência Política.

promover a psicologização ou medicalização da realidade social. Autores marxistas, por sua vez, temem que o conceito minimize ou escamoteie a importância das estruturas de dominação e de exploração sobre a construção do homem e da realidade social das pessoas. Já em relação a importantes contribuições publicadas nos Estados Unidos sobre o mesmo tema, o autor cita os trabalhos de A. Kleinmann, V. Das, M. Lock, N. Shaper-Hughes, I. Wilkinson. Também são levados em consideração trabalhos de autores alemães, a começar pelos do filósofo Axel Honneth – *A sociedade do desprezo* –, continuador da teoria crítica, e a obra clássica de H. P. Dreitzel sobre a patologia social. Os artigos de Nancy Sheper-Hughes destacam-se para os estudiosos brasileiros pois que a autora pesquisou o sofrimento social no Brasil.

3) Quanto às contribuições do livro de Renault – que são muitas – destaca-se: a) a sua consideração de que o uso crítico do conceito de sofrimento social pode servir de base teórica e prática para a luta política, ao denunciar os efeitos nefastos das políticas neoliberais sobre as condições de vida e de trabalho de certos grupos populacionais, apontando riscos objetivos a que se expõe a vida dos indivíduos bem como os riscos subjetivos ou psíquicos. Segundo Thiollent (2008, p. 98): “mostrar o sofrimento em uma sociedade que dispõe de poderosos meios de comunicação de massa, que costumam dissimulá-lo, pode constituir o eixo de uma ação política e intelectual”; e b) os estudos sobre o sofrimento social no trabalho nos quais o autor se propõe a estabelecer as relações entre sofrimento individual e sofrimento social, considerando que o sofrimento no trabalho é uma das formas/espacos de manifestação do sofrimento social (BOUYER, 2015).

Seguindo a perspectiva antropológica proposta por Kleinman, Das e Lock (1997), Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni (2011, p. 468) consideram que “o mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam”. O sofrimento social é, então, o resultado dos danos consequentes a contextos de desigualdades sociais e pobreza extrema, das violências e relações sociais injustas; é uma força avassaladora que atinge o humano e sua subjetividade, causando profundas dores e marcas corporais que não deixam silenciar o que, muitas vezes, é indizível para aquele que sofre. É uma experiência eminentemente social e, enquanto tal, só tem sentido a partir da compreensão das violências cometidas pela própria estrutura social e que se conformam nas relações locais singularmente estabelecidas pelos sujeitos para responder ou resistir à dor subjetiva consequente às situações cotidianas de violência vivenciadas por determinados grupos sociais que não têm poder para negociar sequer as condições da própria existência.



Paul Farmer (2003; 2004), médico e antropólogo com vinte anos de experiência trabalhando no Haiti, Peru e Rússia, reflete que a articulação de várias dimensões sociais é fundamental nos esforços para discernir uma “economia política da brutalidade” em que tais fatores sociais são diferenciados, se considerados relacionalmente em contextos e tempos históricos diferentes. Importante referência nos estudos sobre sofrimento social, o autor desenvolve o conceito de violência estrutural afirmando que se refere à violência exercida sistematicamente pelos que pertencem a uma determinada ordem social, não sendo necessária uma ação direta do sujeito para se configurar a violência, pois esta se caracteriza, justamente, pela sua natureza processual, indireta, histórica. Resulta, pois, da opressão, do apagamento da história e da própria temporalidade, encobrendo as ligações entre os que foram “mortos” e os que estão “marcados para morrer”.

Na perspectiva de Farmer (2003), quando emudecido, o sofrimento é cúmplice deste processo, pois que contribui para o encobrimento da realidade histórica, diminuindo a capacidade de resistência dos sujeitos à marginalização e a outras formas de opressão.<sup>10</sup> Em seu instigante livro *Patologias do poder*, reflete sobre as histórias angustiantes de vida e morte em situações extremas de injustiça política e econômica, de um lado, e sofrimento e doença dos “sem poder”<sup>11</sup>, do outro, conectando-as com a análise mais ampla da violência estrutural para interrogar e afirmar, ao final, que a garantia dos direitos sociais e econômicos dos “pobres do mundo” é a mais importante luta pelos direitos humanos da atualidade.

Na perspectiva de uma “antropologia da dor” – que faz retornar à sociedade a memória (feita esquecida pelo Estado) ao compartilhar a dor das pessoas marcadas para sofrer –, os trabalhos de Veena Das<sup>12</sup> (1995; 1999, 2000a; b, 2001, 2007, 2008, 2015) são algumas das referências utilizadas neste estudo por estarem relacionados à temática da violência, do

---

<sup>10</sup> Para uma leitura mais política do sofrimento social, destacam-se os estudos de Didier Fassin que propõe uma antropologia dos usos políticos do corpo. “Trata-se de compreender o que o Estado faz dos corpos, ou o que ele faz aos corpos” (JAIME; LIMA, 2011, p. 265), de questionar o discurso da tradição ocidental cristã da vida como bem supremo e o Estado como seu garantidor, para refletir sobre o valor das vidas concretas, considerando que valores diferenciais são atribuídos à vida. Há vidas que “merecem” ser vividas e outras que não, ainda que o discurso humanitário disfarce esta política.

<sup>11</sup> Farmer (2003) reflete que a assimetria de poder gera muitas formas de brutalidade silenciosa e as “patologias do poder” cobram seu preço, vergonhosamente, em vidas humanas. Negar este fato atende, apenas, aos interesses dos poderosos.

<sup>12</sup> Veena Das é indiana e seu contexto de pesquisa é a “Partição da Índia”, processo que conduziu à separação/criação de dois estados soberanos, Índia e Paquistão – ao contrário do que defendia Gandhi –, pouco tempo depois de se tornarem independentes da Inglaterra. Esse processo foi marcado por violências – principalmente, rapto e agressão física contra mulheres – entre mulçumanos, hindus, sikh e diversos grupos étnicos e religiosos, desalojando 14 milhões de pessoas e matando mais de um milhão (PEREIRA, 2010).

sofrimento e das resistências. A autora iniciou suas investigações na década de 1970 com famílias que haviam imigrado para a Índia após vivenciarem situações de violências da Partição (PEREIRA, 2010). Utilizando-se da etnografia para se aproximar das mulheres e escutar seus sofrimentos, por vezes, indizíveis, materializados na história e no corpo, Das busca compreender como, ao reconstruírem suas vidas, no cotidiano, a existência se faz resistência, abrindo, por vezes, um campo de possibilidades. Em um trabalho recente, *Affliction*, Das (2015) aprofunda os sofrimentos que não são catastróficos ou consequentes a “eventos críticos”, mas aflições cotidianas geradas em condições de precariedade (e doenças) e, como não poderia deixar de ser, também, os aprendizados que fazem continuar vivendo, apesar das vicissitudes experienciadas. Muitos conceitos de Das são utilizados ao longo da tese para refletir as singularidades da temática aqui tratada dentre os quais destaco a noção de “acontecimento” e as transformações decorrentes de “eventos críticos”, sempre a partir da problematização entre violência, dor e resistências no contexto do “cotidiano” e considerando o “trabalho do tempo”. Enfatiza que, mesmo quando a violência extrema faz silenciar, outras linguagens com suas gramáticas singulares fazem falar e resistir através e no tempo. A postura engajada e eticamente implicada marca seu trabalho como pesquisadora e sua vida como mulher indiana.

Considero importante, ainda, destacar a ênfase de Ceres V́ictora (2011, p. 3) na ideia de que “o sofrimento é social não somente por ser causado ou por ocorrer em condições sociais específicas, mas porque, como um todo, é um processo social corporificado em sujeitos históricos”. Esta afirmação da autora significa que diferentes tempos e espaços produzem diferentes sofrimentos que são vivenciados, sentidos e atualizados no corpo, que fala e que traz consigo as marcas da história humana, dor tão antiga e ancestral que é compartilhada com outros de igual destino.

Dentre os autores brasileiros que vêm trabalhando a temática do sofrimento social, destacamos: 1) José Gonçalves Filho, com o conceito de “humilhação social” associado à opressão e à pobreza, humilhação que se instala nos corpos e nas subjetividades de “cidadãos impedidos”, “um impedimento que não é natural ou acidental, mas aplicado e sustentado por outros humanos” (1998, p. 194). Nesta perspectiva, “humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido” (1998, p. 137); 2) Bader Sawaia (2009) fala do sofrimento ético-político que mutila a vida (corpo e alma) e é consequência das injustiças sociais, da dor subjetiva consequente a situações objetivas de violência enfrentadas cotidianamente por determinado grupo de pessoas; 3) Teresa Cristina Carreiro utiliza o termo sofrimento social para discutir a humilhação e a vergonha de

indivíduos sujeitos a processos de desfiliação social – conceito de Robert Castel – e que respondem a esse sofrimento com seus corpos: “a hipótese desenvolvida é a de que este sofrimento não tem visibilidade; ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente” (2003, p. 60). Esta afirmação de Carreteiro de que o sofrimento não é compartilhado coletivamente precisa de melhor reflexão.

Por fim, gostaria de destacar que, dentre as principais referências sobre “sofrimento social” utilizadas na tese, estão os estudos de Bourdieu, principalmente *A miséria do mundo*, livro publicado, na França, em fevereiro de 1993 e que está organizado a partir de entrevistas realizadas e comentadas por uma equipe de sociólogos que revelam os sofrimentos sociais engendrados pelo Estado neoliberal: “entregamos aqui os depoimentos que homens e mulheres nos confiaram a propósito de sua existência e de sua dificuldade de viver” (BOURDIEU, 2012b, p. 9).

### 1.3 A GENTE DE RUA: QUEM É, COMO VIVE

Os sujeitos deste estudo são os “miseráveis do mundo”, “todos aqueles amontoados nos lugares de rejeição social” (BOURDIEU, 2012b, p. 85) que têm suas existências deslegitimadas e destituídas de justificativas e sentidos e que são: os perdedores “na luta simbólica por reconhecimento” (BOURDIEU, 2007b, p. 295); os “danados da terra” (BOURDIEU, 2007b, p. 286), sem futuro e “[...] sem razão social de ser, abandonados à insignificância de uma existência sem necessidade, entregue ao seu absurdo” (BOURDIEU, 2007b, p. 293). São os “condenados da cidade”, atingidos pela marginalização avançada que criminaliza a pobreza com o confinamento punitivo em territórios estigmatizados, e/ou a “carceralização da miséria” (WACQUANT, 2005, p. 199) que leva a “níveis significativamente diferentes de desgraça, isolamento e penúria” (WACQUANT, 2005, p. 9). São os “desfiliaados sociais” (CASTEL, 2013) vulneráveis do trabalho e da sua submissão à ordem de mercado; os trabalhadores estáveis que foram “desestabilizados” e/ou precarizados e/ou tornados “inúteis sociais”; os atingidos por processos de desproteção e desagregação social; os que perderam a segurança no presente e a perspectiva de futuro. São os “desqualificados sociais”, reféns “[...] do processo de enfraquecimento ou ruptura dos vínculos do indivíduo com a sociedade, no sentido da perda da proteção e do reconhecimento social” (PAUGAM, 2013, p. 314). São a “ralé brasileira” (SOUZA, 2009), neste estudo, designada “gente de rua” que se refere a todas as pessoas que encontrei na Praça das Duas Mãos, que moram e vivem na região do Centro Antigo de Salvador (CAS) seja em uma

residência própria ou invadida, seja na rua, em situação de extrema pobreza, desproteção, desqualificação e desfiliação social, sendo, em sua grande maioria, usuários de substâncias psicoativas.

Os estudos de Jessé Souza (2009), em *A ralé brasileira: quem é e como vive*, com a sua argumentação e descrição dessa classe de indivíduos precarizados que se reproduz há anos, bem como o livro *Crack e exclusão social*, que investigou a relação entre o uso de crack e os processos de exclusão social, podem contribuir para a compreensão de quem é e como vive a gente de rua deste estudo.

Um primeiro ponto já destacado por Jessé Souza, na introdução do livro, é que a “violência simbólica”<sup>13</sup>, no Brasil, começa na falsa afirmação de que já conhecemos muito bem a profunda e histórica desigualdade social, que vem de “muito tempo” e que, por isto, não tem resolução imediata. É este tipo de afirmação que “naturaliza e legitima a desigualdade social brasileira, permitindo sua continuidade”. Na verdade, “[...] ela é reproduzida cotidianamente por meios ‘modernos’, especificamente ‘simbólicos’, muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca” (2009, p. 15).

Souza argumenta que a sociedade brasileira atual percebe seus problemas sociais e políticos “colonizada” pela visão “economicista”<sup>14</sup> do mundo social, consolidada na falsa oposição entre o mercado como solução para todos os nossos problemas e o Estado como o lugar da corrupção e do privilégio. Essa falsa oposição faz parecer que os privilégios econômicos de alguns são de interesse do país na luta contra uma corrupção colocada no lugar do grande mal e, supostamente, apenas estatal. “[...] Como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis” (2009, p. 17).

Outro aspecto importante destacado por Souza (2009) é a crença difundida pelo economicismo de que a sociedade é composta por um conjunto homogêneo de pessoas com as mesmas capacidades e disposições para a luta social pelos capitais e que, por um “acaso do

---

<sup>13</sup> Conceito desenvolvido por Bourdieu que será aprofundado e relacionado com a temática tratada ao longo da tese.

<sup>14</sup> Souza (2009) esclarece que o “economicismo” é o subproduto de um liberalismo triunfalista – hoje dominante em todo o planeta – que reduz os problemas sociais e políticos à questão econômica e que se consolidou no Brasil como visão hegemônica entre os anos 70 e 80. Seu sucesso enquanto visão dominante é sustentado não apenas pelos argumentos dos “especialistas”, mas, também e principalmente, das pessoas comuns que “defendem suas teses” e falam, com certeza e autoridade, sobre o mundo social.

destino”, esses milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, com a ajuda passageira de políticas assistenciais pouco sustentáveis, pode ter autonomia para seguir a vida. Essa mesma lógica também coloca a escola – pensada isoladamente e descontextualizadamente – como solução para todos os males quando, na verdade, a desigualdade social começa muito antes, ou seja, na socialização familiar possível (precária, no caso da “ralé”) a partir de “culturas de classes” diferenciadas e reproduzidas através das gerações, de forma afetiva e pré-reflexiva. Isto porque é, principalmente, a herança de “valores imateriais”<sup>15</sup> – emocionais, morais, relacionais e afetivos – que possibilita a reprodução e os privilégios das classes dominantes. Nesta perspectiva, as classes sociais são produto de heranças familiares transmitidas geracionalmente por meio das relações cotidianas e invisíveis que produzem as classes de “vencedores” (a classe alta que detém, principalmente, capital econômico e a classe média que detém prioritariamente capital cultural) e a classe “perdedora” ou “ralé”.

A ralé vive o drama existencial que marca os que foram feitos para fracassar, mesmo que não percebam isto, já que o sentimento de impotência é tornado “culpa individual”<sup>16</sup> enquanto grande parte da população brasileira é marcada pela desestruturação familiar produzida pela miséria cotidiana, pela naturalização do abuso sexual, pela não incorporação de disposições para a inserção no mercado de trabalho, exigente em termos de disciplina e cada vez mais especializado, pelo racismo histórico e negado que reproduz preconceitos e humilhações sociais, pelos estigmas de marginal e bandido impostos aos miseráveis do mundo (SOUZA, 2009).

Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer ‘racional’) são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de ‘mérito individual’ mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que ‘cai do céu’, mas é produzido por heranças afetivas de ‘culturas de classe’ distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la (SOUZA, 2009, p. 23).

---

<sup>15</sup> Souza (2009) alerta que o dinheiro enquanto tal não distingue o rico entre os ricos, mas sim, a herança imaterial – mesmo nos casos das classes em que a riqueza material consolida o privilégio – que vai possibilitar relações vantajosas e acesso a relações sociais que propiciarão a manutenção do capital material.

<sup>16</sup> Essa “culpa individual” é sustentada pelo discurso da “meritocracia” que promove a ideia da superação dos privilégios de nascimento das sociedades pré-modernas e que o desempenho diferencial dos indivíduos é o que realmente importa, mas não diz que existem precondições sociais para esse sucesso supostamente “individual”.

A ralé é reproduzida como corpo vendido e explorado pela classe média e alta para a execução de trabalhos que exigem tempo e energia muscular, mas que são desvalorizados e mal remunerados. É nesse cotidiano de humilhações e falta de reconhecimento que se produz a verdadeira “luta de classes” – entre os despossuídos de todas as oportunidades materiais e simbólicas e as demais classes diferencialmente incluídas – não mais tão barulhenta e, talvez, ainda mais invisível e insidiosa.

Essa classe é moderna. Não é o ‘jeitinho brasileiro’ de 500 anos atrás que a cria, mas a impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial de ‘incorporação’ dos pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico (SOUZA, 2009, p. 25).

A relação entre a desigualdade social, exclusão social e o uso de crack emerge como temática a ser aprofundada a partir da parceria realizada entre o sociólogo Jessé Souza e a SENAD/MJ, originando a publicação, também organizada por Souza (2016a), intitulada *Crack e exclusão social*, cujas análises trazem importantes contribuições para subsidiar as reflexões sobre a gente de rua.

Importante dizer que Souza (2016a) se apoia em muitos conceitos da teoria bourdieusiana – que serão aprofundados ao longo deste estudo que também se fundamenta fortemente na sociologia reflexiva de Bourdieu –, tanto em uma perspectiva metodológica, a partir da “teoria da prática empírica” utilizada para captar como os sujeitos incorporam, de forma pré-reflexiva, as práticas que dominam silenciosamente seus comportamentos bem como conceitual, através dos estudos sobre a dominação social e a forma singular como esta é incorporada pelos agentes, estruturando o *habitus*, temática crucial nas análises empreendidas acerca da produção social da subcidadania dos usuários de crack em situação de rua.

Apresento, a seguir, algumas das principais reflexões desenvolvidas por Souza e colaboradores sobre a temática da exclusão social e suas correlações com os usos e usuários de crack e que interessam para o presente estudo:

1. Souza considera que os problemas relacionados aos usos de crack estão diretamente relacionados à produção e reprodução da ralé estrutural. Os indivíduos são consequência e produto do processo de socialização o que os torna, na maioria das vezes, “marionetes de um drama do qual não somos autores e nem sequer compreendemos” (SOUZA, 2016b, p. 29). O entendimento dos processos visíveis e invisíveis que compõem a temática dos usos e usuários de crack em situação de rua exige o conhecimento dos processos históricos de classificação/desclassificação – inarticulado e implícito até para os próprios

agentes. Para a “ralé”, o processo de socialização familiar é “marcado pela ausência de disposições fundamentais para a conduta bem sucedida na vida social futura e para a apropriação de recursos nas esferas do ensino formal e do trabalho: ausência de autodomínio, disciplina e pensamento prospectivo” (ARENARI; DUTRA, 2016, p. 193).

Complementam estes autores, porém, que esse “*habitus* precário” não pode ser tomado de forma determinista, sendo necessário considerar a importância da interação dos sujeitos nos campos sociais e as mediações institucionais, para confirmação ou reversão de trajetórias de exclusão, ainda que a maioria dos indivíduos com *habitus* precário siga um percurso que acaba por confirmar seu destino de ralé. A “tese” de Brand Arenari e Roberto Dutra (2016, p. 194) é a de que “*habitus* sozinho não faz ralé” e, para consubstanciar esta afirmação, retornam a Bourdieu que considera que, para participar de um determinado campo social é necessária a incorporação dos sentidos de mundo deste campo, tendo como resultado um *habitus* específico na interação com o campo, chamado de *habitus* secundário, enquanto que o *habitus* primário é estruturado no processo de socialização familiar. Nesse sentido, ser pessoa pode ser entendido como uma construção de cada campo, como uma “interpretação presente” sobre o passado estruturante, mas não determinante.

2. A pesquisa coordenada pelo sociólogo Jessé Souza (2016a) demonstra que trajetórias marcadas por dinâmicas cumulativas e diversas de exclusão tendem a motivar processos de afunilamento da existência individual, no caso dos usuários de crack, aos papéis sociais relacionados aos territórios e contextos de uso. Dizem Arenari e Dutra:

O afunilamento da identidade se reflete de forma decisiva na redução dos horizontes temporais à experiência do presente. Os excluídos se adaptam à exclusão não apenas afinando suas expectativas ao pouco ou nada que a sociedade oferece a cada momento, mas também afunilando sua experiência do tempo ao horizonte imediato do presente, transformando a existência em uma sucessão de presentes (2017, p. 3).

Esses processos de afunilamento aprisionam os indivíduos ao presente destituindo os agentes da possibilidade de projetar o futuro. Mas, é importante esclarecer que não é o uso em si do crack que desencadeia esse processo. A questão é se o indivíduo tem acesso ou não a recursos e motivações sociais que impeçam o uso do crack de “afunilar” sua existência, afastando-o ainda mais das dimensões que sustentam a pluralização da identidade. Essa habilidade de planejar o futuro não é inata, ela precisa ser investida socialmente.

3. Para os mesmos autores, no caso da ralé (e dos usuários de crack em situação de rua), o encontro com instituições sociais que promovam o seu reconhecimento e

possibilitem o desenvolvimento do seu status de pessoa, pode sim propiciar a aquisição de habilidades e a construção de “pequenos e longos futuros”. Os encontros de cada agente com as instituições sociais podem ser constitutivos de novos horizontes. Se considerarmos que, da mesma forma que o afunilamento identitário foi construído nas trajetórias de vida a partir dos processos de socialização, a construção de pequenos e longos futuros também seguirá esta mesma lógica constituindo-se a partir dos novos “encontros” realizados, cotidianamente, nos diversos campos sociais por onde circulam e vivem as pessoas, em um processo de influência contínua entre o mundo social e o mundo psíquico.

Ainda como parte desta pesquisa, Marcelo Mayora (2016), em capítulo intitulado “O crack e a rua”, faz algumas reflexões importantes sobre a relação do usuário de crack com a rua afirmando que:

1) a pesquisa indica que não há uma relação de sujeição do usuário à substância, mas que os usos de crack e de outras drogas – inclusive, a possibilidade de uso controlado – fazem parte do contexto no qual ocorrem sem desconsiderar as trajetórias de vida marcadas por um *habitus* precário: “o crack parece se moldar ao cotidiano da caminhada, em busca do lixo reciclável, de sobras, de lata, que ao mesmo tempo pode ser o ganha-pão e o instrumento para o consumo” (MAYORA, 2016, p. 149);

2) o estigma que carrega o usuário de crack potencializa os estigmas que já carrega a “ralé”;

3) os usuários têm o discurso do senso comum que demoniza a droga e responsabiliza o sujeito por sua fraqueza ou falta de força de vontade para interromper o uso;

4) o cotidiano dos usuários de crack, no contexto da rua, produz uma temporalidade específica correspondente aos desafios de uma vida em situação de rua: “[...] o amanhã como repetição do hoje, uma relação com o tempo pautada na imediaticidade” (MAYORA, 2016, p. 149);

5) os usuários de crack dificilmente conseguem se submeter aos trabalhos desqualificados destinados à ralé, pois têm dificuldade em sustentar uma rotina e também em assegurar a higiene corporal, por não terem documentos e/ou por terem “passagem” pela polícia. Nesta perspectiva, submetem-se a trabalhos desqualificados e são explorados e/ou se tornam “delinquentes” de forma passiva (vagabundo) e/ou ativa (como bandido): “Exercer trabalhos desqualificados, mendigar ou praticar ilegalidades na maioria dos casos constituíram momentos na trajetória de vida da mesma pessoa” (MAYORA, 2016, p. 147).

As pesquisas de Jessé Souza são iluminadoras e tocam no que considero ser nosso maior problema no Brasil, qual seja, a indecente desigualdade social que criou, entre nós,



duas classes de pessoas: os vencedores da luta simbólica por reconhecimento e por uma vida com direito à cidadania e futuro e os perdedores desta luta (BOURDIEU, 2007b), que sobrevivem corajosa e penosamente às dores cotidianas do eterno presente que marca a sua vida de “ralé”.

Sob a denominação gente de rua não há um grupo homogêneo, ao contrário, encontram-se pessoas com situações diversas, mas que, há muito tempo, estão nesta luta cotidiana pelo direito de existir. Para descrever essa “gente” real da Cidade de Salvador, as que ocupam os centros e a área onde realizei minha pesquisa, utilizo alguns trechos do relatório “A dimensão social e o quadro de vulnerabilidade do Centro Antigo” de Salvador (CAS), publicado em dezembro de 2009, por Gey Espinheira e colaboradores. Também utilizo outros estudos de Espinheira realizados em bairros periféricos de Salvador e voltados para a compreensão da violência associada à pobreza e à juventude. Suas pesquisas ocorreram em bairros populares, sociologicamente periféricos, onde acontecem as maiores incidências de violências formalmente registradas. O alvo dessas violências, principalmente do homicídio, são os jovens pobres, do sexo masculino, afrodescendentes, configurando o que ele chama de “negrocídio”.

Segundo Espinheira, o CAS sempre foi muito estigmatizado, especialmente por ter concentrado, em passado próximo, muitas práticas de prostituição com a ocorrência de situações de agressão, furtos e homicídios que construía a imagem de um lugar “perigoso”. Pesquisas anteriores realizadas pelo autor (1971; 1984) mostravam que “[...] a maior incidência de violência era provocada pela ação da própria polícia, já que muitos policiais atuavam marginalmente como escroques, chantagistas de mulheres, travestis e mesmo ladrões” (2009a, p. 6). A sensação de insegurança era agravada pelo uso de crack por crianças e adolescentes que assediavam os turistas pedindo dinheiro com a insistência da fissura imposta pela relação estabelecida com a droga, criando uma imagem estigmatizada do CAS como local de drogados.

Apesar das diversas políticas do Estado de retirada da população pobre do CAS, “[...] os excluídos não aceitam a exclusão, têm forte sentimento de pertencimento aos lugares, além de os verem como únicas alternativas de obtenção de renda” (ESPINHEIRA, 2009a, p. 8) lembrando que os “centros da cidade” são espaços de trabalho e consumo de bens e serviços, com alta frequência e circulação durante o dia e um esvaziamento à noite que dá lugar para a dormida de pessoas em situação de rua.

Os relatos dos pesquisadores também revelam as formas de trabalho, de lazer e de moradia nas ruas do CAS:

É espaço para o exercício de práticas que transitam entre vários domínios. É lugar de aventura para pessoas de todas as idades. É lugar de trabalho, do formal ao informal, e daquele labor que se efetiva na aventura e prazer de outros. É também lugar de moradia, e nem sempre a casa, fragilizada em suas precariedades e paredes em ruínas, é lugar de privacidade. A relação pode estar invertida, e dormir nas calçadas, nas ruas, sob a proteção de passantes, pode ser mais garantido, como também no domínio das ruas se pode garantir, na realização de atividades diversas, inclusive na mendicância, o sustento e a manutenção diários, ainda que absolutamente precários (ESPINHEIRA, 2009a, p. 115).

Lugar de contradições, de heterogeneidades, de singularidades coletivas, na esfera do cotidiano, em geral, não restam muitas opções que não sejam as habitações precárias, o abandono, as atividades informais ou ilegais.

O Centro de Salvador, como cenário precarizado, ‘lugar pobre’ ou ‘lugar da pobreza’, guarda variáveis necessárias para o investimento à transgressão, para o desenvolvimento da ilegalidade e da clandestinidade, lugares de acometimento da violência ou do crime, podendo oscilar de pequenos furtos até homicídios. Em um esquema de complexa análise, grupos populacionais vulneráveis, habitantes ou usuários do Centro tradicional, estão submetidos a uma perversa lógica de adversidades, monitorizada pelo capital, que separa, que exclui e que prende estes moradores em um paradoxo pólo: de potenciais praticantes de atos delituosos (ESPINHEIRA, 2009a, p. 127).

Mesmo na inexistência de uma relação causal entre violência e pobreza, é possível afirmar que ambas não são “naturais” ao homem e que, na verdade, são reflexos de variáveis e processos diversos que têm por base a desigualdade social.

No centro da cidade, como em toda a cidade, em suas ruas, praças e vielas, a vida é intensa, feita, refeita e inovada dia e noite. Assim como os lugares, as pessoas são também múltiplas nos diversos tempos do dia e da noite, nunca são as mesmas e ao mesmo tempo são elas mesmas nessa mimese, pois se repetem como se representassem, numa sucessão de cenas, sempre a mesma peça de teatro, a despeito das intervenções urbanas que possam ser propostas e realizadas: é a vida que prossegue, sendo feita e refeita (ESPINHEIRA, 2009a, p. 120).

Na vida que prossegue no centro de Salvador e também nas periferias pobres, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente seus habitantes que, por sua vez, também o degradam, em um processo de retroalimentação. São lugares marginais e que constituem sua própria dinâmica e regras de convivência, muitas vezes coercitivas e marcadas pela violência que, para muitos, se torna uma “necessidade de sobrevivência”. A associação entre violência e pobreza não se dá ao acaso. Disposições internalizadas para o agir violento são vistas por

Espinheira (2008b) como parte de uma convivência familiar e social que se transforma em aprendizado e comportamento necessário em certas situações.

É possível afirmar que vivemos um momento de muita violência urbana, com um número inaceitável de homicídios, estupros, assaltos, agressões físicas e diversas outras práticas criminosas em que os mais atingidos são, como sempre, os jovens pobres e negros das periferias do Brasil. O Mapa da Violência 2017<sup>17</sup> comprova esta afirmação demonstrando que não vivenciamos de forma igualitária essas expressões da violência claramente determinadas pelas questões de gênero, raça e classe. Nesta perspectiva, “a violência se torna para muitos, uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais” (ESPINHEIRA, 2001, p. 9).

No estudo “Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador”, Espinheira (2001) buscou conhecer as disposições internalizadas nos grupos mais jovens, principalmente entre 12 e 31 anos, considerando que a faixa etária de concentração de mortes em Salvador está entre 15 e 29 anos. Nesta pesquisa, ele identifica duas principais motivações para a violência: 1) a “violência como necessidade” ou como modo de ser de pessoas que não tiveram oportunidade de construir outras possibilidades de sobrevivência e de realização a não ser a violência necessária para continuar existindo frente às agressões, ao medo e às frustrações no cotidiano sem perspectivas de futuro; e 2) a violência desnecessária, expressa em situações de intolerância e que acaba em mortes por “motivos fúteis”.

Há um grande número de jovens que vivem um cotidiano dramático de privações, de humilhações e agressões, e que têm em mente ‘descontar’ os constrangimentos a que são submetidos; outros tantos avaliam que ‘não têm nada a perder’ e se predispõem a ações de risco como única alternativa possível para realizar seus objetivos, mesmo que estes não sejam

---

<sup>17</sup> Segundo o relatório, o perfil típico das vítimas fatais permanece o mesmo em 2017: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade. Contudo, na última década, a violência contra jovens e negros aumentou. Entre 2005 e 2015, 318 mil jovens foram assassinados. Analisando o ano de 2015, a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina entre 15 e 29 anos de idade correspondeu a 47,8% do total de óbitos (e 53,8%, se considerarmos apenas os homens entre 15 e 19 anos). No ano de 2015, 60,9 indivíduos, para cada grupo de 100 mil jovens, entre 15 e 29 anos, foram mortos e se considerarmos apenas a juventude masculina, este indicador aumenta para 113,6. Quando analisamos a cor da pele da vítima, verificamos que a diferença de letalidade contra negros em relação ao restante da população aumentou e dois cenários distintos foram observados no período entre 2005 e 2015: enquanto houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Com isso, ao considerar a proporção entre as taxas de homicídio de negros e não negros verifica-se um aumento de 34,7% na diferença de letalidade contra negros. Já em relação às mulheres, em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. No entanto, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 7,4%, entre 2005 e 2015, o indicador equivalente para as mulheres negras aumentou 22,0%.

Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>.

racionalizados, mas resultantes da simples existência cotidiana: prover alimentação, diversão, voluptuosidade e outras satisfações corriqueiras ou extraordinárias, em que o dinheiro tem um significado especial, na verdade torna-se imperativo (ESPINHEIRA, 2001, p. 11).

Ainda referindo-se à cidade de Salvador, Espinheira (2001) considera que os jovens da periferia conformam um “tipo social criminoso” numerosíssimo nos bairros periféricos da nossa cidade. Um tipo em geral com “fenótipo afrodescendente”, estigmatizado pela polícia como vagabundo e marginal, destratado, humilhado e frequentemente agredido quando há batidas ou revistas policiais. Esses jovens residem em lugares marginais, no caso, a periferia de Salvador, sem serviços de saúde, assistenciais, educacionais, culturais e de justiça em número e qualidade suficientes que façam as mediações institucionais fundamentais para que o diálogo e a convivência solidária ocupem o lugar da violência. São jovens e lugares

[...] marcados por uma miséria existencial que impede a privacidade e expõe uns aos outros numa intolerável aproximação e visibilidade, seja por conta das terríveis condições de moradia, seja pelo excessivo avizinhamento delas; de frustração e obstáculos à realizações dos projetos de animação da vida; tudo isso contribui para o estabelecimento de uma barbárie urbana na qual os assassinatos, estupros, agressões as mais diversas são expressões cotidianas que envolvem direta ou indiretamente todos os moradores. Não se trata, pois, de situar a violência como um componente intrínseco à ‘natureza humana’, mas às condições sociais que desumanizam, que embrutecem [...] (ESPINHEIRA, 2001, p. 12-13).

Voltando ao Centro Antigo de Salvador (CAS), local de grandes desigualdades e exclusões sociais, de abandono e sofrimento, Espinheira (2009a) considera que a droga pode ter lugar importante na vida e na sobrevivência econômica das pessoas. Lembra as queixas dos moradores e frequentadores do CAS como lugar de drogados e dos registros dos pesquisadores – na etnografia realizada no local – quanto à presença de usuários de drogas em grande número de localidades visitadas. Nesta perspectiva, considero fundamental apresentar brevemente alguns estudos de colegas baianos que trabalharam no CETAD/UFBA<sup>18</sup>, que refletem sobre os usos e os usuários de crack e sua inserção nesses lugares ditos e tornados marginais, principalmente quando da chegada do crack na cidade de Salvador.

---

<sup>18</sup> O Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), fundado, em 1985, pelo Prof. Antonio Nery Filho, no âmbito da Faculdade de Medicina da UFBA (Departamento de Patologia e Medicina Legal), como Atividade de Extensão, foi um dos primeiros serviços acadêmicos, no Brasil, especializado no cuidado, estudos e pesquisas no campo dos psicoativos e seus usos.

Retornemos a 1996, ao trabalho de Maria Eugenia Nuñez, onde a autora faz uma caracterização dos usuários de crack a partir de entrevistas e de suas experiências no Programa de Redução de Danos (PRD) do CETAD-UFBA:

No Centro Histórico de Salvador, primeiro bairro onde o PRD estabeleceu o seu trabalho, com características diferenciadas dos outros bairros já que é um local de intenso consumo, tráfico de drogas, prostituição e naquela época com grande incidência de HIV entre usuários de drogas injetáveis, o impacto da adesão massiva ao uso de crack foi marcante. Diminuiu de forma acentuada o consumo de drogas injetáveis e por consequência o número de seringas trocadas. Os meios de comunicação, que muitas vezes investem na espetacularização da miséria e na banalização da pobreza, sobretudo jornais e o noticiário policial, abordaram o tema até a sua exaustão (NUÑEZ, 2012, p. 135).

A representação social do “crackeiro” ia sendo massivamente construída pela mídia, obviamente associada aos pobres moradores das periferias, às pessoas em situação de rua, às prostitutas do CAS, dentre outros. Alguns usuários começaram a chegar ao CETAD-UFBA por volta dos anos noventa<sup>19</sup>. A polícia aumentou suas ações violentas de repressão ao tráfico de drogas e às pessoas; o pânico moral foi sendo estrategicamente construído na comunidade baiana, com a demonização da droga e do usuário, justificando “moralmente” o extermínio desta população. O que mudou na cidade com a chegada do crack?, pergunta – e responde – Nuñez:

Foto 1 – CETAD/UFBA, Bairro do Canela, Salvador-BA



O que muda é a droga que o mercado impõe, ou seja, as drogas do momento, como já foram ao longo da história, a cola, o lança perfume, o Rivotril, entre tantas outras. Não devemos desconsiderar os efeitos químicos do crack como substância estimulante, que leva a uma forte compulsão para o uso, provocando diversos danos à saúde do usuário. Porém, o crack, seu efeito e seu uso, fenômeno complexo e heterogêneo, não podem figurar como aquilo que seja capaz de impor uma identidade única aos usuários. O crack mostra e

<sup>19</sup> No CETAD-UFBA, foi possível acompanhar a “chegada” do uso de crack na cidade de Salvador: Em 1993, não se registrou nenhum caso de consumo de crack; em 1995, os usuários de crack já representavam 2% do total de atendimentos; em 1996, 4%; em 1997, 14%; e, em 1998, 40% dos novos pacientes informaram usar crack (NUÑEZ, 2012).

esconde uma ferida social. Cabe a nós perguntar, o que haverá atrás desta grande cortina de fumaça? (2012, p. 168).

Marco Silva (2012), a partir de um estudo com moradores de uma região periférica de Salvador, considera que a chegada do crack e as experiências de uso construíram um saber sobre “redução de danos”, aprendizado este transmitido aos usuários iniciantes, constituindo, assim, uma cultura de uso”. Nesta perspectiva, destaco da pesquisa de Silva as interessantes estratégias de autorregulação do uso de crack construídas e relatadas pelos usuários, muitas delas ainda presentes no contexto da rua:

- 1) utilização da pedra do crack com maconha, conhecido como “pitolho”;
- 2) diminuição do consumo de outras substâncias que aumentam o desejo pelo crack, como o álcool;
- 3) evitar locais de comércio e uso de drogas;
- 4) circular em outros espaços, evitando encontrar os parceiros de uso;
- 5) tentar utilizar de forma organizada e planejada o tempo livre;
- 6) manter afastamento total do contexto social de uso de drogas;
- 7) tomar cuidado com a gestão do dinheiro, cumprindo as responsabilidades e compromissos financeiros antes do início do consumo;
- 8) guardar o dinheiro para o cumprimento das obrigações familiares;
- 9) pagar todas as dívidas, principalmente com o tráfico etc.

Outro dado importante da pesquisa de Silva (2012) se refere às estratégias utilizadas para a obtenção do crack. A maioria dos usuários afirmou que, apesar de terem uma profissão, sobreviviam de trabalhos eventuais e informais, com baixa remuneração, o que levava ao envolvimento com atividades ilícitas, por um lado, melhor remuneradas, mas que, por outro, deixava-os sujeitos ao tráfico e suas “leis”. O autor conclui que a frágil formação cultural e escolar diminui as possibilidades de inserção social e no mercado de trabalho, com menor poder aquisitivo, inclusive para a compra da droga, aumentando as vulnerabilidades e os agravos consequentes ao uso da droga. Estes resultados estão de acordo com os estudos de Jean-Paul Grund (1993) que afirma que uma boa estrutura de vida é capaz de reduzir riscos relativos a que a aquisição da droga se torne o único foco de interesse do usuário com o “afunilamento existencial” que refere Jessé Souza (2016a).

Para finalizar esses relatos de experiência de uso de crack nos lugares tornados marginais na cidade de Salvador<sup>20</sup>, o texto de Luana Malheiro responde bem e eticamente à pergunta de Nuñez sobre o que há por trás da “cortina de fumaça”. Diz ela:

[...] são sujeitos habitados pelo desejo, pela sexualidade, pelo amor, pela frustração, pelo abandono, pela morte; levam inscritos em si a sua história de vida. Questionam-se quanto ao sentido de suas vidas, assim como fazemos todos. Têm conflitos permanentes, como todos os seres humanos que habitam a Terra e convivem com a eterna angústia da existência (MALHEIRO, 2012, p. 282).

É, também, a gente de rua desta pesquisa, herdeira dos sofrimentos sociais dos que habitam às margens da sociedade e, por isto mesmo, alvos de uma política dita de “guerra às drogas” que, na verdade, é uma política de guerra a essas pessoas historicamente condenadas da cidade.

Ainda que este não seja um estudo sobre as drogas, elas fazem parte do cotidiano da gente de rua, tanto na perspectiva do uso como do comércio, sendo importante, portanto, um olhar socioantropológico sobre a temática a subsidiar as reflexões que são feitas ao longo da tese.

#### 1.4 UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO PARA OS USOS E USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Segundo Edward MacRae (2002), os estudos de cunho sociológico sobre os usos e usuários de substâncias psicoativas foram desenvolvidos, principalmente, nos Estados Unidos, a partir da década de 1920, pelos interacionistas simbólicos. Na década de 60, o cientista social Howard S. Becker (2008), em um estudo precursor sobre usuários de maconha denominado *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, argumentou que era errado taxar os desviantes sociais como pessoas acometidas de uma patologia e que a atribuição do rótulo de desviante poderia trazer como consequência um processo de deterioração da identidade do indivíduo, levando à construção de uma carreira moral pautada na “imperfeição” original. Sobre este tema, Antonio Nery Filho e Marcos Luciano Messeder refletem que um aspecto importante para a consolidação de um comportamento desviante é a experiência pública da

---

<sup>20</sup> É importante dizer que há outros estudos, inclusive de cunho etnográfico, realizados no CAS e que, dentre os autores que acompanharam a chegada do crack em Salvador, fiz a escolha de utilizar estes com os quais trabalhei no CETAD-UFBA e dialoguei reflexivamente sobre a temática.

transgressão: “[...] estigmatizado, marcado, o sujeito passa a carregar o fardo da identidade de marginal, que aos poucos vai se construindo. [...] O corolário dessa trajetória será a incorporação a um grupo organizado de desviantes” (2004, p. 63).

Outro relevante trabalho de Becker que discute a temática do uso de drogas é *Uma teoria da ação coletiva*, estudo no qual o autor destaca a importância de se considerar a tríade indivíduo–contexto–substância para o entendimento do fenômeno das drogas:

Evidências experimentais, antropológicas e sociológicas convenceram grande parte dos observadores de que os efeitos de uma droga variam muito, dependendo de variações na fisiologia e psicologia das pessoas que as tomam, do estado em que a pessoa se encontra quando ingere a droga e da situação na qual ocorre a ingestão (1976, p. 181).

Becker (1976) também discute a importância do saber sobre as substâncias que se desenvolve entre os usuários, referindo-se a uma “cultura das drogas”, ou seja, os entendimentos comuns que os usuários têm sobre a substância, suas características e usos. Para Espinheira, a cultura das drogas pode ser entendida como “um modo social de articulação de atitudes, de linguagem particular, que os usuários reproduzem para se comunicarem entre si e marcarem suas identidades de indivíduos e grupos frente aos demais” (2004, p. 18).

Importa destacar, então, que os efeitos dos usos de drogas estarão sempre relacionados aos cenários e vivências sociais e, neste sentido, torna-se necessário compreender os saberes e práticas que são produzidos na interação com estes cenários. Os usos de drogas e seus efeitos dependerão mais do usuário e dos significados singulares – marcados pelos significados coletivos construídos contextual e historicamente – que ele atribui ao uso em determinado contexto do que da droga em si, o que implica que não se pode delegar uma autonomia à substância, como tão comumente se faz. Como diria Gilberto Velho, o “mundo das drogas” está vinculado às “redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo bem como ao conjunto de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressariam modos particulares de construção social da realidade” (1994, p. 84).

Outro importante autor no campo é Norman Zinberg (1984) que realizou sua pesquisa com usuários de maconha 25 anos depois de Becker e constatou que muitas conclusões do sociólogo continuavam atuais. Estudou sobre o que chamou de “uso controlado” de psicoativos concluindo que o uso de drogas é marcado por controles sociais



estruturados a partir das “sanções sociais” e dos “rituais sociais”<sup>21</sup>. Considera o autor que o processo de aquisição de rituais e sanções de controle são muito singulares, variando entre os sujeitos, mas reforça que é “entre os usuários” que as principais práticas de controle de uso de drogas são construídas, apesar do imaginário social que considera que a convivência entre usuários tem função apenas desestruturante e reforçadora do uso problemático de psicoativos.

Grund (1993)<sup>22</sup>, mais recentemente, explorou as relações entre regras e rituais, importantes agentes reguladores<sup>23</sup>, estrutura de vida e disponibilidade da droga, retomando o modelo de Zinberg (1984). Nesta perspectiva, introduz dois novos fatores: 1) a importância de uma boa estrutura de vida do usuário, entendida como as atividades regulares, convencionais ou até relacionadas às drogas que organizam a vida cotidiana; e 2) a disponibilidade adequada das substâncias, que evitaria que a sua aquisição se tornasse o único foco de interesse do usuário. As normas e regras de uso de drogas determinariam e restringiriam os padrões de uso de drogas evitando uma desorganização da estrutura de vida. Refere-se a um circuito de *feedback* em que a disponibilidade da droga contribui para a manutenção de regras e rituais reguladores que, por sua vez, sustentam a estrutura de vida necessária para manter os recursos econômicos para a disponibilidade da droga em um processo de retroalimentação.

Macrae, referindo-se ao estudo de Grund (1993), reforça que:

[...] uma vida altamente estruturada permitiria que o usuário mantivesse a estabilidade na disponibilidade da droga, essencial para a formação e manutenção das regras e rituais. A auto-regulação do consumo de drogas e seus efeitos seriam, portanto, questão de um equilíbrio (precário) em uma corrente de retroalimentação circular (MACRAE, 2006, p. 366).

Grund (1993) conclui seu estudo enfatizando a necessidade de implementação de políticas que reforcem esses processos “naturais” de autorregulação, ao contrário das políticas proibicionistas que interferem negativamente nesse circuito de retroalimentação circular.

---

<sup>21</sup> MacRae (2001) esclarece que as “sanções sociais” dizem respeito às normas que determinam os modos de uso a partir dos valores e regras de comportamento compartilhadas informalmente e, também, formalmente, através, por exemplo, das leis e políticas de regulação do uso. Já os “rituais sociais” seriam os padrões de comportamento mais indicados em relação ao consumo de uma determinada substância psicoativa (SPA), ou seja, suas formas de utilização, a escolha do local para uso, as práticas empreendidas antes e após o uso, incluindo as tentativas de minimizar os efeitos indesejáveis.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://ia600204.us.archive.org/32/items/DrugUseAsASocialRitual/Drug%20use%20as%20a%20social%20ritual.pdf>>.

<sup>23</sup> Grund (1993) considera que as regras e rituais de uso e compartilhamento de drogas regulam a experiência individual determinando condutas que contribuem para dar sentido à experiência da droga, ao tempo em que ajudam a organizar, ainda que precariamente, as relações sociais.

Podemos então dizer que Howard Becker (1976), Zinberg (1984) e Grund (1993) realizaram pesquisas importantes sobre os usos e usuários de substâncias psicoativas com uma abordagem sociocultural da questão. Becker, com o conceito de rótulo e a deterioração da identidade do desviante; Zinberg, que se destacou ao estudar o “uso controlado” de psicoativos e constatar que é fortemente determinado por controles sociais, principalmente entre os usuários; Grund, que trouxe importantes contribuições sobre a autorregulação dos usos de drogas, considerando a estrutura de vida, a disponibilidade da droga e os rituais de compartilhamento. Para Macrae (2006), estes estudos têm contribuído bastante para a construção de medidas de redução de danos associados ao uso de substâncias psicoativas.

Em uma perspectiva histórica, destaca-se o trabalho de Antonio Escohotado (1995), *Historia de las drogas*, importante contribuição sobre a trajetória histórico-social das drogas e seus usos. Comentam Sérgio Trad, Leny Trad e Oriol Romaní (2015, p. 31) que este estudo “tornou-se um marco da literatura ibero-americana sobre o tema, colaborando para a compreensão da trajetória histórico-social do fenômeno drogas e para a ruptura com o paradigma ‘proibicionista’”.

Escohotado<sup>24</sup> lembra que, antes de sermos submetidos ao paradigma proibicionista, a definição sobre drogas geralmente admitida era a grega: “*Phármakon es una sustancia que comprende a la vez el remedio y el veneno; no una cosa u otra, sino ambas a la vez*” (2005, p. 12), ou seja, predominava a concepção de que as drogas, tanto poderiam fazer bem, como mal:

*[...] cualquier droga constituye un potencial veneno y un potencial remedio, el hecho de ser nociva o benéfica en cada caso determinado depende exclusivamente de: a) dosis; b) ocasión para la que se emplea; c) pureza; d) condiciones de acceso a ese producto y pautas culturales de uso. La cuarta de estas circunstancias es extra farmacológica, aunque tenga actualmente un peso comparable a las farmacológicas (2005, p. 13).*

Na revisão de literatura no campo das Ciências Sociais realizada por Trad, Trad e Romaní (2015), “Contribuições das Ciências Sociais ao estudo sobre o uso de drogas e o diálogo com a produção nacional contemporânea”, os autores consideram que os estudos empreendidos neste campo foram muito importantes para modificar a compreensão sobre o objeto “droga” deslocando o olhar das substâncias para outros aspectos que envolvem os

---

<sup>24</sup> O livro de Antonio Escohotado, *Aprendiendo de las drogas: usos y abusos, prejuicios y desafíos*, 2005, digitalizado por LIBERTAD, encontra-se disponível em: <<http://www.edu.xunta.gal/centros/iesmontecastelo/system/files/Antonio+Escohotado+-+Aprendiendo+de+las+drogas.pdf>>.

diferentes grupos de usuários e seus contextos de inserção e permanência neste universo, as dinâmicas e culturas de uso, os signos, significados e representações em torno do fenômeno drogas, dentre outros.

Já na recente revisão de literatura intitulada “À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social: uma revisão narrativa”, Lidiane Toledo, Andrés Gongora e Francisco Inácio Bastos propõem “[...] discutir o estado da arte, do ponto de vista teórico e contextual, do uso de crack em cenas abertas e de situações à margem em que os usuários se encontram”. Os autores apresentam pesquisas realizadas por Philippe Bourgois<sup>25</sup> e María Epele<sup>26</sup>, na Califórnia e em Buenos Aires, respectivamente, destacando que a intensificação dos problemas relacionados às drogas se deve, por um lado, à fragilização e, até, à ausência de políticas sociais e, por outro, à consolidação de políticas econômicas pautadas no modelo neoliberal, tendo como consequência o aumento da pobreza, a exclusão social dos usuários e uma atuação mais violenta dos profissionais da segurança pública. Consideram que o uso de crack, nesses territórios de pobreza e vulnerabilidade social também podem estar associados a uma “[...] busca por alívio (ao menos, parcial, e certamente contraditório, pois o uso se mostra associado a danos e riscos adicionais) das condições de dor e sofrimento individual e social” (2017, p. 32; 33) e destacam que, no Brasil, estudos diversos têm evidenciado que as condições de exclusão e pobreza extrema de usuários de drogas, a exposição a situações que põem em risco sua saúde e reforçam o envolvimento criminal<sup>27</sup> que os insere ainda mais em uma situação de vulnerabilidade social. Nesta perspectiva, o consumo de crack se torna mais

<sup>25</sup> Bourgois é professor do Departamento de Antropologia e Medicina de Família e de Práticas Comunitárias na Universidade da Pensilvânia e foi premiado pela publicação, em 1995, de *In search of respect: selling crack in el barrio*, consequência de uma etnografia de cinco anos no coração porto-riquenho do Harlem, com usuários e vendedores de crack. Na primorosa resenha de Daniel de Lucca (2011) sobre a etnografia de Bourgois, ele considera que o eixo transversal do estudo é a questão da manutenção da dignidade em um espaço social marcado pelas violências que fazem parte das vivências nas ruas. A esta etnografia seguiu-se outra, desta vez, em parceria com o fotógrafo Jeff Schonberg e em acampamentos de dependentes de heroína em São Francisco, orientada para as formas mais radicais da pobreza e da marginalidade nos EUA. É desta experiência de campo que sai o seu livro, *Righteous dopefiend*, no qual o autor propõe mostrar como a força da política neoliberal opera no nível da vida cotidiana e acarreta sofrimento.

<sup>26</sup> María Epele é professora associada da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Tem realizado pesquisas etnográficas com as temáticas da pobreza, do uso problemático de drogas, violências e poder. Dentre sua vasta publicação, destaco os seguintes livros: *Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*. Buenos Aires: Paidós 2010; *Padecer, cuidar y tratar*. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

<sup>27</sup> Na segunda parte do texto, os autores tratam de “uso de crack em cenas abertas e envolvimento em atividades ilícitas” referindo que o envolvimento de usuários de crack com situações criminosas tem sido constatado em estudos brasileiros e que, inclusive, em uma pesquisa realizada com 160 usuários com idades entre 18 e 24 anos, selecionados em cenas abertas, no Rio de Janeiro e em Salvador, os usuários apresentaram histórico de prisões ao longo da vida, chegando a 56%, em Salvador, e 28%, no Rio de Janeiro (CRUZ, 2013, p. 536).

relevante como parte deste contexto pelos seus efeitos sociais e individuais, considerando a grande visibilidade do uso e do tráfico em locais abertos e aos olhos atentos e repressivos da sociedade e da mídia. As “cracolândias” ou “territórios das drogas” como refere Regina Medeiros (2014)<sup>28</sup> são tidos como locais de degradação humana, prostituição, violência, crime e morte, aportando valores sociais negativos em relação aos usuários

Encerrando o artigo, os autores partem do conceito de margens das antropólogas Das e Poole e do conceito de desvio, de Howard Becker, para assinalar que “a atuação estatal junto às populações à margem é determinada pelo recurso constante à vigilância e uso de violência, com ações de repressão através do poder de polícia do Estado para impor regras” (2008, p. 36). Também trabalham o interessante conceito de Misse (2010) de “sujeição criminal”, que se refere ao processo de criminalização de determinados sujeitos, pelas suas características e classificação social e não pelas ações realizadas por eles.

[...] a certos tipos socialmente demarcados pela situação de pobreza. Pela cor da pele e pelo estilo de vida, entre outras características (a depender dos diferentes contextos e culturas, suas normas e valores), que trariam consigo um conjunto de signos corporais, que comunicariam sinais de perigo social, recaindo sobre eles a suspeita de potencial criminoso, assim percebido pelos que os estigmatizam (TOLEDO; GONGORA; BASTOS, 2017, p. 37).

Os autores concluem reafirmando que o agravamento da marginalização e da exclusão social dos usuários de crack se deve à situação de exclusão social que marca suas histórias de vidas, agravada pelos estigmas e preconceitos de que são alvos bem como à forte repressão policial e ao pouco acesso às políticas públicas de saúde e apoio social, favorecendo o envolvimento de muitos com situações de violência e pequenos roubos, vulnerabilizando-os e marginalizando-os ainda mais.

No Brasil, no campo das Ciências Sociais, ainda que recentes, são cada vez mais frequentes as pesquisas que articulam os usos de drogas – especialmente o crack – e a vida na rua. A região conhecida pejorativamente – e preconceituosamente – como “cracolândia”, no bairro da Luz, na cidade de São Paulo tem sido o território escolhido para muitos estudos etnográficos. Apresentaremos a seguir os resultados de alguns desses estudos.

---

<sup>28</sup> No estudo de Medeiros, ela enfatiza que o imaginário social negativo sobre o crack, seus usuários e os “territórios das drogas” reforça valores sociais como “[...] a intolerância, a discriminação, a suspeita e o medo. Esses fatores são expressos em uma sucessão de rituais cotidianos de identificação e humilhação e são apresentados de forma descomunal pelos veículos de comunicação de massa, provocando impactos eficazes nas imagens estereotipadas e nas representações negativas apresentadas à população em geral” (2014, p. 108).

Começamos com o trabalho de Taniele Rui que originou o livro *Nas tramas do crack*: etnografia da abjeção, consequência de sua tese de doutorado na Universidade de Campinas (UNICAMP) e consagrada com o prêmio CAPES 2013. Um dos pontos importantes sinalizados pela autora se refere à relação entre a corporalidade do usuário e a sujeição a uma forte abjeção, ou seja, a apreensão visual e sensorial acerca do usuário reduz a complexidade das experiências corporais ali marcadas. Seu principal argumento, em suas palavras:

[...] é o de que não é possível pensar em todo esse efeito público e político sem levar em conta o fato de que ele se liga intimamente à rejeição ou à comiseração diante de uma corporalidade específica, que materializa um tipo social, uma pessoa que, por sua vez, nos obriga a refletir acerca dos limites da experiência humana (2014a, p. 279).

Ainda para a autora, não é possível separar corpo e consumo de substância, pois que estes são atos que se repetem, materializam e corporificam. Sem o crack, não há essa construção corporal, essa construção de pessoa, essas relações que se tornam abjetas. Esse corpo abjeto é construído a partir dos sistemas de valores e normas predominantes, mas, também, das contingências vivenciadas no cotidiano e que “escapam ao controle” dos projetos pretensamente hegemônicos, como diz, no posfácio do livro de Rui, Simone Frangella:

[...] a presença desses corpos está intimamente ligada aos espaços do qual se apropriam, vistos como geografias de exceção. São corpos e lugares sujeitos à negação de sua existência e constituem o reverso da moeda das relações de poder, sendo, assim, passíveis da intervenção política (2014, p. 369).

Mas esses são corpos que também resistem. Para Taniele Rui, os usuários de crack não assistem passivamente à abjeção dos seus corpos. Eles produzem esses corpos que refletem a situação em que se encontram. A autora considera, ainda, que a insistência dos usuários em permanecer nesses locais, ainda que sujeitos a tantas humilhações e situações de violência, “é, para mim, a prova mais cabal e dramática da força das práticas espaciais, bem como das disputas pelos usos de uma cidade” (2014a, p. 365). Citando Michel Agier (2011), ela afirma: “inscrever-se no espaço é promover uma política da vida que resiste” (RUI, 2014b, p. 103). Também no artigo intitulado “Usos da ‘Luz’ e da ‘Cracolândia’: etnografia de práticas espaciais”, destaca a ocupação itinerante dos usuários da “Luz” como uma estratégia de resistência face às repetidas e violentas tentativas de repressão e retirada do local.

[...] ênfase que o jogo entre violência, resistência e vulnerabilidade, quando esmiuçado etnograficamente, permite observar uma dinâmica mais complexa

entre legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, moral e imoral; também permite atentar para as conexões entre a produção do vulnerável e toda uma lógica de tratamento, atenção e conversão, formal e informal – revelada de modo exemplar pela expressão ‘balcão de informação’ – que articula, mais uma vez, produção corporal e estratégias de vida para a resistência errante em uma territorialidade urbana (RUI, 2014b, p. 102).

Nesta mesma perspectiva, Luciane Raupp e Rubens Adorno, ao estudarem os “Circuitos de uso de crack na região central de São Paulo (SP, Brasil)”, apontam que, dada a dificuldade do poder público em conter o uso de drogas, a alternativa passa a ser a tentativa de controle sobre o território. Contraditoriamente, as ações de expulsão dos usuários desses locais fazem com que eles se desloquem e se instalem em novas áreas, principalmente, no entorno<sup>29</sup>, constituindo “novas cracolândias”, “[...] buscando por espaços nos interstícios da cidade como forma de sobrevivência reativa a sua criminalização e estigmatização” (2011, p. 2621).

Também a partir de um estudo etnográfico sobre o consumo de crack na região central de São Paulo, Taniele Rui et al. (2014c) discutem as experiências práticas, subjetivas e simbólicas dos usuários de crack no bairro da Luz-SP e refletem sobre alguns pontos importantes:

1) muitos usuários de crack associam o início ou o aumento do consumo da substância a momentos críticos, de ruptura, relacionados a decepções e desilusões amorosas e familiares;

2) o sofrimento social dos usuários de crack na região Central de São Paulo se refere às relações entre a experiência subjetiva do mal-estar referida pelos usuários e o

<sup>29</sup> É importante esclarecer que a chamada “cracolândia” paulista “[...] está muito longe de ser um mero logradouro físico, dado que foi se alterando e se deslocando no correr dessas duas décadas, pelas imediações do bairro da Luz e outros próximos; Ruas Guaianazes, do Triunfo, Vitória, Mauá, Glete, Helvétia, Ana Cintra, dos Protestantes, dos Gusmões, dos Andradas e General Couto de Magalhães; Largo General Osório, alamedas Dino Bueno e Barão de Piracicaba; trechos das avenidas Cásper Líbero, Duque de Caxias, Rio Branco e Ipiranga; praças Princesa Isabel e Júlio Prestes; todos endereços que já nos deram indícios das adjacências e concentrações dos usuários de crack” (RUI, 2014a, p. 96). Nesta perspectiva, não há contradição na afirmação de Rui de que, frente às ações de expulsão do Estado, os usuários insistem em permanecer no local em uma “ocupação itinerante” e a afirmação de Raupp e Adorno (2011) de que essas ações do Estado fazem com que os usuários busquem por “espaços nos interstícios da cidade”. Essa “ocupação itinerante” de “espaços nos interstícios da cidade”, considerada estratégia de sobrevivência e resistência, pode ser observada também aqui, no CAS, na circulação dos usuários na região, território que engloba várias ruas e bairros. Lembro, ainda, que, além da estratégia da circulação, há outras formas de ocupar o território e que estão também relacionadas com um modo singular de apropriação e luta pelo/no espaço social, não sendo possível falar dos usuários de crack como se fossem uma “massa”.

contexto sócio-histórico mais amplo fortemente marcado por relações desiguais de poder, marginalização e exclusão social e que dá contornos e significados a esta experiência singular;

3) outro ponto que merece destaque nas narrativas dos usuários diz respeito à relação de prazer com a substância, levando os autores a refletirem sobre a inquietante injunção entre agonia e êxtase que configura tais experiências: “Há dor, mas há também prazer, uma amarga delícia” (RUI et al., 2014c, p. 97).

4) o crack, na percepção dos usuários, não é bom ou mau em si mesmo, mas é percebido como podendo fazer mal se usado de forma indevida, daí o uso de variadas técnicas de redução de danos construídas pelos usuários, sendo muitos os cuidados de si e dos outros, mas, também, os descuidados.

5) por fim, no tópico final, os autores vão refletir sobre os pedidos de interromper o consumo e seus possíveis significados enquanto reinvenção da vida. Percebem que os pedidos de interrupção não se pautam apenas no desenho de parar de consumir a droga, muito menos “para sempre”, mas

[...] acionam uma cadeia de reflexão bem ampla que mescla dúvidas quanto a se afastar (ou não) da região e, conseqüentemente, dos amigos, aos riscos a que estão de fato expostos e, tudo isso, à dificuldade em organizar o próprio dinheiro ou a própria rotina. É como se a tensão do espaço se confundisse com a tensão subjetiva (RUI et al., 2014c, p. 106).

Para os autores, esses elementos apontam para um desejo de mudança de posição simbólica, o que não implica, necessariamente, a abstinência como condição, mas a possibilidade de reordenação e de reinvenção da própria vida.

A região Central de São Paulo, bairro da Luz, a dita “cracolândia” brasileira tem sido campo de muitas disputas e ações de controle e tentativas reiteradas de retirada dos usuários moradores daquela área, mas, também, tem sido o cenário de muitos estudos, pesquisas e movimentos de resistência que podem possibilitar a construção de estratégias de cuidado mais humanas e éticas com uma população que continua resistindo e reinventando a vida, cotidianamente, mesmo quando a regra é morrer.

Pensemos, então, sobre o que e como seriam esses movimentos de resistência em contextos de tanta pobreza, violência e humilhação social para os principais autores referência deste estudo, a maioria já citados neste capítulo.

## 1.5 SOBRE OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE POBREZA E DE VIOLÊNCIAS

Começemos com Bourdieu e a forma como ele percebe o campo político e as possibilidades dos dominados subverterem a “ordem das coisas”.

Para Bourdieu (2011), o campo político é relativamente autônomo no interior do macrocosmo social, um microcosmo que tem leis próprias e que funciona sob a separação entre os profissionais e os “profanos”, pois que exige uma certa especialização para “fazer parte” dele, havendo, neste sentido, uma possibilidade desigual de acesso ao seu universo que são as condições sociais como tempo livre para dedicar-se às atividades do campo – e, portanto, capital econômico para atuar e liberar-se das atividades produtivas – e, também, capital cultural. Sendo assim, esse campo se apoia nessa exclusão.

Os políticos são os “profissionais” desse campo e o que dizem ou fazem, em grande parte, não é determinado pelos “profanos” – apesar de fazerem parecer que sim – mas pela relação com os outros membros do campo na luta pelo poder de impor a visão legítima do mundo social e, também, pelo poder do Estado, que impõe princípios de classificação fundamentais. O capital político se sustenta no poder simbólico advindo da reputação, ou seja, da maneira como o agente é conhecido e reconhecido. Cada vez mais, porém, esse capital político do agente depende do peso de seu partido e do peso que o agente tem no seu interior. Uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não tem outra função que a de reproduzir o aparelho e, ao reproduzir o aparelho, reproduzir-se (BOURDIEU, 2011).

Diante desse contexto, “[...] a luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2007b, p. 226). A essência do movimento social é a “subversão simbólica” que realiza uma ação de desconstrução e de construção simbólicas objetivando constituir novas categorias de percepção, de avaliação e de classificação (BOURDIEU, 2012a, p. 148) e, nesta perspectiva, talvez seja preciso inventar novas formas de manifestação e de mobilização política visível e com forte investimento de capital cultural.

Então, a luta política, para Bourdieu, está centrada nas estratégias de revelação da “verdade”, pois

[...] é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da doxa, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (1998, p. 15).



Assim como Bourdieu, para Jessé Souza o conhecimento é uma arma política no sentido de que a luta política é uma luta de percepção (teórica e prática), de desencobrimento dos discursos de “verdade” que sustentam as classes dominantes no poder. A elite brasileira tem o monopólio das ideias e, com isto, comanda os sentimentos e opiniões da sociedade em geral. As ideias não ficam nos livros, tornam-se práticas que vão se ligar aos interesses econômicos e políticos de certos grupos e vão dominar o comportamento. Nesta perspectiva, Souza defende que “[...] a ‘crítica das ideias’ dominantes é a primeira trincheira de luta contra os ‘interesses dominantes’ que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos” (2015, p. 13) e revela que o seu esforço tem sido o de utilizar o conhecimento como “arma de combate”, possibilitando ao cidadão brasileiro destituído das precondições para compreender a ordem das coisas, tornar-se sujeito de seu destino. À ciência social crítica cabe:

[...] dar voz ao sofrimento, à humilhação e à dor silenciados pelas interpretações dominantes daqueles a quem faltam armas para expressar e fazer valer sua indignação e revolta justa [...] Seu dever é, em resumo, parafraseando Pierre Bourdieu, restituir, àqueles que foram transformados em marionetes de um drama que não compreendem e do qual não são os autores, o sentido e o comando de sua própria vida (SOUZA, 2015, p. 251-252).

E é exatamente esse trabalho crítico que faz o professor-pesquisador baiano Gey Espinheira. Ele considera que todo sociólogo sonha que seu trabalho um dia modifique a sociedade e, nesta perspectiva, a Sociologia precisa estar a serviço das transformações sociais. Para tanto, adota a “Sociologia de intervenção”, de Rémi Hess, como prática, nos seus trabalhos em comunidades periféricas em Salvador: “Todo sociólogo sonhou um dia ou outro que os seus trabalhos tivessem efeito social. Todo sociólogo teve o desejo de ver suas pesquisas modificarem a sociedade. Por detrás de todo sociólogo dormita a ideia de mudança social” (HESS, 1983<sup>30</sup>, p. 12 apud ESPINHEIRA, 2008a, p. 16).

Na sociologia de intervenção, o campo de atuação é a vida social em determinado espaço social; são as pessoas, reais, em interação no jogo das figurações sendo o ofício do sociólogo o de “[...] realizar o desencobrimento, o de revelar o oculto, o de esclarecer o enigma da vida social. Reler, também, o que já conhecido poderia aparecer de outro modo aos nossos olhos”. Há, sempre, por trás da aparência, uma essência a ser desvendada e, nesse processo, nos modificamos e geramos uma ação transformadora que constrói outras

---

<sup>30</sup> HESS, Rémi. *Sociologia da intervenção*. Tradução Carlos Fernandes Maia. Porto: Rés 1983.

realidades. Uma atividade que é, ao mesmo tempo, pensamento e ação. “[...] Ação de saber e de fazer, portanto de conhecer, de descobrir” (ESPINHEIRA, 2008a, p. 26; 79).

No livro *Sociedade do medo*, Espinheira apresenta os resultados da sua pesquisa intervenção em um bairro popular de Salvador com o objetivo de compreensão da violência associada à pobreza e à juventude e, também, de redução de danos sociais a partir da intervenção do Projeto de Convivência, Arte & Criação. O projeto promovia o contato com “novas experiências, implicava em uma crítica na apreensão de si, em sua condição de estar-no-mundo e de fazer-se ser-no-mundo”. Enfatizando a convivência como ponto crucial das possibilidades da vida social e de suas transformações considera que “[...] o impacto da sociologia de intervenção está no fato de que o conhecimento produzido é transmitido aos atores envolvidos para o conhecimento de si mesmo e do mundo em que estão a partir da experiência vivida da intervenção” (2008b, p. 24; 71).

Espinheira (2008b, p. 74) relata que é “bem sintomática” a reação dos jovens ao se perceberem no seu espaço social (empobrecido), diante da visão da cidade de Salvador “vendida” aos turistas e descoberta por ele no artigo sobre o mito da baianidade (ESPINHEIRA, 2002a), texto que denuncia a imensa desigualdade social baiana mascarada nas, também, imensas belezas e culturas que marcam essas terras:

Vindo dos setores produtivos ou institucionais, o marketing de Salvador e da Bahia é acintosamente cínico, e todo cinismo, dissimulado em verdade, em sedução do próprio baiano morador da cidade que, quando apanhada em sua totalidade, se mostra fragmentada, diversa, diferente, desigual; sustentada na frágil ideia de baianidade a borbulhar como o azeite de dendê fervente que extrai dos temperos vegetais e das carnes dos peixes, crustáceos e mariscos os gostos que dão unidade à moqueca.

A baianidade, como o dendê, é o veículo, portanto, o caldo cultural que é a cidade cosmopolita; a ideologia que permite a dominação aparentemente suave, adoçada e gentil que mantém a maioria de seu povo nas mais baixas condições de vida, afastada da centralidade de tudo, porque ela é afro-descendente, estigmatizada pela posição na qual foi disposta na hierarquia social e na qual é preservada. Fundamento da ‘fábula das três raças’ (DaMatta, 1981), do branco dominante, do índio extinto – caboclo heroico do 2 de julho, altivo em sua corporificação em bronze na principal praça da cidade, o Campo grande – e do afro-descendente, em proporção amazônica a colorir a cidade em sua efervescência cotidiana (ESPINHEIRA, 2008b, p. 74)..

Nas caminhadas, encontros e convivências possibilitadas na execução da pesquisa intervenção em comunidades empobrecidas de Salvador, realizada por Gey Espinheira e seus pesquisadores – alunos da Universidade Federal da Bahia – ele se modificou, modificou pessoas, interferiu – e não se omitiu – nas realidades sociais “pesquisadas”. Ao testemunhar

os dramas dessa gente, ouvir seus sofrimentos, elevar a sua voz junto com as vozes indignadas dos moradores cujo desencobrimento da “verdade” instigou reações e organização contra a “ordem das coisas”, sempre esteve preocupado eticamente em devolver para a sociedade o conhecimento que foi possível co-produzir nesses espaços complexos, contraditórios e tornados potentes pela sua presença e de seus alunos militantes captadores de sonhos. Presenças tornadas resistências:

[...] ‘são as relações de poder a concretude do mundo em que se desenrola a vida cotidiana’ e, neste sentido, é preciso se posicionar, não compactuar com a prática perversa de dar aos pobres a pobreza, mas construir espaços possíveis – e políticos – de participação social. Eis a nossa posição ética (ESPINHEIRA, 2008a, p. 45).

Nessa mesma perspectiva de Gey Espinheira, é importante referir o trabalho de “renovação das Ciências Sociais” implementado pelo sociólogo Boaventura Santos, a partir do projeto de pesquisa internacional “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”, justificado na constatação de que a globalização neoliberal redefiniu “[...] os contextos, os objetivos, os meios e as subjetividades das lutas políticas e sociais” (2009, p. 11). Na percepção de Santos, dessa globalização neoliberal nasce uma outra globalização contra-hegemônica,

[...] constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração por um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e a que se sentem ter direitos [...] Na minha opinião, é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que se estão a tecer os novos caminhos da emancipação social (2009, p. 11-12).

O projeto deu origem a uma coleção de livros que apresenta os resultados em sete volumes centrados na análise científico-social das lutas e dos movimentos sociais, com exceção do volume seis, constituído a partir do discurso e do conhecimento prático de protagonistas dessas lutas e movimentos. Neste livro, os ativistas e líderes são escutados, compartilhando seus saberes práticos advindos de experiências e lutas contra a opressão e por uma sociedade mais justa, formando “pequenos mapas de resistência e de pequenos guias de alternativas” (SANTOS, 2009, p. 24).

O trabalho de Boaventura Santos também está apoiado na ideia de “conhecimento-emancipação” e, enquanto pesquisador, na metodologia de articulação entre

reflexão teórica e intervenção prática, buscando superar a separação entre teoria e prática, ensinar e aprender em um trabalho que implica interrogar a experiência com os protagonistas da experiência tornando-os coautores dos saberes constituídos. Considera que “[...] a desumanidade e a indignidade do humano não perdem tempo a escolher entre as lutas para destruir a aspiração humana de humanidade e dignidade. O mesmo deve acontecer com todos os que lutam para que tal não aconteça” (2013, p. 125).

Veena Das, pesquisadora indiana, realizou suas pesquisas com famílias que haviam imigrado para a Índia refugiadas de diversas regiões do Punjab e que, ao longo de muitos anos, compartilharam com a antropóloga as violências da Partição (PEREIRA, 2010). Em seu trabalho, defende que o pesquisador social deve atuar como interventor na realidade (*advocate*):

Das afirma que, mesmo que não se possa apropriar da dor do outro – ou do que acontece com o outro – eu posso emprestar meu corpo – ou minha escrita – para que essa dor possa acontecer comigo, o que está, no âmbito da dor, dentro de sua gramática. Essa ação irá permitir, assim, que aquela existência possa se dar também através do cientista social, de seu texto, e de sua ação, materializando um ato que se dá, como entendo, ainda que politicamente comprometido e metodologicamente suportado, sob o domínio do imaginário: isto é, incerto e incalculável, mas mesmo assim podendo ser efetivo, reconstruindo relações, desafiando as fraturas do social (CARVALHO, 2008, p. 16).

Em entrevista concedida a Misse et al. (2012, p. 344; 345; 352), Veena Das afirma que “[...] a etnografia se torna para mim uma forma de estar atenta ao modo como o trabalho de pessoas ordinárias reformula o mundo em que vivemos” e argumenta que seria muito limitado pensar a agência como extra-ordinário, ocorrendo apenas em momentos de resistência e transgressão. Ao contrário, defende que é o cotidiano “[...] que permite à vida ser retecida em um ritmo viável, suavemente”, permitindo o “trabalho do tempo”, de modo que “[...] vidas humanas se movem entre polos de agência e paciência e que o tempo também tem uma qualidade impessoal”.

É, então, neste trabalho de campo do sociólogo que ocorre no tempo real, com pessoas reais, naquele tempo presente que aporta consigo um passado que “[...] à etnografia possa ser atribuída a capacidade de resposta a chamados simultâneos do presente e do passado” (MISSE et al., 2012, p. 353) e que a resistência se faz potente e cotidiana, no ordinário da vida.

Michel de Certeau (2014) também trabalha o cotidiano como sendo o espaço da inventividade e da resistência na construção da história. Ao pesquisador, cabe perceber essas

táticas silenciosas, sutis, quase clandestinas, pois que não validadas socialmente e, para ver essas práticas, é preciso que esteja disponível para um mergulho na realidade de seus “fazedores” para, junto com eles, compreender como constroem criativamente o cotidiano através do que ele chama “artes de fazer”, que são criações anônimas, táticas de resistência, através das quais o sujeito se reapropria do espaço e o utiliza da sua forma:

[...] Voltas e atalhos, maneiras de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades, histórias e jogos de palavras, mil práticas inventivas provam, a quem tem olhos para ver, que a multidão sem qualidades não é obediente e passiva, mas abre o próprio caminho no uso dos produtos impostos, numa ampla liberdade em que cada um procura viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas (CERTEAU, 2014, contracapa).

E é como parte da “multidão” inconformada e sonhadora que escolho terminar essa breve apresentação do trabalho destes sociólogos “resistentes”, com as inspiradoras palavras de Foucault:

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la (FOUCAULT, 2004, p. 242).

E “sobre os movimentos de resistência em contextos de violências e pobreza”, cabe, agora, a mim descobri-los ao longo desta tese. De pronto, aviso que eles não são generalizáveis; se apresentam sutilmente, ordinariamente, como na vida, de vários modos, entre encontros e convivências, dos mais inesperados lugares de onde só se esperava a feiura, e das mais variadas “gentes (in)humanas”, unidas pela força revolucionária dos que “aceitam arriscar a vida para fazê-la”.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS E APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA

*Depois de escrever, leio... Porque escrevi isto?  
Onde fui buscar isto? De onde veio isto? Isto é melhor que eu...  
Seremos nós, neste mundo, apenas canetas com que alguém  
escreve a valer o que nós aqui traçamos?*  
(PESSOA, 1995, p. 391)

Este capítulo apresenta os percursos metodológicos, aportes teóricos e as questões éticas da pesquisa, a partir do relato da minha trajetória profissional, desde as aproximações iniciais com os sujeitos da pesquisa, muito antes do início formal do estudo, até o momento de entrega da tese. Um caminho nada fácil de revelar, pois que entremeado por muitas questões – teóricas, metodológicas, éticas e estéticas – bem como por tensões em campo, conflitos e emoções. Lutos foram vividos e sentidos; conquistas foram comemoradas em meio à restituição da esperança sempre presente nos momentos, por vezes inesperados, de solidariedade e generosidade que também marcam as relações *entre* trabalhadores de rua e a gente de rua.

### 2.1 OS PRIMEIROS ENCONTROS “PROFISSIONAIS” COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Meu primeiro encontro como trabalhadora de saúde com as pessoas em situação de rua, nos espaços da rua, ocorreu através do Projeto Consultório de Rua, do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como estagiária de Psicologia, lá nos idos dos anos 2000. Certamente, não por acaso, fomos para a Praça das Duas Mãos, local que escolhi como campo principal da pesquisa e que descreverei detalhadamente no capítulo intitulado “Convivências Etnográficas na Praça das Duas Mãos”.

Foto 2 – Equipe de Consultório de Rua do CETAD-UFBA – Praça das Duas Mãos, 2003



Lembro-me da expectativa ao entrar no carro do Consultório de Rua, com profissionais e estudantes, e observar, curiosa, os vários materiais – instrumentos musicais, bola, livros de história, fantoches, papel para desenho, revistas, cola, lápis de cor, hidrocor

dentre outros – que poderiam ser utilizados para mediar a relação com as pessoas na rua. Um profissional, em especial, me chamou a atenção: Marco Manso<sup>31</sup>, o motorista redutor de danos<sup>32</sup> que, com seu cavaquinho, levava alegria para a rua. Todos confiavam nele e os trabalhadores, a comunidade e os usuários sabiam e sentiam o seu envolvimento com o trabalho. Acredito que o fato de ser negro, rasta, “da comunidade”, tocador de cavaquinho e pandeiro, jogador de bola e “torcedor do Bahia”, facilitava o diálogo e a construção de vínculos. Ele, o motorista, era “de dentro”, usava a mesma linguagem verbal e corporal e abria espaço para que o vínculo se estabelecesse com os outros técnicos, estes, não tão “de dentro”.

A minha experiência no Consultório de Rua não ficou apenas neste campo. Fui contratada como Assistente Social do projeto e trabalhei em diversas áreas de Salvador – Pituba, Itapuã, Comércio, Pelourinho, dentre outras. Cada uma tinha a sua especificidade, desde as articulações necessárias para a entrada no território até o público que circulava no local. No começo, fiquei concentrada em propor intervenções que possibilitassem aos usuários o exercício de sua cidadania. Nessa época, não era tão acessível tirar a carteira de identidade e a maioria dos usuários, muitos do interior da Bahia, não tinha sequer certidão de nascimento. Comecei a viabilizar a retirada das identidades, buscar as famílias, encaminhar para serviços de saúde e assistência social, articular espaços de alfabetização e profissionalização. Mas, com o tempo, fui me sentindo decepcionada com o trabalho. Parecia que nada mudava: as identidades logo eram perdidas; as articulações familiares, em sua maioria, não perduravam; os encaminhamentos realizados, fossem para cuidar da saúde ou da profissionalização e inserção no mercado de trabalho, eram difíceis de articular e também de sustentar. Nesse processo, muitos “sumiam”, eram presos ou obrigados a sair da rua; alguns, quando sobreviviam – a morte desde sempre se fazia presente –, retornavam tempos depois. Em muitos momentos, a angústia e o desânimo tomavam conta da equipe, mas eis que diante de alguma “boa nova”, por menor que fosse, a esperança retornava. Fui aprendendo que mais importante do que as providências objetivas citadas acima – sem desmerecê-las – era preciso trabalhar com as pessoas de rua – e com a comunidade – as possibilidades objetivas e

---

<sup>31</sup> Marco Manso Cerqueira Silva possui Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira (2007). Especialista em “Psicoativos: seus usos e usuários”, ministrado pelo CETAD/UFBA. Atua, desde 1997, na abordagem a pessoas usuárias de álcool e outras drogas, como redutor de danos e supervisor de campo. Atualmente, é coordenador de equipe itinerante de redução de danos Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti/UFBA. É membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Redução de Danos (ABORDA).

<sup>32</sup> A redução de danos e o papel do profissional redutor de danos serão refletidos ao longo do trabalho.

subjetivas de sustentação de um “outro lugar social”, construídas através do vínculo, da convivência e do tempo. Tempo do usuário. Tempo – e paciência – do trabalhador.

Seguindo meu percurso profissional, assim que me graduei em Psicologia, fui convidada para trabalhar no CETAD/UFBA e coordenar o primeiro Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas (CAPS ad) de Salvador, inaugurado em 12 de julho de 2004.

A experiência de implantação do CAPS ad foi uma conquista. Na primeira equipe, a maioria dos seus integrantes já trabalhava no CETAD e na perspectiva da Redução de Danos. Tinha, portanto, a experiência e o desejo de trabalhar com usuários de álcool e outras drogas. A cidade também carecia de um serviço de cuidado com a diversidade e a qualidade de recursos terapêuticos propostos pelo CAPS. Logo, a população de rua, com a qual já trabalhávamos através do Consultório de Rua, aderiu ao tratamento no serviço. Um desafio e aprendizado para trabalhadores e gente de rua, como é possível perceber no rap feito por Sheila, usuária do serviço.

Desenvolvi muitas atividades no campo ad, deste período até 2011, quando tive outra experiência marcante com a população de rua, usuários de SPAs, ao implantar e coordenar, junto com o professor Antônio Nery Filho, o Ponto de Encontro<sup>33</sup>, no bairro do Santo Antônio Além do Carmo, Salvador, BA. A proposta inicial era estruturar um dispositivo que fosse um “lugar para onde ir”, para quem não tem nenhum lugar; trabalhar na

Foto 3 – O Rap do CAPS  
Autora: Sheila

Hoje o mundo está virado  
Vários acontecimentos estão marcados  
A guerra é uma tragédia  
A criança queimada sendo mal tratada  
Agora eu te pergunto meu irmão,  
onde esta a paz  
Paz no coração  
Vamos mudar de vida  
Pra vida arrumar  
Tomar um rumo certo  
Vamos para o CAPS se tratar  
Técnicos irados, pacientes mal criados  
Vamos acabar, vamos nos unir  
Porque o CAPS ainda vai subir  
Diretor no corredor, só vê pichação  
O que é isso meus irmãos?  
Vamos mudar a situação

CAPS AD – CETAD  
2005



<sup>33</sup> O Ponto de Encontro foi concebido e implantado em 2012, pelo CETAD/UFBA – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), através da parceria e financiamento da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Este dispositivo se configurava como um Centro de Convivência buscando alcançar, principalmente, as pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, vivendo na região do Centro Antigo de Salvador (Pelourinho). Esta atividade foi interrompida, enquanto iniciativa acadêmica, no final de 2013.



perspectiva da redução de danos, considerando que a demanda de cuidado passava, antes, pela possibilidade de tomar um banho, fazer uma comida, participar de uma roda de conversa, tocar ou cantar uma música, ter alguém para falar das “drogas da vida”. Apostamos na convivência como ferramenta potente de inclusão social.

Acredito que nosso sucesso técnico foi do tamanho do fracasso político e o Governo do Estado, diante da pressão de comerciantes e moradores de classes mais abastadas do bairro do Santo Antônio Além do Carmo, que consideravam que a circulação de usuários de drogas pelo local degradava o valor dos seus imóveis e colocava em risco a população local, decidiu passar a gestão da Unidade para uma Organização Social de cunho religioso.

Foto 4 – Ponto de Encontro – Santo Antonio Além do Carmo, 2012-2013



Mas, eis que outra oportunidade se abriu e, dos longos diálogos com o professor Antonio Nery Filho e a socióloga Adriana Prates, escrevemos a primeira proposta do Ponto de Cidadania, dispositivo que será apresentado mais adiante.

A experiência acumulada em anos de trabalho com esta população havia me ensinado a importância de ir até eles, lá onde vivem e, também, consomem substâncias psicoativas, produzindo, juntos, o cuidado e o autocuidado, na perspectiva da redução de riscos e danos, ou melhor, da ampliação da vida, como nos diz Lancetti (2006)<sup>34</sup>. Por outro lado, a experiência do Ponto de Encontro havia indicado a relevância de se ter um local para tomar um banho e “não ter cheiro da rua” ou ter a dignidade resgatada ao ver possibilitado o acesso a um banheiro. Daí nasceu a ideia de instalar, no local de concentração dos usuários, uma pequena equipe profissional e um contêiner, com um espaço para banho, um banheiro e uma pequena sala de atendimento. Obviamente, o fato de os profissionais já terem um vínculo com os usuários em situação de rua contribuiu para os rápidos resultados do trabalho. A equipe do Ponto, agora de Cidadania, logo se tornou uma presença acolhedora e, de certa forma, protetora. Escutava e amparava os usuários diante das situações de violência,

<sup>34</sup> No livro *A clínica peripatética*, Lancetti nos presentearia com um capítulo intitulado “Redução de Danos como ampliação da vida”, onde defende a proposta de que a RD “[...] quando analisada em sua capilaridade é menos uma diminuição do risco e mais uma ampliação da vida”, considerando o efeito de ‘ondas de solidariedade e cooperação sanitária’ nos territórios geográficos e existenciais onde a RD atua, a partir do investimento na relação, e aí está a sua potência” (2006, p. 80-81).

humilhação, racismo e injustiça social a que estes estavam submetidos e que, quase sempre, não se sentiam seguros para denunciar. “Deixa como está”, diziam. Estar junto com eles na luta diária pela sobrevivência, acompanhando-os às unidades de saúde e assistência social para garantir o atendimento, articulando estratégias em defesa da cidadania e da vida com os dispositivos da rede comunitária e social, com a rede pública intersetorial, com os movimentos sociais, dentre outros, era e é uma experiência potente de construção de cuidado. Por outro lado, estar com eles nos momentos de violência, escutando suas dores, suas revoltas, as injustiças cotidianas na relação com a sociedade e, até, “enterrá-los”, tem sido uma experiência muito angustiante, sofrida. Os sentimentos de frustração, impotência e desesperança diante

Foto 5 –Trabalhadores do Ponto de Cidadania na comunidade Pela Porco, 2014



das repetidas violências e mortes me fizeram colocar em questão, muitas vezes, o valor do próprio trabalho, já que reconhecer a potência do trabalho é, certamente, a inspiração e a coragem necessárias para que o trabalhador continue nos caminhos do cuidado com a gente de rua. O Ponto de Encontro foi intenso, o Ponto de Cidadania, desafiador e ambos são propostas de trabalho que se configuram, no meu entendimento, como movimentos de resistência. Foram construídos a partir e no encontro com a gente de rua.

Até recentemente, trabalhei como psicóloga clínica do CETAD-UFBA onde recebi pessoas com os mais diversos problemas envolvendo o consumo de psicoativos e, enquanto escrevo, uma, em especial, não me sai da lembrança: certo dia, um adolescente de 17 anos, cumprindo medida socioeducativa por ter cometido um assalto, foi encaminhado pelo juiz para uma avaliação em relação ao uso de SPA. Ele chegou sem querer conversar, apenas pedindo para ser liberado. Aos poucos, foi falando de sua vida, de sua revolta com o racismo, com a pobreza, com a discriminação e marginalização, parte do seu cotidiano. Mas, também, confidenciou um sonho: queria ser compositor. Vi, ali, um caminho. “Senti” que ele voltaria. Mas ele não voltou. Fora assassinado. Fiquei triste com a notícia. Uma história a ser construída, em que talvez eu tivesse um lugar, interrompida antes do justo tempo.

Atualmente, trabalho na Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), no núcleo que atua com a população de rua e saúde mental. Fui convidada para coordenar o programa Pop Rua em Movimento, levando a Defensoria Pública para os espaços da rua. Como trabalhadora, ao longo destes anos, tenho vivido a rua intensamente; tenho contato

permanente com os trabalhadores que, como eu, transitam nas áreas de concentração de pessoas em situação de rua. Considero esta singularidade a maior potência da minha pesquisa, ainda que seja também a sua maior fragilidade, se desconsiderada. Por isso, como exercício permanente, busquei pôr em prática problematizar o meu ponto de vista, também “ponto de partida” e de “chegada”, colocado incansavelmente em questão, pois:

[...] se aparência fosse igual a essência não haveria necessidade de ciência. Nem tudo é questão de ponto de vista. A ilusão da transparência diante de objetos aparentemente conhecidos e familiares precisa ser superada pela crítica, pelo rigor e pelo método (PAIM, 2015, p. 14).

## 2.2 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inspirada em Mônica Nunes e Maurice de Torrenté (2016), apresento os princípios metodológicos do estudo, desenvolvidos ao longo de todo este capítulo:

1) Na perspectiva da “natureza da informação”, esta é uma pesquisa de abordagem etnográfica, o que significa considerar que o conhecimento se produz no social – a partir das práticas e convivências cotidianas em que, no corpo de pesquisador, a dor pelos que sofrem e pelos que morrem se faz linguagem; etnografia que requer fazer parte do campo social e da existência das pessoas que nele se fazem resistência.

2) Na “perspectiva espacial”, o campo de atuação é a vida social, cotidiana, relacional, estruturada, mas sempre com certa liberdade de escolha, de tempo e lugar. Sendo assim, apesar do recorte espacial inicial, – a Praça das Duas Mãos e suas imediações – os espaços geográficos e sociais foram seguindo os passos dos participantes da pesquisa e as “permissões” de entrada em campo.

3) Na perspectiva dos “sujeitos da pesquisa”, eles foram condicionados pelos encontros nos campos de pesquisa, ou seja, o “campo” foi escolhido pela pesquisadora, mas as pessoas individuais surgiram a partir dos encontros “ao acaso” com os trabalhadores e entre/com a gente de rua. Apenas nas entrevistas essa “escolha” dos sujeitos foi realizada segundo critérios apresentados mais adiante. Como Bourdieu,

Acho que eu poderia traçar para mim duas biografias intelectuais completamente diferentes, uma que faria ver todas as minhas escolhas sucessivas como o resultado de um projeto metodicamente orientado, desde a origem, e outra, igualmente verdadeira, que descreveria um encadeamento de acasos, de encontros mais ou menos fortuitos, felizes ou infelizes... (2005, p. 178-179).

4) Na perspectiva “temporal”, a pesquisa foi acontecendo progressivamente, respeitando o tempo do campo e das pessoas reais, participantes da pesquisa, e, também, as possibilidades da pesquisadora, no contexto de um tempo-limite imposto pelo doutorado.

5) Na perspectiva “epistemológica”, o estudo se apoia na sociologia de Pierre Bourdieu, principal referência teórica e metodológica, ainda que no diálogo com outros autores e com o campo da Bioética. O método é entendido com uma forma de fazer, flexível, para além dos modelos, ainda que sustentado neles. O pensamento relacional e a não-universalização de categorias constituem os desafios de pensar com e a partir de Bourdieu.

### 2.2.1 Por que uma etnografia?

A utilização da abordagem etnográfica em territórios com intensos conflitos tornam o campo “[...] um lugar em que se testemunham experiências, experiências que são compartilhadas com a presença do pesquisador e que, portanto, passam a ser atestadas na narrativa etnográfica” (SILVA; ADORNO, 2013, p. 22). Fazer uma etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho (GEERTZ, 1989), cheio de possibilidades de tradução a cada leitura realizada, ainda que os dados extraídos sejam sempre parciais, incompletos, geradores de outras questões a serem descobertas, na realidade que se faz multifacetada, com interações sempre por se fazer, exigindo grande habilidade do pesquisador para olhar e escutar, narrar o dito e o praticado, ler o mundo vivido e corporificado com os referenciais teóricos que aportam cientificidade às corriqueiras ocorrências cotidianas (PEIRANO, 1995).

No texto “Etnografia não é método”, Mariza Peirano considera que, ao colocar a etnografia como método, reduz-se o fazer etnográfico a uma forma de acesso aos dados, separando-a da teoria, quando, em verdade, teoria e pesquisa precisam caminhar sempre juntas. “Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria... Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico” (2014, p. 383).

Compartilho aqui uma experiência vivenciada antes do início formal da pesquisa, em uma atividade da disciplina Seminários Metodológicos, ministrada pela Professora Leny Trad (ISC/UFBA), como forma de refletir sobre o fazer etnográfico. Escolhi ir ao bairro Sete Portas, no local onde ficava um dos Pontos de Cidadania. Coloquei a camisa do projeto como forma de proteção e acesso ao campo, parei o carro distante do local e fui caminhando com meu “caderninho” para anotações, sem saber bem como chegar, o que dizer e o que fazer, na experiência nova de vivenciar esse outro lugar, o de pesquisadora em campo. Já nas

proximidades do contêiner, fui observando alguns usuários sentados em cadeiras plásticas colocadas do lado de fora, conversando com uma redutora de danos. Assim que me viu, a profissional abriu um sorriso e me apresentou como “coordenadora do Ponto de Cidadania”. Eu, surpresa, expliquei que, naquele dia, estava como pesquisadora, em uma atividade prática de observação para a Universidade. Quando me viu com a camisa do Ponto, ela entrou, rapidamente, e também vestiu a sua camisa. Ao retornar, um usuário que observava a cena, olhou para ela e disse: “Foi só chegar a patroa e você colocou a camisa!” Eu fiquei estarrecida ao ser chamada de patroa. Continuei em campo conversando com os usuários, mas logo fui embora. Essa breve experiência no campo não me saiu da cabeça e acredito que me ajudou a refletir, naquele momento, sobre os desafios que eu enfrentaria durante todo processo de pesquisa.

1) Um primeiro ponto a refletir é sobre a minha proximidade com a temática, com os trabalhadores e com a gente de rua. Se essa familiaridade possibilita acessos e assegura uma comunicação “não violenta” (BOURDIEU, 2012b), exigiu o esforço de “estranhar”, o que parecia, por vezes, tão conhecido:

Para lutar metodicamente contra a ilusão de um saber imediato que se apoia na familiaridade com o mundo social, o sociólogo deve levar em consideração que esse mundo é para ele tão desconhecido como o mundo biológico o era para o biólogo antes de ter sido constituída a biologia... Portanto, é necessário o estranhamento do universo social; além do reconhecimento epistemológico do caráter ilusório das pré-noções. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015, p. 137-138).

Esse exercício de estranhamento significou para mim abdicar do lugar de quem detém um saber “superior”, pois que científico, para valorizar o saber desse outro, saber prático, em movimento, que ia nos modificando e se modificando – pesquisador e interlocutor – nos encontros e diálogos em campo. É nessa perspectiva, também, que compactuo com a antropologia que se propõe implicada, ou seja, que alia à produção do conhecimento, o engajamento para a transformação das situações encontradas nos locais estudados (NUNES, 2014). Foi realmente impossível não ser uma *observadora participante implicada* nas experiências em campo.

2) Uma segunda questão é essa identificação dos trabalhadores e usuários com esse meu lugar de coordenação, ou, pior ainda, de “patroa”. Em um primeiro momento, fiquei impactada, pois o significante “patroa” imediatamente me remeteu, por um lado, à história da escravidão e opressão que marca a população negra, especialmente na cidade mais negra do

Brasil. No momento daquele diálogo eu era a única “branca” entre os presentes. Por outro lado, os chefes do tráfico, ou seja, os que “mandam”, são chamados de “patrão”, exercendo todo o seu poder violento sobre esses que são meus sujeitos da pesquisa. Acredito que um ponto importante nesse processo foi reconhecer o impacto emocional que essa situação me causou, me preparando para outras situações que seriam – e foram – vivenciadas em campo, acessando meus referenciais teórico-metodológicos para uma leitura sociológica dessa situação, compreendendo a relação entre o signo “patroa”, seus significados e práticas trazidos à tona pela minha presença. Como aponta Bourdieu:

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos (2012b, p. 694).

Reconhecer esses efeitos e o impacto afetivo do trabalho de campo é o que torna o material etnográfico vivo. Estar lá, no campo, participante implicada eticamente, aprendente da vida cotidiana é, para a antropologia, a mais importante via de acesso ao conhecimento (TRAD, 2012). Importante referir que prática se produz “em situação” e, neste sentido, o pesquisador age ao pesquisar (NUNES; TORRENTÉ, 2016), produz efeito ao permitir, por exemplo, nas palavras de Bourdieu, “[...] enunciar, às vezes com uma extraordinária *intensidade expressiva*, experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas” (2012b, p. 705).

### 2.2.2 Os sujeitos e os campos da pesquisa

A descrição dos sujeitos e campos da pesquisa é a própria tese, de modo que aqui os apresento apenas com o objetivo de situa-los metodologicamente. Antes, porém, faz-se necessário informar sobre os três dispositivos em que os trabalhadores de rua (com os quais dialoguei como sujeitos da pesquisa) estão vinculados e que se relacionam, a partir deles, com a gente de rua. São eles: o Consultório na Rua; o Corra pro Abraço e o Ponto de Cidadania.

O Consultório de rua<sup>35</sup> – que inspirou o Consultório na Rua – é um dispositivo de cuidado idealizado pelo Prof. Antonio Nery Filho e implementado pelo CETAD/UFBA<sup>36</sup>, em

---

<sup>35</sup> Para aprofundamento sobre a história do Consultório de Rua, ver: OLIVEIRA, 2009 e NERY FILHO et al., 2016.

1999: “Sem a real dimensão da aventura a que se propunha, o Consultório de Rua orientava-se pela certeza dos efeitos que podem produzir os encontros plenos entre humanos, sustentados em princípios éticos: responsabilidade, vulnerabilidade, autonomia e justiça” (NERY FILHO et al., 2016, p. 349). Configura-se, na prática, como uma equipe multidisciplinar que vai aos locais de concentração de usuários de substâncias psicoativas realizando intervenções na perspectiva psicossocial e da redução de danos. Alguns anos antes, pesquisadores do CETAD/UFBA fizeram a observação de uma área central da cidade de Salvador (Praça da Piedade), experiência a que chamaram “Banco de Rua”. Quase uma década separou a experiência do “Banco de Rua” e a implantação do “Consultório de Rua”. Conta-nos seu idealizador que, na primeira reunião de equipe, lhe foi colocada a seguinte questão:

O que devemos fazer na rua? A resposta foi: destituírem-se de seus olhares e observarem a rua com os olhos de seus pares, de modo que possam viver a experiência dos ‘olhares cruzados’. Ao longo do trabalho esta equipe foi sendo modificada pelas exigências da prática, chegando a uma equipe mínima constituída por: psicólogo, médico generalista, pedagoga/educadora social, assistente social, redutor de danos e o motorista, também capacitado como agente de saúde. Esta experiência durou de 1999 a 2006, quando foi interrompida por ausência de suporte financeiro (NERY FILHO et al., 2016, p. 354).

Em 2004, o Consultório de Rua retornou às ruas de Salvador através do CAPS ad Canela, o CAPS 500, como foi chamado, coordenado tecnicamente pelo CETAD-UFBA e financiado pelo Governo do Estado da Bahia, em parceria com o Ministério da Saúde. A estratégia do Consultório de Rua foi ficando conhecida em todo o Brasil, recebendo apoio do Ministério da Saúde para implantação dos dispositivos a partir dos CAPS ad. A Portaria nº 1.190, de junho de 2009, institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas<sup>37</sup>, no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como um dos eixos de intervenção o fortalecimento e a expansão de experiências de intervenção comunitária, como consultórios de rua.

Em 2011, o Ministério da Saúde instituiu, através da Política Nacional de Atenção Básica, o Consultório na Rua<sup>38</sup> com o objetivo principal de ampliar o acesso da população em

<sup>36</sup> CETAD/UFBA, atividade ambulatorial especializada, inaugurada em 1985 como Extensão da Faculdade de Medicina da UFBA.

<sup>37</sup> Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2009/prt1190\\_04\\_06\\_2009.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2009/prt1190_04_06_2009.html)>.

<sup>38</sup> As informações foram obtidas no site do Ministério da Saúde, onde é possível encontrar todas as portarias que regulamentam os Consultórios na Rua. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_consultorio\\_rua.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php)>.



situação de rua aos serviços de saúde. É constituído por equipes multiprofissionais que vão até os locais de concentração da população de rua, prestando o cuidado à saúde numa perspectiva integral e a partir das necessidades e possibilidades dessa população. O cuidado é realizado de forma itinerante e em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território, incluindo os profissionais de Saúde Bucal e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Foto 6 – Consultório na Rua, em campo com a Defensoria Pública – Av. Contorno, 2018



Foto 7 – Ponto de Cidadania – Praça das Duas Mãos, julho 2014



O Ponto de Cidadania<sup>39</sup> foi inspirado na experiência do Ponto de Encontro - Centro de Convivência para pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras Drogas além de outras estratégias de intervenção com esta população concebida pelo CETAD/UFBA, a exemplo do programa de Redução de Danos e do Consultório de Rua. O Ponto de Cidadania foi concebido em maio de 2014 (constituição oficial da equipe e planejamento do trabalho) e inaugurado em 3 de julho do mesmo ano, através de parceria com a Superintendência de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar (SUPRAD) vinculada à Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Governo do Estado da Bahia, a OSCIP – Comunidade Cidadania e Vida – (COMVIDA), sob a gestão técnica do CETAD-UFBA.

Não mais uma casa, como o Ponto de Encontro, mas, também, um lugar para onde ir e encontrar trabalhadores de rua, disponíveis ao cuidado e à convivência nos espaços da rua. O Ponto de Cidadania, estruturalmente, era um contêiner com doze metros quadrados, adaptado com uma pequena recepção, um sanitário, espaço para banho e uma pequena sala

<sup>39</sup> Para aprofundamento sobre o Ponto de Cidadania, ver: FLACH; NERY FILHO; PAMPONET, 2015.



para atendimento individual. Foi instalado em dois territórios de concentração de pessoas em situação de rua, usuários de SPA, facilitando o acesso das equipes de rua a esse público. O Ponto de Cidadania logo mostrou ser um importante dispositivo de cuidado e proteção à população de rua e ponto de apoio aos trabalhadores de rua. Nas palavras de uma de suas trabalhadoras:

– *O Ponto de Cidadania para mim é no pequeno, é no cara a cara... os retornos que eu ia recebendo em termos dos meus investimentos, através do vínculo, é muito bonito...* (Entrevista Talita).

O Corra pro Abraço<sup>40</sup> é um programa de iniciativa do Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e tem como objetivo promover a cidadania e garantir os direitos humanos das pessoas em situação de rua, usuários de SPA e/ou afetadas por problemas relacionados à criminalização das drogas. Também utiliza a estratégia da Redução de Danos, trabalhando na perspectiva de viabilizar o acesso dos usuários às políticas públicas existentes, principalmente as políticas de saúde, assistência social, justiça, educação e trabalho. Tem como princípios norteadores o acolhimento, a construção de vínculos e a

Foto 8 – Programa Corra pro Abraço – Entrega de certificado de formação em redutor de danos, 2017



escuta qualificada. Em sua metodologia de trabalho, realiza oficinas de arte-educação, promove o acesso a bens culturais e participação política, realiza oficinas de educomunicação e cursos profissionalizantes; intervenções artísticas são realizadas em cenas de uso de drogas, atividades diversas são construídas com os usuários e desenvolvidas na rua e/ou em espaços fechados – a “Casa do Corra”. Está dividido em Corra pro Abraço Rua, contando bem recentemente com a Unidade de Acolhimento na Rua (UAR); Corra pro Abraço Juventude e Corra pro Abraço no Núcleo de Prisão em Flagrante do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA). Atuava nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana – Bahia.

<sup>40</sup> Para mais informações sobre o Programa ver em: <<http://corraproabracoo.org/quem-somos/>>.

### 2.2.2.1 Sujeitos da Pesquisa

1) Os trabalhadores de rua dos três dispositivos de atenção à população de rua apresentados, escutados individualmente, nas entrevistas ou observados coletivamente, nas reuniões de supervisão ou nos espaços da rua, durante as atividades em campo. Para tanto, conversei com os responsáveis pelos dispositivos de cuidado e apresentei a proposta da pesquisa a eles e em reunião de equipe.

2) As pessoas em situação de rua, aqui, gente de rua (usuários de substâncias psicoativas), que foram observadas principalmente no contexto da rua. Na introdução da tese faço uma caracterização desses sujeitos a partir de outros estudos/etnografias.

### 2.2.2.2 Campos da Pesquisa

1) Os espaços de supervisão das equipes do Ponto de Cidadania. Particpei de apenas cinco reuniões, já que logo depois o projeto foi interrompido e os profissionais demitidos. Estas reuniões foram gravadas com a autorização dos participantes e foram importantes no sentido de acompanhar o sofrimento da equipe com o fechamento do dispositivo e o conseqüente desemprego, mas, também, os movimentos de resistência.

2) Os espaços de supervisão dos Consultórios na Rua. Estas reuniões, que ocorrem semanalmente, com o prof. Antonio Nery Filho, foram acompanhadas ao longo de um ano, configurando-se como um importante espaço de compreensão das experiências de sofrimento social e dos movimentos de resistência, dos trabalhadores de rua a partir e na relação com a gente de rua.

3) A Praça das Duas Mãos e suas imediações, local que historicamente concentra muitas pessoas em situação de rua e que será melhor descrita no próximo capítulo. A escolha por este campo justificou-se pelo fácil acesso da pesquisadora à Praça, em função do trabalho realizado pelo Ponto de Cidadania, bem como o fato do local ser bem arborizado, ter bancos e mais recentemente o acesso a banheiro, através da reabertura do contêiner, antes Ponto de Cidadania, agora Unidade de Apoio à Rua (UAR), do Programa Corra pro Abraço, facilitando minha permanência em campo.

4) Uma roda de conversa com o Movimento de População de Rua de Feira de Santana. Este não foi um campo previsto inicialmente, mas, seguindo os acontecimentos e caminhos da pesquisa, com a liberdade permitida ao etnógrafo, segui em viagem para o local,

sendo um dia de grandes aprendizados e reflexões importantes que subsidiaram a construção do capítulo relacionado aos movimentos de resistência.

Importante referir que considero minha inserção anterior no campo – Praça das Duas Mãos – como condição importante para a viabilização da pesquisa, pois o acesso a territórios de uso de drogas ilícitas, em geral ocupados pelo tráfico, bem como a aproximação aos usuários, inclusive em momentos de uso de substâncias, foi facilitada por esta proximidade. Também colaborou para a escolha da Praça das Duas Mãos o fato dela se configurar como local de encontro entre a gente de rua e os trabalhadores de rua. Assim, muitas vezes encontrei em campo a equipe do Corra pro Abraço, do Projeto Axé, os redutores de danos do Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres, os redutores de danos do CAPS ad Gregório de Matos, dentre outros. Todos sabiam que eu estava na Praça como pesquisadora, apesar de muitas vezes me acessarem como trabalhadora, discutindo casos e encaminhamentos possíveis para os problemas das pessoas atendidas pelos dispositivos.

Esta questão do lugar de apresentação e reconhecimento, tanto por trabalhadores de rua, como pela gente de rua, me acompanhou durante todo o processo de pesquisa. Se funcionou como facilitador em muitos momentos, considerando que havia uma confiança já estabelecida e eu tinha acesso a muitos relatos e situações que, de modo contrário, eu não teria, em outros, causava incômodos, principalmente quando eu estava sozinha na Praça e surgiam demandas objetivas, fossem sociais e/ou de saúde, exigindo minha intervenção. Muitos me reconheciam como a coordenadora de dispositivos dos quais eles já tinham participado, a exemplo do Ponto de Encontro e do Ponto de Cidadania – e até do CAPS ad – e me perguntavam, com regularidade, quando o Ponto de Cidadania ia retornar, não se mostrando muito interessados na minha pesquisa quando eu os informava que estava ali como doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva (ISC-UFBA). Para mim, a forma implicada de estar em campo significou, desde o início que a “[...] responsabilidade instituinte do próprio ato da pesquisa se desenvolve já no momento da produção dos dados” (NUNES; TORRENTÉ, 2016, p. 311). Eu não podia “escapar” do lugar profissional construído ao longo de uma vida e do compromisso ético-político assumido desde sempre com a gente de rua.

Por fim, em relação aos campos de pesquisa, é importante ainda dizer que durante todo o processo da pesquisa, em todos os campos em que eu encontrava trabalhadores de rua e/ou a gente de rua, estava atenta e registrava as situações ou falas que considerava importante para compreender as minhas questões de pesquisa. Este lugar de pesquisadora estava incorporado em mim.

### 2.2.3 As estratégias de investigação

As fontes e técnicas de coleta de dados, ainda que previstas no projeto da tese, foram se consolidando e viabilizando com a inserção no campo. Segundo Becker, “os sociólogos deveriam sentir-se livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas de pesquisas que estão fazendo” (1999, p. 12). No caso deste estudo, a minha inserção diferenciada no campo, considerando o vínculo anterior com os sujeitos da pesquisa foi mais um fator de complexidade para sua execução. Neste sentido, buscando tornar mais completa a coleta de informações necessárias, bem como assegurar que fossem contempladas as questões teóricas e metodológicas do estudo, foram combinadas as seguintes técnicas:

#### 2.2.3.1 Observação Participante

Esta técnica permeou todo o processo de pesquisa, tanto no contexto da Praça das Duas Mãos, como na participação nas reuniões de equipe dos trabalhadores, na busca por estabelecer um contato direto com os usuários, profissionais e pessoas que circulam na Praça. Considero que a principal forma de registro das informações de tudo o que fiz e observei foi o diário de campo.

O ato de anotar as observações feitas em campo, além de sua utilidade de registrar dados que com o tempo poderiam ser esquecidos, funciona como maneira de introduzir uma ordenação inicial ao material e ajuda a detonar reflexões mais sistematizadas e aprofundadas (MACRAE, 2002, p. 42).

Eu estava em uma relação face a face com os sujeitos, participando do seu cotidiano e, nesta convivência, colhendo dados. Eu era parte do contexto sob observação e, ao mesmo tempo em que o modificava, era modificada por ele.<sup>41</sup> Abaixo um trecho do diário de campo que narra a minha primeira ida a campo, bem como minha percepção neste primeiro momento:

\*\*\*\*\*

*É com a minha chegada à Praça como pesquisadora que inicio as minhas narrativas sobre estas experiências atravessadas por sofrimentos sociais, que se expressam no cotidiano, mas,*

<sup>41</sup> Considero que, apesar de modificar e ser modificada pelo contexto, também, enquanto trabalhadora de rua pesquisadora, eu estava mais atenta a mim, ao outro e ao contexto. Estava ali com o objetivo de observar, aprender, compreender a realidade social, mais do que de intervir, ainda que eu não tenha abdicado – até porque não seria possível – também desse lugar de trabalhadora.

*também, e muito, pelas alegrias e movimentos de resistência consequentes aos “bons encontros” que mantém vivos os trabalhadores e as gentes de rua. Eu estava com a camisa do Ponto de Cidadania (como forma de identificação e proteção) e um pouco tensa, afinal, não sabia se encontraria alguém “conhecido”. Mas assim que fui caminhando encontrei um usuário que aqui chamarei de “Fred”, que, para meu alívio, me reconheceu. Ele veio em minha direção...*

\*\*\*\*\*

O relato de campo continua, mas o que interessa aqui destacar é que, apesar de tantos anos circulando pelas ruas de Salvador, encontrando pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, famílias, idosos, homens e mulheres, crianças e adolescentes, loucos de rua, travestis, profissionais do sexo, comerciantes, trabalhadores do tráfico de drogas e tantas outras pessoas/grupos que sobrevivem, trabalham e/ou fazem da rua seu espaço de morada, nesse dia, eu estava apreensiva, havia uma tensão em meu corpo rígido e certo medo nessa minha imersão no campo, apesar de ser um território conhecido. É preciso revelar aqui que o lugar de pesquisadora, de etnógrafa, era novo. E a vontade de fazer tudo “certinho”, muito grande. Ao final do diário de campo consta um registro das minhas impressões, sentimentos e reflexões sobre esta primeira imersão em campo:

\*\*\*\*\*

*Neste diário de campo “inaugural”, destaco a importância de refletir sobre o “processo de conhecer”. Sem saber bem como chegar, o que dizer, como seria recebida, e mais, como relataria a experiência, comecei “observando” cuidadosamente, talvez mais a mim mesma diante do outro, do que esse outro(s) em si, preocupada que estava em ser aceita naquele espaço social escolhido como campo de pesquisa. A escolha de ir à Praça com a camisa do Ponto de Cidadania foi difícil. Se por um lado se justificava por ser uma forma de acesso protegido ao campo, considerando o respeito dos usuários pelos profissionais do Ponto, por outro, logo fui identificada como a “coordenadora do dispositivo”, a “patroa”. Eu sabia que esta era uma possibilidade já que eu trabalhara e coordenara outros serviços no campo do cuidado aos usuários de álcool e outras drogas, principalmente para pessoas em situação de rua e já passara por uma situação parecida em uma primeira imersão em outro campo como estudante de uma das disciplinas do doutorado, quando também fui identificada como a “patroa”. Naquela experiência, fiquei desconcertada e fui embora, desta vez, permaneci em campo e, apesar do incômodo, aprendi que o pesquisador não pode negar sua história, de onde vem, seu habitus, mas se utilizar reflexivamente da melhor forma possível para acessar*

*o campo, conhecer a estrutura contida no indivíduo e nele mesmo, reconhecendo as possibilidades de liberdade e autonomia se, e apenas se, sabendo-se socialmente atravessado e significado. É certo que o “real” do campo se mistura com o imaginário construído sobre esses “lugares” e sobre essas “gentes”. Sendo assim, neste dia, chego na Praça com minhas representações e estereótipos constituídos ao longo de minha vida, pelos lugares por onde andei e pelas pessoas que encontrei; chego inundada por uma teoria e uma metodologia de pesquisa a me guiar e a me modificar. O meu “ponto de vista” de pesquisadora, no encontro entre “observador” e “observado”, muda o meu olhar.*

\*\*\*\*\*

Deste encontro de horizontes, antes tão distantes, um novo saber foi se constituindo. Na realidade que se desenrola, “[...] o pesquisador não é livre, ele depende do que pesquisa, é guiado por seu objeto de estudo que o leva segundo seus requerimentos, como um personagem de ficção leva o autor a seguir suas injunções no campo do desconhecido” (ESPINHEIRA, 2008a, p. 41). O pesquisador, imerso nesse espaço social de forças diversas, vai ser instado a produzir, se produzindo enquanto testemunha participante dessa realidade, acessando outras sensibilidades e possibilidades constituídas nos encontros com os sujeitos, iluminando este cotidiano repleto de surpresas e de complexas particularidades no modo de se representar, significar e fazer (se fazendo), em um verdadeiro exercício de reflexividade, característica constitutiva de uma etnografia.

A minha entrada no campo e o estabelecimento de relações sociais com os sujeitos da pesquisa ocorreram a partir das incursões aos espaços da rua, principalmente a Praça das Duas Mãos, com participação na vida destes sujeitos e no seu meio sociocultural. Para circulação em espaços mais restritos, como cenas de uso, convidei um trabalhador ou usuário para me acompanhar no campo e possibilitar uma inserção mais “segura”, considerando ser este um território marcado por disputas de poder relacionadas ao tráfico de drogas. Neste primeiro momento, como pesquisadora, busquei apreender o ponto de vista dos trabalhadores e da gente de rua frente ao sofrimento social vivenciado e revelado no cotidiano da Praça, conhecendo a linguagem e as regras de convivência do grupo; a cultura da rua e dos usos de drogas; a linguagem particular que utilizavam para se comunicar e marcar suas identidades de indivíduos e grupo frente aos demais, considerando as relações de poder bem como as crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressam os *habitus* primários e secundários. Aqui, a observação esteve centrada nas práticas, nos comportamentos e nas relações estabelecidas entre eles – gente de rua – e entre eles e os

diversos atores que frequentam ou circulam no campo, sejam eles profissionais da segurança pública, saúde, assistência social, comunidade, comerciantes da área, dentre outros, com destaque para as relações estabelecidas com os trabalhadores de rua. A observação/participação na vida cotidiana, os diálogos e narrativas sobre suas vivências foram guiados pelas questões/objetivos da pesquisa.

A observação participante, também ocorreu nas reuniões de supervisão dos Consultórios na Rua (CR) e do Ponto de Cidadania. Participei de 05 reuniões do Ponto de Cidadania e 22 reuniões dos CR, registradas em diário de campo e gravadas com a permissão dos participantes. Também me foi disponibilizado pelo supervisor as gravações em vídeo de 17 reuniões de supervisão dos CR, anteriores à minha entrada e que eu assisti apenas uma vez, registrando alguns pontos que me interessavam.

Nas reuniões de supervisão, tanto do Ponto de Cidadania, quanto dos Consultórios na rua, fui muito bem acolhida como pesquisadora. Apresentei o projeto da tese e tive a autorização para gravar as reuniões. Não acompanhei as reuniões de equipe do programa Corra pro Abraço, mas fui recebida em uma delas para apresentar o projeto de pesquisa e informar que eles me encontrariam na rua como pesquisadora, observando a relação estabelecida entre eles e a gente de rua.

#### 2.2.3.2 Entrevistas Narrativas

Este recurso técnico vem sendo utilizado para a produção de narrativas contemporâneas e busca “[...] realçar o caráter polifônico das experiências e das situações coletivamente compartilhadas” (TRAD, 2012, p. 631). Elas foram abertas, apesar de perceber que havia marcadores que iam me guiando na condução das entrevistas, alimentadas, inclusive, pela imersão no campo de pesquisa e a participação nas reuniões das equipes de rua. Nesta perspectiva, é possível afirmar que as entrevistas foram guiadas pelas questões e pelo referencial teórico da pesquisa, gravadas e realizadas por mim mediante consentimento informado e assinado (Apêndice A). Para fins desta pesquisa, concordo e assumo a posição de Marcelo Eduardo Castellanos, que defende que:

a narrativa do pesquisador compõe um segundo nível interpretativo que, embora distinto do primeiro, também pode ser objeto de análise tanto quanto a narrativa do entrevistado. Sustentamos essa posição em três ideias. Primeiramente, devemos considerar que a narrativa do entrevistado é afeita ao contexto de pesquisa, portanto, não deve ser naturalizada em sua ‘originalidade’, nem tomada como realidade neutra. Em segundo lugar, a

própria transcrição e identificação das unidades narrativas presentes no depoimento são frutos de escolhas teóricas que orientam a pesquisa. Finalmente, a perspectiva do pesquisador pode e deve ser objeto de análise nos estudos narrativos, em um exercício de reflexividade metodológica que avance em um terceiro nível interpretativo – ou seja, sobre a análise do processo de produção de uma síntese que expresse a interpretação do pesquisador sobre o material analisado (2014, p. 1072).

As entrevistas narrativas com trabalhadores e gente de rua foram realizadas depois que eu já estava em campo. Ao todo foram 10 entrevistas, com duração média de 2h. Foram entrevistados: um supervisor técnico; uma coordenadora geral de um dos Projetos; duas supervisoras de campo; três trabalhadores de rua com graduação no campo das ciências humanas; uma redutora de danos; um redutor de danos usuário de SPA; uma usuária de SPA<sup>42</sup>. Os critérios de escolha consideraram o acesso da pesquisadora aos interlocutores, a disponibilidade destes para participarem da pesquisa bem como a experiência no trabalho com a população de rua e, neste sentido, mesmo os profissionais que atualmente estão em cargo de coordenação e ou supervisão, têm experiência no trabalho na rua; os redutores de danos também têm grande experiência profissional nesse campo, sendo que um deles é também usuário de SPA. Já a entrevista com a pessoa em situação de rua, foi facilitada pelo meu longo vínculo anterior ao início da pesquisa. É uma pessoa muito articulada e com grande inserção nas ruas de Salvador e foi a interlocutora que me levou a alguns espaços da rua, para além da Praça, só acessíveis com ela.

Por fim, foi realizada uma roda de conversa com representantes do Movimento de População de Rua de Feira de Santana<sup>43</sup>. Esta “roda” não estava prevista, mas ocorreu em 19 de dezembro de 2018, após eu ter escutado o relato de um dos representantes do Movimento de que a organização política da população de rua começou na Praça das Duas Mãos. Considerei relevante conhecer essa história e encerrar a tese com esse “retorno à Praça” conduzida pelo movimento social. Metodologicamente, considero que esta foi uma estratégia de pesquisa que se configurou como uma “entrevista narrativa coletiva”, já que, também sem roteiro, sentamos em “roda”, apresentei a proposta da pesquisa e falei do meu interesse em conhecer a história de constituição do Movimento de População de Rua na Bahia, a partir da

---

<sup>42</sup> Importante destacar que os diários de campo trazem histórias diversas das pessoas em situação de rua usuários de substâncias psicoativas, motivo pelo qual escolhi realizar apenas uma entrevista com uma pessoa em situação de rua, usuária de substâncias psicoativas. Considero que a observação participante produziu dados importantes e só passíveis de serem apreendidos na “interação” com os sujeitos da pesquisa.

<sup>43</sup> A “roda de conversa” foi realizada com três militantes do Movimento de População de Rua – Núcleo Feira de Santana – Bahia e será detalhada no capítulo 8 da tese.



Praça das Duas Mãos e, principalmente, da metodologia utilizada para agregar e organizar politicamente as pessoas em situação de rua na luta em movimentos de resistência e pelos direitos de cidadania.

Importante referir que, em todas as produções narrativas, seja através da imersão e observação participante no campo, nos diálogos estabelecidos com os sujeitos da pesquisa ou nas entrevistas, para além de me deixar guiar pelos significados produzidos pelos sujeitos, estive atenta às interações, às práticas que impulsionam, convocam e constroem novas realidades e narrativas, atualizando e reescrevendo as experiências vividas.

### 2.3 PERCURSOS HERMENÊUTICOS PARA ANÁLISE E ESCRITA DO TEXTO

A análise dos dados foi realizada a partir de dois níveis distintos: uma interpretação de primeiro nível, relativa à forma como os usuários e os profissionais experienciam e explicam as situações vivenciadas no contexto da rua e constroem, em relação, movimentos de resistência. Aqui coexistiram múltiplas leituras do problema, algumas enfatizando elementos estruturais, locais ou individuais e que refletem as heterogeneidades sociais, econômicas, étnicas e culturais, bem como a realidade concreta e singular dos diversos atores. A interpretação de segundo nível buscou “traduzir” as vivências e interpretações nativas para outra linguagem, a científica, em articulação com o contexto social mais amplo. Neste momento, novos sentidos foram emergindo iluminados pelas teorias e conceitos que consubstanciam a pesquisa.

A hermenêutica de Paul Ricoeur, método e teoria a me guiar neste momento de análise dos dados, considera que é “[...] tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um autor a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir” (1994b, p. 86). Sua filosofia mostra que a Hermenêutica implica na compreensão histórica de signos e sujeitos de tal modo que compreender é sempre compreender-se.

[...] Ao propor religar a linguagem simbólica à compreensão de si, penso satisfazer o desejo mais profundo da hermenêutica. Toda interpretação se propõe vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural revolúta, à qual pertence o texto, e o próprio intérprete (RICOEUR, 1978, p. 18).

Ricoeur parte ainda da hipótese de que há uma relação entre o tempo e a narrativa de tal forma que o tempo se torna humano na narrativa e, nesta perspectiva, temporalidade e

narratividade se constroem vivendo: “[...] o tempo torna-se tempo humano na medida que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da experiência temporal” (1994b, p. 85). Toda experiência acontece no tempo, sendo, pois, temporal e histórica. Importante salientar que a experiência é um conceito muito importante no presente estudo, sendo que, para Ricoeur, é a narrativa que articula as experiências. A linguagem conta a experiência e, neste sentido, a experiência é primeira, mais fundante e original frente à linguagem.

Didaticamente, recorri ao círculo hermenêutico de Ricoeur para construção do modelo de análise. Este “círculo hermenêutico” é composto de três momentos, que Ricoeur chama de mimeses<sup>44</sup>, que implicam a capacidade criativa do humano de representar narrativamente e temporalmente o mundo vivido e modificá-lo neste processo. A mimese I, da “prefiguração do campo prático”; a mimese II, que é a configuração textual deste campo prático; e a mimese III, a refiguração e envolve a função recriadora do leitor. Para o autor, a mimese III estabelece a importante função de mediação entre o campo prático e o leitor, que aprende através da compreensão da narrativa, devolvendo ao mundo, e transformando esse aprendizado, realmente em um círculo (BARROS, 2012).

Voltemos a cada um desses momentos compreendendo-o através da proposta de análise dos dados de pesquisa:

MIMSE I – prefiguração do campo prático. Seu sentido é:

[...] imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela a mimética textual e literária (RICOEUR, 1994b, p. 115).

Este momento se referiu a minha imersão no campo de estudo que, neste caso, tem como contexto local de pesquisa a Praça das Duas Mãos. Este campo contém “pré-narrativas” que já se encontram inscritas na linguagem compartilhada pelas pessoas, de tal modo que ele “auto-narra-se”, inclusive através de outros recursos simbólicos, como os corpos e objetos que interagem e constituem o campo. “Se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 1994b, p. 91). Certamente, as singularidades –

<sup>44</sup> Diz Ricoeur, sobre a mimese: “[...] se traduzirmos *mimese* por representação, não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação de presença, como se poderia entendê-lo na mimese platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção”. Ricoeur chega à definição de mimese como “a imitação ou a representação da ação no meio da linguagem métrica” (1994a, p. 76; 59).

inclusive culturais – que marcam este espaço social onde estão inseridos muitos outros textos exigiu um esforço da minha parte para uma compreensão em ato dos diversos "signos, regras e normas articulados e que constroem o – e são construídas no – campo, sem perder de vista suas inter-relações com o contexto global e individual que atravessa os diversos sujeitos nas interatividades que lhes constituem e constituem o campo. A “compreensão prática” é a condição para a configuração textual.

MIMESE II – Configuração textual ou trama. As narrativas indiferenciadas aqui encontram uma forma e um sentido, ao ligar eventos separados em uma configuração lógica que inclui não um tempo cronológico, mas um tempo compreensível para o entendimento do texto pelo leitor. Este foi, no caso desta pesquisa, o momento da escrita da tese. Importante salientar que a transformação das narrativas em texto, em todas as suas possibilidades de expressão, foi uma dinâmica que permeou todo o processo de escrita até o texto final apresentado ao leitor. A mediação do *evento em história contada* transforma eventos desintegrados em uma história, atribuindo-lhes relações. Assim, uma história contada é mais do que a enumeração ou uma sucessão de eventos (RICOEUR, 1994b, p. 105).

Para Ricoeur, a construção da trama implica na seleção e na organização dos eventos/acontecimentos narrados que fazem “da fábula uma história” com início, meio e fim. A trama faz a mediação entre o evento e a história, de tal modo que onde há evento há história.

Ampliando ainda mais o âmbito da trama, direi que a trama é a unidade inteligível que compõe as circunstâncias, os fins e os meios, as iniciativas e as consequências não queridas. Segundo uma expressão que tomo de Louis Mink, é o ato de ‘montar’ – de com-por – esses ingredientes da ação humana que, na experiência diária, resultam heterogêneos e discordantes. Deste caráter inteligível da trama se deduz que a capacidade de seguir a história constitui uma forma muito elaborada de compreensão (2000, p. 192).

E ao narrador cabe fazer essa transmutação dos acontecimentos em história, dar uma ordem com sentido e com tempo compreensível que se modificam de acordo com os agentes e os acontecimentos, história que nasce da vida cotidiana e a ela retorna “refigurada”, em forma de texto.

MIMESE III – Refiguração. Este foi o momento da entrega da obra. É no leitor que a mimese conclui seu percurso. Para Ricoeur, este é um momento fundamental e o leitor é convocado ao lugar de re-criador da obra. Com o texto, aprenderá um pouco mais sobre a vida e sobre o tempo, refigurando-se e refigurando o vivido através da sua interpretação. O

“mundo do texto” proposto por Ricoeur é, então, construído na fusão de horizontes entre o intérprete e o interpretado, em um primeiro momento, e entre o escritor e o leitor, em um segundo momento, transformando-se e transformando o mundo. O papel social do texto e do leitor se transforma na proposição de Ricoeur.

Considero que a hermenêutica proposta por Ricoeur me possibilitou efetuar a passagem da mera interpretação dos fatos em sua forma nativa para a construção de um trabalho interativo analítico, propiciando – assim espero – a compreensão e explicação dialética dos vários signos, significados e práticas vivenciados e narrados em um cotidiano marcado pelo sofrimento social – mas também pelos movimentos de resistência –, sentidos estes que, em algum nível, escapam aos próprios agentes sociais. Através do texto que aqui entrego, as experiências de sofrimento e também de refazimento – da gente de rua e de trabalhadores – alcançarão e afetarão o mundo. Essa “tradução”, que me modificou no processo, retorna ao vivido e ao leitor, modificando-o e iniciando um novo círculo hermenêutico.

#### 2.4 DILEMAS ÉTICOS DO PESQUISADOR

O dilema ético que me acompanhou durante a pesquisa está relacionado com a minha história como trabalhadora de rua. Lembro-me das conversas com o professor Nery, quando eu ia e vinha com projetos de pesquisa. Foram quatro projetos até eu chegar ao atual, também adequado a partir das experiências do campo. Ele dizia: – *Patrícia, você tem que escrever sobre o que viveu! Tem obrigação de compartilhar seus aprendizados. Não pode escolher uma temática que não tenha a ver com sua história. A beleza da sua tese está aí.*

No dia em que apresentei meu projeto de tese à equipe do CR, no intuito de convidá-los a participar da pesquisa e permitir a gravação dos encontros de supervisão, o Prof. Nery disse ao final:

\*\*\*\*\*

*[...] que a delicadeza do meu trabalho é que eu consiga funcionar como aquele que, como um espelho, devolve ao relator o seu relato, para que ele vá além. Funcionar como espelho para esse que relata, de modo que a dor se torne suportável enquanto que compartilhada e acolhida, permitindo, também, que o trabalho aconteça e que as “almas” dos usuários sejam alcançadas se, e apenas se, for um encontro entre “almas” (Diário de campo da supervisão).*

Esse é um trecho do meu diário de campo das supervisões do CR coordenadas pelo Prof. Nery, cuja identidade, nem tentei não revelar, pois sabia que ele seria facilmente identificado. Preferi conversar com ele sobre a questão e receber sua autorização.

Segui o meu destino, fiz esta tese e vivi o meu dilema ético em todos os campos da pesquisa, ou seja, com os trabalhadores e com a gente de rua. Sempre me perguntava diante de uma situação em que claramente me convocavam a atuar como trabalhadora: e agora? Silêncio ou me coloco? Manifesto minha opinião ou me calo? Atuo e parto para resolver a situação ou deixo a vida seguir? Acabei respondendo de um outro/novo lugar, se assim posso dizer: o lugar de pesquisadora-trabalhadora, pois nenhum dos meus atos foi impensado. Gerou reflexão, trabalho psíquico e texto, como facilmente será percebido nos diários de campo. Certamente eu poderia ter “disfarçado” um pouco as minhas respostas às situações, mas, como diz minha principal interlocutora da rua, “tem que ser de verdade”, ou seja, não seria de verdade. As opções que escolhi em campo seguem a minha ética da vida. Há muito decidi que não fecharia os olhos ou me calaria diante das “misérias do mundo”. E o meu trabalho nada mais é do que revelar as dores e resistências, construídas em relação, diante destas misérias, que eu continuei encontrando em cada ida a campo; em cada acontecimento na rua; em cada revelação de violência e morte; em cada lágrima ou em cada luto vivido em silêncio, marca inegável dos sofrimentos sociais. Na minha pouca experiência como pesquisadora e especialmente como “etnógrafa”, não sei se poderia ter realizado minha pesquisa desse lugar de pesquisadora-trabalhadora de rua, mas foi esse o meu lugar de verdade.

Outro dilema a me acompanhar na pesquisa foi o tempo. Certamente não teria escrito esta tese sem considerar as minhas experiências anteriores, e atuais, com a gente de rua e enquanto trabalhadora de rua. O tempo em que estive como pesquisadora na Praça das Duas Mãos para realizar a observação participante foi de seis meses, sendo vinte e duas idas a campo, como descritos no próximo capítulo da tese e mais algumas imersões antes, e durante a escrita do trabalho e não relatadas em diário de campo. Porém, posso afirmar que, desde o momento em que entrei em campo até a última palavra escrita nesta tese, todos os meus olhares, reflexões e emoções estiveram voltados para esta temática, nos diversos espaços da cidade por onde eu circulei. Não tenho dúvidas de que todos os momentos em que estive na Praça foram intensos e eu, de fato, estava lá, implicada, “aprendente”, porém, talvez não tenha sido o tempo cronológico exigido para uma etnografia. Talvez a minha tese tenha apenas a inspiração etnográfica. Talvez. Deixo aos avaliadores da banca e ao leitor, enquanto interpretes e recriadores desse texto, decidir.

## 2.5 O MARCO TEÓRICO DA PESQUISA: A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

[...] O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de *validade universal*. Ele pode, assim, indicar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar, não na singularidade das naturezas – ou das ‘almas’ – mas nas particularidades de *histórias coletivas* diferentes (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Bourdieu foi um dos grandes pensadores deste tempo. Nascido em Béarn, na França, em 1930, a partir de 1964 seguiu para uma carreira universitária em Paris. Professor do Collège de France faleceu no dia 23 de janeiro de 2002, aos 71 anos de idade, como um dos mais respeitáveis sociólogos do século XX. Deixou uma profícua herança intelectual. “Sua combinação rara de exigência conceitual, reflexividade metodológica e pertinência sócio-política capacitaram-no a agir como porta voz de uma ciência militante da sociedade...” (WACQUANT, 2002b, p. 99).

Da sua extensa e brilhante carreira, destaco seu compromisso com a ciência, a justiça social e o envolvimento com os movimentos sociais, que considerava serem fundamentais para a transformação da realidade social opressora da maioria da população (WACQUANT, 2002b; CATANI, 2017). Foi nessa perspectiva que construiu e defendeu uma sociologia reflexiva e implicada com o mundo social:

[...] o que o mundo social fez, o mundo social pode, armado deste saber [científico], desfazer. Em todo caso é certo que nada é menos inocente que o *laissez-faire*<sup>45</sup>: se é verdade que a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que estão no princípio dos sofrimentos mais cruéis, sobretudo os que regulam o mercado de trabalho e o mercado escolar, não são fáceis de serem parados ou modificados, segue-se que toda política que não tira plenamente partido das possibilidades, por reduzidas que sejam, que são oferecidas à ação, e que a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser considerada como culpada de não assistência à pessoa em perigo (BOURDIEU, 2012b, p. 735-736).

---

<sup>45</sup> *Laissez-faire* é expressão francesa que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Laissez-faire>>.

O ativismo e engajamento político de Bourdieu podem ser percebidos tanto na sua convocação a não omissão, de políticos e cientistas, mas, também, em algumas das tocantes passagens do seu livro *A miséria do mundo*<sup>46</sup> (e outros), no sentido da reflexão ética que remete à cena relatada com detalhes, a qual destaco – e transcrevo – uma delas que, apesar de longa, considero um bom exemplo de ação política no trabalho do sociólogo, no sentido do descobrimento e denúncia da realidade:

Eu bendisse a sorte (compreendi logo que era feito da amizade) que me fez encontrar *juntos* Ali e François. Os que leram suas palavras poderão não perceber que eles têm, de fato, tudo em comum, exceto a origem étnica, à qual, aliás, eles nunca fazem referência e a que ponto são absurdos aqueles que colocam em seus discursos políticos e na cabeça dos cidadãos a dicotomia imigrantes/nacionais? Ali é apenas uma espécie de passagem ao limite de François: o estigma étnico, que está inscrito na forma indelével, na tez e nos traços do rosto, e também no próprio nome, vem redobrar, ou melhor, *radicalizar*, a desvantagem ligada à falta de diplomas e qualificações, ele mesmo ligado à falta de capital cultural, e muito especialmente, linguístico. O ‘imigrante’ e o ‘indígena’ (em outros tempos e em outros lugares, na ‘Argélia francesa’, por exemplo, as designações teriam sido invertidas, com o mesmo resultado) têm os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma visão de mundo, forjados nas mesmas experiências, nas brigas da infância, nos desgostos e nas decepções da escola, na estigmatização associada ao fato de residir em um bairro ‘podre’ e a pertença a uma família marcada (eles têm, um e outro, ‘antecedentes’ sobre quem caem sempre suspeitas e acusações) pelo fato de que, quando eles veem um belo blusão ou uma bela calça, eles não podem pedir dinheiro a ninguém, e têm que se arranjar, nos longos momentos que eles passaram juntos ‘aporrinhando-se’, porque eles não têm meios de transporte, nada de ônibus, nada de mobilete (a não ser ‘traficar’ ou roubar) ou automóvel (e, de qualquer modo, nada de carteira de motorista) para ir à cidade, nada de local onde se encontrar, nada de campo de futebol onde jogar, e, sobretudo, no confronto constante, contínuo, com um universo fechado por todos os lados, sem futuro, sem possibilidades, tanto em questão de escola quanto em questão de trabalho – eles não conhecem senão pessoas sem emprego ou em dificuldade e quando se lembram dos pais a quem poderiam pedir ajuda ou socorro, não se encontram senão desempregados ou inválidos.

[...] A entrevista criou uma situação de exceção que lhes permitiu revelar o que eles seriam sem dúvida mais frequentemente e mais completamente se o mundo agisse de outro modo com eles... (BOURDIEU, 2012b, p. 83; 85).

Bourdieu coloca no campo do absurdo o estigma étnico, a pobreza e o *habitus* de Ali e François, constituídos para sobreviver na falta, do tráfico e do roubo como única opção de presente-futuro, o que certamente seria diferente se o mundo agisse de “outro modo” com eles. Segundo Wacquant (2002b), Bourdieu não só incorporou seu engajamento político em

<sup>46</sup> Em *A miséria do mundo*, Bourdieu (2012b) utiliza uma “escuta empática” para revelar o sofrimento social dos “miseráveis do mundo” e revela que todos sofrem e podem se reconhecer no sofrimento de cada um.

suas pesquisas, como, de modo contrário, incorporou muito de suas pesquisas em sua vida como intelectual militante, com grande habilidade para unir o fazer do sociólogo à denúncia política. Tinha um engajamento pessoal nas lutas contra o neoliberalismo e na defesa dos miseráveis do mundo – desempregados, desabrigados, imigrantes ilegais – e o compromisso incansável com a ciência – “sempre em vias de se fazer” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015, p. 17)<sup>47</sup> – bem como para difundir os instrumentos do pensamento crítico, na construção de intelectuais coletivos capazes de trabalhar para avançar uma consciência crítica e ativa, já que considerava que apenas a “tomada de consciência” não implica em “libertação política” – “[...] na falta de uma teoria das disposições das práticas, acabam ignorando a extraordinária inércia resultante da inscrição das estruturas sociais nos corpos” (BOURDIEU, 2007b, p. 208-209).

A sociologia praticada por Bourdieu era destinada para a produção de um conhecimento capaz de fazer nascer “[...] um ‘utopismo racional’, necessário à salvação das instituições da justiça social da nova barbárie do mercado livre e do Estado retraído” (WACQUANT, 2002b, p. 100). Unidas, as Ciências Sociais têm a missão de “desnaturalizar” e “desfatalizar” o mundo social, fornecendo instrumentos para que os agentes desvendem o ponto de vista dos dominantes, construindo estratégias de resistência individual e coletivas, ordinárias e transgressoras (BOURDIEU, 2007b). A luta pela universalização da capacidade de pensar e agir politicamente, com vias a uma democracia não só de direito, mas de fato, deve ser o objetivo de toda sociologia.

No campo da luta política o que está em disputa é justamente o poder de visão e divisão<sup>48</sup> que criam o senso comum, por isso Bourdieu considera que esta é uma disputa de percepção e que às Ciências Sociais cabe desmascarar e se contrapor às estratégias de dominação ancoradas na “violência inerte” da ordem das coisas<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Para Bourdieu é no decorrer da própria atividade científica que a ciência vai se fazendo e “o conhecer, afirma ainda Gaston Bachelard, deve evoluir com o conhecido” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015, p. 19).

<sup>48</sup> “[...] Os princípios de di-visão seriam os instrumentos usados pelos agentes e grupos para observar (visão) e classificar (divisão) a realidade, o mundo social. São os óculos pelos quais os agentes inseridos nos espaços sociais vêem, analisam e concebem este espaço. São categorias mentais de percepção do mundo social, que são frutos da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (BENEDETTO, 1996, p. 260).

<sup>49</sup> A “ordem das coisas” se refere ao que fundamenta e “faz acontecer” o discurso dominante, neoliberal, como a vida “esperada” de Ali e François: a “ordem das coisas” cumpre seu “efeito de destino”, contribuindo poderosamente para a realização dos destinos “esperados” (BOURDIEU, 2012b).



A consciência e o conhecimento das condições sociais dessa espécie de escândalo lógico e político que vem a ser a monopolização do universal sinalizam, sem equívoco, os fins e os meios de uma luta política permanente em prol da universalização das condições de acesso ao universal (2007b, p. 102).

As formulações teóricas realizadas por Pierre Bourdieu apresentam um conjunto de análises empíricas importantes para as pesquisas atuais envolvendo questões relacionadas ao modelo neoliberal e, principalmente, ao Estado moderno. Destaco que a mim interessa, particularmente, a incorporação do poder simbólico pelos agentes como uma característica fundamental do Estado, detentor legítimo do monopólio da violência física e simbólica. Diz ele:

Já há alguns anos, fiz um acréscimo à definição famosa de Max Weber, que diz ser o Estado o ‘monopólio da violência legítima’, e que eu corrijo acrescentando: ‘monopólio da violência física e simbólica’; poderia até mesmo dizer: ‘monopólio da violência simbólica legítima’, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física (2014, p. 30).

Mais adiante, Bourdieu complementa:

Em outras palavras, para resumir antecipadamente o que vou expor a vocês, diria que Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis – para designar uma espécie de Deus absconditus – da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica [...] O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso [...] (2014, p. 34; 38).

O Estado é o resultado da concentração de diversos capitais, sendo o lugar, por excelência, onde o poder simbólico se concentra e é exercido (BOURDIEU, 1996). Marcos Otavio Bezerra (2015), em resenha do livro *Sobre o Estado*, considera que o poder simbólico do Estado é produto da crença coletiva em sua autoridade na qual se produzem princípios e sentidos de mundo corroborados por agentes e instituições como condição e efeito da existência do próprio Estado. Através do processo de acumulação de capitais, o Estado detém um poder que, ao mesmo tempo em que se impõe, é alvo da concorrência entre agentes de diferentes campos interessados em fazer com que seu ponto de vista se sobreponha sobre os demais. Cita como capitais incorporados e que compõem o poder do Estado:

1) o capital da força física, que é representado pela força pública – militar e policial –, responsável pela manutenção da ordem. O uso da violência no âmbito do Estado é legitimado e acompanhado pela retirada desta possibilidade das mãos de outros agentes sociais;

2) o capital econômico, composto por todo um sistema fiscal e de tributos que contribuem não só para a sua manutenção como também para a sua reprodução e acumulação por parte da classe dominante. Este é um campo de luta incessante.

3) o capital informacional, responsável por produzir informações confiáveis, mas difundidas de forma desigual, a partir da correlação de força e poder entre os agentes que compõem o campo;

4) o capital cultural que é uma dimensão fundamental do capital informacional na construção de símbolos nacionais e de imposição de uma cultura dominante; e

5) o capital jurídico, através da participação do direito e dos juristas: “A mobilização do direito e a participação dos juristas são essenciais no processo de constituição do universal como princípio da administração e do Estado como uma ficção jurídica” (BEZERRA, 2015, p. 493).

A acumulação de todos esses capitais converge para a produção e a manutenção do mais importante de todos os capitais, o capital simbólico<sup>50</sup>, que se acumula no/pelo reconhecimento e pela confiança do outro, existindo sempre e a partir da crença depositada nele (BOURDIEU, 2007b); porque a luta pelo reconhecimento, pela importância social e justificação de “ser” na vida está na base de todas as lutas:

[...] dentre todas as distribuições, uma das mais desiguais e, em todo caso, a mais cruel, é, decerto, a repartição do capital simbólico, ou seja, da importância social e das razões de viver... Na hierarquia das dignidades e indignidades, que nunca se superpõe inteiramente à hierarquia das riquezas e dos poderes, o nobre, em sua variante tradicional, ou em sua forma moderna – o que denomino nobreza do Estado – contrapõe-se ao pária estigmatizado o qual, a exemplo do judeu da época de Kafka, ou, hoje, o Negro dos guetos, o Árabe ou o Turco dos subúrbios operários das cidades europeias, carrega a maldição de um capital simbólico negativo (BOURDIEU, 2007b, p. 294-295).

<sup>50</sup> Para Bourdieu, todo tipo de capital, ao ser reconhecido, é capital simbólico por seus “efeitos simbólicos” e práticos, no sentido de um *habitus* disponível a conhecê-lo e reconhecê-lo nas lutas que marcam o campo social. O capital simbólico “[...] não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima” (2007b, p. 296).

Com este capital, o Estado exerce sua função de organização da vida social através da imposição de representações de mundo donde se estabelecem consensos e também conflitos. Funcionários públicos, com a autoridade que lhes foi delegada, – representantes oficiais do Estado – impõem princípios e regras em nome do interesse coletivo e atestam a legitimidade de uma existência, numa espécie de realização divina sobre a terra, fazendo da sociedade, Deus:

Miséria do homem sem Deus, dizia Pascal. Miséria do homem sem missão nem consagração social. De fato, sem chegar a dizer, como Durkheim, que ‘a sociedade é Deus’, eu diria: Deus não é nada mais que a sociedade. O que se espera de Deus nunca se obtém se não na sociedade, que tem o monopólio do poder de consagrar, de subtrair à fatuidade, à contingência, ao absurdo; mas – e aí está, sem dúvida, a antinomia fundamental – apenas de maneira diferencial, distintiva: todo sagrado tem seu profano complementar, toda distinção produz vulgaridade e a concorrência pela existência social conhecida e reconhecida, que subtrai à insignificância, é uma luta de morte pela vida e pela morte simbólicas. ‘Citar, dizem os Kabylas, é ressuscitar’. O julgamento dos outros é o julgamento derradeiro; a exclusão social, a forma concreta do inferno e da danação. É porque o homem é um Deus para o homem que o homem é também um lobo para o homem (BOURDIEU, 1988, p. 57-58).

Esses trabalhadores – do mesmo campo ou de diferentes campos (jurídico, político, econômico, cultural etc.) –, nada desinteressadamente, estão lutando pelo “poder” do Estado (BOURDIEU, 2007b, p. 300). Nessa luta, através da violência simbólica, o Estado consegue ganhar a adesão dos dominados, sendo esta, inclusive, a condição para sua existência e sucesso. Por que violência simbólica é violência ocultada, disfarçada, operada na e pela linguagem – pelos gestos e pelas coisas (ou falta delas); geradora de vergonha de si, de auto descrédito, baixa autoestima; pressupõe o não reconhecimento da violência e dos princípios que a produziu; dominação e submissão apoiam-se na empatia, no afeto e no reconhecimento da dívida (de gratidão).

O tema da corrupção também é tratado por Bourdieu (2014) como relacionado à formação do Estado moderno. Ao analisar a transição do Estado dinástico, baseado na sucessão “pelo sangue”, para um Estado mais despersonalizado, baseado na sucessão em nome da “razão” – eu diria econômica – novos dirigentes surgem; o poder é descentralizado, outros agentes ocupam o espaço social e lutam pelo controle dos capitais. Nesse processo, os desvios dos usos do poder – “[...] não raramente impulsionados pela introdução da lógica doméstica onde deveria prevalecer a razão do Estado, possibilidade inscrita na estrutura de distribuição de poder, é o que faz com que o autor interprete a corrupção como estrutural”

(BEZERRA, 2015, p. 494) – são caracterizados pela imposição de uma lógica doméstica à ética pública. Essas denúncias de corrupção aumentam a descrença no Estado como promotor da justiça, favorecendo, ainda mais, os usos inapropriados do poder e da violência.

Em relação à atuação do Estado frente às margens e mais especificamente na problemática que envolve os usos, usuários e o tráfico de drogas, interessa compreender, à luz das reflexões propostas por Bourdieu (2014), como o Estado, através do poder simbólico, legitima o violento e genocida controle social sobre a população pobre e do seu mais novo inimigo social, o “jovem-usuário-traficante” da periferia e/ou das ruas. Se o Estado, nas palavras de Bourdieu, “é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis — para designar uma espécie de deus *absconditus* — da ordem social”, será que o combate ao “tráfico de drogas” (na verdade, aos demonizados traficantes) não seria mais uma eficaz política estatal de controle e criminalização da pobreza – uma pobreza, nas palavras de Bauman (2000), hoje sem destino, devendo ser isolada, neutralizada e destituída de poder?

Os efeitos dessas “políticas de Estado” se objetivam nas relações estabelecidas entre os agentes no campo social<sup>51</sup> e na sua intrínseca relação com o *habitus*, um dos principais conceitos da obra de Pierre Bourdieu. Definido como um conjunto de esquemas individuais de percepção e ação colocados em prática a partir da conformação de um campo, há uma conexão indissociável entre o *habitus* e o campo (BOURDIEU, 1992); uma relação *dialética* entre o agente e a sociedade:

[...] O *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2007, p. 6).

O *habitus* é construído cotidianamente, aberto e afeito a novas vivências. Os ajustamentos necessários diante de realidades imprevistas podem possibilitar as transformações do *habitus*, mas, dentro de certos limites, considerando que é o *habitus* que define a percepção da realidade que o constitui. Então “o *habitus* é também adaptação, ele

---

<sup>51</sup> Campo Social é entendido por Bourdieu (2008) tanto como um “campo de forças”, uma estrutura que age sobre os agentes nele inseridos, quanto como um “campo de lutas” onde os agentes atuam segundo suas posições, podendo modificar a sua estrutura.

realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical” (BOURDIEU, 1983, p. 106).

As trajetórias individuais e singulares, em condições sociais específicas, constituem os *habitus* individuais, que trazem a marca originária da classe, experimentada em uma determinada configuração familiar. Neste sentido, uma trajetória é sempre a objetivação entre as relações de forças presentes no campo e o agente. Esta objetivação reflete as posições ocupadas pelos agentes ao longo de sua história de vida. Assim, a trajetória social deve ser entendida como uma maneira singular de transitar no espaço social, experimentando disposições incorporadas, ao tempo em que reconstitui as posições ocupadas por um mesmo agente em diferentes espaços (BOURDIEU, 2008).

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o *habitus* primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida (MONTAGNER, 2007, p. 257).

Nesta perspectiva, as ações dos “agentes sociais” são o produto de um encontro entre um *habitus* e um campo, ou seja, os comportamentos, as ações, as escolhas e os desejos das pessoas refletem este encontro. Estas ações práticas dos agentes são também inspiradas pelo campo e tendem a se ajustar às necessidades impostas por uma determinada situação (SETTON, 2002).

Na formulação de Bourdieu sobre *habitus* há um destaque para o corpo: o agente, é dotado de um *habitus*, que se inscreveu no seu corpo, a partir da sua trajetória de vida: “[...] o *habitus* corporal consiste naquilo que se vive como mais natural, aquilo sobre o que a ação consciente não tem controle” (2006, p. 86). Essa inscrição sofre os efeitos da dominação simbólica e as disposições incorporadas são transformadas em posturas e movimentos corporais que permitem ao pesquisador compreender de que maneira o homem se socializa, ou melhor, de que forma o social se torna “corpo”.

Esse corpo que se comunica, que fala e é falado, só pode ser compreendido em um campo em que outros têm o mesmo “signo” expressivo, pois que seguem um mesmo esquema social corporal. Com isso não se desconsidera as singularidades e diversidades dos usos e das linguagens corporais, muito menos sua capacidade criativa e gerativa, mas destacamos que elas se dão dentro de modulações características de um determinado grupo

social (MEDEIROS, 2011). Para Bourdieu (2007a), em *A distinção: crítica social do julgamento*, o corpo expressa claramente o “gosto” de classe e também os sofrimentos sociais reservados a “cada um deles e a todos eles” e que, de certa forma, produz necessidades objetivas e subjetivas ajustadas às possibilidades concretas de realização.

A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que confere um lugar importante à afetividade e, mais ainda, às transações afetivas com o ambiente social... É preciso deixar de subestimar a pressão ou a opressão, contínuas e por vezes despercebidas, da ordem ordinária das coisas, os condicionamentos impostos pelas condições materiais de existência, pelas surdas injunções, e a ‘violência inerte’ (como diz Sartre) das estruturas econômicas e sociais e dos mecanismos por meio dos quais elas se reproduzem (BOURDIEU, 2007a, p. 172).

Essa violência inerte da ordem das coisas atinge, sobretudo, os “homens sem futuro”, os “danados da terra”, no sentido de que sonhar com um futuro depende das condições efetivas de alcançar esse “futuro”, que começa num presente destituído de tudo – materialmente e simbolicamente. A resignação é o efeito mais comum, mas há também “a ‘teimosia obstinada’ e tantas outras formas desconhecidas de resistência” (BOURDIEU, 2007a). É sobre essa teimosia e certa margem de liberdade entre esperanças impossíveis e o espaço dos possíveis que “[...] se escora a autonomia das lutas a respeito do sentido do mundo social, de sua significação e de sua orientação, de seu devir, de seu futuro, um dos maiores móveis das lutas simbólicas” (BOURDIEU, 2007a, p. 287-288).

E é também com a “teimosia obstinada” que marcou a produção deste trabalho que encerro este texto sobre a sociologia de Bourdieu. Mais do que apresentar seus principais conceitos, – que serão discutidos na prática das situações experienciadas na produção da tese – selecionei fragmentos da sua obra – alguns longos diante da minha impossibilidade de interrompê-lo – que foram significativos, que me tocaram, emocionaram e inspiraram a pesquisadora ativista que fez morada permanente em mim.

### 3 CONVIVÊNCIAS ETNOGRÁFICAS NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS

A sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência... através de um trabalho metódico e minucioso de detecção e de registro, de decodificação e de escritura capaz de capturar e transmitir o sabor e a dor da ação, o som e a fúria do mundo social [...] (Loïc Wacquant, 2002a, p. 11)

Este capítulo tem por objetivo apresentar reflexivamente e refletidamente a etnografia realizada na Praça das Duas Mãos. Entre idas e vindas, buscando a melhor forma de compartilhar essas vivências etnográficas, decidi utilizar as “narrativas” dos encontros com trabalhadores, gente de rua, moradores das imediações, comerciantes, pessoas que apenas “passavam”, dentre outros, registradas em diário de campo. Refletir sobre minhas impressões e emoções, dos olhares cruzados, dos abraços apertados, considerando que etnografar é isso: “[...] é deixar-se ser afetado pela vida que corre vasta ao ser relatada nos diários de campo e conhecer só pode ser possível se nos deixarmos tocar pela realidade, assumindo que o conhecimento é uma prática de sensibilidade” (ADORNO, 2016, p. 12-13).

A escolha de transcrever os diários de campo em sua ordem cronológica – com alguns cortes para que não ficasse enfadonho ao leitor – foi a forma que encontrei para mostrar a vida “acontecendo”, seus personagens atuando, as tramas e dramas de quem vive nas ruas, da violência como linguagem e o uso intenso de álcool e outras drogas como gramática, numa tentativa de narrar o “encoberto” e/ou o “indizível”. Os comentários reflexivos e teóricos foram feitos após o relato de cada campo, de modo a não perder a dinâmica e o ritmo dos acontecimentos, bem como facilitar a identificação de regularidades, sem perder de vista as singularidades. Ao final, considerando a extensão e a complexidade deste capítulo, busquei resgatar as temáticas discutidas e apresentar o que denominei de síntese reflexiva.

Tantos personagens e interações narradas em cada diário de campo! Obviamente que não tenho a pretensão de tudo comentar e, mesmo que tentasse, algo sempre estaria para além da minha percepção e da possibilidade de enquadre ou compreensão, assim como o narrado, que representa um “recorte” a partir das minhas possibilidades de olhar, ver e sentir a realidade. Entrego aqui, reflexivamente, “o meu ponto de vista” a partir das imersões e relações estabelecidas no território, tanto nas narrativas, às vezes tão pessoais, quanto nas tentativas de diálogos com outros autores e estudos, deixando ao leitor a incumbência de complementar o texto com seu próprio ponto de vista.

Mas, é importante alertar: “[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” nos ensina Guimarães Rosa (2015, p. 63). Nesta perspectiva, cabe ao leitor encontrar o real na travessia comigo. Didaticamente, elegerei temáticas a serem tratadas em cada diário de campo, de modo que, ao final, ao juntar estas compreensões práticas e temáticas, aportemos temporariamente em algum “lugar”, com algumas respostas, indicações ou até mais indagações que nos possibilitem continuar a travessia em direção a mais um “lugar”<sup>52</sup>.

Com outro sentido de lugar – mas talvez nem tanto – Gey Espinheira dizia que “todo humano precisa de um lugar para onde ir”<sup>53</sup>, um lugar físico, mas com sentido existencial. A Praça das Duas Mãos se configura como “um lugar para onde ir” para muitas pessoas em situação de rua ou que residem nas imediações. Espaço de sociabilidade, de trabalhos variados, de lazer, de uso de álcool e outras drogas, de pregação religiosa, de amor e sexo, de gente de todas as raças, gêneros e lugares. A Praça não é, nesta perspectiva, apenas um conjunto de elementos físicos, mas produto de políticas, práticas, lutas e lutas sociais históricas e em constante diálogo com as atuais, sendo continuamente e interrelacionalmente transformada, e transformando os agentes que aí vivem.

Ensina-nos Bourdieu que [...] “o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (2013, p. 134), talvez, também, bons indicadores do seu lugar no mundo. Nesta perspectiva, é preciso pensar que a distribuição das pessoas na Praça expressa também uma “realidade invisível que organiza práticas e as representações dos agentes” (1996, p. 24).

### 3.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DA PRAÇA DAS DUAS MÃOS E SEUS AGENTES

*A Praça das Duas Mãos<sup>54</sup> é retangular. Olhando-a da rua, para além da calçada, há uma primeira parte gramada, muitas vezes com bastante sujeira, com árvores enormes,*

<sup>52</sup> Refiro-me ao lugar temporário que as verdades devem ocupar, considerando a dimensão mutante e dinâmica dos tempos e espaços sociais.

<sup>53</sup> Escutei Gey Espinheira falando, aproximadamente no início dos anos 2000, em um encontro de CAPS ad em Vitória da Conquista, sobre a importância, para os humanos, de terem um lugar para onde ir. Ele falava de um lugar objetivo, referindo-se aos CAPS, mas também, e principalmente, de um lugar social, de reconhecimento e pertencimento.

<sup>54</sup> Existia o Cais do Dourado, em 1756. Nessa época, a área da Praça ainda não existia. Em seu lugar, estavam as águas da Baía. O movimento comercial nesse Cais era intenso e buscava-se mais espaço com aterros. O Cais Dourado foi aterrado, por volta de 1875, e surgiu o Cais do Ouro. Sobre esse aterro, foi construído o Mercado do Ouro, inaugurado em 1879 e também a Praça do Cais do Ouro. No início do século 20, a área foi urbanizada e ganhou o nome do



*antigas que, mesmo degradadas, servem de abrigo para a gente de rua – e seus poucos pertences. Segue, então, uma larga calçada, com bancos de cimento dos dois lados e ao fundo, que antes era tomado por árvores e bares, que a prefeitura gradeou e fez um estacionamento. Em uma extremidade, fica o contêiner do Ponto de Cidadania, agora Unidade de Apoio à Rua (UAR), do Programa Corra pro Abraço. Atrás do contêiner tem uma tenda bem pequena, que é o Recanto do Cacau. Na direção oposta tem o Monumento das Nações, uma escultura de mãos entrelaçadas, e mais adiante, uma feira que “vende de tudo”. As pessoas se dividem em grupos ao longo da Praça, ocupando os bancos e, na maioria das vezes, compartilhando bombinhas de cachaça. No meio da Praça fica o grupo dos meninos do tráfico. Mais ao final, perto da feira, grupos diversos, alguns fazem rodas de dominó, outros estão apenas passando e sentam um pouco, principalmente no horário do almoço. O uso de crack não ocorre na Praça, que é comandada, em parte pelos “meninos do tráfico”, em parte por Rogério, um policial reformado que, pelo que soube, é pago pelos comerciantes locais para “manter a ordem no território”, o que ele faz com muita violência e em parceria com a polícia.*

\*\*\*\*\*

Nas primeiras linhas quase inaugurais do meu diário de campo, a Praça das Duas Mãos é descrita fisicamente. Não por acaso o espaço físico ocupado pela população de rua é o lugar com “bastante sujeira”. A temática da “sujeira” é tratada nesta tese em outros momentos e com distintos sentidos, neste caso, como demarcação de lugar e também como espaço que é constituído e constitui aqueles que o habitam: “[...] se o habitat contribui para fazer o habitus, o habitus contribui também para fazer o habitat, através de seus usos sociais...” (BOURDIEU, 2013, p. 139). O lugar mais sujo e descuidado da Praça é o espaço físico apropriado<sup>55</sup> pela população de rua. É ali, sob aquelas árvores maltratadas pelo fogo que se cozinha a comida, que também se come, que se consomem bebidas alcólicas – às vezes até cair – que se jogam os restos de comida para os cachorros – companhia presente e permanente – que se protege da

---

primeiro presidente da República, Marechal Deodoro, mas continuou a ser chamada popularmente de Cais do Ouro. Por volta de 1940, foi construída a Avenida Jequitaiá, cortando parte da Praça e a parte da frente do Mercado do Ouro foi demolida. No final dos anos 1960, a Praça não tinha mais muito movimento e muitos caminhões estacionavam no local. Estava completamente coberta por frondosas árvores. Em 2000, a Praça ganhou o Monumento das Nações, uma escultura de mãos entrelaçadas, com referência ao elo cultural entre a América do Sul e Central e a Península Ibérica. É uma homenagem da Associação Iberoamericana de Câmaras de Comércio (AICO). O trabalho é do artista plástico Kennedy Salles, feito em granito e fibra de vidro, com 3,9 m de altura. Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/comercio/cais-ouro/cais.htm>>.

<sup>55</sup> Espaço físico apropriado, para Bourdieu, expressa uma correspondência entre a coexistência dos agentes e das propriedades (2013, p. 133).

chuva, que se fazem as necessidades fisiológicas, que se deixam as marcas cravadas no território de que esse espaço lhes pertence. Essa aproximação e mistura da população de rua com a “sujeira” produzida e produtora de espaços e de corpos – historicamente apropriados e cotidianamente reinventados – pode ser percebida em outros espaços da cidade, inclusive na escolha dos locais para uso de drogas ilícitas, como por exemplo, os usuários de drogas do Pela Porco que vão para o “esgoto” usar crack, local onde certamente não serão importunados. Neste caso, é a “sujeira” que garante a liberdade para o uso de drogas ilícitas, que protege de aproximações violentas e punitivas ao manter as pessoas afastadas e que favorece a constituição de um “lugar social”. Sujeira, que não por acaso, se torna parte de um modo de vida ou uma estratégia de sobrevivência; sujeira que convoca olhares e gestos de repulsa, mas que não nos deixa esquecer a miséria do mundo que produzimos.

Seguindo a descrição do diário de campo encontramos o estacionamento gradeado, separando os que têm carro dos que não têm; os que possuem bens e estão inseridos no mercado de trabalho formal, dos que nada têm. Grades que separam e protegem os ricos dos “miseráveis” e marginais. Nas muitas vezes em que estive na Praça, ficava a observar as pessoas passando, rapidamente, no horário do almoço ou indo pegar seus carros estacionados atrás das grades; chamava-me a atenção como não olhavam para o lado “pobre” da Praça ou, se olhavam, o faziam tentando disfarçar, como se não quisessem ver ou serem vistos. Quando me viam, a surpresa sobressaía no breve encontro de olhares, afinal, eu não deveria estar ali! “[...] Com efeito, nada é mais distante e intolerável do que pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico” (BOURDIEU, 2013, p. 139).

Foto 9 –Praça das Duas Mãos, bairro do Comércio, 2014



Compondo a paisagem, chegamos ao contêiner do Ponto de Cidadania. Importante dizer que durante todo o período da minha etnografia o dispositivo esteve sem funcionar, mas a sua presença física na Praça, ainda que fechado, lembrava o tempo em que o acesso à um pouco de cidadania estava mais próximo para todos, mas, também, de como as políticas de cuidado são pouco investidas pelo poder público. Aqui, a violência do Estado se faz presente em todas as suas “faces”, seja pelos efeitos da fragilidade de suas políticas de cuidado que negligentemente deixam morrer, seja no uso constante da violência física pela policia como modo primeiro de apropriação do espaço.

Em minhas anotações, o “Recanto do Cacau” se destacava como um espaço onde todos podiam se aproximar para comprar “coisinhas” – cigarros, fumo, cachaça, refrigerante, água, café, balas, dentre outros – mas que é frequentado apenas por algumas pessoas, que se reúnem e conversam, em geral, consumindo bebidas alcoólicas. Era um lugar aonde eu ia esporadicamente e que não era frequentado pela gente de rua, que também circulava pouco entre as pessoas que ficavam na outra extremidade da Praça jogando dominó e consumindo álcool.

Chegamos, então, aos meninos do tráfico que ocupam o espaço do centro da Praça e têm uma visão privilegiada de todo o local. Durante boa parte da minha etnografia eles ficaram presos sob a acusação de assassinato, mesmo assim, a lei imposta por eles se fazia presente, como perceberemos em alguns relatos dos diários de campo. Já no final da minha observação etnográfica, eles foram libertados e retornaram à Praça, trazendo uma nova configuração ao espaço. Aqui cabe lembrar que, na perspectiva bourdieusiana, um espaço social é organizado a partir da quantidade e dos tipos de capitais que cada agente ou grupo social possui<sup>56</sup>. Nesta perspectiva, o que está em disputa na Praça é prioritariamente o capital econômico e o poder advindo da sua apropriação, ou seja, o capital simbólico. A luta explícita e, muitas vezes, mediada por violências físicas – envolvendo também usuários e a população mais precarizada que circula e mora na Praça e imediações – ocorre, principalmente, entre os traficantes, os policiais e as pessoas contratadas pelos comerciantes locais para fazer a segurança e manter a ordem. A comunidade que reside no entorno e as pessoas em situação de rua são agentes possuidores de menos capital econômico e de outros tipos de capital e, portanto, pouco empoderados nesse processo. Já os trabalhadores de rua tentam “fazer o seu trabalho”, se apresentando e ocupando o espaço em nome da saúde e dos direitos humanos. É importante lembrar que o poder do Estado está também, e principalmente, naqueles que não encontramos, mas que mantêm a ordem das coisas através dos seus agentes. Por exemplo, a figura de Rogério, o segurança contratado pelos comerciantes e que tem uma atuação extremamente violenta e ameaçadora com a gente de rua, será refletida mais adiante, a partir de uma situação ocorrida no território.

---

<sup>56</sup> Cada agente participa de vários campos – cultural, jurídico, econômico, político dentre outros – e possui uma quantidade de capital relativo a cada um deles – cultural, econômico, jurídico, político, simbólico, artístico etc... – e, nesta perspectiva, o “campo é o espaço de luta pela posse sobre um determinado capital e sobre o poder de impor os princípios de di-visão” (BENEDETTO, 1996, p. 260).

Na Praça, podemos também identificar grupos<sup>57</sup>, a partir da cultura de consumo, principalmente do álcool, mas também de outras drogas:

1) Um grupo de homens que bebem regularmente e intensamente, muitas vezes até cair. Eles são “*a galera do sindicato*”<sup>58</sup> [...] *também difícil de cuidar, muito debilitados, cuja droga eleita é o álcool e às vezes o crack*” (Entrevista Talita). São, em geral, homens mais velhos – ou parecem ser mais velhos – e ficam nestes estados de embriaguez com a higiene bastante comprometida. Alguns se tornam mais invasivos, com algumas investidas sexualizadas e até desrespeitosas para com as trabalhadoras de rua. A bombinha de cachaça é a bebida mais consumida e compartilhada entre eles. É comum alguém mais jovem, homem ou mulher, se aproximar, beber um pouco e sair.

2) Outro grupo, com pessoas mais jovens, homens e mulheres moradores das imediações, por vezes se reúnem na Praça e compartilham bebidas. As mulheres, em geral, com o corpo bastante exposto, um corpo incircunscrito<sup>59</sup>, nos propõe Teresa Caldeira (2000). Em geral consomem também outras drogas.

3) Um grupo de mulheres, mães, vai para a Praça solitariamente e consomem álcool e às vezes outras drogas. É um uso mais “discreto”, mas regular, como referido por uma entrevistada Ana ao falar da situação de uma dessas mães: – *Solange, com aqueles dois filhos, sofrendo violência de todo tipo do companheiro, desconta na criança, aí o policial leva... enfim, como ela vai chegar e não vai usar?* A entrevistada ainda faz referência ao lugar em que Solange mora<sup>60</sup> – bem como outras famílias que frequentam a Praça – e completa, emocionada, que o filho de Solange *dormia em um colchãozinho e o pingo da chuva caía nele...* Por fim, repete: – *Como é que não vai usar droga, né?* (Entrevista Ana).

4) *A galera do tráfico, a droga era principalmente a maconha e festas pontuais com muita cocaína* (Entrevista Talita).

5) Alguns jovens adolescentes, por vezes, aparecem na Praça. Sempre muito arredios à aproximação, ficam por um período e consomem diversos tipos de drogas – álcool, maconha, cola e crack são as principais.

<sup>57</sup> No decorrer da apresentação das narrativas, esses “grupos” – e talvez outros – se tornarão mais perceptíveis também ao leitor.

<sup>58</sup> A entrevistada se refere ao grupo de alcoolistas que se reúne na Praça para beber e jogar dominó, sendo esse grupo reconhecido como “sindicato do álcool”.

<sup>59</sup> Corpo incircunscrito refere-se à insidiosa e violenta manipulação do corpo oprimido que vai da superexposição à tortura – sem barreiras e evitação (CALDEIRA, 2000).

<sup>60</sup> Eu fiz uma visita ao local, que é uma casa antiga, condenada e invadida por algumas famílias. Lembro que, após a visita, saí muito triste pensando como pessoas, crianças, podiam estar submetidas à vida naquelas condições.

O álcool e o tabaco enquanto substâncias lícitas são consumidos ali mesmo, explicitamente. Já as outras drogas ilícitas, são utilizadas nas ruas e vielas mais escondidas, como forma de proteção das ações violentas da polícia ou de outros grupos, e também do olhar preconceituoso e estigmatizante que essas cenas de uso provocam na população em geral.

É importante enfatizar que, apesar do consumo de álcool e outras drogas ser uma regularidade em todos os espaços da rua por onde circulei, essa cultura de uso aqui descrita, refere-se apenas ao contexto da Praça, não sendo passível de generalizações apressadas, ainda que grupos com as características aqui apresentadas possam ser encontrados em outros contextos.

Passarei ao registro dos diários de campo, sendo importante sinalizar que alguns relatos, quando muito longos ou com temáticas muito diferentes, foram subdivididos em duas partes, como o trecho que vem a seguir.

### 3.2 CAMPO 1<sup>61</sup>

#### **3.2.1 Parte 1: O estranhamento dos primeiros encontros e as gramáticas de resistência**

*Eu me acostumara a chegar pelo lado mais próximo ao Container, e assim o fiz neste primeiro dia de campo, em julho de 2017. Fui recebida por um usuário que me reconheceu, Erick, um dos interlocutores mais presentes na minha imersão na Praça, muito querido pelos companheiros e pelos trabalhadores de rua. Ele estava alcoolizado, e logo me apresentou a uma mulher que chamarei de Nena, que estava amamentando uma criança de 4 meses – Roberto Carlos, ao tempo em que dava uns goles em uma bombinha de cachaça. A outra criança, José Carlos, de dois anos, estava ao lado, comendo uma paçoca. Logo se aproximou uma mulher com uma criança de uns 5 anos e parou para falar com ela. A criança fez algo e ela bateu forte nela e, logo depois, Nena fez a mesma coisa com José Carlos. As duas crianças choraram um pouco e depois pararam. A agressividade das “mães” com seus filhos me impactou bastante. Meu instinto era intervir, proteger as crianças, conversar com elas, as mães, sobre outras formas de “educar”, mas, nada fiz. Logo depois, um homem claramente alcoolizado se aproximou, pegou a “bombinha de cachaça” de Nena e deu um gole; ela ficou zangada, foi para cima dele, gritando e dizendo que não autorizou que ele pegasse a cachaça*

---

<sup>61</sup> DC, jul. 2017.

*dela. Para mim, parecia que ia bater nele. Neste momento, dois usuários acenderam um fogo defronte de onde estávamos e a fumaça veio na nossa direção. Nena logo gritou mandando-os apagarem o fogo ou ela mesmo apagaria. Os gritos e a agressividade que parecia explodir de todos os poros do corpo de Nena feriam meus ouvidos acostumados aos gestos contidos e à voz baixa, marcas da minha origem familiar e educação marcada por disposições tão diferentes, apontando para uma separação social e cultural que precisa ser considerada e compreendida no contexto desta pesquisa, tanto nos seus limites quanto nas potencialidades teóricas e práticas consequentes a estas interações. Fiquei pensando que a agressividade das mulheres de rua talvez fosse uma forma de proteção e sobrevivência naquele contexto tão marcado pela presença e cultura masculina.*<sup>62</sup>

*Nena disse que ia em casa e, para minha surpresa, já que acabáramos de nos conhecer, pediu para eu ficar com José Carlos, mas ele não quis, e eu fui seguindo com ela até uma “barraquinha”, que, na verdade, era uma tenda, cheia de remendos, que vendia balas, cigarros e cachaça. O dono do local aproximou-se para conversar, vou chama-lo de Cândido. Ao perceber que eu estava com a camisa do Ponto de Cidadania perguntou se o projeto iria retornar. Disse que sentia falta dos profissionais. Era um homem negro, magro, olhos amarelados que me fizeram pensar se já era efeito do álcool. Ele tinha 47 anos e conta que frequenta a região da Praça desde os 5 anos. Eu comentei que ele devia conhecer bem a história da Praça. Ele, muito solícito, disse que sim e começou a contar que ali era bem diferente, passava um bondinho e era local de estacionamento de caminhões que vinham cheios de mercadoria e lá descarregavam. Ele trabalhou muito descarregando caminhão. Em determinado momento da conversa, perguntei o que gostaria que mudasse na sua vida e ele disse que queria parar de beber, mas que agora não conseguiria pois tinha perdido os pais recentemente e se sentia muito sozinho. Gostaria de ter alguém. Eu disse para ele que estava*

---

<sup>62</sup> A rua é masculina – com 77,8% de pessoas do gênero masculino (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017) – e as violências sofridas e também perpetradas pelos homens se presentificam nesse contexto como parte da cultura e como condição de sobrevivência. A violência é parte da socialização e da afirmação identitária dos meninos, resultando – e sendo reforçada – em práticas de masculinidade muito singulares no cotidiano da vida na rua. A violência contra as mulheres é frequente, pública e “aceitável”, considerando que as “mulheres da rua”, no imaginário e na cultura social, não são dignas de respeito, de modo que seus corpos podem e devem ser alvo de violências e violações. Diz Malheiro em seu relato: “todas as mulheres do meu universo de pesquisa sofreram violência sexual na rua, e este momento é apontado como o início da vida nas ruas, quase como um ritual de passagem para o estabelecimento das relações de hierarquia entre homens e mulheres, e também para fixar as mulheres usuárias – que transgridem a ordem do papel social destinado a mulheres – em um lugar de subalternidade” (2018, p. 222). A autora complementa que desenvolver estratégias de proteção no cotidiano da rua é o grande aprendizado da trajetória dessas mulheres.

*na Praça como pesquisadora e perguntei se ele me contaria a história da Praça. Ele disse que sim, muito entusiasmado, e ficamos de marcar outro dia. Neste momento, final da tarde, a equipe do projeto “Corra pro Abraço” chegou. Ao nos despedirmos, ele disse que ficaria me esperando. Um contato tão breve e ele já disse que ficaria me esperando.*

\*\*\*\*\*

Começo pelo “estranhamento” e pela angústia que me tomaram neste primeiro encontro, mais particularmente em relação à agressividade presente na relação das mulheres com seus filhos. Uma trabalhadora entrevistada comenta sobre este tema:

*– No primeiro dia que eu vi Solange dar um tapa na cara de André e ele caiu pela escada... eu chorei, eu fiquei chorando e Jane dizia calma, calma, calma Rosa e minha vontade era bater nela, dizer: vá bater em alguém do seu tamanho, mas aí o profissional, na hora...*

Diz que quando se recompôs e saiu do contêiner encontrou a criança no colo da mãe, fazendo carinho nela “[...] como se nada tivesse acontecido! É a mãe, é tudo que ele tem!”. Relata que a equipe do Ponto de Cidadania começou a escrever a história dessa mãe, constatando que também é uma história de muitas violências, inclusive sexual, situação em que a sua própria mãe não acreditou nela e não a protegeu, precipitando a ida para a rua (Entrevista Rosa).

Não é preciso conhecer profundamente a biografia das mulheres da Praça, – com trajetórias sociais de violências, perdas, separações e uso de drogas e que impõem a rua como destino e refúgio – para perceber, em toda sua corporeidade, as marcas da sobrevivência e da história feita corpo (BOURDIEU, 1983). A agressividade sempre presente na linguagem e nos modos, fala de corpos sempre prontos a re-agir. Mulheres que aprenderam a sobreviver em um mundo masculino onde elas são usadas e abusadas sem direito a proteção e amparo; são julgadas e condenadas sem qualquer defesa ou comiseração, apenas por serem “mulheres”, “pobres”, “negras”, ditas “da rua”, “drogadas” e “vagabundas” que expõem seus filhos a situações de risco, como escutei um homem referir raivosamente numa das minhas andanças no trabalho de/na rua. Cada adjetivo referido marca uma dolorosa exclusão e a violência torna-se um modo de ser necessário à preservação da vida (ESPINHEIRA, 2000, p. 33).

Se a agressividade de Nena me causou “estranhamento”, afinal, viemos e vivemos mundos sociais tão distantes, conhecer e acompanhar um pouco da sua história ao longo dessa etnografia me fez admirar essa mulher forte, com um conhecimento de “práticas de sobrevivência” na rua manifestas nas formas possíveis de ser mãe e de operar as experiências

do cotidiano violento da rua. Entre as idas e vindas com esses filhos empencados no peito flácido e quase sem leite, mas com um pouco do necessário álcool que “anestesia-dor”, ela reafirmava sua maternidade como linguagem de resistência<sup>63</sup> no sorriso encantador e cativante das suas crianças, sobreviventes, como ela, à “ordem das coisas”.

Por fim, é importante registrar que a minha chegada à Praça e os encontros realizados não apenas neste primeiro dia, foram, em sua maioria, impregnados e mediados pelo consumo do álcool: um uso em geral intenso, com muitos sentidos singulares e coletivos, que intensifica as emoções, trazendo à tona “alegrias”, mas também muita tristeza; se amortece as dores do corpo e da alma, por vezes, amplia as violências já tão presentes como parte da vida cotidiana. Um uso que faz com que as mulheres possam cumprir, inebriadas,<sup>64</sup> seu “destino”; como presença regular, é parte da cotidianidade da rua, do hábito e do *habitus* dessa gente marcada por uma vida sem promessas de futuro, apenas a repetição do presente, prática que faz o tempo<sup>65</sup>. Com Fernando Pessoa (2008), compreendemos poeticamente que: “Ao goso segue a dôr, e o goso a esta. Ora o vinho bebemos porque é festa, Ora o vinho bebemos porque há dôr. Mas de um e de outro vinho nada resta”.

### **3.2.2 Parte 2: Os trabalhadores de rua na Praça das Duas Mãos e o racismo posto em questão**

*Com a chegada da equipe do Corra, a Praça começou a ficar mais movimentada, outras pessoas foram se aproximando, principalmente mulheres, adolescentes e crianças. A equipe do Corra que ficou na Praça tinha mais ou menos 10 pessoas. Cumprimentaram os usuários e começaram a arrumar o local para uma atividade de “contação de história”. Colocaram*

<sup>63</sup> Veena Das, em seus estudos com mulheres no contexto da Partição na Índia, vai trabalhar com a temática da resistência do feminino, manifesta no cotidiano, de forma não calculada, nas experiências da sexualidade e da maternidade, no discurso e nos usos dos corpos que mantêm essas mulheres no jogo social, em uma posição ativa, ainda que condenadas pela sociedade. Essas resistências são sempre sutis e quase não perceptíveis, pois que é preciso uma espécie de gramática para reconhecimento e escuta de certas “dores” (CARVALHO, 2008). A dor de Nena e das mulheres da Praça não está silenciada, apenas não é “audível” para todos, ainda.

<sup>64</sup> Ao afirmar que o uso de álcool possibilita que as mulheres cumpram inebriadas seu destino é, na perspectiva do álcool, também contribuir para esse “encobrimento” da realidade realizado pela violência simbólica, definida como uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce puramente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012a, p. 7-8).

<sup>65</sup> Para Bourdieu, “[...] o agente é, enquanto corpo socializado, tempo finito desenvolvendo-se na sucessão de suas práticas, produzindo e reproduzindo o mundo social em que habita e que o habita. A prática não está no tempo, mas sim faz o tempo. Deste modo, a experiência do tempo não é universal, nem homogênea” (MARTINEZ, 2017, p. 351).



duas mantas no centro e um flipchart que contava a história de uma “mulher negra”. Eu continuei sentada no banco onde eles haviam colocado águas e o lanche que distribuem ao final, mas apenas para os que participassem da atividade. Nesse momento, a equipe convida as pessoas para compor a roda. Um homem colocou suas coisas no banco ao meu lado e disse: “Deixa eu fazer aqui para ter direito a um lanchinho”. Em seguida, sentou-se ao meu lado D. Olivia, de 60 anos, que também já morou na Praça. Agora está em casa, mas vem sempre por aqui. Sua fala me fez pensar nesse movimento constante entre a casa e a rua, ficam indo e vindo, sempre em movimento. Diz que veio pedir uma orientação sobre sua carteira de trabalho. Não participa da atividade, apenas observa. Em roda, com três crianças bem pequenas no centro (inclusive José Carlos que havia retornado com Nena), a profissional do “Corra” conduzia um alongamento. O clima era bastante descontraído. Depois, todos se sentaram, ainda em roda, e duas histórias sobre mulheres negras foram contadas, mas não consegui ouvir bem de onde eu estava. Disseram que a temática do mês era independência. O racismo foi o tema abordado. Trabalharam a importância dos negros se apresentarem com nome e sobrenome, “caso contrário o racismo escreve nosso sobrenome”<sup>66</sup>; também foi dito que eles, negros, precisavam dominar as técnicas que lhes permitissem contar suas histórias e não deixar que contassem por eles, como muitas vezes acontece quando chegam estudantes da Universidade para entrevistá-los, e contar a história deles, por eles (essa fala foi dita por uma das profissionais do Corra que conduzia atividade). Na equipe do Corra tem apenas uma funcionária branca e na roda, apenas uma das mulheres poderia ser classificadas como branca, os outros, na minha perspectiva, eram negros. Fiquei pensando como as pessoas “da Praça” estavam interpretando o que estava sendo dito e que práticas se desenrolariam nas suas vidas a partir daí. Perguntei-me como – sendo branca – sou olhada por eles, trabalhadores e moradores da região. Lembrei que fui chamada de patroa pouco antes, por Erick.

Neste intervalo, sentou-se ao meu lado D. Tânia, uma senhora bem magra, de 75 anos de idade. Conta que tem um filho de 40 anos que é usuário de drogas e que é muito agressivo com ela. “Ele já nasceu ruim” e começou a usar drogas na adolescência. Ela disse que fez de tudo e não adiantou, então, deixou de mão. Ele só não a agride mais por causa da proteção dos outros filhos. Diz que o “Corra” ajudou muito a ela; “levantou minha autoestima”. Já foram no museu e outros lugares e frequenta a “Casa do Corra” com regularidade.

<sup>66</sup> O nome próprio, como ressaltou Bourdieu, é a forma socialmente instituída para representar a individualidade biológica, a identidade constituída na história, assegurando aos agentes sociais a “constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais” (1986, p. 186). Por isso, é preciso se apresentar com nome e sobrenome.

*Comenta, referindo-se ao funcionamento da casa: “quando chega quinta já entristeço pois só voltam na segunda!*

*Após a dinâmica foi o momento de distribuição do lanche. Sentei ao lado de uma mulher jovem, muito magra, Nara, que estava com uma criança de uns seis meses no colo. Ela estava comendo seu lanche quando uma amiga da comunidade passou e perguntou se ela não ia fazer nada pelo marido que havia sido levado, junto com mais seis usuários, numa operação policial que ocorrera pela manhã. Ela disse que não sabia o que fazer e começou a chorar copiosamente. Tentei acalmá-la e disse que a equipe do Corra tinha assessoria jurídica e que certamente iria ajudá-la. Perguntei o nome completo do marido e, para minha surpresa, ela não sabia! Logo a equipe do Corra se aproximou e disse que iria acompanhar a situação e dar um retorno para ela. Já estavam se arrumando para ir embora. A Praça estava mais movimentada, o álcool continuava sendo consumido, achei que devia também ir embora.*

\*\*\*\*\*

A chegada dos trabalhadores de rua mudou a configuração da Praça. Eles chegam alegres, barulhentos, falando afetuosamente com as pessoas, disponíveis para o encontro. Dividem-se em dois grupos:

1) O Corra-rua<sup>67</sup>, com uma equipe composta por mais cinco profissionais, que seguem caminhando e conversando com as pessoas, entre apertos de mãos e abraços afetuosos, orientam e encaminham as demandas trazidas. Eles vão para além da Praça e entram nas ruas estreitas e escuras, com casas antigas e ameaçadas de desabamento, interditadas pelo governo, mas invadidas pela população de rua. Paredes rachadas, úmidas e mofadas; tetos despencados, telhados quebrados, janelas e portas com restos de madeira podre; “gatos” de luz e água, quando tem, caracterizam estas moradas situadas por trás da Praça. Voltarei ao Corra-rua e a esse espaço social em outro diário de campo, quando relatarei minha experiência ao acompanhar os profissionais na itinerância.

2) A equipe que fica na Praça atua com arte-educação<sup>68</sup>. Pude perceber que eles sempre trabalham em roda e têm uma boa participação das mães com seus filhos, além de

<sup>67</sup> Corra pro Abraço Rua – “Se caracteriza pelo trabalho de campo junto a pessoas em situação de rua e usuários de drogas. Um modelo de atenção e cuidado de baixa exigência, que vai até aonde o indivíduo está e o acolhe do jeito que ele se apresenta no mundo, interagindo com o contexto e sociabilidade já existente nesses lugares” (cartilha do programa – impressa e sem referência).

<sup>68</sup> A Arte-Educação nas Ruas: “Utilizando-se de diferentes linguagens artísticas, a Arte-Educação opera para que os usuários de substâncias psicoativas (SPA) em situação de rua experimentem outros lugares, adquiram novos conhecimentos e exercitem a ressignificação dos seus. É um espaço de politização, de experimentação artística e de debate, e conseqüentemente de empoderamento [...] O trabalho da Arte-Educação nas ruas tem como papel fundamental oferecer

alguns frequentadores da Praça. Ao final da atividade eles distribuem um lanche, mas apenas para quem participou.

Para a equipe do Corra, “[...] a roda é um espaço de produção de sentidos e de novos imaginários sobre temas trabalhados nas oficinas: gênero, redução de danos, direitos humanos, racismo, discriminação e desigualdades, entre outros” (BAHIA, 2016, p. 44). Neste dia, a temática trabalhada foi o racismo. Destaco que esta foi uma discussão trazida pelos trabalhadores e que durante toda a minha etnografia não foi uma questão expressa espontânea e verbalmente pela população de rua. O silêncio opressor parece falar através dos corpos negros marcados, degradados ou banalmente assassinados, o que reforça ainda mais a importância dessas situações serem faladas e refletidas criticamente pelos trabalhadores com a gente de rua.

Em *A tolice da inteligência brasileira*, Jessé Souza retoma o livro de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classe*, no qual o autor analisa o período de 1880 a 1960, na cidade de São Paulo, “[...] permitindo observar as dificuldades de adaptação dos segmentos marginais na mais burguesa e competitiva das cidades brasileiras” (2015, p. 129). Destaca alguns pontos que marcam a “desintegração” do negro na cidade paulista mais capitalista do Brasil, pontos estes ainda tão presentes 130 anos depois da dita abolição da escravatura.

Um primeiro ponto a destacar é que o negro liberto foi abandonado à própria sorte, sem que o Estado, a Igreja ou outras instituições tenham se interessado pelo seu destino. Obviamente, ele não tinha os meios materiais e psicossociais para manter-se com dignidade no seio concorrencial da sociedade capitalista. Por sua vez, o imigrante italiano aparecia como a grande esperança do progresso rápido, sendo mais valorizado (pela cor da pele) e mais preparado pelas disposições incorporadas para exercer o lugar de trabalhador. Ao negro restavam “os interstícios e as franjas marginais do sistema como forma de preservar a dignidade de homem livre: o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado ou ainda na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente” (SOUZA, 2015, p. 130).

A organização psicossocial que faltava ao ex-escravo era o que possibilitaria sua adaptação e o desenvolvimento das habilidades objetivas e subjetivas exigidas pela ordem capitalista. Mas a instituição familiar, fundamental neste processo de organização psicossocial, não teve condições sociais e históricas para se constituir de modo a desenvolver

---

cuidado às pessoas por meio da ludicidade, do toque, do riso e da concentração” (BAHIA, 2016, p. 44).

essas habilidades, desde que a libertação foi marcada pela precariedade, marginalidade e preconceito. Uma situação de sobrevivência tão difícil que acabava por minar os importantes vínculos de solidariedade intrafamiliar e comunitária.

Para Jessé Sousa (2015), porém, a cor da pele age como uma ferida adicional à autoestima do negro e o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que também atingiam outros grupos vulnerabilizados. Considera que foi esse abandono que criou as condições perversas de eternização de um “*habitus precário*”. Alerta-nos, ainda, para não confundirmos *habitus* com a “cor da pele”. Acredita que a ênfase no racismo de cor escamoteia os princípios de classificação/desclassificação do capitalismo, sustentado pelo racismo de classe legitimado cientificamente e mantido na opacidade da dominação, responsável por seu sucesso cotidiano.

Essa opacidade e naturalidade que marcam o processo de dominação e reprodução social podem ser percebidas na fala de D. Tânia ao referir-se ao filho: “*Ele já nasceu ruim*”, como se fosse da sua “natureza” ser ruim. Uma fala que reflete muito do preconceito de cor e de classe incorporados pelas próprias “margens”. Mas não são naturais, são produzidos e expressam um *habitus* marcado pela precariedade ou *habitus precário*. Importante lembrar que o *habitus* é uma “forma de ser” constituída na trajetória social dos agentes e que se retraduz e modifica nas relações estabelecidas nos diversos espaços sociais. Já o *habitus precário* é o *habitus* que não foi investido para incorporar as disposições que perfazem a dignidade no seu sentido procedural; refere-se à classe de desclassificados, corpos que são vendidos a baixo preço, para serviços desvalorizados (SOUZA, 2015).

Considero que o “silêncio” da gente de rua em relação ao racismo tem como principal explicação a violência simbólica – ocultada, disfarçada e incorporada – que ancestralmente submete os negros e as classes vulneradas; silêncio e conformismo moral que marcam aqueles que são alvos dessa violência; silêncio dos desempoderados sociais, tão desclassificados na hierarquia de valores morais e éticos que acabam por aceitar a opressão como destino; silêncio, efeito da dor tão grande que indizível, daqueles submetidos cotidianamente a/pela humilhação social.

Nesta perspectiva, a intervenção dos trabalhadores do Corra pro Abraço que, em roda, contam histórias de pessoas negras que lutaram corajosamente contra o racismo, muitas delas mulheres, pode ser entendida como uma referência contra hegemônica pois, mesmo que em “silêncio”, esses corpos negros em reunião aparecem, afirmam-se e resistem (BUTLER, 2018).

### 3.3 CAMPO 2<sup>69</sup>

#### 3.3.1 Parte 1: Atletas afetivos e as “novas suavidades”<sup>70</sup>

*Neste segundo dia, convidei Talita, profissional que já trabalhara no Ponto de Cidadania, para ir à Praça comigo. Chegamos por volta das 13h. Ela estava ansiosa para encontrar os usuários. Disse que estava com muita saudade da Praça. O tempo estava bastante fechado, parecendo que ia chover e a Praça esvaziada. Logo de início Talita correu para encontrar um usuário, de nome Reinaldo, abraçando-o. E assim ela fez com todos que encontrou, dentre eles, destaco Gustavo, companheiro de Nena, mãe das duas crianças com quem conversei muito no campo anterior e Manoel, companheiro de Nara, usuária que na última segunda-feira estava chorando por ele ter sido preso. Pergunto como estava e ele conta que foi solto no mesmo dia. Todos foram soltos. Foram levados apenas para “averiguação”. Perguntei se a polícia tinha sido violenta e ele disse que não bateram nele. Fiquei pensando que a situação, em si, já é constrangedora e abusiva e que a percepção de violência dele estava restrita a agressão física, desconsiderando a violência simbólica a que estivera – e ainda estava – submetido.*

*Em seguida, conversamos com um usuário alcoolista que pediu ajuda. Disse que não conseguia parar de beber e que precisava ir para algum lugar. Já tinha sido cuidador de idosos e fazia tratamento no CAPS do Garcia. Tentou internar-se no CATA<sup>71</sup>, mas não foi aceito, só com acompanhante e como ele estava ouvindo vozes, encaminharam ele para o CAPS. Falou que já foi de “Santo” e que chegou a achar que as vozes vinham daí. Perguntei por que bebia e ele disse que não sabia. Sentia-se só. Talita comentou comigo que ele tinha a saúde muito comprometida e que o ideal seria um internamento. Pensamos no CAPS ad III Gey Espinheira, mas ela disse que era muito difícil que a equipe do serviço aceitasse. “Eles sempre colocam muitas dificuldades para receber os usuários de Praça”, disse Talita, que ficou de conversar com a profissional do Consultório na Rua para acompanhá-lo!*

*Erick chegou e Talita correu para cumprimentá-lo. Abraçaram-se. Ele fica claramente feliz em encontrá-la e a chama de Hiena – depois ela me explicou que ele disse que a chama assim porque ela está sempre sorrindo. Ele saiu e Talita falou que eu precisava conversar mais com*

<sup>69</sup> DC, 26 jul. 2017.

<sup>70</sup> As duas expressões, “atletas afetivos” e “novas suavidades” são utilizadas por Antonio Lancetti (2015), no livro *Contrafissura e Plasticidade Psíquica*.

<sup>71</sup> Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas (CATA) das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), que presta atendimento ambulatorial e internamento a alcoolista pelo SUS.

*ele, e justifica: “Ele diz cada coisa... É de uma sensibilidade!”. Conta que foi com ele no INSS para providências relativas ao benefício e a pessoa que os atendeu foi extremamente estúpida e preconceituosa com ele, ao ponto dela, Talita, começar a brigar também, exigindo que ele fosse tratado com respeito. Diz que Erick ficou muito abalado com a cena e teria dito depois que o funcionário o estava tratando assim, pois só olhou para a sua aparência, não viu seu coração!*

\*\*\*\*\*

O encontro entre Talita e a gente de rua foi realmente um encontro amoroso. Em cada gesto e palavra, dos dois lados, havia reconhecimento e afeto. A disponibilidade ao encontro estava inscrita no corpo, na troca de olhares, no sorriso espontâneo, nos abraços trocados. Em um contexto marcado pela dor, Talita parecia representar um “sopro” de esperança, uma possibilidade, um devir. “É isso. Vocês são como as novas suavidades transitando pela dureza, legalista e brutal de uma parte da nossa sociedade que outra parte da sociedade não quer ver” (LANCETTI, 2015, p. 77). Como uma verdadeira “atleta afetiva”<sup>72</sup>, Talita toca os corpos, escuta as histórias, se interessa pela biografia, olha pessoas para além das misérias e das drogas. “Existe um trabalho do amor. E não apenas um milagre” (BADIOU; TRUONG, 2013, p. 51).

### **3.3.2 Parte 2: A violência tornada modo de “ser”**

*Nós (eu e Talita) saímos do campo para irmos juntas a uma reunião na sede do Movimento da População de Rua. Retornamos para a Praça após a reunião, mas logo começou a chover. Decidimos ir embora. Muitos perguntaram quando Talita retornaria. No carro, olhamos para o mesmo grupo de cinco jovens que estava conversando quando chegamos e ela disse que todos, menos Gustavo, eram traficantes. Disse ainda que Reinaldo atualmente era o líder do tráfico na região, por isso ficavam o tempo todo por ali. Relatou que ele assumiu este lugar recentemente e que não era o que desejava, apesar de ter uma clara liderança neste território. Talita relata que o antigo líder do tráfico foi assassinado brutalmente. Mandaram para eles as fotos do corpo torturado. Esta situação abalou demais todo o grupo. Eles ficaram muito exaltados, a agressividade veio à tona de várias formas, entre eles e na Praça,*

<sup>72</sup> Antonio Lancetti, no livro intitulado *Contrafissura e plasticidade psíquica* considera que o “conceito de atletismo afetivo nos remete ao corpo do terapeuta. Ele, em primeiro lugar, se aproxima, escuta, olha, toca... e uma vez iniciada essa relação se dispõe às mais diferentes reações: de desconfiança, de amor, de ódio ou busca de uso, de dependência e de autonomia” (2015, p. 63).

*até que alguém, ela não lembra quem, teve a ideia de fazer uma camisa com a foto dele (do traficante morto), numa homenagem simbólica. Eles gostaram da ideia, se mobilizaram, arrecadaram o dinheiro e Talita ajudou a viabilizar. Não puderam usar muito a camisa por conta da situação e do risco. Não sabiam ou não disseram quem tinha matado o “patrão”, mas sabiam que suas vidas corriam o mesmo risco e que talvez esse fosse o destino de cada um (disse Talita). Além dessa ação, eles pintaram todas as árvores de branco com a palavra “luto”, o que de fato podemos observar. Talita conta que os adolescentes que querem fazer parte do tráfico são testados e têm que fazer tudo que eles mandam e que assim, as árvores foram pintadas pelos adolescentes. Eles mandavam e eles pintavam! E a Praça ficou toda em “luto”, ou “luta”!?*

\*\*\*\*\*

Violência naturalizada pela necessidade e repetição. Aqui me refiro à resposta de Manoel sobre a polícia não ter sido violenta na sua condução à delegacia, situação em si violenta. Nas classes periféricas, “[...] a violência se naturaliza pela repetição ao atingir pessoas comuns e em bairros pobres, como se com essa gente e nesses lugares o que acontece é o esperado e não surpreende” (ESPINHEIRA, 2001, p. 8). A violência é incorporada e se torna uma forma social de ser.

Tomemos os jovens “traficantes” da Praça das Duas Mãos como exemplo. Um grupo composto por homens que nunca foram inseridos no mercado de trabalho formal, pois o sistema produtivo não oferece a possibilidade do primeiro emprego. Essa situação é sustentada, não por acaso, pela precariedade da formação educacional, que não os prepara para ser um trabalhador inteirado dos modos de fazer as coisas, mas como um “alguém”, destituído de aptidões esperadas para tal “lugar social”. Impossibilitados de inserção no mercado formal de trabalho, os jovens seguem o único caminho possível e previsto:

[...] se entregam a um ócio improdutivo e voluptuoso, no qual a presença de substâncias psicoativas é frequente, e em seguida se iniciam em práticas transgressoras como única saída para a obtenção de recursos. Pequenos furtos, roubos e assaltos são as primeiras ações dos recém-iniciados e eles pagam muito caro por esses atos quando são reconhecidos como reincidentes (ESPINHEIRA, 2001, p. 11-12).

A descrição de Espinheira (2001) se adequa perfeitamente aos “meninos” da Praça, principalmente os trabalhadores do tráfico. Jovens moradores das imediações, trazem no corpo e nas (im)possibilidades de vida, as marcas da pobreza existencial a que foram submetidos e do fracasso de todas as instituições que deveriam preparar e mediar a construção

de projetos de vida e de futuro. As disposições construídas foram para enfrentar as violências da pobreza, que não pode ser colocada como causa da violência, mas, sem dúvida, enrudece o homem. Lembro-me de uma cena relatada em uma das entrevistas realizadas com trabalhadores de rua: conta-nos a profissional que uma mãe, moradora de rua, batia em seu filho, quando um policial se aproximou grosseiramente e disse que se ela não parasse de agredir a criança ele ia prendê-la, ao que a mãe respondeu: “*Estou batendo nele hoje para você não matar amanhã!*” (Entrevista Ana). Faz parte da educação das crianças da Praça aprender a suportar as agressões físicas e simbólicas como condição para sobrevivência presente e futura.

A violência policial nas margens é uma das faces da violência a que estão submetidos os “meninos” da Praça, criando, de certa forma, uma cultura da violência: “a violência institucional se choca com a outra violência e essa relação cria a “cultura da violência” ou o modo violento de ser e de viver nesses ambientes desamparados” (ESPINHEIRA, 2001, p. 12). Para agravar esta situação, para além da condenação pela pobreza, há também a condenação por ser afro-descendente, numa cidade onde as margens estão ocupadas, em sua grande maioria, por este grupo. Eles são sempre os primeiros suspeitos e alvos da política – ou polícia – criminal que segrega e mata mais do que ressocializa.

Trata-se da percepção de um tipo social criminoso idealizado, que, no caso, é o jovem baiano pobre, numerosíssimo em Salvador, sobretudo nos bairros periféricos. Esse tipo comum e que está nas ruas desses bairros pobres é visto como vagabundo e marginal pela polícia, que o trata desse modo quando faz batidas ou revistas, humilhando e não raro agredindo fisicamente. Esse é o tipo suspeito e de tal modo que todos os cidadãos são enquadrados nessa suspeição se tiverem o fenótipo afro-descendente (ESPINHEIRA, 2001, p. 12).

O luto marcado em cada árvore da Praça expressa o sofrimento – reconhecido e simbolicamente falado – e a revolta daqueles que, mesmo não desejando trabalhar no comércio de drogas ilícitas – como Reinaldo –, têm neste modo de vida sua única e possível forma de inserção e sobrevivência social para si e para sua família, mesmo que a brevidade da vida seja o preço a ser pago, destino já sentenciado. Significar a morte do colega traficante colocando sua foto na camisa, vestindo-a, é reconhecer a existência desse outro – e talvez a sua própria –, ao menos na morte.



### 3.4 CAMPO 3<sup>73</sup> – SOBRE A SOLIDÃO E A BELEZA QUE SE FAZ OUVIR NOS INTERSTÍCIOS DAS PALAVRAS

*Neste dia, ao chegar à Praça, já encontrei Talita. A Praça estava esvaziada. Próximos ao contêiner, no primeiro banco, estavam os usuários de álcool, muito alcoolizados e querendo atenção. Mais adiante encontrei Carlos, que diz permanecer na rua pois sente-se muito sozinho em casa. A irmã de Cadu passa neste momento com ele e diz que não entende por que ele fica na rua, já que podia ficar em casa; Cadu responde e fala dos controles familiares, que se sente muito sozinho em casa e que fica na rua porque lá não pode beber. Ela justifica que tem filhas, não bebe e não gostaria de levar esse modelo para casa. Voltei a conversar com Carlos e ele pediu, para minha surpresa, para ligar para o irmão, mas não consegui falar. Fiquei observando Talita, sua postura corporal de entrega, de disponibilidade para o cuidado. Como era afetuosa com os frequentadores da Praça e como eles demonstravam confiar e gostar dela.*

\*\*\*\*\*

Entendo a solidão da população de rua como expressão de um sofrimento social corporificado em sujeitos históricos, atravessados pelas dimensões físicas, subjetivas, morais e sociais do mal-estar consequente, dentre outras representações, a de ser “da rua”. Estar só e sentir-se só, ainda que entremeados, não são a mesma coisa. Grande parte da população de rua está de fato só, enquanto que marcada por trajetórias de abandono, violências e rompimentos familiares e sociais que acabam contribuindo para a situação de rua. Mesmo para aqueles que ainda mantêm contato com a família<sup>74</sup>, os vínculos são frágeis e pouco protetivos. As relações institucionais e sociais são marcadas pela rejeição, pelo preconceito e pelo estigma, tão frequentemente manifestos nas situações de violência perpetrada pelo Estado e pela sociedade em geral, o que torna mais premente o sentimento coletivo e singular de “estar só”.

A organização no espaço social parece demonstrar uma mudança também nas relações na rua.

A existência de mais pessoas que estão sozinhas nas ruas, em comparação com os que moram em grupo, indica uma mudança na configuração das pessoas em situação de rua. Se anteriormente, estar em grupo era uma

<sup>73</sup> DC, 4 ago. 2017.

<sup>74</sup> Na pesquisa Axé-Ufba – Movimento de População de Rua observou-se que 45,2% possuem vínculos familiares, com contatos frequentes; 33,5% têm vínculos familiares fragilizados cujos contatos são mais raros; e 21,3% possuem vínculos rompidos e não mantêm mais contato com a família (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017, p. 11).

característica importante dessa população, hoje parece não ser mais (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017, p. 10).<sup>75</sup>

Muitas vezes escutei que na rua não se tem amigos ou que se tem muita “covardia”. Cadu contou que gostava de estar na rua porque lá tinha gente com quem conversar, sem condenação ao seu uso de álcool. Talvez ele não esteja de fato tão só. Tem amigos de copo, tem amigos trabalhadores e uma família que não o rejeita. Mas, certamente, Cadu se sente só quando não entendem sua relação com o álcool ou quando não compreendem sua forma de ser e estar na vida.

Inegavelmente, a rua é um espaço de sociabilidade, de solidariedade, de amparo. Mas também é o lugar da violência, da covardia e da solidão. Solidão como efeito de destino; solidão como condenação; solidão como desamparo. Muitas vezes fui apenas “presença” na rua: escutei atentamente e sem julgamentos; outras vezes forneci meu telefone e/ou disponibilizei o endereço do local onde podiam me encontrar. Aprendi que é muito importante, aos imersos na solidão imposta pela rejeição social, ter um lugar para onde ir, alguém para quem ligar, para pedir ajuda ou apenas para falar e encontrar a beleza que se ouve no silêncio, como ensina Rubem Alves na sua “Escutatória”:

*[...] Não basta o silêncio de fora. É preciso silêncio dentro. Ausência de pensamentos. E aí, quando se faz o silêncio dentro, a gente começa a ouvir coisas que não ouvia. Eu comecei a ouvir. Fernando Pessoa conhecia a experiência, e se referia a algo que se ouve nos interstícios das palavras, no lugar onde não há palavras. A música acontece no silêncio. A alma é uma catedral submersa. No fundo do mar – quem faz mergulho sabe – a boca fica fechada. Somos todos olhos e ouvidos. Aí, livres dos ruídos do falatório e dos saberes da filosofia, ouvimos a melodia que não havia, que de tão linda nos faz chorar.*<sup>76</sup>

### 3.5 CAMPO 4<sup>77</sup> – CONDENAÇÃO E AUTOCONDENAÇÃO

*Neste dia, cheguei sozinha à Praça. Eram 14h30min. Encontrei apenas Carlos sentado em um banco. Sentei-me ao lado dele e começamos a conversar. Ele me fala um pouco da sua história. Eram 5 filhos, seus pais já faleceram – bebiam muito. Os três irmãos, ele perdeu por morte violenta. O mais novo era envolvido com o tráfico e foi assassinado. Ele morava*

<sup>75</sup> Na pesquisa realizada pelo Projeto Axé-Ufba – Movimento de População de Rua foi constatado que “do total de participantes, 42,4% afirmaram morar com algum familiar (considerando família nuclear ou extensa), 41,9% moram sozinhos, 15,5% em grupo e 0,2% afirmaram morar com vizinhos” (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017, p. 10).

<sup>76</sup> *Escutatória* – Rubem Alves: Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4132953/mod\\_resource/content/1/Texto%20de%20Rubem%20Alves.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4132953/mod_resource/content/1/Texto%20de%20Rubem%20Alves.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2018>.

<sup>77</sup> DC, 14 ago. 2017.

*com este irmão quando esta situação ocorreu. Relata que começou a trabalhar com o tráfico aos 14 anos e, nessa época, já andava armado. Dos seus amigos de infância apenas um está vivo. Chegou a ser preso por roubo – com sequestro da vítima – e ficou preso 6 anos. Decidiu sair dessa vida, pois sabia que seu fim seria igual ao dos amigos. Está há mais ou menos 2 anos em situação de rua. Já teve algumas mulheres, mas hoje não tem ninguém – nem filhos, nem companheira nem família ou amigos. Diz que, na rua, não pode confiar em ninguém. Gostaria de sair da rua e já foi até ao Centro Pop, mas diz que nunca tem vaga. Gostaria de trabalhar – já trabalhou como auxiliar de cozinha e auxiliar de pedreiro. Não tem sonhos ou projetos de futuro. Conta que ficou aguardando uma “irmã” da Igreja para levá-lo para um Centro em Amaralina, mas ela não apareceu. Pergunto se ficou frustrado e ele diz que não, que “se ela não veio é por que não pôde”.*

\*\*\*\*\*

Apatia ou resignação corporificada nos ombros caídos, no olhar sério, na fala lenta e baixa, na pele marcada pela violência e pelo descuido, na aparente aceitação do efeito de destino. Sem perspectivas de futuro, sem queixas, sem revoltas pela falta de vaga ou pelo “furo” da irmã da Igreja. Parecia não ter importância, “se ela não veio é por que não pôde”. Muitas vezes encontrei Carlos sentado no banco da Praça, sempre mais calado, às vezes só, outras vezes rodeado por poucos “colegas” da rua, compartilhando, discretamente, uma cachaça ou até um vinho. Sempre que ele estava na Praça, eu me aproximava. Sua figura silenciosa, mas observadora, me intrigava. Sua tristeza me chamava. Quando ele revelou sua história, ainda que sem muitos detalhes, senti que aquele era um gesto de confiança. Ele desistiu da vida anterior, mas parecia não ter se encontrado nesta nova vida.

Fiquei pensando nos investimentos que seriam necessários para constituir outros afetos e novas disposições para se “adequar” às exigências do mundo da vida e do trabalho; investimentos que lhes foram negados ao longo da vida. Solitário, muito provavelmente ele continuará resignado, condenado pela sociedade que o torna autocondenado, convencido como todos os “miseráveis” sociais da sua vocação para o insucesso e da sua escolha de destino.

É a sociedade, e apenas ela, que dispensa, em diferentes graus, as justificações e as razões de existir; é ela que, produzindo os negócios ou posições que se dizem ‘importantes’, produz os atos e os agentes que se julgam ‘importantes’, para si mesmos e para os outros, personagens objetiva e subjetivamente assegurados de seu valor e assim subtraídos à indiferença e à insignificância. Existe, apesar do que diz Marx, uma filosofia da miséria que está mais próxima da desolação dos velhos marginalizados e derrisórios

de Beckett do que do otimismo voluntarista tradicionalmente associado ao pensamento progressista (BOURDIEU, 1988, p. 57).

Da breve mas inquietante conversa com Carlos, ficou a seguinte questão: há “libertação” para essa condenação histórica, simbólica e existencial que conduz ao inferno e à danação cotidiana os “autocondenados”? Será que, como para Samuel Beckett<sup>78</sup>, entre o futuro e o não futuro (da gente de rua) está o silêncio e o não ser? A aposta desta tese está nos encontros como potência de/para a vida, só possível de ser nascida no “entre” uns e outros, trabalhadores de rua e gente de rua.

### 3.6 CAMPO 5<sup>79</sup> – ALEXANDRE: O HUMANO TORNADO BICHO

*Neste dia convidei Rosa, que foi redutora de danos do Ponto de Cidadania, para ir à Praça comigo. Meu objetivo nessas idas com os trabalhadores era observar a interação, o vínculo entre eles e se eles realizavam “bons ou maus encontros”. Cheguei à Praça às 14h00min. Chuviscava. Não havia ninguém próximo ao contêiner. Como Rosa ainda não chegara, sentei no banco e fiquei observando a Praça. Logo a vi, ao longe, caminhando em minha direção. Ela parou para falar com dois rapazes que estavam em um banco distante, mais próximo à feira. Abraçou-os e eles apontaram para mim (percebi que já tinha sido observada mesmo estando tão distante). Resolvi caminhar em direção a eles. Fui apresentada para Lauro, filho de Camilo e o outro rapaz não guardei o nome. Fiquei observando Rosa conversar, principalmente com o filho de Camilo, perguntando se ele estava na escola, dizendo que precisava estudar. Ela perguntou sobre como estava a Praça e eles contaram da ocorrência de um assassinato, da prisão de Reinaldo, Manoel e Nailton, referindo que foi este último que matou e Reinaldo foi considerado o mandante. As câmeras da loja Le Biscuit filmaram tudo. Despedimo-nos e caminhamos em direção a um senhor jogado no chão – aliás, ele estava sempre na Praça, bastante alcoolizado e muito sujo. Hesitei em me aproximar, mas a disponibilidade de Rosa me fez acompanhá-la. Da primeira vez que o encontrei ele ficou segurando fortemente minha mão, sem largar, dizendo, que nós (eu e Talita ) éramos lindas. Sinto-me incomodada com ele. Fala com a voz embolada que o nome dele é Eraldo. Rosa se aproximou mais e apertou a mão dele e eu também. Ele diz que nós somos importantes. Senti-*

<sup>78</sup> Escritor irlandês do século XX que trata de temas como solidão, sofrimento, fracasso, angústia, absurdo da condição humana e morte por meio da derrisão, ou riso de escárnio (BERRETTINI, 2004).

<sup>79</sup> DC, 16 ago. 2017.

*me culpada por ter hesitado em me aproximar. Na mesma hora, Rosa retruca dizendo que ele é que é importante para nós e pergunta do benefício assistencial dele, por que está na rua e não no quarto. Ela parecia saber tudo da vida dele. Ele responde com a voz “embolada”. Neste momento chega Laurinda, a professora do “Topa” e cumprimenta Rosa com carinho. Pergunta quando o Ponto retornará e Rosa diz que não sabe. Depois, fala do assassinato do rapaz e da prisão dos “meninos”. Começou a chover mais e sugeri a Rosa que fôssemos a outro lugar para eu entrevistá-la. Senti-me mal por vê-la tão disponível “corporalmente” – já aprendi que é importante para o vínculo poder tocar e ser tocado, abraçar... – e eu resistente a “Eraldo”, à sua sujeira, sua embriaguez e à sua forma “invasiva” de me tratar.*

\*\*\*\*\*

Fui tomada pela rejeição e comiseração<sup>80</sup> diante de Alexandre, revelando meus próprios limites diante daquele humano. Lembrei-me do poema de Manoel Bandeira, “O Bicho”:

Vi ontem um bicho, Na imundície do pátio, Catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, Não examinava nem cheirava: Engolia com voracidade. O bicho não era um cão, Não era um gato, Não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem (BANDEIRA, 1986).

Esses corpos que funcionam como um meio de linguagem de uma identidade social em que “se é falado, mais do que se fala” (BOURDIEU, 1977, p. 51) são, para Taniele Rui (2014a), corpos abjetos. Para Antonio Lancetti (2015), abjeta é a sociedade. Entre um e outro, um humano tornado bicho.

### 3.7 CAMPO 6<sup>81</sup> – “DA RELAÇÃO ENTRE DOIS, CUIDADO”<sup>82</sup>

*Neste dia, cheguei à Praça às 13h20min. O ônibus do Projeto Axé estava estacionado próximo à calçada. Fui até lá e conversei um pouco com o educador social. Perguntei por*

<sup>80</sup> Segundo Rui (2014a, p. 279), “[...] não é possível pensar em todo esse efeito público e político sem levar em conta o fato de que ele se liga intimamente à rejeição ou à comiseração diante de uma corporalidade específica, que materializa um tipo social, uma pessoa que, por sua vez, nos obriga a refletir acerca dos limites da experiência humana”.

<sup>81</sup> DC, 21 ago. 2017.

<sup>82</sup> Trecho da poesia de Marcus Matranga intitulada “De quem será, cuidado? “Fico sempre tão impressionado com o muito muito que se faz do pouco pouco que é dado. Do residir assombrado que germina assim, tão frágil semente ganhando vulto em solo adubado. De quem será, do semeador, do semeado? Vivo a pergunta do mérito, da relação entre os dois, Cuidado. Disponível em: <<http://www.memorialmatranga.com.br/de-quem-sera-cuidado/>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

*Amado, ex-redutor de danos do Ponto de Cidadania, com quem eu marcara para me encontrar na Praça às 13h30min e ninguém o tinha visto por ali. Eu havia recebido uma mensagem de outro colega referindo que um morador da Praça, Erick, havia lhe contado que Amado tivera uma recaída e que, no final de semana, passou por lá em pleno uso. Nas palavras de meu colega, os usuários cuidaram de Amado e colocaram-no no ônibus com destino a sua casa, mas ficaram preocupados. O cuidador sendo cuidado.*

*Segui para onde estava um grupo de usuários consumindo álcool, dentre eles Carlos. Aproximei-me e começamos a conversar e ele então perguntou se eu queria sentar ao seu lado. Aceitei de pronto, considerando que os outros usuários estavam bastante alcoolizados. Fiquei observando um pouco a conversa e perguntei a Carlos se estava tudo bem com ele, ao que ele respondeu afirmativamente. Esperava conversar mais com ele, porém, Cadu chegou. Veio em minha direção e me deu um forte abraço. Eu disse: – “Você voltou?” Ele tinha ido para a casa da irmã onde permaneceu por uma semana. Queria conversar comigo e fomos para outro banco da Praça. Assim que sentamos, Amado chegou com outro usuário do CAPS ad, Ramiro, que eu também conhecia de longa data e nos cumprimentamos com abraços e muito carinho. Cadu acabou se afastando e eu sentei no banco com Amado de um lado e Ramiro do outro. Amado estava muito ansioso, falava aceleradamente. Disse que teve uma recaída, estava usando crack, “mas não muito” e que foi no CAPS ad, que estava usando medicação, que levou três dias sem dormir, que tinha muitos projetos para implantar a redução de danos no bairro, que poderíamos fazer uma formação de redutor para os usuários do CAPS ad, que o trabalho era “sua vida”. Percebi que Amado estava “sem borda”. O trabalho de redutor no Ponto de Cidadania era um fator importante para sua organização. Falei do provável retorno do Ponto de Cidadania e ele disse que eu podia confiar nele, que só em saber dessa notícia já fazia ele decidir parar o uso, que estava “sob controle”. Coloquei que ele sabia “mais do que eu” que a linha entre o controle e o descontrole no uso de crack era muito tênue. Ele logo disse que de jeito nenhum “sabia mais do que eu!”. Eu reafirmei que ele sabia sim, um saber prático, que vinha da experiência dele e declarei que eu tinha muita admiração por ele, o que é verdade. Fiquei pensando em como esse saber prático é pouco “reconhecido” e valorizado. Permaneci no campo até às 19h50min.*

\*\*\*\*\*

A trajetória social de Amado será contada mais adiante. Por ora, me interessa refletir sobre a Praça como espaço social de expressão do sofrimento, acolhimento e cuidado

da gente de rua. A Praça foi um lugar onde Amado trabalhou como redutor de danos durante mais de dois anos. Ele era e é muito querido pelos usuários e moradores da área. Sempre muito disponível para cuidar do outro. O trabalho foi muito organizador para sua vida. Ao trabalhar de “carteira assinada”, como “redutor de danos”, ele realizou o sonho de muitos de seus amigos e/ou colegas: “[...] Trabalhar, antes de tudo, é um valor social intrínseco que põe a pessoa em uma dimensão social oposta àquela que ameaça as famílias pobres: a marginalidade, a alcunha de vagabundo para os filhos” (ESPINHEIRA, 2008b, p. 58). Perder esse lugar pode ser também muito sofrido.

Para Amado, o uso de drogas como amparo à dor é o mecanismo psíquico e social conhecido; a Praça é o lugar do acolhimento e os amigos, de quem tanto cuidou, tornaram-se seus cuidadores. E esse parece ser o modo de funcionamento para a maioria dos frequentadores/moradores da Praça. Se há uma cumplicidade e/ou cultura de uso de drogas, há também o cuidado e a proteção. Amado foi acolhido, escutado, colocado no ônibus de volta para casa e os trabalhadores de rua ainda foram acionados. Aos trabalhadores de rua, fica a mensagem de que é preciso aprender com a gente de rua como cuidar da gente de rua, reconhecendo-os desse lugar de cuidador para que eles, então, se reconheçam, também, fazedores de processos de cuidado.

### 3.8 CAMPO 7<sup>83</sup> – “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NINGUÉM METE A COLHER”

*Hoje foi um campo diferente. Foi aniversário do Prof. Nery e ele decidiu ir para a Praça. Logo que chegamos, encontramos Flávio, um usuário que estava se sentindo mal. A equipe do Consultório na Rua estava lá. O SAMU se recusava a ir e o motorista da prefeitura que acompanhava a equipe do Consultório colocava diversas “barreiras” para viabilizar o transporte. Também não tinha quem ficasse com Flávio na UPA. Resolvemos a situação pedindo a Erick para ficar com o colega na UPA e deixando com eles um dinheiro de transporte para o retorno, assim, o carro da prefeitura apenas precisaria deixá-los lá. Acredito ser importante relatar estas situações que, mesmo sendo tão corriqueiras no contexto da rua, são extremamente estressantes para a equipe e para os usuários e, certamente, causam muitos sofrimentos.*

*A Praça estava movimentada e os usuários estavam muito mais alcoolizados do que de costume, em especial um casal – Zene e Gabriel – que brigava muito, literalmente, “na*

---

<sup>83</sup> DC, 22 ago. 2017.

*porrada”. Tentamos intervir, solicitamos ajuda dos usuários e o que ouvimos foi que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”! Ele estava com a perna com uma ferida “minando” e sem aceitar cuidados. Uma cena horrível, aos “meus olhos”.*

*Outro usuário chamado Toni, conversou muito com Nery. Ele tem muitas marcas de violência em todo o corpo. Também estava bastante invasivo com uma trabalhadora de rua, que depois confessou ter se incomodado com a abordagem dele. Ela considera que talvez o fato de estar sem a camisa do Ponto de Cidadania tenha alguma interferência nesta mudança de comportamento dele. Ficamos pela Praça conversando em duplas ou trios, digamos, sem mais “intercorrências”. Amado chegou quando já estávamos indo embora.*

\*\*\*\*\*

Sobre os casais na rua, a violência entre eles é sempre muito presente. As mulheres na rua, que são em número bem menor, segundo Carvalho, Santana e Vezedek (2017), são disputadas e costumam buscar a proteção de um homem em relação às frequentes violências:

*– [...] elas sofrem uma violência específica, diferente dos homens. Eu acho que as mulheres estão mais sujeitas a violências de gênero<sup>84</sup>, relacionadas à sexualidade; elas são mais sujeitas a apanhar por conta de outras relações, por fugir de regras sociais convencionadas ali naquele grupo. A violência sexual, obviamente, eu acho que é algo que vulnerabiliza muito as mulheres, traz muito sofrimento, elas são muito sujeitas e, às vezes, elas precisam estar em outros relacionamentos sempre que saem, justamente para conseguir proteção a essa violência sexual, principalmente porque na rua tem poucas mulheres e as mulheres são disputadas; as mulheres são disputadíssima (Entrevista Maria).*

É importante atentar que, na violência contra a mulher, há uma aceitação sociocultural, principalmente se for uma mulher “de rua”, imediatamente associada ao estigma de “vagabunda” e “drogada”, o que só faz agravar o julgamento social<sup>85</sup> e a tolerância a essas situações de agressão, com posições omissas da sociedade – inclusive da população de rua – como no caso relatado no diário de campo em que a fala dos que assistiam à cena foi: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

<sup>84</sup> Refere-se às várias formas de opressão dos homens sobre as mulheres.

<sup>85</sup> Para Bourdieu, a visão androcêntrica da sociedade é “[...] continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar tal preconceito” (2012a, p. 44).



A aceitação social, mesmo diante de uma legislação<sup>86</sup> que reprova essa forma de violência, dificulta o reconhecimento das próprias mulheres diante das agressões sofridas como sendo violência: “se agressões físicas e abusos sexuais são dificilmente reconhecidos como expressões de violência, o que dizer da violência simbólica nossa de cada dia” (CELMER, 2010, p. 75).

Como já foi dito, a violência simbólica é sustentada em crenças que, historicamente, fundamentam a dominação de tal modo que é parte do seu mecanismo a resignação e a concordância do dominado, tal como acontece com as mulheres que sofrem violências. Também as formas de responder às violências sofridas são diversas e atravessadas pelo *habitus*, adaptado ao espaço social da rua. É possível perceber reações – nas mulheres – que vão desde a resignação até ao seu extremo, que é a reação também violenta onde elas revidam à altura e com a agressividade de quem aprendeu a violência como modo de “ser” e sobreviver. Entre um e outro, a mulher, na rua, continua subjugada pela dominação masculina<sup>87</sup>.

Também é preciso compreender melhor os significados e as práticas de violência em um contexto onde há uma publicização dessa agressão física, no caso, a rua. Uma violência escancarada que convoca o entorno a participar, ainda que este entorno se coloque muito mais no lugar de plateia. Neste sentido, acredito, é preciso convocar as mulheres, as instituições reprodutoras da dominação masculina e a “plateia” a participar ativamente, a rever a crença de que o homem pode dispor do corpo e da vida da “sua” mulher como se propriedade dele ela fosse. Se paga um preço muito alto por essa “proteção masculina” e, muitas vezes, as mulheres pagam com seus corpos, prostituindo-se “em nome da droga” e desta falaciosa proteção.

Mas a rua não é uma só, as pessoas não são de todo “boas” ou “ruins”, assim como não são apenas as violências e os usos capitalistas dos corpos que sustentam a relação dos casais neste contexto. Tomando como exemplo o casal descrito no diário de campo, já presenciei, em outros momentos, um cuidando do outro, em uma relação também afetiva. Inclusive, mais adiante, quando Zene decidiu sair da rua e abandonou Gabriel, ele entristeceu

---

<sup>86</sup> Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a uma mulher cearense que, por vinte anos, lutou para ver seu agressor preso. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/lei\\_integra](http://www.observe.ufba.br/lei_integra)>. Acesso em:

<sup>87</sup> Para Bourdieu (2012a, p. 7-8), a dominação masculina é “[...] o resultado daquilo que eu chamo violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas do conhecimento e da comunicação e, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”.

e ficou “literalmente” largado. Outras pessoas na Praça e os cuidadores de rua tentaram cuidar dele, mas faltava Zene. Amor que cuida, amor que pode matar.

### 3.9 CAMPO 8<sup>88</sup> – AS TRABALHADORAS DE RUA E A DOMINAÇÃO MASCULINA

*Cheguei à Praça às 15h e logo encontrei Flávio, o paciente que o CR havia deixado na UPA no dia anterior, acompanhado pelo usuário Erick. Relata, chateado, que não foi atendido! Diz que se eu tivesse ido, “assim bem vestida”, certamente teriam tratado ele de outra forma. Conta, ainda, que o segurança a toda hora aparecia e mostrava a arma. Nega que tenha bebido hoje, porém, os usuários relataram que ele tinha bebido álcool pela manhã e que desmaiou. Liguei para uma das profissionais de referência que fazem o acompanhamento dele e combinei uma avaliação para o dia seguinte, acordando que ele teria prioridade no atendimento. Ele insistiu para que eu o acompanhasse para garantir o atendimento, mas eu disse que não precisava e que era uma profissional que ele já conhecia e que ela estaria aguardando ele; mandei uma foto dele para a profissional identificá-lo, ao que ela respondeu: – Tenho tanta cisma com ele. Ele me olha muito, uma vez chegou com história de que estava se masturbando demais. Enfim! Ossos do ofício... Essa mensagem da trabalhadora me fez pensar nas mulheres que trabalham na rua e que silenciam diante dos “avanços” masculinos, muitas vezes invasivos, neste caso, minimizadas sob a justificativa de considerar as vulnerabilidades da condição de rua. Certamente, uma questão a ser falada.*

*Como sempre, o uso de álcool imperava na Praça. Tentei me aproximar de Ulisses, um adolescente recém-chegado ao local, mas ele literalmente virou de costas para mim. Perguntei sobre ele para a equipe do Corra pro Abraço, que acabara de chegar, e disseram que, às vezes, ele aparecia por lá e que a família não ligava muito. Parecia que usava maconha. A equipe do Corra trabalhou com alguns usuários em roda, enquanto que outro grupo foi fazer campo. Despedi-me com muita vontade de ir ao banheiro e pensando o quanto é degradante para a população de rua a retirada dos banheiros da Praça, pois que o Governo do Estado fechou o Ponto de Cidadania e a Prefeitura, numa ação certamente higienista, tirou o banheiro público que ficava no local.*

\*\*\*\*\*

A relação invasiva, às vezes em um tom ameaçador, agressivo, sexualizada que alguns homens em situação de rua mantêm com as trabalhadoras de rua precisa sair do

---

<sup>88</sup> DC, 23 ago. 2017.

silêncio constrangedor característico da violência simbólica, que mantém em segredo estas situações.

Conta-nos uma trabalhadora de rua que nunca tinha conversado sobre seus sentimentos frente a estas situações invasivas com os homens em situação de rua, seja numa perspectiva de ameaça/violência seja numa atitude de assédio sexual. Nem nas reuniões de equipe, estas situações são discutidas. Diz ela:

*–Acho que isso é absolutamente silenciado; acho que a gente se sente fracassada enquanto profissional e acho que a gente nega também por que a gente quer tanto ser muito legal, né? E a gente quer tanto fazer direito, a gente quer tanto dizer que a gente não tem nenhum problema com o usuário de rua, com as pessoas que estão fedidas, sem tomar banho na rua, que a gente não tem preconceito, que a gente vai ser diferente, que a gente vai ocupar outro lugar... Então, eu acho que a gente se nega, a gente se anula também nessas horas, e eu acho que isso não é falado, nunca pude falar disso antes... Lembro-me de várias situações, várias situações (Entrevista com Emily).*

A violência que atinge historicamente a mulher diante da “dominação masculina” sustenta, por sua vez, essa dominação que se expressa, no caso das trabalhadoras de rua, em forma de vergonha, naturalização, timidez e, até, culpa. Esse padrão se mostra tão internalizado que as trabalhadoras de rua parecem não perceber a relação de violência que está aí embutida. Bourdieu considera, porém, que a dificuldade em superar a dominação não depende apenas da tomada de consciência, uma vez que a dominação está inscrita nas coisas e nos corpos. A ruptura com a dominação simbólica só seria possível com

[...] uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato que se efetiva aquém da consciência [...] (BOURDIEU, 2012a, p. 54).

Por sua vez, torna-se necessário situar estes homens em situação de rua, lembrando que eles também são filhos de uma sociedade cuja “dominação é masculina”, o que significa que muitos incorporam as expressões que caracterizam o masculino e a reafirmam no cotidiano, através de uma corporeidade designada socialmente ao homem, manifesta nos gestos e discursos que reafirmam e legitimam a dominação. A agressividade, a violência e o assédio moral e sexual, mas, também – ainda que em menor expressão –, a gentileza e a proteção na relação com a mulher, como característica do “ser masculino”, ainda

está muito entranhada na nossa sociedade e no contexto da rua, que dramatiza de forma ampliada todas essas situações e relações de “dominação masculina”, em especial, na relação com a mulher. Nesta perspectiva, outra entrevistada relata que ser trabalhadora, mulher, na rua, é diferente:

– [...] *Todas as nossas características psíquicas e corporais têm as suas repercussões... Ser mulher, em alguns casos, ajudava na aproximação, em outros casos, atrapalhava em algumas relações transferenciais. Eu vejo algumas que eu nem soube manejar... De alguns usuários paquerarem ou abordagens que não cabiam ou algumas pessoas que faziam questão de colocar, tipo, se referir a mim como mulher e eu sou trabalhadora. Eu tentava colocar isso, mas, às vezes, não dava. Com cada pessoa, era diferente... Os usuários que eu fazia vínculo tendiam muito à proteção; tendiam muito a me proteger e eu acho até que, talvez, por eu ser mulher, ser branca, ser jovem e ser o meu tipo físico, assim, muitos me protegiam... Acho que tem um pouco disso, desse lugar social da mulher branca; alguns faziam questão de levar minhas coisas... Em termos de violência, eu acho que as violências que eu sentia por ser mulher... – ela faz um longo silêncio – eu acho que era mais, assim, as violências que eu sentia mais incômodo era com essa coisa da paquera, assim, de me colocar no lugar de sexualidade. Essa era uma das coisas que mais me incomodavam, que eu acho que é uma violência no sentido de que eu não estou ali para isso... Outra coisa, quando tinham situações para estourar, estourava mais com as mulheres. Estourava menos com os homens. É verdade! Quando era para brigar era com as mulheres da equipe... (Entrevista Talita).*

Com Simone de Beauvoir (2009, p. 9), aprendemos que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Poderíamos dizer, também, que ninguém nasce homem, torna-se homem em uma sociedade androcêntrica. Torna-se homem tanto na perspectiva das violências impetradas contra a mulher quanto, também, na gentileza e proteção, principalmente, às jovens brancas<sup>89</sup>, tidas como frágeis e necessitadas de proteção. Torna-se homem com o *habitus* adaptado para sobreviver no espaço social da rua. Torna-se mulher e trabalhadora de rua, como é possível verificar no relato da nossa entrevistada, aprendendo a lidar com a dominação masculina a partir da convivência e dos ensinamentos das mulheres de/na rua:

– [...] *eu consegui aprender uma forma de lidar com isso na rua, assim, eu sou bem agressiva em alguns momentos, eu sou bem masculinizada mesmo, eu incorporo uma*

<sup>89</sup> Fica muito evidente na rua – apesar do silêncio já esperado – que os corpos das mulheres negras, mesmo das trabalhadoras, não inspiram a mesma proteção que os corpos das trabalhadoras brancas. O racismo incorporado e determinante das formas e modos de relação social se apresenta no ordinário da vida na rua, numa reprodução silenciosa e perversa.

*performance masculinizada mesmo, assim, e aprendi com elas, porque, quanto mais você tem uma fala de uma figura... Quanto mais você se aproxima da mulherzinha, mais você vira mulherzinha, e na rua, homem respeita homem, não respeita outra mulher; respeita outra mulher na medida que a outra mulher tem um homem* (Entrevista com Alice).

Será, então, que às mulheres em situação de rua e às trabalhadoras resta apenas a performance masculinizada ou o silêncio dos dominados? Esses são os únicos caminhos e aprendizados possíveis para lidar com a “dominação masculina” no contexto da rua? “Seria o amor uma exceção, a única, mas de primeira grandeza, à lei da dominação masculina, uma suspensão da violência simbólica, ou a forma suprema, porque a mais sutil e a mais invisível, desta violência?” Pergunta Bourdieu em “Post-scriptum sobre a dominação e o amor”<sup>90</sup> (2012a, p. 129).

### 3.10 CAMPO 9<sup>91</sup> – “A ORDEM DAS COISAS”

*Mais um dia na Praça. Chego às 13h30min e encontro os usuários já conhecidos por mim. Laurinda, sentada no banco, conversando com Erick, logo me chama para ficar ao seu lado. Erick estava muito conversador, contando histórias e tomando uma bombinha de cachaça. No banco ao lado, estava Ulisses – o adolescente – e Carlos, que também consumia sua cachaça. Cadu estava sem camisa, bastante alcoolizado, trôpego, me abraçando e procurando briga. Mais adiante, numa barraquinha improvisada, estava o casal “brigão” do outro dia. Estavam deitados e cobertos. Logo depois, chegou o psicólogo do Corra pro Abraço. Também chegou uma jovem grávida e Nena com o filho José Carlos. Uma mulher senta em um banco próximo, fuma um baseado e depois sai com uma pessoa para, segundo Laurinda, vender droga. Depois, chega um redutor de danos do CAPS Gregório de Matos e*

---

<sup>90</sup> Bourdieu reflete sobre a questão da “dominação masculina” como uma forma de violência simbólica dos dominantes sobre os dominados, neste caso, dos homens em relação às mulheres. Esse poder masculino determina uma visão androcêntrica de mundo que se expressa em posições e predisposições naturalizadas, sendo o amor uma dessas expressões. No amor, há uma aceitação da dominação ou uma “espécie de trégua milagrosa, em que a dominação parece dominada, ou melhor, anulada, e a violência viril apaziguada” (2012a, p. 130). Porém, todo o trabalho de Bourdieu nos faz compreender que a dominação masculina não pode ser abolida magicamente, como parece acontecer no amor. Uma mudança nas estruturas de criação e recriação da dominação masculina que ocorre através das instituições – igreja, estado, escola e família – exige convocar as mulheres para uma ação política, ou seja, para a construção de “formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas, sobretudo, capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação” (2012, s/p, prefácio à edição alemã).

<sup>91</sup> DC, 30 ago. 2017.

*duas estagiárias de medicina e, por fim, até o momento em que eu estava na Praça, chegou o Prof. Nery com um colega médico. Como é possível perceber, o fluxo na Praça é intenso, bem como o uso de álcool. Todos comentavam – sem aparente emoção – sobre o assassinato de dois jovens do Pilar. Uns diziam que tinha sido o tráfico; outros diziam que tinha sido a polícia; outros até insinuavam a culpa era do próprio morto ao se envolver com atividades ilegais. Apenas mais duas mortes das tantas que atravessam a vida deles todos os dias. Não importa se morto pela polícia, ou pelo tráfico, parece dar tudo no mesmo. O enterro de um deles estava ocorrendo naquele momento. O outro, nem se sabia quem era. Certamente, vidas não passíveis de luto.*

\*\*\*\*\*

E por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não!? Essa é a questão base do livro de Judith Butler *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* A autora considera que é a normatividade que determina quais vidas são ou não passíveis de luto e que a condição precária – que é uma forma de precariedade fomentada pela violência ou pela ausência de políticas protetivas – torna corpos vulneráveis não passíveis de luto, pois que desprovidos de reconhecimento e representação social. São corpos matáveis sem que tais mortes se constituam em assassinatos já que sem importância política. A autora reflete, ainda, que é por meio da capacidade de comoção que as vidas começam a receber classificações de “merecedoras de luto e de proteção”, ou não (2015, p. 67). No breve relato do diário de campo parece não haver comoção diante das mortes dessas vidas precárias, apenas resignada aceitação da vida que segue a “ordem das coisas”, diria Bourdieu (2012b).

Mas, se, aparentemente, não há “comoção”, quais os sentidos dessas falas que comentam entre uns e outros sobre essas mortes? Desses “rumores” que sempre tomam a Praça, em dias de morte, com suas conjecturas sobre quem matou, porque matou, de quem é a culpa pelas mortes, recaindo a culpa, por vezes, no próprio morto, alguns com direito a enterro e outros nem isto? Essa forma de fazer circular a palavra sobre esse evento que se tornou cotidiano no contexto da Praça é uma forma de expressar, indiretamente, o temor e o sofrimento diante da própria condenação!?

Se, por um lado, essas falas em tom de “rumor”<sup>92</sup> – na sua característica de impessoalidade, imprecisão da informação e capacidade inacreditável de colocar em questão quem são os agressores e quem são as vítimas (a culpa é do morto ou do sistema?) – parecem

<sup>92</sup> O “rumor”, para Veena Das (2007), ressalta uma dimensão impessoal da vida e exerce um campo de forças para as pessoas agirem de determinada forma, nublando as diferenças entre agressores e vítimas.

fortalecer e encobrir a ação de dominação do Estado sobre os dominados, por outro, parece se configurar como uma tentativa de dar expressão à histórica violência de todo dia, convertendo a dor de viver nas margens em palavras.

Muitas vezes, ao chegar à Praça, encontrei as pessoas conversando sobre situações ocorridas de violência e morte, sendo imediatamente informada de tais acontecimentos, parecendo haver uma necessidade de “falar sobre”, tornando a experiência individual, coletiva. Para Das (2007), compartilhar nos aproxima – falante e ouvinte – da vítima e expressa o próprio sofrimento subjetivo de quem fala, pois narrado e vivido se entrelaçam no exercício diário de fazer-se e refazer-se na vida.

\*\*\*\*\*

### 3.11 CAMPO 10<sup>93</sup> – “É VIDA QUE SEGUE”

*Cheguei à Praça às 11h30min. Foi a primeira vez que vim pela manhã. Diferente das outras vezes, inicialmente, não encontrei o grupo de usuários de álcool que, normalmente, se faz presente. Zene se aproximou e puxou conversa. Diz que está tentando conseguir juntar dinheiro para almoçar. Neste momento, outro usuário se aproximou, se apresentando como redutor, parecendo estar alcoolizado. Pergunta quem sou eu e o que vou fazer pelos usuários e aponta para Zene. Pergunta se não vou encontrar um lugar para ela, um abrigo. Quando começo a responder, sou interrompida por Zene que diz que tem para onde ir, se quiser, e que não quer ir para nenhum abrigo ou Centro de Recuperação. Eu completo dizendo que, como ela disse, não é só tirar da rua, mas sim, construir com as pessoas outras possibilidades.*

*Elza me chama do outro lado da Praça e eu sento no banco ao seu lado. Ela está bebendo cachaça. Diz que o marido está preso. Fala que a vida está difícil, para ela e para as duas filhas, mas que, mesmo preso, “eles (os traficantes) protegem as mulheres”. Ai de quem mexa com elas! Mesmo na ausência física deles, a “lei” do tráfico continua presente. Vou conversar com Maria, que estava sentada em outro banco e me chamou para tirar dúvidas em relação ao seu benefício. Ela levou várias facadas, ficou muito tempo no Hospital e quase morreu. Diz que estava muito drogada e nem viu quem foi. Pergunto qual o efeito dessa situação para ela, o que mudou na sua vida e ela parece não entender. Não está mais usando crack e nem quer voltar a usar. Tem uma expressão corporal bem abatida, ombros caídos, em*

---

<sup>93</sup> DC, 11 set. 2017.

*posição de cansaço ou derrota. Neste momento, um senhor me chama e pede orientação sobre benefício. No banco em frente, duas mulheres jovens consomem cachaça.*

*A Praça hoje era das mulheres. Muitas bebiam cachaça (Elza, as duas jovens e Zene). Logo depois, chegou a irmã de Gustavo com o filho de dois meses. Gustavo e Nena também passaram por lá com os dois filhos. Paravam, conversavam e seguiam. Também encontrei Cadu – sua irmã já tinha passado pela Praça procurando por ele para levar para casa – e conversamos um pouco. Logo depois, Carlos chegou e veio falar comigo. Ofereceu-me um suco, junto com Cadu, e eu não aceitei. Também encontrei Flávio e perguntei se estava melhor; ele disse que sim e que já tinha perguntado por mim, já que me preocupei com ele. Percebi que as pessoas da Praça já me conheciam e me reconheciam como alguém que podia ajudá-los de alguma forma. Estavam sempre demandando alguma ajuda. Sinto que ainda não conseguem me ver no lugar de pesquisadora<sup>94</sup>. No final do campo, ainda encontrei um jovem chamado Gilson, de 18 anos, referindo estar a uma semana na rua e pedindo ajuda para ir para algum lugar. Tentei falar com algumas pessoas, por telefone, para agilizar o abrigo, mas a bateria do meu celular acabou. Dei meu telefone para ele ligar depois, a cobrar, mas ele não ligou. Fui embora pensando como tem um movimento na Praça instigante. Alguns estão sempre lá, principalmente os que trabalham ou os que bebem; outros ficam lá conversando, “matando o tempo”, sabendo das coisas, vêm e vão. Outros só passam e logo vão embora. As crianças brincam, as mães amamentam, eles pedem ajuda, resolvem problemas, conseguem a comida, conversam, brigam, se tocam, se socorrem, se amam...*

\*\*\*\*\*

A rua é sempre coletiva. Nela, não há lugar para o privado. Na rua, entretanto, podem-se viver múltiplas identidades simultâneas, pode-se ser até simulacro. Nela se foge das ‘tirânicas da intimidade’ que formulam, modelam, violentam. A rua é amparo coletivo, lugar dos desamparados (ESPINHEIRA, 1993, p. 25).

Assim também é a Praça. Espaço de sociabilidade, de amparo e desamparo, palco de cenas da vida cotidiana, trágicas, cômicas ou amorosas, que expressam a apropriação, por

<sup>94</sup> Este relato do Diário de Campo me faz pensar sobre qual seria a importância, para a gente de rua, de me reconhecer como pesquisadora, considerando que eu já tenho uma função na vida deles mais resolutiva, no sentido do encaminhamento das demandas concretas e imediatas relativas à sobrevivência? Acredito que incorporar estes dois lugares – pesquisadora e trabalhadora de rua – foi o desafio que abriu amplas possibilidades de acesso ao campo e aos sujeitos deste estudo bem como para a ampliação da minha percepção da realidade e de mim mesma nesse espaço social que me exigiu uma atitude de constante reflexividade.



esta gente, desse lugar que também se apropria deles. Nesse processo de “participação observante”<sup>95</sup> fui aprendendo a desver<sup>96</sup> a Praça, as pessoas e a mim mesma. “Desver”, para além da dor da miséria, as pequenas alegrias que o encontro entre humanos pode propiciar. As pessoas riam, contavam histórias, pediam ajuda, compartilhavam suas dores; as mães mostravam seus filhos orgulhosamente e os deixavam brincar no chão sujo; alguns compartilhavam comidas doadas ou do lixo, bem como se apaziguavam com bebidas alcólicas; dançavam, sorriam, trabalhavam, fofocavam. Havia vida “comum” desenrolando-se nestes acontecimentos cotidianos e aparentemente insignificantes: “[...] um evento insignificante em aparência, mas que é, na realidade, um evento radical na vida microscópica, é portador, em sua obstinação e em sua duração, de um significado universal [...]” (BADIOU; TRUONG, 2013, p. 31).

A Praça enquanto lugar antropológico “[...] é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 2004, p. 51). Os encontros na Praça, para além da aparente banalidade com que se apresentam parecendo, a olhos desatentos, sempre o mesmo do mesmo, expressam como as

---

<sup>95</sup> Na tentativa de identificar a referência primeira do termo “participação observante” encontrei o texto de MacRae, no livro intitulado “A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura”, resultado da pesquisa bibliográfica e de campo que realizou entre 1978 e 1985 para sua tese de doutorado em Antropologia. O autor utiliza o termo para se referir à combinação instigante que ele realiza na pesquisa ao transitar entre os papéis de observador e de participante, narrando e vivenciando as situações que registra e reflete: “Eu, por meu lado, pesquisando entre pessoas muito parecidas comigo, que tinham seus pontos de encontro a somente alguns metros da entrada do prédio onde moro, me vi, nos termos usados em um artigo de Eunice Durham, passando da ‘observação participante’ para ‘participação observante’ e até militando ativamente (Durham 1983)” (1990, p. 37). Já no texto de Durham, encontramos a seguinte afirmação: “Numa formulação sintética e um pouco caricatural, pode-se dizer que estamos passando da observação participante para a participação observante e resvalando para a militância” (1983, p. 12). A autora reflete que, naquele momento, a intensificação da participação do pesquisador foi justificada por razões políticas – engajamento político e responsabilidade social – e não pensada como instrumento do conhecimento e aponta os riscos de tal desvio. Mais recentemente, no texto “Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe”, Loïc Wacquant (2002c, p. 23), também utiliza o termo “participação observante” para se referir ao processo de narrar sua participação, descrevendo o contexto, os sujeitos de pesquisa e também como ele se percebe como sujeito “participante observante”. Nas palavras de Villela (2002, p. 221), “o texto de Loïc Wacquant apresenta uma novidade, patente já no subtítulo. Nele, o observador que descreve se insere ele próprio como objeto e sujeito da observação. As notas etnográficas são, ao mesmo tempo, as de um antropólogo em trabalho de campo e as de um aprendiz de boxeador. Além disso, o etnógrafo elimina a tradicional clivagem entre o ‘estar lá’ da observação e o ‘estar aqui’ da redação descritiva/tradutora. Ao lançar mão de longas passagens de seu caderno de campo, o autor, simultaneamente, impede-se de falar em nome dos outros e transforma a observação em ato descritivo. Inverte a fórmula tradicional “observação participante”, tornando método a já levantada hipótese de uma “participação observante”. Portanto, o observador se torna um experimentador; a experimentação, um meio a serviço da observação”.

<sup>96</sup> “Então, era preciso desver o mundo para sair daquele lugar imensamente e sem lado” (BARROS, 2010, p. 10).

peessoas necessariamente constroem formas de vida possíveis, tendo significado especial para elas esses modos de fazer-se. Os modos como os corpos se encontram, se colocam, se falam e interagem revelam as formas de dominação, mas também de sobrevivência e resistência. Como eles dizem sempre na rua: “*É vida que segue*”.

### 3.12 CAMPO 11<sup>97</sup> – CAROLINA E A SABEDORIA PRÁTICA

*Nesse dia, eu combinara com a equipe do Corra pro Abraço que faria campo com eles. Cheguei à Praça com Carolina – que veio comigo do CAPS Gregório – às 17h10min. A equipe do Corra rua ainda não havia chegado. Apenas o redutor de danos do Corra pro Abraço conversava com uma usuária. A Praça estava bem esvaziada. Erick conversava com outro usuário que eu não conhecia. Segui adiante com Carolina e encontramos Zene e o marido Gabriel deitados e cobertos. Ele estava com febre. Carolina aproximou-se e tocou nele. Eu também. Ela logo se prontificou a acompanhá-lo no dia seguinte à USF para consulta com a médica. Decidimos aguardar o resto da equipe do Corra-rua. Quando chegaram, fizeram contato com a equipe do CR que passaria no dia seguinte para levá-lo, já que ele tem um problema na perna e muita dificuldade de locomoção. Mais uma vez, Carolina se prontificou a ir e disse que às 08h00min da manhã estaria lá. Seguimos adiante, Carolina, a Assistente Social, o Psicólogo, um redutor de danos e uma estagiária de Psicologia – que ficava com uma prancheta anotando os atendimentos realizados –, parando em locais onde os usuários ficam à noite, já que o comércio estava fechando. Havia um movimento de guardar as coisas, de pessoas indo embora e outras passando para casa, ou para seu “local de dormida”.*

*Paramos primeiro em um depósito que guardava material coletado na rua para reciclagem e também vendia bebidas. Eles não nos deram muita atenção, estavam trabalhando. Um homem, que tomava uma cerveja e conversava com a equipe, me perguntou se era eu que estava mais cedo na Praça conversando com Luciana – uma usuária que vivia “suja e drogada” e que retornara “outra pessoa”, gorda e bonita! Eu disse que não e me apresentei. Ele comentou então, quase ao acaso, que perdeu o filho há mais ou menos um mês. O comentário “ia passar” na roda, mas eu perguntei: “Você perdeu um filho?”; e ele respondeu: “Foi, eu avisei, a mãe avisou, mas ele não ouviu, não teve jeito”. Chamou-me a*

---

<sup>97</sup> DC, 20 set. 2017.

atenção que a equipe “deixou passar” essa informação tão importante que abriria, talvez, espaço para um diálogo mais “próximo”.

Carolina ia cumprimentando várias pessoas e distribuindo água, já que a equipe carrega duas sacolas térmicas com água. Rapidamente, nos despedimos e seguimos até a casa de Ceará, um senhor que estava fazendo tratamento para tuberculose com a médica do Consultório na Rua. Carolina diz. “Essa médica é de verdade! Não existe não!”. A conversa com Ceará ocorreu em pé, na porta de sua “casa” – localizada em um antigo casarão condenado – e girou em torno do seu tratamento e do bolsa família. Ele aceitou ir com a assistente social solicitar o benefício. Carolina estava inquieta pois estava demorando e ela tinha marcado com um usuário no Mercado Modelo. Eu disse que era assim mesmo o trabalho e que era preciso tempo e paciência para escutar. Seguimos por ruas escuras e fétidas até o fundo da Igrejinha, local onde os usuários se concentram para usar crack. Encontramos um adolescente preparando o cachimbo e um usuário que todos conheciam, especialmente Carolina, chamado Carneirinho.

Vi que um adolescente me olhava “de lado” e procurei não ficar olhando para ele. Comentei com Carolina que estava me sentindo como que “invadindo” o espaço deles. Ela disse que não e eu perguntei: “quando você ia fumar crack não preferia estar em um lugar sem pessoas lhe observando, para “curtir” sua onda?”. Ela me olhou e disse: “é mesmo!” Uma usuária travesti se aproximou de mim e de Carolina e ela disse referindo-se a mim: “você conhece ela lá do CAPS do Canela”. Eu não consegui lembrar-me dela, e ela disse que lembrava-se de mim, mas fiquei na dúvida. Ela disse que queria ir ao CAPS e eu falei do Gregório. Ela disse que era difícil ser atendida lá e Carolina logo se prontificou para levá-la. Combinaram para sexta pela manhã, às 9h. Brinquei que ela precisava de uma agenda, afinal, já tinha compromisso para a semana. Ela disse que guardava tudo na cabeça, mas aceitou um papel e caneta da assistente social – que ficou de lhe presentear com uma agenda – e anotou seus compromissos.

Nesse momento, seguimos e a equipe se dividiu: o psicólogo, o redutor de danos e a estagiária seguiram para a rampa em frente ao Mercado Modelo; eu, Carolina e a assistente social seguimos para um prédio em frente ao Mercado Modelo onde encontramos um usuário deitado no chão. Carolina tentou conversar com ele, mas ele não respondia verbalmente. Estava muito sujo, o rosto com um grande caroço que Carolina logo perguntou se estava melhor e disse: “Você não foi ao médico”! Neste momento, chegou o usuário com quem ela tinha marcado. Parecia ser uma pessoa antiga e bem articulada na área. Estava com um relógio na mão que pendurou na parede do prédio, bem em frente à rua. Achei curioso aquele

relógio ali. Ele disse que os documentos tinham sido roubados e a assistente social começou a orientá-lo e encaminhá-lo. Em meio à conversa, ele contou que sua mulher fora assassinada com sete meses de grávida, esfacelada e jogada no lixo. Ele disse que pirou com isso. Que foi o ex-marido e, se encontrasse ele, matava. Também mostrou as marcas no abdômen dizendo que levou 5 tiros daquele que era seu melhor amigo. Conta que a mãe só servia seu almoço quando “rei” – o amigo – chegava e esse amigo tentou lhe matar para ficar com a “boca”. Diz que já foi traficante, já foi preso três vezes e agora queria mudar de vida. Perguntei o que era mudar de vida e ele disse que era receber o aluguel social, ter uma casa. Mas, se encontrasse o homem que matou sua mulher ou o “rei”, matava na hora! Chegou a matar alguns, mas não esses. Diz que não gosta de covardia, que conhece olhando nos olhos e nem espera, vai logo para cima. Gaba-se de ser um excelente lutador e que, na cadeia, ganhava dinheiro lutando e os outros presos apostando nele.

Nesse momento, percebo que o rapaz que estava deitado no chão acompanhava a conversa, nos olhamos e eu perguntei se poderia ajudá-lo. Ele disse que sim. Eu me agacho, mas ele fica em silêncio. Comecei a achar que ele era mudo. Perguntei se ele aceitaria ir ao médico e ele respondeu com a cabeça que sim. Chamei Carolina, que se agachou também, e combinou de pegá-lo no dia seguinte e levá-lo junto com o usuário da Praça. Chamou-me a atenção sua disponibilidade. Eu perguntei se ele falava a língua dos sinais e ela respondeu que ele não era mudo! (risos) Havia falado com ela e dado o nome. Despedimo-nos deles e atravessamos a rua para encontrar o resto da equipe. No retorno, encontramos a Praça já esvaziada e a equipe do Corra já se preparava para ir embora. Carolina preferiu pegar minha carona. Deixei-a no caminho e segui para casa.

A minha primeira impressão desse campo é que é um trabalho que fica nas providências, no imediato da realidade objetiva. Vi apenas uma conversa mais longa e, talvez, mais intimista, do psicólogo com um usuário, na Igrejinha. Por outro lado, fazer campo com Carolina foi encantador. Ela conhecia a todos e um usuário disse que ela era modelo deles! Ela contou que no dia em que recebeu o certificado de redutora – e que eu estava presente – seguiu para lá para comemorar com eles. Disse que eles fizeram a maior festa com a conquista dela. O usuário no Mercado Modelo disse, também, que agora ela não podia mais recair. Ela se assustou e disse não, que é isso, eu posso usar. Sinto que, se esse é um lugar de muito reconhecimento para ela, por outro, talvez a expectativa de tantos outros seja muito grande e um peso! Vejamos...

\*\*\*\*\*

Este foi um campo com muitos encontros e histórias que se autonarram. Caminhar pelas ruas e vielas para além da Praça com Carolina foi uma experiência de grande aprendizado. Muito querida e respeitada pelo “povo da rua”<sup>98</sup>, andava e falava do lugar de quem lá viveu e cresceu, de quem compreende suas regras e sua cultura, corporalmente. Em cada encontro, ela revelava uma imensa disponibilidade para o cuidado e toda uma sabedoria prática liberta do tecnicismo objetificador que muito frequentemente marca as relações entre profissionais de saúde e gente de rua. Se saúde é “um modo de ser no mundo” (AYRES, 2000, p. 119) ou está relacionada com os “jeitos de andar na vida”<sup>99</sup> (TESTA, 1992), havemos de compreender o modo de ser no mundo daqueles que nos disponibilizamos ao cuidado, entendido como “[...] atitude e espaço de re-construção de intersubjetividades, de exercício aberto de uma sabedoria prática para a saúde, apoiada na tecnologia, mas sem deixar resumir-se a ela a intervenção de saúde” (AYRES, 2000, p. 120).

Os encontros entre trabalhadores de rua e usuários mobilizam afetos, no sentido proposto por Espinosa<sup>100</sup> que se refere à capacidade de afetar e ser afetado produzindo positivities ou alegrias e aumentando a potência para agir e/ou produzindo negatividades ou tristezas que diminuem a potência de vida. Nesta perspectiva, os encontros – e os afetos – se configuram como uma primeira intervenção no processo de cuidado, de modo que os trabalhadores têm muito a aprender sobre bons encontros produtores de boas práticas de cuidado com as “Carolinas” da rua. Por sua vez,

Esta mudança de lugar de usuário-usuário para usuário-redutor de danos tem um efeito subjetivo e objetivo claro e potente. É possível perceber que aqueles que se identificam com esta posição e começam a experimentá-la, voltam também a sonhar e até a planejar outros ‘jeitos de andar na vida’, certamente, efeito da ‘positivação’ destas identidades, como previsto na metodologia do encontro<sup>101</sup> (FLACH, NERY FILHO; PAMPONET, 2015, p. 197).

---

<sup>98</sup> Escutei, algumas vezes, Maria Lúcia, que foi coordenadora nacional do Movimento de População de Rua, se referir às pessoas em situação de rua como “povo da rua” ou “meu povo”.

<sup>99</sup> Mario Testa (1992) entende saúde como o “jeito de andar na vida”.

<sup>100</sup> Citado por: DELEUZE, 2002.

<sup>101</sup> A metodologia do Encontro foi concebida por Adriana Prates e Luana Malheiro e consta no Projeto Técnico do Ponto de Encontro que propõe “[...] uma ação de positivação da identidade de pessoas estigmatizadas, baseada na sociabilidade, a ser operada no nível microssocial ou seja, nas relações cotidianas com os usuários. Nesta metodologia, a convivência compreende a própria intervenção” (FLACH, NERY FILHO; PAMPONET, 2015, p. 194).

3.13 CAMPO 12<sup>102</sup> – SOBRE A VIDA E A MORTE DESTITUÍDAS DE VALOR

*Mais um dia na Praça. Cheguei às 16h40min. Encontrei Erick, Renilson e Cadu sentados no banco, já bastante alcoolizados. Cadu levantou e veio me cumprimentar abraçando e dando um beijo molhado no meu pescoço. Fiquei incomodada, mas não falei nada. Conversei um pouco e saí. Elza também estava bebendo e foi logo falando que não tinha conseguido resolver o problema da antena. Tinham mais três mulheres no banco ao lado, conversando – uma delas era Rose (mãe de Alessandra e mulher de Reinaldo, que continua preso) – mas não me deram muita atenção, de modo que resolvi ir conversar com o casal Gabriel e Zene que passaram a dormir do lado oposto da Praça. Encontrei o casal deitado, coberto e, assim que cheguei, ele começou a contar que estava melhor – na semana anterior estava doente. Fiquei um bom tempo conversando com eles, na verdade, mais com Gabriel, que revelou muitas histórias sobre sua vida. Contou que matou um rapaz que agrediu seu pai e sua irmã. Diz que foi buscar ele na casa da mãe e não teve dó. Também não se arrepende. Conta essa história com certo orgulho, bem como o fato de não ter sido preso; outro ponto da nossa conversa que merece destaque foi quando ele disse que apesar do pouco tempo que está na Praça viu muita coisa ruim. Pergunto se não tem algo de bom e ele diz: vocês. Quando vocês chegam aqui é uma alegria! Despedi-me e segui para cumprimentar a equipe do Corra e fiquei observando a ação deles na Praça. Havia muitas crianças e algumas mães que participavam da atividade. Renilson, como disse antes, estava alcoolizado e muito conversador. Revelou que morou na Praça por um longo período e era muito amigo de João e Armando, já falecidos. Fala com sentimento da morte de João. Conta que também quase morreu e chegou a perder um pedaço da orelha. Levanta a blusa e mostra no corpo as marcas das violências sofridas. Refere que, muito cedo, começou a usar drogas, trabalhou para o tráfico, foi para a FUNDAC, ficou em abrigos. Hoje tem 26 anos. Lembrei que Talita já havia me falado dele; Rosa também e ele também citou o nome delas. Continuei na Praça observando a atividade realizada pelos trabalhadores do “Corra” enquanto conversava com algumas pessoas que se aproximavam por motivos diversos. Eles sempre querem conversar, ao menos, os homens. De novo me chama a atenção como a morte é falada de modo tão corriqueiro: matar e morrer como parte do cotidiano marca a história daquelas pessoas, de todas aquelas pessoas.*

\*\*\*\*\*

---

<sup>102</sup> DC, 27 set. 2017.

Perguntei-me sobre o lugar da morte para a gente de rua. Tantas vezes falada de forma banal, como se fosse um acontecimento cotidiano “qualquer”, destituída de significado e de valor assim como a própria vida. Lembrei-me da entrevista com o Prof. Nery da qual reproduzo o trecho em que toca neste ponto:

[...] eu acho que hoje a vida foi destituída completamente de valor na medida em que a morte foi destituída de valor, é o que eu tenho pensado. Acho que houve uma banalização da morte e não por uma razão simples, é muito complexo: perda de referências, perda de referências sociais, a escola que está mal, a saúde que está mal, as igrejas perderam força, exceto os evangélicos que estão caminhando numa direção completamente oposta, ganhando espaços; a igreja católica está tentando acordar, mas ainda está dormindo... Eu acho que houve, por outro lado, o próprio avanço da medicina, que foi, na minha perspectiva, na direção de uma destituição de significado da morte, muito séria! As pessoas hoje morrem sozinhas, abandonadas, cheias de tubos e, quando morrem, a instituição médica, hospitalar se destitui: ‘não é mais comigo’, quer dizer, como se eles soubessem tratar apenas da doença e não soubessem tratar nem do doente, nem do morto, porque o estar morto faz parte da história de cada um, no final. Não deveríamos nos assustar diante dessa possibilidade, porque a morte nos espera mais cedo ou mais tarde. A medicina, melhor, a ciência, nos fez uma promessa falsa: a morte ia ser vencida! E cada dia tem um aparelho melhor; cada dia tem um aparelho que mantém o coração funcionando, os rins, a respiração... Houve um afastamento do morto de seus familiares. Hoje em dia para a pessoa ver o seu quase morto dá um trabalho danado, quer dizer, os familiares não veem seus próximos morrerem. Eu diria que há 50 anos as pessoas morriam ao lado dos seus familiares; eu vou usar uma expressão entre aspas, ‘curtia’ a morte e sofria, eu me lembro de ver na minha cidade, quando menino, famílias inteiras vestidas de preto e serem reverenciadas durante o tempo do luto. Qual é o tempo do luto que a gente tem hoje? Você pode dizer ‘É fora de moda’, tá legal, é fora de moda você ficar vestida toda de preto, mas eu acho que as pessoas não só se destituíram da roupa como elas apagam, vírgula, elas tamponam seu sofrimento, com remédio, com a negação da morte, com a destituição de valor do luto. Neste sentido, eu acho que hoje se mata por um tênis, por um boné, por um celular, porque a morte foi destituída do seu valor simbólico. Ora, se a morte é destituída de valor, a vida também, porque não há como separar vida e morte; acho que a destituição de um, destitui o outro, nesse sentido, eu acho que a coisa hoje está pior; eu diria que no passado a morte tinha um quanto de divindade... Nós não temos hoje – eu estou falando da morte de rua, da morte violenta – hoje a polícia mata sem nenhum constrangimento, bota o cara dentro do carro e, pou, pou, pou, mata o cara e o cara desaparece! (Entrevista com Prof. Antonio Nery).

Na contemporaneidade, morte e vida são destituídas de valor, ainda que haja vidas que “valham” mais do que outras; vidas que merecem ser minimamente choradas, enquanto outras não. A vida/morte da gente de rua não é valorizada e chorada, às vezes, nem por eles mesmos. Comentam (resignadamente ou resistentemente?) sobre as mortes violentas ou por negligência, tão comuns no cotidiano da rua. Afora um ou outro mais próximo que demonstra tristeza ou saudade, as mortes não são investigadas e o morto logo cai no esquecimento. Parece que nunca existiu. Passou pelo mundo sem deixar marcas e, às vezes, é até enterrado

como indigente não tendo direito nem a um túmulo com seu nome escrito na lápide levando consigo o sentimento de inexistência que o acompanhou durante toda a vida. Sendo assim, o jeito é seguir a vida silenciosamente, afinal, há silêncios que protegem, principalmente quando “[...] trata-se de viver para morrer, em vez de viver até morrer” (ZAMORA, 2008, p. 109).

### 3.14 CAMPO 13<sup>103</sup> – “A PIOR COISA QUE PODE ACONTECER PARA UM HOMEM É ACORDAR E NÃO SABER PARA ONDE IR”

*Cheguei à Praça às 14h00min. Como sempre, encontrei Erick e mais dois usuários já bastante alcoolizados. Erick dizia que estava com dor abdominal. Que o coração ia parar. Perguntei se queria ir a uma emergência e ele negou. Perguntei se gostaria de conversar em outro banco mais reservado e ele disse que poderíamos conversar ali mesmo. Fiz o contato com a médica da USF e ela disse que poderia atendê-lo pela manhã. Afastei-me e cumprimentei outros usuários seguindo até onde estava o “professor” Tony, que eu conhecera na quarta anterior. Ao lado dele, estava Adriano, um morador de rua de 35 anos, um homem grande e forte, ao contrário da maioria dos frequentadores da Praça. Contou que era barbeiro e pintor. Não é a primeira vez que fica em situação de rua. Considera que a vida é feita de altos e baixos e está numa fase de baixa. Diz que precisa sair da rua, afinal, quem vai dar um emprego a um morador de rua?! Afirma que a pior coisa que pode acontecer a um homem é acordar e não saber para onde ir. Entendi que ele se referia a não ter uma rotina, um sentido para a vida com dignidade. Revela um pouco da sua história e, aparentemente, não tem com quem contar, apesar de ter mãe e irmã: “pai, nunca tive”. Conta que já usou crack e cocaína, mas, naquele momento, usava álcool, que me pareceu, poderia ser um problema. Afirma que, para estar na rua, tem que seguir as regras, ser agressivo, colocar moral ou não se sobrevive. Eu já ouvira isso de Carolina. Pede orientação para abrigo. A equipe do Corra chega e apresento-o a uma colega assistente social. Observei depois que ela ficou conversando com ele e falou que poderia ir na “Casa do Corra”. Neste momento, também vi o psicólogo do Corra conversando em um banco com Erick, que estava chorando. Foi uma longa conversa. Depois, o trabalhador me disse que estava escutando-o e motivando-o a ir para as consultas para tratamento já que ele, por vezes, se desanimava e abandonava tudo, deixando-se morrer. Falei ainda com Gabriel, Zene, Cadu, Maria, Nena*

---

<sup>103</sup> DC, 2 out. 2017.



*(sempre com suas crianças) e outros já conhecidos que foram passando nesse período em que eu permaneci na Praça. Ainda teve uma briga, algo que parece corriqueiro: jogaram pedras grandes uns nos outros, mas ninguém se feriu desta vez.*

\*\*\*\*\*

Para Adriano, a pior coisa que pode acontecer a um homem é acordar e não saber para “onde ir”, referindo-se a não ter um trabalho. Nesta perspectiva, cabe considerar que: 1) o trabalho é uma forma de inscrição das pessoas na sociedade capitalista; 2) o trabalho possibilita a aquisição de capitais – capital econômico, social simbólico, capital social – mudando o lugar objetivo e subjetivo dos agentes no espaço social; 3) o trabalho torna os agentes produtivos – consumidores, portanto, incluídos socialmente; e 4) o trabalho possibilita a organização do tempo cotidiano, no sentido do planejamento de pequenos e longos futuros. De modo geral, a população em situação de rua usuários de substâncias psicoativas, assim como a ralé, são explorados corporalmente em atividades desqualificadas socialmente, mas essa exploração, com eles, chega ao limite em corpos que têm dificuldade para manter a higiene pessoal e a rotina necessária para o exercício de qualquer trabalho regular mesmo informal. Desta forma, gastam o seu tempo de vida fazendo o que chamam de “correr” para a manutenção das suas necessidades diárias, incluindo aí o consumo de drogas. Esse “correr” pode se referir a atividades desqualificadas comumente exercidas pela população de rua<sup>104</sup> ou atividades ilícitas. “[...] Optando pela segunda via, o sujeito pode ainda ‘escolher’ a forma passiva (ser vagabundo) ou ativa (ser bandido)” (MAYORA, 2016, p. 147).

Na trajetória de vida da população de rua, em geral, todas essas (im)possibilidades se fazem presentes em algum momento: trabalhos desqualificados, “vagabundagem” ou “bandidagem”<sup>105</sup>. No caso de Adriano, há uma forte desesperança em sua fala. Sem

<sup>104</sup> Na pesquisa realizada pelo Axé/UFBA as principais atividades de trabalho desenvolvidas pela população de rua são: “fez ‘bicos’ (60,4%); reciclou (43,6%); trabalhou com carga e descarga de materiais (31,3%); trabalhou como baleiro (30,0%); vigiou carros/flanelinha (26,5%); mexeu em latas de lixo e/ou lixeiras procurando comida e/ou outras coisas (26,1%); pediu comida (25,7%); trabalhou como vendedor ambulante (cervejas, etc.) (25%); esmolou/pediu dinheiro na rua (24,9%); limpou para-brisas de carros (14,9%); trabalhou na sinaleira (malabarismo, vendeu coisas, distribuiu panfletos, etc.; 9,6%); teve relações sexuais em troca de dinheiro e/ou benefícios materiais (8,9%); frequenta o Projeto Axé (recebe bolsa; 7,3%); prestou serviços de forma ambulante (engraxate, amolador de alicates, etc.; 6,2%); vendeu rifas (5,1%); vendeu jornais nas ruas (5,0%); trabalhou como artista de rua (4,0%). No que se refere à realização de atividades ilícitas para obtenção de renda e bens materiais, observa-se que 9,4% entregou e/ou vendeu drogas; 9,2% furtou algo (ex.: de uma loja, vendedor ambulante ou casa); e 6,4% assaltou alguém” (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017, p. 18).

<sup>105</sup> “As categorias podem ser usadas na pesquisa que realizamos desde que de maneira dinâmica, pois exercer trabalhos desqualificados, mendigar ou praticar ilegalidades na maioria dos casos constituíram momentos na trajetória de vida da mesma pessoa” (MAYORA, 2016, p. 147).

perspectiva de um trabalho que o ajude a organizar sua rotina, resta a ele, como a tantos outros da Praça, restringir-se ao presente sem futuro e apaziguar-se com o consumo de álcool e outras drogas. Mas, é sempre bom lembrar, no campo social, os encontros podem modificar *habitus* e destinos. Neste dia, Adriano encontrou uma trabalhadora de rua, um acaso que pode escrever novas histórias, ou não.

### 3.15 CAMPO 14<sup>106</sup> – CAROLINA E OS PEQUENOS FUTUROS SE DELINEANDO

*Mais um dia de campo. Cheguei à Praça às 17h50min, em função da audiência pública sobre redução de danos na UFBA. A equipe do Corra pro Abraço já estava lá e iniciava as atividades com as crianças. Logo vi Carolina conversando com a Assistente Social e me aproximei. Ela me cumprimentou com um abraço e disse estar cansada da viagem para o Encontro Nacional das Feministas Anti-proibicionistas, que ocorreu em Recife. Renilson se aproximou e me cumprimentou. Carolina disse que ele podia confiar em mim; ele concordou e disse que já me conhecia. Quando eles se afastaram, a assistente social me disse que o usuário que mencionara na reunião do Corra de que eu participei, sobre a “desistência de viver”, era João, amigo de Renilson. Conta que a esposa de João disse para eles o horário errado do enterro para que eles não chegassem a tempo, o que causou uma grande revolta já que, como um grupo de alcoolistas, tinham que “beber o defunto” que significa que no momento em que o caixão desce, eles brindam! Diz que Erick era o melhor amigo de João. Ulisses estava lá, arisco como sempre e parecendo que tinha usado maconha, com um olhar vago e um leve sorriso, além de dizer que estava com fome. Tenho conversado com a equipe do Corra sobre a necessidade de uma aproximação, considerando a sua idade – 14 anos. Carolina tentou se aproximar; também uma redutora de danos do Corra pro Abraço disse que o conhecia da área dos Mares e tentou conversar um pouco. Vamos ver como a situação segue.*

*Também conversei com Zene que conta, muito feliz, do seu aniversário na segunda-feira. Diz que foi uma festa. Teve até música e o pastor a presenteou com uma linda sandália que ela mostra com muito orgulho. Estava embrulhada em um saco e ela não largava – nem usava! Gabriel (companheiro dela) estava doente, disse que era virose e a ferida na perna voltou a “abrir”. Soube, também, que o usuário Adriano, que eu conheci na segunda feira passada, passou o dia me esperando, confundindo o horário que eu disse que estaria lá!*

---

<sup>106</sup> DC, 4 out. 2017.

*Por fim, Carolina me chamou para conversar reservadamente. Fomos para um dos bancos da Praça. Ela começa falando da briga com a namorada que mora no interior e depois diz que não quer se preocupar com isso, quer investir no trabalho, estudar. Diz que está mudando e conta que levou um tapa de um usuário no CAPS e não reagiu com a agressividade costumeira. Afirma também que foi muito importante o reencontro comigo. Fala de novo de seus planos para o futuro; alugou um quarto; tem uma guia; quer completar o 2º grau; fazer psicologia ou serviço social.*

\*\*\*\*\*

Carolina, apesar de ainda não estar trabalhando formalmente, está bastante animada com as perspectivas de inserção no mercado formal de trabalho. A convivência intensa com os trabalhadores de rua, a inserção em outras redes sociais cujas trajetórias não são marcadas pela precariedade, mas, ao contrário, incorporaram as habilidades necessárias para a inserção no mundo do trabalho – concentração e pensamento prospectivo, por exemplo – talvez venham causando modificações no seu *habitus*. Como ela mesma diz, está tentando “administrar” melhor seu tempo e sua vida, saindo do círculo repetitivo do aqui e agora; quer trabalhar e alugar um quarto para morar, reaproximou-se da família e está cuidando da saúde. Entre altos e baixos, as mudanças em Carolina reforçam o entendimento sobre a possibilidade de mudança do *habitus*, reconfigurado a partir dos encontros realizados nos espaços sociais, através do investimento pessoal e institucional de trabalhadores e familiares: “[...] a construção de pequenos futuros, seja este contado em horas ou dias, é o primeiro passo para a reconquista de algum sentido de agência ou de ação minimamente autônoma no mundo” (SOUZA, 2016a, p. 37).

### 3.16 CAMPO 15<sup>107</sup> – O PERDÃO

*Cheguei às 13h10min. A Praça estava muito suja. Muitos pombos pretos competiam por restos de comida. Logo vi Erick e Cadu largados, no banco e no chão, respectivamente, dormindo. Maria também dormia no banco em frente. Tinha um usuário sentado no mesmo banco e eu sentei ao seu lado. Chamava-se Antônio e era a primeira vez que eu o encontrava. Tinha o lado esquerdo do corpo bastante queimado (e deformado) da cabeça aos braços. Não estava alcoolizado e parecia triste. Disse sentir-se fracassado, pois tinha tido uma recaída. Estava na Praça desde o final de semana passado. Foi seu aniversário de 33 anos e ele*

---

<sup>107</sup> DC, 9 out. 2017.

*estava lá. Estava sem coragem de retornar para casa. Disse que a família já está cansada. Perguntei se poderia ajudá-lo de alguma forma e ele falou que talvez uma palavra de conforto. Eu disse, então, que somos humanos e, portanto, passíveis de errar e que a capacidade de perdão daqueles que nos amam era imensa, me referindo aos seus familiares. Ele retrucou dizendo que, primeiro, precisaria se perdoar. Ficamos em silêncio. Despedi-me e fui encontrar outras pessoas.*

*Seguindo, cumprimentei um casal que já vira na Praça antes. Mais adiante, vi Gabriel e outras três pessoas. Duas delas estavam largadas no chão, dormindo, e estavam muito sujas. Eram dos Mares, me disseram depois. Gabriel disse que Zene tinha ido para a casa da filha desde sábado. Ele estava triste. A perna voltou a “minar”. Perguntou se eu queria ver e eu disse que não. Ele disse que ia cortar a perna, que ela não servia de nada, que queria sair da rua depois que tirasse os documentos, mas o correio estava em greve. Eu disse que a greve acabara e ele ficou feliz, dizendo que, no dia seguinte, iria pegar os documentos. Ulisses, o adolescente, chega com uma garrafa de vinho, uma cachaça e dá o troco a Gabriel. Todos começam a se servir. Renilson chega, me cumprimenta e pede um copo. Outro usuário também se aproxima. Eu senti que deveria me afastar e, neste momento, Nara chegou com o filho no colo. Fala para Ulisses que se fosse sua mãe dava uma surra e botava ele para correr para casa. Ele sorriu. Estava bebendo e fumando cada vez mais. Naquele momento, me senti impotente. Vi Adriano dormindo em um banco. Danilo, um jovem que eu já conhecia da rua, chegou. Mais adiante, Cadu acordara e quando me viu deu um pulo do chão e veio correndo me abraçar. Incomodei-me um pouco, pois ele estava muito sujo, mas deixei-me abraçar. Flávio estava sentado no banco e me cumprimentou, ao tempo em que outro usuário se aproximou e pediu orientações sobre seu auxílio aluguel que foi suspenso. Orientei-o e falei que se continuasse com dificuldades deveria ir à Defensoria Pública do Canela. Flávio, que estava ao lado, reforçou, dizendo que, às vezes, eles ficavam rodando e que na Defensoria eles encaminhavam logo. Fiquei pensando que tantos trabalhadores de rua iam à Praça e, mesmo assim, sempre que eu chegava alguém fazia alguma demanda! Os problemas parecem inesgotáveis! Saí da Praça entristecida. Os usuários estavam muitos “largados”, sujos, tristes. Hoje, eu não consegui ver beleza.*

\*\*\*\*\*

É preciso “me perdoar”, constatou Antônio. A violência simbólica imputada à ralé se manifesta claramente nesta fala sobre o perdão, faz parecer que o “fracasso” da gente de rua é culpa dela. Não se reflete no quanto elas foram “levadas” a fracassar e, ao mesmo

tempo, a acreditar que são senhores do próprio destino; apostam que há igualdade de oportunidades para quem quer realmente fazer sucesso na vida – mas não há. A “meritocracia” faz privilégio parecer talento de uma classe e o fracasso parecer incompetência de outra classe (SOUZA, 2015).

Neste contexto, o uso intenso de álcool e outras drogas pela “ralé” se torna signo incontestado do fracasso dito de si. A explicação para a “recaída” segue a mesma lógica individualizante e o sujeito se culpa por ser “fraco”, por não atender às expectativas familiares e sociais. Essa forma de pensamento aumenta a tristeza, o sentimento de humilhação e impotência, paralisando-o ainda mais, levando-o a beber ainda mais para suportar o peso insuportável do seu “fracasso”: “[...] a reação é dirigida contra si mesmo e o consumo de droga é uma tentativa desesperada de fugir de um cotidiano intragável ainda que o consumo progressivo apenas aumente o desprezo social e a degradação subjetiva e objetiva” (SOUZA, 2016b, p. 37).

### 3.17 CAMPO 16 – A VIOLÊNCIA POLICIAL E A SUBCIDADANIA

*Cheguei à Praça das Duas Mãos às 16h30min<sup>108</sup> e Cadu e Erick foram me receber. Estavam bem alcoolizados. Levaram-me até um banco onde estavam Irineu (primeira vez que o encontro na Praça) e Marcelo (também a primeira vez que conversamos). Estavam bebendo muito e resolvi caminhar pela Praça. Vi Gabriel dormindo em um banco – estava cada vez mais triste sem Zene. Maria, sentada mais adiante, sem querer muita conversa. Neste momento, uma senhora que vende cigarros e balas na Praça e se chama Clô acenou para mim. Fui até ela e começamos a conversar. Eu me apresentei como trabalhadora de rua e expliquei que estava fazendo uma pesquisa sobre o sofrimento. Em meio à conversa, ela disse que gostaria de escrever um livro sobre morador de rua e que falaria do sofrimento dessas pessoas, do quanto são abandonados e roubados pela própria família. Perguntei o que queria dizer com “roubados pela família” e ela disse que tem famílias que tiram tudo deles e depois os deixam na rua. Muitos vão, às vezes, para casa, mas voltam logo, pois são maltratados. Perguntei sobre a história dela e ela diz que não tem filhos e vive só. Está mudando de vida. Antes sobrevivia do tráfico e foi até presa, mas tem quatro anos que vive do que vende na Praça e em sua casa (vende cerveja). Mora no Pilar em um apartamento alugado. Paulo se aproxima (é um morador da Praça que consome muito álcool e que fica sempre por lá) e Clô*

---

<sup>108</sup> DC, 11 out. 2017.

*diz conhecê-lo desde que ele tinha doze anos. Comentei que ele parecia mais velho que ela e ele entra na conversa. O tempo é sempre muito confuso para eles. Diz, baixinho, que ele vendia amendoim e roubava. Ele se aproximou bem alcoolizado e deitou no banco ao meu lado. Começou a contar sua história; disse que teve dez filhos, sendo que um morreu ao tentar assaltar um banco e, dos nove vivos, tinha contato com apenas dois. Uma de suas filhas era policial. Outras pessoas passavam, conversavam, às vezes compravam algo e seguiam seu caminho. Todos brincavam com Paulo.*

*Despedi-me e retornei para o outro lado da Praça. As pessoas ainda estavam bebendo e, gentilmente, abriram um espaço entre eles para eu sentar no banco, em cima de um papelão. Não havia como recusar sem ser indelicada e eu sentei. Meu receio era apenas por estarem alcoolizados, mas foram muito cuidadosos comigo, pediram orientações para a retirada de carteira de trabalho e o cadastro de CPF. Ajudei como pude. Irineu perguntou por Tiago, Psicólogo do Ponto de Cidadania da Sete Portas, comentando que ele o ajudou a tirar a identidade em 2015 – e mostrou a identidade. Estava de novo na rua. É cozinheiro. Pediram para falar com ele. Eu liguei e como ele não atendeu mandaram um áudio muito carinhoso, dizendo que era para ele aparecer: Irineu, Erick e Cadu!*

*A equipe do Corra chegou. Vi Ulisses e me aproximei dele. Percebi que estava claramente sob efeito de maconha. Ele disse que estava com fome. Achei que a alimentação poderia ser uma via de aproximação e também de redução de danos e pedi a uma profissional do Corra pro Abraço um lanche. Ela me disse que não havia mais lanche e perguntou a ele por que não participou da atividade. Ele nada falava. Ela se sentou ao seu lado e disse que o conhecia dos Mares. Ele não quis muita conversa e outro usuário me chamou. Carolina requisitava minha presença junto a Gabriel. Dizia que ele estava com febre. A equipe do Corra que faz campo, a chamada equipe de extensão, me aguardava para ir com eles, mas como disseram que não iriam retornar, decidi ficar na Praça.*

*Carolina, quando soube que eu não iria, resolveu ficar na Praça. Ela queria conversar comigo. Sentamos no mesmo banco em que Gabriel estava deitado. Falou para ele que o rapaz que ele tinha como filho havia morrido. Ele estava sério. Disse apenas, foi mesmo? Ela confirmou. Eu perguntei se ela tinha certeza e ela disse que sim. Contou que era isso que queria falar comigo e que estava mal. Disse que, no sábado, estava na Praça quando chegaram atrás dele. Ela afirma que foi a polícia. Eles saíram correndo e, na calçada, ele foi morto. Ela disse que só se salvou por ter se escondido num bueiro cheio de “merda”. Estava muito abalada. Disse que já estava conversando com a assistente social do CAPS e que ia denunciar. Pedi a ela que se protegesse.*

*Ficamos um longo tempo conversando. Eu achava que, escutando-a, a dor diminuiria um pouco. A equipe do Corra retornou do campo. Todos foram embora e eu continuei com Carolina no banco, ao lado de Gabriel, que dormia. Um amigo dele, bastante alcoolizado, chegou com um copinho de cachaça e queria dar para ele. Carolina entrevistou e disse que se ele era amigo não deveria dar a cachaça para ele. Aos poucos, os usuários iam passando por nós, com suas coisas, indo em direção à Le Biscuit, local onde dormiam. Eu não queria ir embora. Minha perna tocou na sacola de Carolina que estava molhada. Percebi que era cachaça. Mostrei para ela que afirmou que, com tudo isso, estava bebendo, mas não estava usando crack. Fomos embora. Ela disse que ia trabalhar no Campo Grande. Teria show e poderia ganhar uma grana. Senti que ela ia “tomar todas” e a convenci a ir para a casa de uma trabalhadora de rua que morava perto e que sempre a recebia. Deixei-a bem próxima e segui meu caminho para casa, pensativa com tantos acontecimentos.*

\*\*\*\*\*

Os relatos de violência policial, muito frequentemente com conteúdos de perversidade, são dos mais diversos entre a população de rua e/ou dos moradores das comunidades precárias e próximas à Praça. Estar em meio a conflitos armados faz parte da vida dessas pessoas e também do policial:

O cotidiano da guerra transforma a alma humana em pedra, ocasiona um tipo de sofrimento capaz de alterar os referenciais que balizam o senso de moralidade, porque modifica a relação com a morte e, no limite, arrasta ao excesso e ao crime. Nessas circunstâncias, sendo possível fazer sofrer sem reprovação, a brutalidade se impõe como axioma. Aqui temos a manifestação de um terrível poder: o de coisificar tanto a vítima quanto o algoz (PEREIRA, 2015, p. 42).

Muitas vezes nos perguntamos por que jovens policiais negros e pobres aceitam a missão de ir a bairros pobres matar jovens “traficantes” negros e pobres como eles. Qual a diferença real entre eles? No discurso social, o policial mata em nome do “bem” e da proteção à sociedade; o traficante mata, porque é a “própria encarnação do mal”. Entre um e outro, humanos tornados coisas em nome de uma guerra onde quem “lucra” está bem longe deste campo, achando-se protegido por trás dos muros dos seus condomínios de luxo. Não se percebem também como prisioneiros dessa guerra. Para todos – comunidades precárias, traficante, policiais e a elite brasileira –, “a violência” é a grande causadora do nosso mal-estar. Colocamos em um único “objeto” a responsabilidade por todas as nossas impossibilidades e sofrimentos:

Esse objeto é o que Lacan chamou de objeto a, e sua função é condensar tudo aquilo que é insuportável para nós mesmos... Por isso chamo de ‘a-violência’ essa fusão da violência como nome para nosso mal-estar e como meio de produção de uma violência gozosa em nome da guerra contra a violência (objeto-a) (DUNKER, 2015, p. 47).

Então, a partir dos lugares sociais que ocupamos, imputamos a outros atores a responsabilidade pela violência que, na verdade, é depositária do nosso mal-estar, “que é a lembrança perene de nossa condição trágica de existência” (DUNKER, 2015, p. 45). Para as comunidades precárias e os frequentadores da Praça, a violência é causada pela guerra entre traficantes e policiais; para os traficantes, a guerra é causada pelo Estado, através do seu braço armado, as polícias; para as polícias, o traficante é a grande encarnação do mal e precisa ser eliminado; para a elite brasileira, a violência é causada pelos pobres, negros e traficantes moradores das periferias das nossas cidades. O problema da nossa insegurança social é depositado “na violência” do outro formando uma grande narrativa consensual sobre a violência como causa de todos os sofrimentos sociais.

Nesta perspectiva, Christian Ingo Dunker considera que a melhor forma de tratar a violência – e seu afeto/sintoma, o ódio – é fazendo falar sobre ela, reconhecendo-a: “se nossos policiais trocassem duas ou três palavras antes de atirar, deixaríamos de ser a polícia que mais mata ao sul de Gaza” (2015, p. 50). Enquanto esse diálogo não acontece – pois que novas narrativas precisam ser construídas como política de vida – sigamos sobrevivendo resistentemente.

### 3.18 CAMPO 17<sup>109</sup> – “ABJETA É A SOCIEDADE”<sup>110</sup>

*Cheguei à Praça às 17h. Maria conversava com uma profissional do Corra. Cadu me “puxou” para um banco para conversar. Ele sempre é muito afetuoso, fala um pouco embolado e faz menção de choro, o que dificulta meu entendimento. Fomos interrompidos pelo Prof. Tony. Diz que quer conversar comigo e senta no banco. Fico dividida entre escutar Cadu e o Prof. Tony. Alguns usuários começam a cozinhar na árvore em frente e a fumaça vem em nossa direção. O professor sugere mudarmos de lugar e fomos para o meio da Praça, mais próximo aos pontos de ônibus. Cadu também veio, mas logo saiu. O professor queria me apresentar Erasmo, um morador de rua que estava há pouco tempo na Praça. Erasmo conta sua longa história com o uso de drogas, principalmente o álcool. É natural de Feira de*

<sup>109</sup> DC, 18 out. 2017.

<sup>110</sup> LANCETTI, 2015, p. 65.



*Santana e sua família tem um relativo poder aquisitivo. Já sofreu vários internamentos em clínicas em São Paulo, de cunho religioso e, recentemente, no Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas (CATA). Tem uma esposa que é fisioterapeuta e um filho. Diz que o avô, apesar de ter sido engenheiro eletrônico da Aeronáutica, morreu nas ruas de São Paulo. Orientei-o a procurar o CAPS ad Gregório de Matos. Vi que tinha outro usuário escutando nossa conversa que foi se aproximando até sentar ao meu lado. Falou que precisava de ajuda. Há 20 anos fazia uso de álcool – não usava drogas, disse ele – e perdeu todos os laços familiares. Queria um lugar para ir naquele momento, para se internar. Liguei para uma colega que trabalha no CAPS ad e passei o nome deles. Ficaram de ir no dia seguinte. Erasmo parecia mais decidido. Neste momento, Erick veio até a mim e disse que tinha uma questão muito séria para falar comigo, me pegou pela mão e me levou até um banco onde estavam Cândido e Cadu e me fez sentar entre os dois. Em pé, na minha frente, falou que não era certo o que estava acontecendo; que, na Praça, não tinha banheiro e eles faziam suas necessidades no beco em frente, afinal, eles tinham necessidade de fazer “cocô”, mas a polícia brigava e agredia e que isso não era certo! Perguntaram o que eu podia fazer. Eu disse que tinha um programa de rádio na metrópole com o Prof. Nery e que já tínhamos falado sobre isso; que eles tinham razão e que o errado foi à prefeitura tirar o banheiro da Praça. Perguntei se me autorizavam a falar no Programa sobre isso e eles concordaram. Erick também fala do seu benefício – ele já estava bem alcoolizado – e que ia bater no segurança que tratou ele mal (fiquei pensando o quanto essa humilhação o abalou, pois sempre que bebia falava dessa situação e do desejo de acabar com o segurança). Eu disse que Isaac e Talita já o estavam acompanhando nesse processo e perguntei se queria que eu falasse com eles. Ele disse que preferia falar com Talita. Liguei e passei o telefone para ele. Cândido – que nunca tinha falado comigo direito – me chamou para conversar e disse que estava com um caroço na perna que estava inflamado. Pela primeira vez, encontrei-o sem beber, pois ele tinha se automedicado e comprara penicilina. Eu disse que não deveria tomar medicação por conta própria e que essa poderia não ser a medicação indicada. Orientei-o ir à Unidade Básica para uma consulta. Liguei para a médica e deixei tudo acertado. Ele iria no dia seguinte com Erick, que se dispôs a acompanhá-lo. Ele também colocou a questão que queria abrir uma conta no banco para sua mãe mandar um dinheiro e não estava conseguindo. Orientei. Depois Renilson pediu para falar comigo, disse que precisava de orientação para se aposentar pelo BPC por deficiência física. Mostrou as cicatrizes na perna em consequência de um acidente que sofreu em 2014. Orientei. A equipe do Corra já estava no local. Carolina também chegou e resolveu ficar na Praça. Percebo que ela está bem*

*integrada com os usuários de lá e apoiando muito Gabriel, que estava bem melhor fisicamente, de cabelo cortado e mais bem cuidado. Neste momento fui até o Prof. Tony, que conversava com Clô, pois ele dissera que queria me apresentar uma pessoa. A pessoa tinha ido embora e fiquei conversando com eles. Ele falava para Clô que ela deveria morar em outro lugar e que aquele condomínio do Pilar era muito mal visto; que a polícia entrava ali direto e que não era lugar para ela. Ela falou mais um pouco da vida dela; disse que a família tinha condições e tinha abandonado ela. Que ficou mais de 10 meses na penitenciária e que lá você tem que marcar o seu lugar. Ela tinha que agredir para ser respeitada. Era chamada de “Cabeça Cara” por ser a chefe do tráfico em uma área de Salvador e logo assumiu certa liderança. Ninguém mexia com ela. Disse que lá só tem salvação por Deus e que por isso que ela queria ir no programa de rádio para falar de Deus. Fala que eu deveria escrever um livro chamado “As sandálias da Praça” e eu perguntei por que; ela disse que são muitos abandonados... ou também poderia chamar “As folhas da Praça” pois eles são como folhas que a família abandona e ficam no chão a rolar. Ela já havia falado antes sobre o abandono das famílias com os moradores de rua, mas hoje entendi que estava falando dela. Carolina se aproxima e diz que Clô poderia confiar em mim que eu era “de verdade”. Apresentei-a a Erasmo, brincando que, enfim, tinha uma pessoa da rua que ela não conhecia. Ela disse que o conhecia e logo saíram juntos tentando defender Gabriel, que tinha sido roubado pelo rapaz da cerveja. Ele deu R\$50,00 reais para cinco cervejas e não recebeu o troco. Carolina estava zangadíssima! Tentou intervir na situação, com o apoio de Erasmo, mas não resolveu. Gabriel chega bem alcoolizado e choroso. Pede para conversar comigo. Disse chorando: “Quero minha vida de volta”. Conta que, depois que os pais morreram, não tem mais ninguém. Quer se internar, mas em um local que pudesse sair para resolver algumas coisas, tirar seu dinheiro. Estava cheio de roupa suja e Carolina levou para lavar na casa da vizinha. Achei um ato de muita solidariedade. Fomos embora e, na saída, encontramos Zenilda muito zangada por ainda não ter resolvido a questão da antena. Neste momento, chegou um carro para distribuir comida e Carolina foi pegar a sua. Aguardei e fomos embora. Como sempre a deixei no ponto de ônibus perto da sua casa. Estava vendendo chaveiros do movimento da população de rua e eu comprei. Despedimo-nos.*

\*\*\*\*\*

Uma primeira constatação desse campo é o fato de que eu não conseguir “ser” e “ser vista” pela população de rua, “apenas como pesquisadora”. Acho que, de fato, seria impossível que os usuários, me conhecendo há tanto tempo no lugar de trabalhadora de rua,

pudessem, magicamente, passar a me identificar como pesquisadora em um campo social que nos convoca o tempo todo à ação. Acredito que a noção de *illusio* de Bourdieu pode ajudar nesta reflexão.

A *illusio*, cuja origem vem da raiz *ludus* (jogo), surge a partir da ideia de estar envolvido no jogo; é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizer de maneira mais simples, que vale a pena jogar (BOURDIEU, 2008, p. 139). Nesta perspectiva, cada campo aciona uma *illusio* específica que exige um ajustamento entre o *habitus* dos agentes e as estruturas objetivas que convocam à ação. Nesta perspectiva, atuar mais como trabalhadora e menos como pesquisadora estava marcado na minha trajetória profissional e no meu *habitus* e foi o tempo todo reforçado pelas diversas necessidades, quase sempre imediatas, das pessoas da rua. Em todos os diários de campo eu fui instada por alguém a escutar e dar uma resposta aos problemas objetivamente colocados, fossem de saúde, assistência social, justiça etc. É possível dizer que havia uma cumplicidade entre o meu *habitus* e as demandas do campo. Por outro lado, percebo que desenvolvi uma capacidade enorme de questionar as práticas para além do que elas se apresentam de, por vezes, me afastar um pouco da cena e observar as pessoas e como elas se colocavam naquele espaço social, os gestos, os corpos largados ou em interação, me perguntando o tempo todo o que eu estava vendo para além do que meus olhos conseguiam enxergar. Quando saía do campo, ia me percebendo e me perguntando como estava me sentindo, o que tinha me afetado. Uma experiência marcada pelo desencobrimento daquele mundo – e de mim mesma –, que eu achava que era conhecido para mim.

Neste dia, outra cena me convida à reflexão: a “convocação” de Erick para que eu resolvesse o problema do banheiro que fora retirado da Praça. Por que ele me convoca? Porque ele sabia que eu havia implantado e coordenado o Ponto de Cidadania e, nesta perspectiva, era vista por eles como alguém que tinha o poder de resolver o problema, mas, obviamente, eu não tinha. Os caminhos não estão “dados”, precisam ser construídos coletivamente e, juntos, resolvemos que a denúncia na rádio seria o melhor encaminhamento no momento. O movimento de “reivindicação” é muito importante. Configura-se como um movimento de resistência, de indignação e negação desse lugar social que o Estado e a sociedade impõem à população de rua. Nesta perspectiva, retomo a colocação de Lancetti (2015) de que é a sociedade que é abjeta ao tornar estes corpos abjetos. Esses corpos que rejeitam este lugar se juntam e fazem-se luta ao deslocarem-se das reivindicações sempre individuais para uma “ação coletiva”. Neste momento, eles saem da posição do “eu preciso” para “nós precisamos”, nós não aceitamos essa indignidade, nós exigimos um conjunto mais

suportável de condições de vida e é justamente nessa passagem do “eu” para o “nós” que saídas emancipatórias são construídas. Acredito que estes “pequenos” movimentos de existência plurais precisam e podem ser fomentados pelos trabalhadores de rua.

### 3.19 CAMPO 18<sup>111</sup> – O RECONHECIMENTO COMO CUIDADO

*Cheguei à Praça às 16h00min. Como sempre, encontrei primeiro os usuários que faziam uso de álcool. Neste dia, Cadu não estava bebendo, pois, no dia anterior, sentira muita dor abdominal e foi levado à UPA com Erick que, por sua vez, “caíra” de cima do contêiner. Primeiro, me disseram que ele, bêbado, se jogou e estava internado; depois, ele chegou e falou que foi salvar sua cachorra do ataque de outros cachorros e a colocou em cima do contêiner. Quando foi retirá-la, caiu e se machucou. Renilson me chamou para conversar, já um pouco alcoolizado. Mais uma vez, me contou suas histórias com suas “duas mulheres”. As crianças foram chegando à Praça, assim como a equipe do Corra. Duas lindas meninas negras começaram a brincar entusiasmadas com meu cabelo, dizendo que era “liso”. Alegres, fizeram vários “penteados”. Foi um momento de muita amorosidade. A menor delas ficava tentando chamar minha atenção, mostrando passos de dança enquanto, com o olhar, pedia reconhecimento. Depois fui conversar com Clô, que me recebeu muito afetuosamente. Logo depois, Carolina chegou e, como sempre, me chamou para conversar à parte. Mais uma vez, disse que está tendo que se superar e que tem tido abstinência. “Eu tenho que superar meus instintos...”. Gabriel se aproximou muito alcoolizado e choroso. Conversamos. Neste dia, me senti especialmente bem recebida pelos usuários da Praça. Percebi que tinha conquistado a confiança e o afeto deles. E eles, o meu. Sensação boa essa de se sentir acolhida e reconhecida por eles. De ser, para eles, “de verdade”.*

\*\*\*\*\*

A disponibilidade corporal das crianças para o encontro<sup>112</sup> com os trabalhadores de rua é um aspecto que gostaria de refletir a partir deste diário de campo. Constatei, nas

<sup>111</sup> DC, 24 out. 2017.

<sup>112</sup> Spinoza (2009, p. 163): “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. Afecção, por sua vez, é a modificação de um corpo no encontro com outro corpo. Spinoza considera três afecções primárias e todas as demais afecções se ligam a elas: (1) alegria – *conatus* aumentado; (2) tristeza – *conatus* diminuído; e (3) desejo – *conatus*. Então, o afeto é a modificação da força de agir, a variação do *conatus* – que é a essência de todo corpo; é a força do corpo para continuar em sua existência, ou seja, continuar sendo o que é; o afeto é então “a ideia

minhas andanças pelas ruas e na Praça das Duas Mãos bem como nos relatos dos profissionais, que as crianças se apresentam corporalmente disponíveis e em movimentos demandantes de carinho, de abraço, de toque e, talvez, de amparo. Um dos trabalhadores entrevistados relata:

– *Eles têm uma exigência corporal, eles tocam, elas avançam até receber um corte, então, ela vai mexer no seu corpo, tomar seu espaço, seu celular, entrar na sala, até que a gente dê o corte. Mas a gente nunca vai cortar como eles, na violência, mas no diálogo... O jeito de tocar na gente, a gente percebe como estão... Tinha uma menina que se pendurava até quase sufocar e a gente sabia que alguma coisa tinha acontecido, ela estava pedindo um investimento e quando a gente investia, era outra criança* (Entrevista Talita).

Esta corporeidade das crianças me faz pensar que, por um lado, “na miséria, não há privacidade” (ESPINHEIRA, 1993, p. 25). Na morada em espaços precários onde, normalmente, se dorme junto, os corpos estão em constante interação; os limites espaciais quase inexistem; são corpos também sujeitos a violências e intervenções das mais diversas. Muitas vezes, falta proteção e ternura. Por outro lado, há também uma questão cultural designada por Caldeira como uma ação “incircunscrita” sobre/no corpo, ou seja:

[...] o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas... No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (2000, p. 370).

Mas os corpos não nascem incircunscritos, tornam-se histórica e socialmente incircunscritos. Nos corpos dos dominados, pela infligência da dor em nome da purificação da alma e dos “bons costumes”, abusos de todas as ordens são cometidos. É sob a forma de esquemas de disposições e de percepções incorporadas que o corpo biológico tem nele marcado o corpo social (BOURDIEU, 2009). As crianças estão vivendo esse processo de incorporação do social e de constituição do *habitus* e, nas interações sociais, seus corpos – quando não barrados por traumas consequentes a situações de abusos e/ou violências indizíveis – espontaneamente clamam por abraços, por amparo, por afeto: “a menina ou menino vai muito naturalmente mover-se para fora de si e para o outro... O movimento das crianças é coisa que não se deve apressar nem retardar, só esperar e apoiar com confiança”

---

de uma afecção do corpo”. Os bons encontros aumentam nossa capacidade de agir (SPINOZA, 2009, p. 98).

(GONÇALVES FILHO, 2007, p. 190). Mas é este apoio com confiança que elas pouco encontram nas relações sociais que estabelecem na infância.

Como toda essa disponibilidade afetiva para o encontro se torna alegria e potência de vida ou, mais comumente, tristeza, agressividade e revolta? Como afirma Spinoza (2009, p. 99), “o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída”. Nesta perspectiva, os corpos, em suas relações com outros corpos, podem ser marcados por constrangimentos e/ou expansões: “As relações que o indivíduo mantém com outros corpos podem beneficiá-lo ou prejudicá-lo em sua expansão; no segundo caso, ele reage aos encontros em vez de agir sobre eles, ou seja, torna-se um indivíduo reativo, dominado pelas paixões” (NOVIKOFF; CAVALCANTI, 2015, p. 93).

A grande maioria das crianças que frequentam a Praça vive cotidianamente confrontada com a miséria extrema o que, em si, já é violência que constrange a potência para agir expansivamente: “Não se trata, pois, de situar a violência como um componente intrínseco à ‘natureza humana’, mas às condições sociais que desumanizam, que embrutecem...” (ESPINHEIRA, 2001, p. 13).

A morte, desde muito cedo, faz parte do cotidiano, como é possível verificar no relato de um dos entrevistados: lembra a trabalhadora que, um dia, ocorreu um assassinato no Pilar (conjunto habitacional bem próximo à Praça) e as crianças e adolescentes tinham presenciado a cena da morte de um jovem chamado “Fofão”, que eles conheciam e que era referência na comunidade. Elas estavam bastante mobilizadas. A trabalhadora chamou para conversarem sobre o que poderiam fazer diante daquela situação. Uma das crianças queria rezar, e rezaram. Depois, outra criança sugeriu fazerem um desenho; eles desenharam e compartilharam seus desenhos: um desenhou a cena do crime e o rapaz atirando; outra menina o desenhou no céu; outros escreveram mensagens. Foram várias formas de representação de uma dor que ainda não pode ser “falada”. Quando terminaram de desenhar, a trabalhadora perguntou o que fariam com os desenhos. A primeira ideia foi pegar uma pomba, colocar os desenhos nos pés da pomba e jogar a pomba para cima, para ela levar os desenhos para o céu. A trabalhadora, sorrindo, respondeu para as crianças que esta opção era um pouco difícil de realizar, pois teriam que pegar uma pomba! Conta que, então, outra criança disse que poderiam deixar em cima da árvore para a pomba pegar e levar para o céu, o que seria também inviável considerando que as árvores são muito altas. Então a trabalhadora sugeriu enterrarem os desenhos como uma forma de simbolizar a morte de Fofão. Eles fizeram uma votação entre as propostas e todos votaram por enterrar. E eles fizeram o funeral de Fofão:

– Foi pequeno, mas foi uma simbolização, foi dar um contorno para as crianças... Eu acho... às vezes, é isso que o Ponto de Cidadania fazia, dava um contorno, dava uma resposta, dava uma presença quando, às vezes, é algo que não dá para se falar sobre... ou dá um contorno quando não dá para se dar uma resposta pois é só violência, é só desespero, é só morte! Às vezes, o Ponto estava lá para dar um contorno, dar um acalanto, dar uma redução de danos, dar uma presença... (Entrevista Talita).

O reconhecimento do outro e do seu sofrimento gera autorreconhecimento, possibilitando que o tempo faça seu trabalho de simbolização/elaboração da dor e sua transformação em afeto “bom”, no sentido da expansão da força de existir. O acolhimento às crianças feito pela trabalhadora do Ponto de Cidadania pode ser considerado um “bom encontro”.

### 3.20 CAMPO 19<sup>113</sup> – A MORTE COMO DESTINO

*Cheguei à Praça às 16h00min. Logo encontrei Cadu que veio me abraçar. Ele não estava tão alcoolizado, mas tinha bebido. Vendia salgadinho e, como sempre, muito solícito, ofereceu refrigerante, acarajé, água de coco! Ele disse que não estava dormindo na rua. Logo foi para casa. Acredito que esse autocuidado está relacionado ao fato de ter se sentido mal a semana passada, indo, inclusive, para emergência por duas vezes, segundo eu soube. Disse que queria conversar e, quando procurávamos um banco para sentar, passamos por um senhor que estava dormindo e ele o acordou para me apresentar.*

*José Carlos é um senhor de mais ou menos 60 anos, negro, sem dentes e natural de Alagoas; estava bem embriagado, sem camisa, mas muito receptivo para conversar. Contou um pouco da sua história e da cicatriz na barriga. Disse ter levado um “corno” da mulher e veio para a Bahia. Afirma estar emocionado e achar muito bonito uma doutora como eu estar junto dele, conversar com ele. Disse que Dra. Ana também era assim. O professor Tony também chegou e me procurava para oferecer uns livros para comprar; também chegou Afrânio, que havia muito tempo eu não encontrava. Estava muito alcoolizado e falando da Bíblia. Tenho certa resistência em me aproximar dele. Talvez seja o permanente estado de embriaguez e/ou o descuido corporal e o discurso religioso: sempre tenho vontade de me afastar quando ele chega e segura forte minha mão, sem largar, para eu não sair. Toni, que há muito não aparecia na Praça, ficou nos olhando e sentou na ponta do banco. Eu disse olá e ele ficou*

---

<sup>113</sup> DC, 1 nov. 2017.

*olhando enquanto eu conversava. Logo levantou e disse rudemente que eu “estava procurando homem”! José Carlos comentou indignado com Cadu e comigo se eu ouvira o que ele disse. Eu falei que sim. Ele disse, então: “quando o Satanás não vem, manda o secretário!” Não consegui evitar o sorriso!*

*Carolina também chegou, com os olhos marejados de lágrimas, perguntando se eu já sabia que haviam matado dois rapazes no assalto a uma loja nas proximidades. O professor Tony acabara de me contar e dava para ver, ao longe, o carro da polícia parado em frente ao local. Logo depois fui cumprimentar Clô e o assunto era o assalto. Chegou um homem que eu não conhecia e também comentou o assalto. Disse que passou na hora que o assaltante ainda estava vivo e lhe pediu, chorando, para ele ligar para a mãe dele. Eu, imediatamente, perguntei se ele ligou!? Acho que minha cara demonstrava que eu estava achando impossível que ele tivesse recusado o pedido de um jovem baleado, à beira da morte. Ele disse que estava sem celular. Não acreditei muito. Ele parecia achar que os jovens assaltantes mereciam mesmo morrer. Chamava-me a atenção que as pessoas comentavam o ocorrido de forma naturalizada. Ninguém questionava a morte do jovem, apenas Carolina parecia comovida. Eu soube depois que eram 4 assaltantes; um deles era menor de idade. Dois jovens foram atingidos, sendo que um deles morreu. Logo começou a circular a notícia que Rogério, ex-policia que faz a segurança da Praça, muito conhecido pelos maus tratos aos usuários, é que tinha matado o rapaz. Carolina estava inconformada. Rogério passou caminhando na nossa frente e depois Carolina me disse, revoltada, que ele estava no Recanto do Cacau, comemorando seu feito. Os quatro assaltantes eram de outro bairro e não eram conhecidos na área. Fiquei conversando um pouco com ela e depois fomos caminhando até o local onde a equipe do Corra já realizava atividades com as crianças e uns poucos adultos; a Praça estava mais esvaziada, talvez diante do assalto e da circulação de policiais na área. Como tinha poucas pessoas, todos receberam o lanche. Despedi-me e, como sempre, Carolina me acompanhou.*

*Ao chegar em casa, vi que estava circulando um vídeo do assalto<sup>114</sup> mostrando que o rapaz que morreu foi assassinado por uma pessoa que parecia Rogério. No vídeo, mostrava o rapaz sendo levado para fora da loja, jogado no chão e sendo covardemente abatido com três tiros. Fiquei chocada! Depois soube que o vídeo estava rolando na TV, mas que não tinham pistas da pessoa que matou o jovem já que no vídeo ele aparecia de costas e quando a polícia vai chegando os “seguranças” armados (mas não fardados) saem rapidamente do local; fiz uma*

---

<sup>114</sup> O vídeo do assalto encontra-se em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yinnBZHJ6kJ0>>. Acesso em: 24 set. 2018, às 11h40min.



*consulta informal ao Ministério Público sobre a possibilidade de denúncia a partir do vídeo, mas fui informada que precisariam de testemunhas, pois a imagem não estava clara. Certamente ninguém iria testemunhar. Todos sabiam quem havia matado, mas ninguém diria nada. Ouvi de duas pessoas o ditado: “bandido bom é bandido morto”. Sem direito a julgamento, já nascera condenado a viver para morrer.*

\*\*\*\*\*

Este foi um dos dias mais marcantes da minha experiência em campo. Passei muito tempo angustiada, inconformada com aquela morte injusta, com o poder de morte daqueles “justiceiros” ratificado pela polícia, pela mídia, pela sociedade e pela falta de poder do sistema judiciário para fazer justiça. Questionava-me o que, eticamente, deveria fazer. Conversei com algumas pessoas amigas, com minha supervisora, com uma colega Defensora Pública e entendi que eu não era testemunha de nada e não poderia fazer uma denúncia: o vídeo não serviria como prova, pois a pessoa estava de costas. Tudo levava ao esquecimento. Já no campo seguinte, nem se comentava mais na Praça o ocorrido. “Vida que segue...”.

Apresento abaixo trechos de reportagens que relatam o assalto – selecionei, principalmente, os trechos que se referem ao assassinato do jovem e uma reportagem que mostra o vídeo.

A primeira reportagem diz ter havido um confronto que não houve; a segunda diz que *“Edinaldo ainda correu, mas foi alcançado”*, o que também não procede; a terceira reportagem também afirma que *“o assaltante tentou fugir correndo, mas foi baleado e morreu na rua”*; a quarta conta que *“[...] uma pessoa que estava na papelaria reagiu. O homem baleou um dos bandidos e correu atrás de outro que tentou fugir”*; a quinta reportagem, mesmo anunciando o vídeo que mostra a cena do jovem sendo colocado na calçada da loja e sendo assassinado, diz que *“um dos assaltantes tentou fugir, mas, foi morto por um homem ainda não identificado pela PM”*.

É possível verificar que todas as reportagens tentam, de certa forma, responsabilizar Edinaldo por sua morte – ele correu; ele tentou fugir; a pessoa da loja “reagiu” a ele. Mesmo diante do vídeo que mostra que ele não tentou correr ou fugir, a reportagem diz que ele tentou fugir. Ele e todos os seus “comparsas” – que por sorte também não foram alvejados – já estavam condenados, afinal, cumprem o tipo criminal que os identifica como bandido: pobre, negro, procedente da periferia e envolvido com o crime.

---

**REPORTAGEM 1*****Dois baleados e quatro presos em tentativa de assalto a papelaria no Comércio***

Uma tentativa de assalto a loja Papel & Cia no bairro do Comércio terminou com dois suspeitos baleados e quatro presos na tarde desta quarta (01/11), por volta das 13h30. De acordo com populares, um cliente reagiu ao perceber a movimentação dos marginais e houve confronto. Um morreu no local e outro terminou socorrido por uma ambulância do SAMU para o Hospital Geral do Estado (HGE)... Informações preliminares dão conta de que um homem, ainda não identificado, visualizou o crime e tentou impedir a ação. Houve confronto, deixando um dos assaltantes morto e outro ferido.

Disponível em: <<https://informebaiano.com.br/50407/policia/dois-baleados-e-quatro-presos-em-tentativa-de-assalto-papelaria-no-comercio>>. Acesso em: 24 set. 2018, às 10:35h.

**REPORTAGEM 2*****Suspeito é morto em tentativa de assalto a papelaria no Comércio.***

Edinaldo Euzébio Silva dos Santos, de 22 anos, foi morto a tiros, na tarde desta quarta-feira, 1º, na Ladeira do Taboão, no Comércio, em Salvador, após participar de uma tentativa de roubo à loja Papel & Cia, na rua Conde dos Arcos. Ele agia na companhia de cinco comparsas, quando foi surpreendido por um atirador, ainda não identificado. Edinaldo ainda correu, mas foi alcançado... Até a noite desta quarta, o homem suspeito de atirar e matar Edinaldo e ferir o comparsa dele, ainda não havia sido identificado.

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1908467-suspeito-e-morto-em-tentativa-de-assalto-a-papelaria-no-comercio>>. Acesso em: 24 set. 2018, às 10:38h.

**REPORTAGEM 3**

Tentativa de assalto termina com uma morte no bairro do Comercio, em Salvador. Segundo a polícia, assaltante tentou fugir correndo, mas foi baleado e morreu na rua. Ferido, outro foi atendido pelo Samu. Mais quatro foram presos. Um homem morreu após tentar assaltar a loja Papel & Cia no bairro do Comércio, em Salvador, no início da tarde desta quarta-feira (1º). Segundo a polícia, ele tentou fugir correndo, mas foi baleado e morreu nas proximidades do estabelecimento. A situação aconteceu por volta das 13h30 e a loja está localizada na Praça Conde dos Arcos, no bairro. De acordo com um policial militar que acompanhou a situação, o suspeito morto e o baleado foram atingidos por uma pessoa ainda não identificada. Quando a Polícia Militar chegou ao local, os homens já tinham sido baleados e os comparsas deles faziam funcionários e clientes reféns dentro da loja. Houve uma negociação e os homens liberaram as vítimas, sem ferimentos, e se entregaram.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/tentativa-de-assalto-termina-com-um-morto-no-bairro-do-comercio-em-salvador.ghtml>>. Acesso em: 24 set. 2018, às 10:45h

**REPORTAGEM 4*****Suspeito morre e outro é baleado durante assalto no Comércio.***

Seis bandidos tentaram roubar uma papelaria na Praça Riachuelo, mas uma pessoa que estava na loja reagiu. Segundo a Polícia Militar, seis homens tentaram roubar a loja, mas uma pessoa que estava na papelaria reagiu. O homem baleou um dos bandidos e correu atrás de outro que tentou fugir. Durante a perseguição, o suspeito subiu a Ladeira do Taboão, mas foi baleado e morreu no local. O atirador fugiu. Na loja, ficou o baleado e o outros quatro comparsas...

Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/suspeito-morre-e-outro-e-baleado-durante-assalto-no-comercio/>>.

## REPORTAGEM 5

### ***Bomba! Vídeo mostra momento exato da execução de assaltante em Salvador.***

Quatro homens tentaram assaltar a papelaria Papel & Cia, no bairro do Comércio em Salvador, nesta quarta-feira (1º). Antes mesmo da Polícia Militar (PM) chegar ao local, um dos assaltantes tentou fugir, mas, foi morto por um homem ainda não identificado pela PM. A redação do site O Bruto recebeu um vídeo que mostra o exato momento que o homem executa um dos assaltantes, que veio a óbito. Outros quatro homens foram presos pela PM e apresentados na noite desta quarta, na Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI), e na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR). A Polícia Civil está apurando quem é o autor dos tiros que atingiram dois dos participantes da tentativa de assalto. Confira o vídeo!

No vídeo, é possível ouvir as vozes femininas que filmam a cena e conversam enquanto observam. Quando o rapaz é trazido para fora, um dos “justiceiros” se abaixa, bate nele e depois parece retirar algumas coisas do seu bolso. No áudio, alguém fala: “ele não está armado não!?, referindo-se ao assaltante. Outra mulher comenta: “Ele tinha que tomar um bocado de broquete”; depois outra pessoa fala: “Ele tinha que apanhar mesmo”. No momento em que o rapaz é assassinado, uma mulher grita:

- “Ai, matou!”...
- “Meu Deus, matar não, chama a polícia”.
- “Gente, isso deve ser ladrão que já rouba aí...”
- “E ele (o assassino) deve ser policial”
- “E ele (o assassino) já deve tá cansado disso, roubando, roubando...”
- “Mas ele tava desarmado...”

Disponível em: <<http://www.obruto.com.br/apresentados-autores-de-tentativa-de-roubo-a-papelaria-no-comercio/>>

---

Por outro lado, as mulheres que filmavam e observavam a cena antes de o rapaz ser assassinado defendiam que ele levasse uns “broquetes”, ratificando a agressão física como punição merecida; quando ele é covardemente assassinado, elas começam a justificar o comportamento do assassino, que chamam inclusive de “policial”, dando a entender que Edinaldo deve ser um ladrão que já rouba aí faz tempo e que ele (o “policial”) já devia estar cansado.

No assassinato deste jovem, é possível verificar como o Estado se configura nas margens: conivência policial; a atuação dos seguranças contratados pelos comerciantes ou os justiceiros da área; a mídia que condena e ratifica a violência contra os “marginais”, levando a sociedade a confirmar o ditado popular que diz que “bandido bom é bandido morto”.

Caldeira (2000), em *Cidade de muros*, aponta alguns fatores que podem contribuir para entendermos o que ela chama de “ciclo da violência” e que pode ajudar a refletir sobre o assassinato de Edinaldo:

1. O aprofundamento da desigualdade social e da pobreza leva à segregação espacial e a uma atribuição da violência a certos espaços e grupos sociais considerados perigosos, constituindo o que ela chama de “criminalização simbólica”: “o crime e os

criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem” (CALDEIRA, 2000, p. 79). Nesta perspectiva, Edinaldo é prontamente identificado como criminoso.

2. A criminalização dos pobres gera não reconhecimento e deslegitimação dos direitos individuais, ratificando o desrespeito aos direitos humanos. Os direitos individuais e humanos de Edinaldo não são respeitados.

3. Os limites entre o legal e o ilegal são contraditórios e variam de acordo com a classe social (configurando-se nas margens) e os abusos policiais são cometidos, para alguns, impunemente, de modo que, por um lado, a polícia passa a ser temida, por outro, a população apoia a ação policial pedindo-lhe atuação firme “com quem merece”. Edinaldo “merece” a atuação agressiva da polícia.

4. Há uma descrença disseminada em relação ao sistema judiciário como mediador legítimo de conflitos e provedor de justa reparação (CALDEIRA, 2000, p. 101) e a adoção de medidas de segurança privada. A polícia, na verdade, são os justiceiros contratados pelos comerciantes locais para fazer a segurança privada do local.

5. A autora considera que todos os aspectos acima descritos permitem uma intervenção violenta no corpo do dito criminoso: a inflição da dor é percebida como mecanismo de punição e correção tendo como possibilidade de escolha a “salvação” ou a “morte”. No caso de Edinaldo, a morte.

Podemos também considerar que Edinaldo encarna muito bem o conceito de “sujeição criminal” de Michel Misse definido como:

[...] um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (2010, p. 21).

Em Salvador, esses sujeitos chamados de bandidos são jovens, negros, moradores das periferias; rotulados desde muito cedo como perigosos e irrecuperáveis, tidos como mercedores de seu destino. Nada sei sobre “quem era Edinaldo”: sua história, seus sofrimentos, seus sonhos interrompidos; não sei se ele atende às condições de sujeição criminal tal como proposto por Misse (2010)<sup>115</sup> e se houve por parte dele uma

<sup>115</sup> “É importante frisar que a sujeição criminal é o resultado, numa categoria social de indivíduos, de um processo social de constituição de subjetividades, identidades e subculturas do qual participam como fatores: 1) designações sociais que produzem uma específica “exclusão criminal” (através de acusações e incriminações) de agentes que caíam na classificação social do que seja delito

autorrepresentação ou autoidentificação com um tipo ou tipos sociais de sujeição criminal; não sei se alguém sentirá sua falta ou se a mãe de quem ele tanto queria se despedir chorou a sua morte, apenas sei que ele cumpriu seu destino criminal.

Na Praça, uns comemoravam sua morte junto com o assassino; outros pareciam concordar que a morte de Edinaldo foi buscada por ele, portanto, merecida; outros apenas comentavam em tom de notícia: “você já soube o que aconteceu?”; outros nada diziam... Apenas Carolina manifestava sua revolta, talvez como uma negação desse destino de morte, já que hoje ela faz outros movimentos de vida, ainda que continue “marcada para morrer”.

### 3.21 CAMPO 20 – E AS DROGAS?

*Hoje<sup>116</sup> a Praça estava cheia. Em cada banco havia um grupo de pessoas. Num olhar mais atento, era possível observar as “bombinhas” de álcool circulando. Logo avistei Amado, que já me aguardava. Havia se oferecido para ir comigo à Praça. Desde o fechamento do Ponto, sinto que ele andava meio sem rumo. Intensificara o uso de SPAs e retornou ao tratamento no Gey Espinheira. Estava tentando organizar os usuários de lá na luta pelos seus direitos; retoma o sonho da organização de uma associação de usuários. Logo chegou Laurinda, apontou para Nena e os dois filhos e falou que ela tivera uma recaída de uso de crack e ficara fora de casa dois dias. O marido, muito zangado, teve que deixar de trabalhar e buscar o sustento para ficar com as crianças. Diz que o mais velho ficava perguntando por mamãe Nena. Quando esta retornou, pediu a intervenção de Laurinda para não tomar uma surra do marido. Havia um tom de julgamento e condenação no seu relato. Conta, então, suas próprias mazelas e peregrinações no tratamento do câncer e para conseguir os benefícios sociais a que tem direito. Enquanto não consegue, continua caminhando longa distância para se tratar, passa mal na rua, as pessoas ajudam e ela vai seguindo. Na sua fala, um*

---

(crime ou contravenção); 2) atribuições ao agente (baseada na crença de que sua trajetória confirma, nesse caso, regras sociais de experiência) de uma tendência a praticar crimes, isto é, de seguir um curso de ação incriminável, geralmente com a expectativa de que esse curso de ação venha a ter (ou já tenha) regularidade; 3) auto-representações, no agente, ou representações nos seus familiares, ou mesmo nos seus grupos de referência ou na comunidade em que vive, que ora demandam ou tentam “justificar” ou “explicar” suas práticas e escolhas individuais, ora as atribuem à sua singularidade ou concluem pela impossibilidade dessa justificação. A inexistência de quaisquer dessas dimensões exclui um agente da situação de sujeição criminal, mas não necessariamente da incriminação. Indivíduos que são eventualmente incriminados podem não incorporar (ou não serem socialmente incorporados) na sujeição criminal. As práticas criminais não produzem sempre sujeição criminal” (MISSE, 2010, p. 24-25).

<sup>116</sup> DC, 22 nov. 2017.

*conformismo de quem não tem outra alternativa, mas um tom de revolta de quem sabe da injustiça da situação em que vive.*

*Convidei Amado para irmos ao outro lado da Praça falar com Clô e, nessa travessia, íamos cumprimentando e sendo cumprimentados por várias pessoas já conhecidas. Vimos um homem caído embaixo do banco e, ao nos aproximarmos, uma pessoa sentada em outro banco próximo disse que ele caíra bêbado e batera a cabeça. Dirigimo-nos a ele e Amado o tocou para acordá-lo e perguntamos se estava bem, se precisava de ajuda. Ele abriu os olhos, visivelmente sob efeito de álcool e balbuciou que estava bem. Fiquei olhando para aquele homem emagrecido, sujo, vestindo trapos, parecendo um resto humano, sem saber o que fazer diante de tanta degradação. Ele voltou a “dormir” e eu e Amado fomos conversar com Clô que tinha boas notícias! Saíra do Pilar e estava temporariamente morando com os pais. Ela tem muita dificuldade na relação com a mãe. Tem planos para o futuro. Construir uma casa em um terreno que herdou dos pais e abrir uma vendinha por lá. Disse que o condomínio do Pilar era um lugar impossível de morar. Quase todos que moram lá sobrevivem do tráfico. A polícia sempre invade agressivamente o local. Ela, que já foi chefe do tráfico, não pode se negar a esconder os vizinhos e fica em meio ao fogo cruzado.*

*Ênio chegou neste momento, ele que também não mora mais no Pilar, e começou a conversar. Subia um cheiro forte de maconha e ele perguntou se eu não me incomodava. Eu disse que não. Ele perguntou se eu usava. Eu respondi que não, que não gostava e que respeitava quem usava. Ele perguntou se eu não me importaria de ver maconha e foi abrindo um pacotinho com a erva e passando um pouco para Clô. Eu nada disse. Seguiu seu caminho. Um senhor sentou ao nosso lado no banco e começou a conversar. Disse que já tinha visto a gente trabalhando com essas pessoas e apontou para o homem caído no chão. Defendia que todos precisavam de trabalho e o que poderia acontecer de pior para um homem era acordar e não saber o que fazer, não ter nada para fazer. Pensei em Amado e o quanto ele se desorganizou ao perder o trabalho – trabalho que possibilita o encontro, a interação social, o convívio, a demonstração de suas habilidades e saberes no cuidado ao outro, o reconhecimento. Pensei, se o “trabalho” não é possível, as drogas são possibilidades mediadoras desses encontros sociais? Por que esses humanos usam drogas?*

\*\*\*\*\*

Em um breve texto intitulado “Por que os humanos usam drogas?”, o autor, o Prof. Antonio Nery Filho (2010, p. 15), considera que “[...] os humanos usam drogas (substâncias psicoativas legais e ilegais) porque são humanos” e que, portanto, a questão dos

usos de drogas será sempre uma questão humana, relacional, e não apenas “química”. Ser humano significa ser marcado pela dor e angústia de saber-se regulado por um tempo finito, mortal. Mas o humano também é marcado por uma dimensão social, que o constitui. Assim,

Alguns de nossos filhos terão pequenos espaços para as drogas em suas vidas; outros filhos nossos encontrarão mais facilmente nas drogas a possibilidade de suportar o horror da exclusão pelo nascimento. Entre uma história e outra, há todas as possibilidades – a vida é mobile. Nossos nascimentos não são garantias inelutáveis de destino, mas portam a semente do que poderemos ser (NERY FILHO, 2010, p. 18).

Já no prefácio do instigante livro de Lancetti (2015), *Contra-fissura e plasticidade psíquica*, o mesmo autor considera que os humanos utilizam psicoativos legais e ilegais “[...] em geral, como solução para suas vidas miseráveis e, só muito raramente, como causa...” (NERY FILHO, 2015, p. 15). Nesta perspectiva, todos os humanos estão susceptíveis de encontrar, no uso de drogas, o prazer imediato que promete o social e/ou o amparo para as dores da existência. Por outro lado, há humanos cujas dores da existência são agravadas pela vida social miserável, abrindo, assim, um lugar maior em suas vidas para encontrar no uso de drogas a resistência necessária para continuarem sobrevivendo.

Também Lancetti vai dizer que as pessoas da rua, usuários de drogas, são “criados pela brutalidade e tratados pela má fé... A cada dia, quem se relaciona com esses corpos regulados pelo uso e pela fissura penetra o campo da insuportabilidade da existência” (2015, p. 96), insuportabilidade referida por Gabriel<sup>117</sup>, no emocionante diálogo com Lancetti, como advinda do sentimento de inexistência: “O estado existencial em que a própria existência sente-se inexistente, como se nada do que fizemos vá fazer alguma diferença. Isso é triste...” (2015, p. 112). Tristeza que, na Praça, não por acaso, é amparada pelo uso de psicoativos, principalmente o álcool.

O uso de drogas, principalmente neste contexto, pode ser entendido, então, não como causa mas como o “avesso da causa”, como nos ensina, brilhantemente, Gey Espinheira (2009b, p. 14)<sup>118</sup>. Como diz uma de nossas entrevistadas: – *as pessoas não tão ali por causa das drogas* (Entrevistada Maria). Então, o que fazem essas pessoas na Praça?

<sup>117</sup> Capítulo 6. Gabriel e o mundo do submundo Antonio Lancetti e Galileu. Escrito em parceria: Antonio Lancetti e Gabriel Donizette Batista (autodenominado Galileu).

<sup>118</sup> “As drogas não podem ser tomadas como um mal em si mesmas, como causas, senão, de modo enviesado ou como avesso da causa” (ESPINHEIRA, 2009, p. 14).

A Praça é o lugar para onde ir. Cada um com suas motivações singulares, mas coletivamente marcados pelo sofrimento social da ralé, “[...] sujeitos não produzidos para fazer parte da sociedade brasileira nem como exército de reserva” (LANCETTI, 2015, p. 96). Sofrimento ancestral, geracional, transmitido de ralé para ralé através da constituição imposta socialmente pela reprodução de um *habitus* precário. Uma classe que sobrevive sem condições culturais, emocionais e morais para fazer parte do mercado de trabalho formal. A ela é reservada o trabalho corporal desqualificado e desvalorizado socialmente, como catador de latinhas; limpador de para-brisas; vendedores ambulantes em geral; limpador de esgoto etc. Também são aproveitados pelo tráfico de drogas, com a diferença que aí há uma sedutora promessa de ganhos financeiros imediatos e uma possibilidade de “crescimento profissional” no futuro. Daí “emerge a relação de usuários de substâncias psicoativas com situações de violência – ou a violência das situações em que as drogas são evocadas como paliativo ou potencial para ação ou inação” (ESPINHEIRA, 2009b, p. 10). Nessa classe, o uso de drogas, principalmente o álcool, é marcante desde muito cedo na vida familiar e comunitária. Diante das violências cotidianas, o uso de drogas se torna, para muitos, um modo de estar na vida e sua presença – principalmente do álcool – no cotidiano das comunidades periféricas, faz parte do hábito e do *habitus*: “[...] e o que faz como hábito o faz ser o que é; e vêm as alcunhas conceituais, pré-conceituais: alcoolista, maconheiro, sacizeiro, cocainômano, drogado, etc.” (ESPINHEIRA, 2009b, p. 12). Instala-se mais um estigma a potencializar os efeitos dos estigmas que a “ralé” já carrega.

Todo humano é absolutamente original, mesmo quando incorpora o rótulo com que passa a identificar-se e ser identificado. E, ainda que as regularidades sejam importantes para a produção do conhecimento, não devemos nos deixar ser tomados por elas, principalmente diante de toda a diversidade do sofrimento humano. Na Praça, como reflete uma trabalhadora, – *a droga é um cotidiano... ela está lá sempre... assim como a dor... tá lá para fazer uma função... tá lá... e não dava para tirar assim...* (Entrevistada Talita). Faz parte da vida, seja como experiência mágica que um dia proporcionou emoções e prazeres nunca antes sentidos, deixando uma necessidade de repetição inelutável, seja como busca de alívio e amparo a uma vida tomada pela dor de existir miseravelmente, seja como busca incessante de prazer imediato que se torna também fonte de sofrimento; seja, ainda, pelas dores de que nos fala o poeta: “[...] há dores que não doem, nem na alma/mas que são dolorosas mais que as outras” (PESSOA, 1965, p. 186), ou nos prazeres subsidiados pelo uso de drogas... Há uma função no uso de drogas que circula entre as singularidades da universalidade.



3.22 CAMPO 21<sup>119</sup> – SOBRE NÃO DESISTIR DAS PESSOAS

*Cheguei à Praça às 11h30min. Cumprimentei Elza e mais dois usuários que tomavam cachaça à sombra da árvore. Perguntaram se eu queria sentar e eu disse que iria seguir para cumprimentar as pessoas. Mais à frente, encontrei Danilo e sentei ao seu lado. De imediato, não reconheci Tânia e o filho até ela falar para a criança que o pai me adorava e falou o nome dele: Marcos. Fiquei brincando com a criança e logo depois o pai chegou. Abraçamo-nos. Ele perguntou do retorno do Ponto de Cidadania e eu disse que, provavelmente, no próximo ano. Contou que estava bem e que já tinha o terreno para construir sua casa e que queria muito arranjar um emprego. Disse que nunca teve um emprego com carteira assinada. Estava vendendo picolé nos ônibus, mas estava cansado desse trabalho. Danilo, sentado ao meu lado, também falou que precisava trabalhar. Ambos estavam vivendo de auxílio-aluguel e bolsa família.*

*Marcos se referiu ao Ponto de Encontro como o projeto que mais o ajudara. Perguntei o que ele considerava ter sido importante para que conseguisse sair da rua, buscar outras possibilidades de vida não mais tão atreladas ao uso de drogas. Ele fala de dois profissionais do Ponto de Encontro que iam buscá-lo na “boca” e não desistiram dele. Que foi muito importante saber que alguém se importava e lutava por ele. Conhecer Tânia e ajudá-la no mesmo processo só lhe deu força, e continua dando – já que a vida é feita de altos e baixos, diz ele –, para continuar na luta. Despediu-se com um abraço e disse aguardar o retorno do Ponto para, quem sabe, ser contratado como redutor. Também Danilo tem essa expectativa e afirma que aceita trabalhar até como serviços gerais.*

*Chamei Danilo para cumprimentarmos Clô e seguimos. Ficamos um pouco com ela, mas não havia lugar para sentar e voltamos para o outro lado da Praça. Sentei-me com Danilo e fiquei a observar a Praça. Tudo parecia igual. Em cada banco um grupo de pessoas, principalmente homens, usando álcool e tabaco. Alguns já visivelmente embriagados, largados no banco. Vi, ao longe, um rapaz tentando tirar outro usuário que estava “jogado” no chão, sob o sol forte, aparentemente bastante alcoolizado. Certamente, um gesto de solidariedade. Comentei com Danilo o quanto a Praça estava suja. Ele disse que muitos já haviam sido mortos este ano por lá. Diz que lá é um lugar de roubo, tráfico, de venda de produtos roubados, de prostituição e uso de drogas, justificando as violências cotidianas. Olhei, então, nos olhos dele e perguntei se estava triste. Ele disse que não, que estava*

---

<sup>119</sup> DC, 5 dez. 2017.

*pensativo. Perguntei o que afligia seus pensamentos e ele falou que queria muito trabalhar, para poder comprar suas coisas, conviver com as pessoas, estar no social, estar na vida. Despedi-me, um pouco triste com a “ordem das coisas”.*

\*\*\*\*\*

A fala de Marcos ficou ecoando nos meus ouvidos: a importância do Outro não desistir dele; de saber que alguém se importava com sua vida e que lutava para que ele pudesse aprender a lutar por ele mesmo, como a mãe que olha para o bebê reconhecendo a sua existência, sua importância, sua vida; olhar e cuidado sem o qual não há possibilidade de sobrevivência. Para pessoas cujo investimento amoroso foi frágil e/ou marcado pela “desistência”, não desistir é uma posição ética de afirmação da vida; é a função-bá anunciada por Lancetti definida como:

[a] disposição para cuidar do outro e nunca desistir. É a capacidade de sustentar um tratamento sabendo que um novo desastre pode vir a acontecer; nova recaída, novo surto, o abandono de um dos familiares quando o louco da família começa a melhorar... monitorar um percurso e esperar, paciente, pelo advento de alguma raridade que gere um elemento mínimo e inédito de autonomia (2006, p. 106).

O aprendizado que fica é de que o futuro é mais importante que o passado, por mais opressor que ele tenha sido. É certo que não podemos mudá-lo, mas podemos ressignificá-lo no presente para fazer um futuro diferente. Portanto, não importa quem ou quantos desistiram antes de nós trabalhadores de rua. O importante é que, agora, nós sabemos que não podemos desistir; eu sei que eu não posso desistir. Esse foi o principal pedido feito pela gente de rua.

*Se quero o outro comigo,/ Fraco, cansado ou louco,  
Tenho que deixar sempre abertas,/ As portas do meu coração.  
Cem vezes terei que ampará-lo/ Quando fraquejar o ritmo de suas pernas/  
Mil vezes terei que parar,/ para que ele possa descansar.  
(Marcus Matruga, Condição humana ?<sup>120</sup>)*

---

<sup>120</sup> Marcus Matruga. Poesia intitulada “Condição humana”. Disponível em: <<http://www.memorialmatruga.com.br/category/poesias/page/3/>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

### 3.23 CAMPO 22<sup>121</sup> – O QUE PERMANECE *ENTRE* NÓS TRABALHADORES E A GENTE DE RUA?

*Hoje foi meu último dia na Praça como pesquisadora para este trabalho. Passei na Praça das Duas Mãos, às 14h00min, para abraçar as pessoas e avisar que só retornaria a campo em 2018. Assim que cheguei não reconheci os usuários até que encontrei com alguns sentados embaixo de um toldo. Dirigi-me até eles e fui muito bem recebida. Contei que agora trabalhava na Defensoria Pública e eles, literalmente, aplaudiram; disseram que agora eu poderia ajudá-los ainda mais. Só fiz este relato bem depois e, certamente, muitas falas se perderam no tempo, mas lembro de ter saído feliz com o carinho e a alegria que expressaram quando falei que trabalharia na Defensoria. Eu continuaria na Luta de outro lugar. Não tinha desistido deles.*

\*\*\*\*\*

Os aplausos espontâneos foram inesperados e emocionantes para mim. Neste “último dia” como pesquisadora, senti um afeto<sup>122</sup> sincero circulante entre nós, afeto que o pesquisador desenvolve com seus “sujeitos” de estudo e vice-versa, afeto que marca as relações entre trabalhadores e a gente de rua, mas, principalmente, o afeto como uma das capacidades mais belas e sublimes da experiência humana.

### 3.24 SÍNTESE REFLEXIVA

Este capítulo buscou apresentar os sujeitos da tese “em interação”, a partir dos encontros e convivências realizados na Praça das Duas Mãos. Antes dos relatos de campo, porém, foi feita uma breve descrição do espaço social, identificando como se organiza a gente de rua a partir das posições ocupadas no território e que expressam a configuração das diferentes formas de poder ou tipos de capitais em constante disputa. Importante apontar que, já nesta primeira descrição, foi possível perceber que a relação estabelecida com as substâncias psicoativas, seja na perspectiva do uso ou do comércio, foi importante fator de classificação e definição da posição dos agentes no espaço social, como já relatado.

---

<sup>121</sup> DC, 21 dez. 2017.

<sup>122</sup> Afeto como carinho, ternura, admiração; afeto no sentido de bons encontros promotores de alegrias e das potências de vida a serem desencobertas das relações tornadas histórias; afeto, do latim *affetare*, que quer dizer “ir atrás”, não desistir do outro e da beleza humana capaz de transformar o mundo.

Gente de rua<sup>123</sup> foi a expressão escolhida por mim para designar as pessoas em situação de rua. Sobre essa “gente” que encontrei na rua, não me deterei aqui em caracterizá-la ou comparar meus achados de pesquisa com outros estudos sobre o “perfil” das pessoas em situação de rua. Já sabemos que são pessoas marcadas pela extrema pobreza, pelo racismo, pela desqualificação, pelo desamparo, pela constituição de um *habitus* precário, por todos os tipos de violências e violação de direitos. “Vagabundos”, “loucos”, “drogados”, “prostitutas”, “trombadinhas”, “traficantes” dentre outras formas de (des)reconhecimento social estigmatizante (re)produzidos historicamente. O que não sabemos, mas buscamos compreender, é como expressam, no cotidiano e na interatividade, toda a dor consequente a essas vivências bem como, e principalmente, como sobrevivem e resistem.

A apresentação dos diários de campo na sequência cronológica e tal como foram escritos buscou exatamente fazer conhecer essa “gente” no cotidiano, em interação com os diversos atores que circulam na Praça das Duas Mãos, principalmente os trabalhadores de rua. Importante reafirmar que apresentei, então, alguns aprendizados – não verdades –, destes encontros–intensos, desconcertantes, dolorosos e afetuosos realizados como pesquisadora-trabalhadora de/na rua, deixando muitas aberturas e possibilidades para que o leitor complemente este texto, reflexivamente, com outros pontos de vista.

A etnografia começa com o meu surpreendente encontro com Nena. Sua agressividade na relação com o outro e com os filhos falava da violência na rua como um modo de ser necessário à sobrevivência, sofrimentos sociais que aí encontram uma forma de expressão, mas, também, se configuram como resposta imediata à manutenção da vida. Nesta perspectiva, acredito que violência se faz sobrevivência-resistência, questão esta que retomarei no decorrer da tese, especialmente no Capítulo 8, que tratará desta temática.

Para Nena e para a maioria das pessoas que encontrei na Praça, o uso de álcool e outras drogas parecia tornar a realidade mais suportável e a vida menos solitária, talvez mais alegre e até momentaneamente promissora. Para as mulheres e mães da Praça, um suporte para resistir à dominação masculina tão exacerbada no contexto da rua; para os adolescentes, o álcool – e outras drogas – parece fornecer a coragem para fazer as escolhas possíveis, não muitas, sobre seu destino quase traçado, quase. Para os mais velhos – em sua maioria não

---

<sup>123</sup> O sinônimo de “gente” é “povo”, expressão que ouvi Maria Lúcia, coordenadora do MNPR, utilizar muitas vezes: ela dizia, fortemente, “meu povo”, parecendo estar pronta para a luta! “Gente” refere-se também ao humano e à humanidade, fazendo-me lembrar uma música, marcante na minha infância, chamada *Gente humilde*, de Chico Buarque/Vinicius de Moraes. Como na música, muitas vezes, “[...] eu penso em minha gente e sinto assim todo o meu peito se apertar...”.

chegam a ser idosos –, fazer parte do solidário grupo do álcool parece amenizar as dores do corpo e da alma, enquanto a morte não chega; para os jovens desempregados – *a pior coisa que pode acontecer a um homem é acordar e não saber para “onde ir”* – ou ditos fracassados, condenados e autocondenados, violentamente convencidos do próprio mérito pelo seu “insucesso”, da sua escolha do inferno como destino, também as substâncias psicoativas tornavam-se amparo e faziam-se perdão. A maioria das pessoas que encontramos e convivemos na rua sobrevivem de trabalhos precários – alguns de forma mais organizada e regular, outros entre um “corre” e outro –, fazem reciclagem, tomam conta de carro, são vendedores ambulantes, inserem-se em projetos sociais, até sonham com outro futuro. Este grupo, em geral, está inserido nos programas sociais ofertados pelo Estado, ainda que a vida continue bastante precária e as situações de violência e de humilhação social continuem a fazer parte do cotidiano. Nas minhas convivências com essa “gente”, pude escutar muitas histórias do passado, poucas relacionadas ao futuro.

Já as crianças, logo vão sendo ensinadas a resistir, a aceitar e suportar as inevitáveis violências que começam em casa e se reproduzem em suas diversas formas nos espaços sociais – nos preconceitos, nas humilhações, no racismo, nos sonhos roubados, no lar negado, na escola negada, no reconhecimento negado. Vão aprendendo a sobreviver – pedindo ou roubando – e a esconder a sua dor. Um *habitus* precário vai sendo constituído e reconstituído nos encontros – já previstos, pois que só podem circular em determinados espaços da cidade – que a vida, não ao acaso, lhes proporciona; clamam e encontram afetos, mas, também, violências e desamparo. Desde muito cedo têm que lidar com todos os tipos de violências, as imposições da intimidade inevitável em espaços diminutos e a morte de pessoas queridas. Na beleza e corporeidade das crianças, o cotidiano da gente de rua é vida “comum” se desenrolando, fazendo-se acontecimentos cuja simplicidade e repetição expressam como as pessoas necessariamente constroem formas de vida possíveis, tendo significado singular e coletivo esses modos de fazer-se com o outro. O encontro com algum projeto social ou trabalhador de rua pode até fazer um desvio para alguns, mas, para a maioria dessas crianças, a violência necessária vai sendo aprendida, inicialmente, para se proteger e, posteriormente, para sobreviver. Precisam de reconhecimento as crianças e os adultos que frequentam a Praça. Pedem com frequência “um lugar para onde ir”, com pessoas para cuidar e não desistir deles como sempre desistiram!

São essas “crianças grandes”, chamadas de adultos jovens, identificados como traficantes que também encontrei na Praça. Pouco conversei com eles, mas sempre os cumprimentava e observava ao longe o trabalho acontecendo – quando não estavam presos.

Vivem intensa e corajosamente esta vida possível e, como “bandidos”, certamente, logo morrerão, a exemplo de “Edinaldo”, brutalmente assassinado por “justiceiros” e/ou pelo Estado. Os sobreviventes continuam na Praça, traficando, violentando e sendo violentados; são presos, são soltos, retornam para a Praça ou para outros espaços da cidade e seguem a vida, de certa forma, sem pensar nesse ciclo que em breve será interrompido com a morte.

De maneira geral, muitos tentam, em algum momento, sair “dessa vida”, ou melhor, deste destino; buscam projetos sociais e são acolhidos por algum dispositivo do município, do Estado ou até em comunidades terapêuticas, mas a maioria continua na rua na medida em que esses projetos ou espaços, de fato, têm muito pouco a oferecer em termos de futuro, o que implica nas grandes lutas da população de rua: moradia, para ter um lugar seu para onde ir; trabalho com profissionalização, para manter-se com dignidade e não com caridade, e saúde, para continuarem vivos.

Muitos têm ou tiveram problemas dos mais diversos com a Justiça. Com medo, ficam sem documentos, às vezes, desnecessariamente, até que conseguem acessar ou são acessados pela Defensoria Pública para tentar resolver a questão e receber benefícios sociais a que têm direito. Alguns estão condenados e vivem escondidos. Se têm algum problema de saúde, preferem sofrer a ter que ir em alguma instituição e correr o risco de ser identificado. O contato mais próximo que tive neste período com um dos meninos do tráfico que trabalhava na Praça foi justamente com um rapaz que estava com fortes dores no ombro, que parecia deslocado, mas que tinha muito medo de ir a uma UPA e ser preso. Mediei o atendimento dele com a equipe do Consultório na Rua.

Por fim, a morte também é uma presença forte e silenciosa no cotidiano da Praça. Como para a maioria da sociedade, também para a gente de rua essas mortes não são passíveis de luto, afinal seria, talvez, como viver, a cada morte, a dor de seu próprio luto. “Vida que segue”! Acredito que, para essa “gente”, ousar dizer “minha gente”, haja uma esperança de que algo aconteça e o futuro faça parte desse presente eternizado. A cada encontro na rua, uma possibilidade? Talvez! Quem sabe esses “atletas afetivos”, nas palavras de Lancetti (2015), sejam como “novas suavidades” fazendo-se esperançosamente presentes!?

Mas é preciso atentar e refletir sobre os limites humanos dos trabalhadores na relação com a gente de rua bem como para a reprodução que os mantém no lugar social de “ralé”. Como trabalhadora de rua e, agora, pesquisadora, muitas vezes, me perguntei sobre qual o meu lugar social nessa configuração dominantes-dominados? E como fica a trabalhadora de rua e sua posição ante a “dominação masculina”? É preciso olhar-se no espelho/prança, espelho/gente de rua e talvez descobrir que, como a madrastra no conto de

Branca de Neve e os Sete Anões, não somos os “mais belos”, mas continuaremos, sem desistir, “em busca de uma bela imagem” (ALVES, 1992, p. 22).

## 4 TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA GENTE DE RUA

*Viver – não é? – é muito perigoso.  
Porque ainda não se sabe.  
Porque aprender-a-viver é que é o viver mesmo*  
(GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, 2015, p. 474)

Neste capítulo, apresento a história de duas pessoas com trajetórias de rua e uso de substâncias psicoativas. Enquanto, no Capítulo 3, na etnografia da Praça das Duas Mãos, os sujeitos de pesquisa foram apresentados, principalmente, na perspectiva relacional, neste capítulo, proponho dirigir o olhar para as singularidades e particularidades dessas duas pessoas que, não apenas entrevistei, mas que, de certa forma, venho acompanhando o percurso ao longo de suas vidas. Conheci os dois entre 2004 e 2005, quando fui coordenadora do primeiro CAPS ad de Salvador e eles lá chegaram para se tratar. Ao longo desses 14 anos, nossos caminhos se cruzaram em vários espaços institucionais e da rua. O vínculo, a confiança e o respeito construído na relação com cada um deles permitiu a revelação de histórias que talvez não fossem endereçadas a outro entrevistador, de modo que não serão de todo aqui compartilhadas, conquanto que atravessadas por muita dor, não sendo ético publicizar essas dores para além do explicitamente necessário para a reflexão aqui proposta, ainda que tenha a autorização de cada um deles para tal.

O capítulo está dividido em três partes: a primeira apresenta a trajetória de vida de Amado; a segunda, a trajetória de vida de Carolina; a terceira e última apresenta uma síntese reflexiva, com um relato da minha experiência como pesquisadora na relação com os dois.

### 4.1 A NARRATIVA DA NARRATIVA DE AMADO: DA EXISTÊNCIA POSSÍVEL AOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

Amado nasceu em um bairro da periferia de Salvador-BA. Os pais eram casados e tiveram dois filhos. A primogênita, irmã de Amado, era um ano mais velha do que ele. Os pais se separaram quando ele tinha mais ou menos 9 anos. O motivo da separação parece ter sido a traição da mãe: – [...] *eu me lembro dele dizendo que minha mãe tinha traído ele, aí em casa eu só via briga, eu me lembro dele jogando as coisas dela na rua e mandando ela embora, e eu e minha irmã chorando.*

O pai de Amado colocou a mãe dele para fora de casa, pegou os filhos e foi para São Paulo, sem deixar qualquer endereço ou telefone para contato. Lá chegando, Amado foi



submetido a mais uma separação, desta vez da irmã e do pai, sendo mandado para a casa de um motorista de ônibus, amigo do genitor. Na casa da família onde foi morar, havia muitos filhos e ele foi designado para fazer os trabalhos domésticos. Na frente da casa, havia um bar onde ele começou a trabalhar. Relata que sua primeira droga foi o álcool e a primeira situação de violência, talvez a mais marcante de sua vida, foi a violência cometida pelo filho mais velho do dono da casa:

*– A casa tinha um vão que era um quarto grande e dormia todo mundo ali, até esse de 22 anos. Esse de 22 anos, a gente dormia lá, e tinha um corredor e tinha um portão na frente, que era a porta da rua e esse cara achou de me pegar à força e esse é o cara que eu nunca me esqueço.*

Após esta situação, Amado fugiu dessa residência, indo para a rua, onde viveu durante, aproximadamente, um mês. Desse tempo na rua, lembra-se de um mendigo que cheirava éter e que morreu após uma agressão. Ele também começou a usar éter e relata que, nessas horas, ouvia a mãe chamando por ele:

*– [...] mas o que eu mais sentia era falta de minha mãe. Quando eu comecei a usar o éter, eu ficava naquela doideira que o efeito do éter dá, ficava ouvindo minha mãe gritar por mim, via a imagem de minha mãe me chamando e minha irmã e sem saber que mãe é mãe, tanto que chegou uma fase que eu culpei meu pai pela morte de minha mãe, porque ela foi atrás da gente.*

Amado foi, finalmente, encontrado pelo pai que o levou, junto com a irmã, para morar em uma nova casa. Seu pai colocou uma banca de revista e ele aprendeu a ler através dos gibis, já que não frequentava a escola. Pouco tempo depois, o pai arranhou um trabalho para ele, à noite, em uma fábrica de tecido:

*– Aí eu ficava de noite, né, aí ficava um bocado de agulha e a gente tinha que ficar acordado, porque se uma agulha desfiasse o tecido saía...*

Diante da vida difícil, não por acaso, Amado afirma ter intensificado o uso de álcool e maconha e o pai, ao descobrir, o mandou de volta para Salvador. Mais uma separação – talvez entendida como uma desistência dele por parte do pai, pois, mais tarde, Amado vai assinalar que, no CAPS, nunca desistiram dele, como ele não desistia das pessoas que atendia no Ponto de Cidadania. Neste período, passou a morar na casa da madrinha, sem, contudo, sentir-se parte de uma família.

Sobre a mãe, contou que, certo dia, a viu passando na rua e que esta foi uma cena muito marcante em sua vida:

– *Essa foi a pior cena que eu vi, minha mãe subindo a ladeira se segurando nos muros das casas, nos postes, para não cair, eu não conhecia ela. Minha mãe foi pra São Paulo quando ela soube que meu pai levou a gente para lá, ela foi encontrar com a gente, só que ela nunca ia encontrar com a gente lá, São Paulo é grande demais. E eu me lembro que eu vi e pensei: “porra, essa é minha mãe!”*

E ele disse que chorou. Talvez por perceber, no real, que sua mãe tal como lembrava já não existia, tinha morrido assim como uma parte da infância não vivida com ela em função da violenta separação.

Tempos depois, referiu Amado, ele e a irmã foram morar com a mãe, mas ele já estava no “vício”, o uso de drogas havia se agravado e, com a morte da mãe, intensificou o consumo de diversas substâncias, inclusive injetáveis. Permaneceu muito tempo na Rua 28 de Setembro, no Pelourinho, local conhecido por concentrar usuários de drogas onde, além do consumo, vivenciou violências que descreve em detalhes:

– *[...] de violência da polícia, tomei muita, era de tomar murro assim na cara e dizer assim: olha, não caia não, se você cair a gente vai acabar com você. Eu me sentia, porra, agredido, entendeu? Porque eu tava ali, era uma coisa que eu usava maconha, usava droga, mas eu não usava naquela intenção de querer assaltar, eu usava porque alguma coisa, me preenchia em alguma coisa, entendeu?*

Continua relatando situações de violência e conta que, certa vez, foi pego pela polícia e levou muita “porrada”:

– *[...] depois me levou pro matagal e eu pensei que ia morrer. Me jogaram numa clareira, tiraram minha camisa e vendaram meus olhos... colocava o revólver no ouvido e “pá” – roleta russa –, querendo que eu contasse o que eu não tinha feito; eu fiquei com sequela ali, me levaram preso e eu acordava com pesadelo; marca no corpo... é muita coisa.*

Em relação aos projetos de futuro, refere que não tinha:

– *Na realidade, não pensava não, porque como é que eu podia pensar? [...] com a convivência com vocês<sup>124</sup> fui aprendendo mais sobre meu uso, que o meu uso antigo que era antes e hoje, entendeu? [...] Como eu lhe disse, pode ser aqui o vazio, ela [a droga] me preenchia de alguma maneira. Eu, quando estava doido não lembrava, tirava o foco de tudo que aconteceu lá atrás...*

Em alguns momentos da entrevista, Amado fala do “Ponto de Encontro” referindo-se ao “Ponto de Cidadania”. Parece que, para ele, os dois dispositivos têm o mesmo

<sup>124</sup> Amado se refere não apenas à convivência no CAPS ad, quando fazia tratamento, mas, também, como redutor de danos do Ponto de Encontro e do Ponto de Cidadania.

significado de não desistir ou de não abandonar o outro, como o pai – e, em certo sentido, também a mãe – fez com ele.

Amado destaca que foi muito importante ter conhecido o CAPS ad, a Redução de Danos e ter feito um “curso de cidadania” para usuários da rede de serviços de Saúde Mental. Ele foi o único usuário do CAPS ad a participar e foi aí que ele conheceu a Associação Metamorfose Ambulante (AMEA)<sup>125</sup>:

*– Porque o CAPS me deu essa expectativa, entendeu? Porque se eu acho que, se fosse... – porque, casa de recuperação eu já passei por umas 5 ou 6, nunca me deu essa expectativa de vida –, assim de dizer porra, velho, eu posso sair dessa e eu não preciso de deixar de usar minha droga, certo?*

Este foi um ponto muito importante destacado por Amado na entrevista. Ele reflete que sempre foi alvo de preconceitos e discriminações por usar drogas ilícitas e o CAPS foi o primeiro lugar onde foi respeitado e cuidado, mesmo afirmando que queria continuar sendo usuário de drogas. Acredita que o curso organizado pela AMEA foi muito importante, pois, daí nasceu a ideia da organização dos usuários de drogas para a luta pelos direitos humanos, pela “cidadania” e contra o proibicionismo. Ele considera que, se um dia tiver a oportunidade, fará tudo para que outros usuários de drogas não sofram o que ele sofreu. Conta outras situações de violência de que foi acometido por ser usuário de drogas e dessa lógica de retirar das ruas os indesejáveis. Sobre como era ser um desses indesejáveis, ele diz:

*– Era eu achar que não tinha esperança para mim... eu já tava naquela ali, eu tava na rua, minha família foi destruída, eu acho que eu não tinha expectativa de vida nenhuma, e com aquilo ali eu me sentia violentado de alguma maneira, pô, o que eu ia ligar Pati, se eu já fui violentado lá atrás?*

Sobre a inserção no mercado de trabalho como redutor de danos, afirma que jamais lhe passou pela cabeça, que nunca teve esperança de ter um trabalho formal. Revela que foi uma profissional do CAPS ad Gey Espinheira que o convidou para ser redutor de danos do Ponto de Encontro, já que ele vinha tentando organizar uma associação de usuários de drogas e tinha uma boa liderança no referido serviço. Foi sua primeira experiência como

---

<sup>125</sup> AMEA – Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia. “A Amea tem como missão promover a inclusão social das pessoas em sofrimento mental pela afirmação dos seus direitos humanos, reivindicando a efetivação dos direitos dessas pessoas, a garantia do acesso aos diversos serviços de saúde mental e a melhoria da assistência no Sistema Único de Saúde da Bahia”. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/ameabahia/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/ameabahia/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 5 mar. 2019.

trabalhador com vínculo empregatício. Reflete que as transformações ocorridas com ele e na sua vida devem-se a ter podido chorar, “*aliviando o coração*” (aqui está se referindo ao trabalho terapêutico no CAPS e no CETAD-UFBA).

Considera que sua experiência de vida auxilia no trabalho de redutor de danos e que, quando está conversando com os usuários na/da rua, é como se ele já soubesse aquilo que eles relatam – e, em certo sentido, sabe, considerando suas próprias vivências como usuário na rua e as violências sofridas neste contexto. Diz que tenta mostrar para os usuários que ele também foi tudo aquilo e que conseguiu se superar e conversa sobre “direitos humanos”. Complementa que sempre se perguntava: “Será que eu tinha capacidade de estar ali?”, então, um redutor de danos no CAPS ad, que era redutor de danos no Ponto de Encontro, lhe disse: “Esquece, você é meu colega... redutor de danos!”. Ouvir isso deste profissional em especial, o seu referencial de redutor de danos, foi muito importante para Amado.

Sua longa experiência como usuário-redutor de danos aportou saberes importantes que foram refletidos na entrevista:

(1) Sobre as mortes da gente de rua, Amado diz que *passa*, que eles já estão acostumados com essa violência: – [...] *pode ter até algum sentimento, mas eles estão tão acostumados com isso... morreu, pode ser eu depois... se morrer, tanto faz*. Considera que muitos usuários se sentem sem saída, sem possibilidades de realizar mudanças de vida, argumentando que estão cheios de processos e pendências na justiça e não querem voltar para a prisão.

(2) Com relação ao envolvimento dos usuários de drogas com os traficantes da área, Amado refere que estes exigem que tudo funcione bem para não atrair a polícia. Não podem fazer bagunça e, quando tem “quebrança”, ou seja, quando um usuário fica devendo na “boca”, ele tem que sumir ou será morto. Outro ponto destacado por ele diz respeito ao fato de alguns traficantes levarem os filhos para a Praça em uma estratégia de contenção da violência policial: – *Eu acho triste isso*. Esta fala de Amado remete à reflexão sobre constituição do *habitus* dessas crianças “usadas” pelo pai, “usadas” pelo tráfico, considerando que são as trajetórias individuais e singulares, em condições sociais específicas, que constituem os *habitus* individuais e que trazem a marca originária da classe e do território existencial. Que efeitos essa violência intrafamiliar – pois é o pai que a comete – associada à violência institucional e agravada pela violência imposta pelo tráfico vai ter na constituição do *habitus* dessas crianças? Este ponto, ainda que não aprofundado na narrativa de Amado, exige atenção e intervenção.

(3) Quanto à percepção e à relação da comunidade com a gente de rua, Amado considera que, enquanto houver esse proibicionismo, o usuário será marginalizado. Discriminação e preconceito tanto pelo uso como pelo “estado” (aparência). Amado exemplifica sua afirmação revelando os comentários da comunidade em relação ao fato de os usuários estarem mais “limpos” depois da instalação do Ponto de Cidadania que oferta, dentre outros serviços, o banho. O signo “limpo”, neste caso, tem dois sentidos: limpo em relação à sujeira impregnada nos corpos e limpo no sentido de estar abstinente, o que significa que aquele que faz uso de drogas ilícitas está sempre “sujo”. É importante compreender que essa “sujeira” é a expressão de uma experiência social e pessoal: são corpos olhados e tornados “sujeira humana”, diria Espinheira (2002b, p. 16), menos pela sujeira em si e mais pelos lugares “fora da ordem”<sup>126</sup> que ocupam, pelos preconceitos construtores de simulacros identitários que constituem os movimentos de exclusão/inclusão perversa. Estes sujeitos precisarão ser olhados e compreendidos também no “corpo a corpo”, no processo de pesquisa.

(4) Sobre a constituição de movimentos de resistência em face dessas violências tão presentes no cotidiano dos usuários e trabalhadores do Ponto de Cidadania, Amado refere que a reação dos usuários diante dessas situações é a raiva, o ódio. A revolta é mais presente e eles acham que, se fossem de outra classe social, não seriam tratados dessa forma e se sentem injustiçados. Muitos querem fazer algo, mas não conseguem se organizar e quanto à denúncia, perguntam para quê?, como se nada fosse resolver, além deles ficarem mais expostos a retaliações. Percebe como saída para a garantia dos direitos, incentivar a militância:

– *Eu não pensei de estar aqui e estou. Que eles pensem que podem estar melhor.*

*Eu posso mais e eles também podem. Eu tenho um compromisso com eles, é um ideal. Se eu*

---

<sup>126</sup> O conceito de “sujeira” é trabalhado originalmente por Mary Douglas, que considera que ela é, antes de tudo, topográfica, no sentido de estar fora do lugar, aos olhos do observador. “Concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados. A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objectos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para as coisas da rua que estão dentro de casa; para objectos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objecto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações” (DOUGLAS, 1991, p. 30-31). Então, não é a sujeira em si que transforma algo em “sujo”, mas a sua localização em uma determinada ordem das coisas. Nesta perspectiva é que Zygmunt Bauman (1998) retoma este conceito de Douglas referindo que “A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares diferentes dos que elas ocupariam, se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; é uma visão da ordem – isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro” (BAUMAN, 1998, p. 14).

*puder ajudar a galera, é como se eu tratasse das minhas feridas. O Ponto de Cidadania é uma força que me dá. Alivia o sofrimento, mas eu não tô curado...*

A partir dessa fala de Amado, retomo Gonçalves Filho quando afirma que “a violência que machuca o humilhado nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor velha, já dividida entre eles e seus irmãos de destino” (2007, p. 195). Não basta, para Amado, mudar apenas seu destino, é preciso mudar o destino de seus irmãos, é preciso mudar o mundo!

\*\*\*\*\*

A primeira cena marcante na vida de Amado envolve traição, violência e separação, já que ele foi brutalmente afastado da mãe pelo genitor que levou os filhos para São Paulo. Percebe-se, aqui, uma questão afetiva muito importante: o sofrimento provocado pela separação da mãe<sup>127</sup> que foi violentamente retirada da sua vida. O corpo de Amado expressa toda a sua dor ao contar essa história. Ele chorou. Eu chorei.

A situação de abuso sofrida parece ter representado o que a antropóloga indiana Veena Das (1995; 2007) chama de “evento crítico”, causando um ponto de inflexão na vida de Amado. A autora considera que esse tipo de violência vai se expressar no cotidiano que, em algum nível, faz um trabalho de reparação do sujeito que segue vivendo, ainda que, para sempre, marcado. Em Amado, o cotidiano que expressará essa violência inclui, por exemplo, a droga como signo e talvez como refazimento. Nas violências sofridas na infância, parece que a droga o manteve vivo, ainda que entorpecido, em um movimento autodestrutivo, que degrada objetiva e subjetivamente os sujeitos, como considera Souza (2016b).

O relato de Amado aponta para o lugar da droga como “entorpecente” das violências insuportáveis e indizíveis sofridas desde sempre; da dor subjetiva consequente a essas situações vivenciadas e o desamparo de quem não tinha ainda ferramentas subjetivas – nem objetivas – para responder a tamanha violação; do sofrimento social que vai se constituindo como uma força devastadora que o atinge, trazendo consigo a história das violências cometidas pela própria estrutura social que se conformam nas relações sociofamiliares de pobreza, abandono, agressões e separações, singularmente, vivenciadas por

---

<sup>127</sup> Numa perspectiva teórica, muitos autores tratam da importância da presença da mãe – bem como dos efeitos psicológicos da sua falta – para o desenvolvimento infantil. Freud (1996) foi um dos primeiros a considerar que o estado de desamparo infantil seria gerador das primeiras experiências de angústia que acompanharão a criança durante toda sua vida. Já Winnicott (2006) considera que o vínculo seguro com a mãe possibilita a constituição de um ego fortalecido graças ao apoio do ego da mãe. A angústia de Amado, decorrente dessa violência intrafamiliar imputada à separação, como previu Freud, parece ainda acompanhá-lo, mesmo com o trabalho do tempo.

Amado, mas atravessadas por uma cultura que permite opressões e trabalho infantil a determinada classe de pessoas. Cumpre destacar a questão do trabalho infantil que parece ter permeado toda a infância e adolescência de Amado. Trabalho precarizado, desvalorizado. “Mas sua exploração é do ‘corpo’, nas atividades duras, sujas e perigosas, típicas da ralé”, nos diz Souza (2016b, p. 35). Tempo de trabalho que lhe roubava o tempo para estudar e investir na construção de disposições para a inserção social e profissional quando adulto.

É possível perceber na história de Amado como o contexto de extrema pobreza e uma trajetória marcada por separações, violências, desamparo e fragilidades nos laços sociofamiliares pode ser a base da constituição do que Jessé Souza (2009) vai chamar de “ralé brasileira”<sup>128</sup> cuja característica principal é a formação de um “*habitus* precário” marcado pela ausência de capacidades ou disposições fundamentais para uma vida social futura bem sucedida agravada pela negação cotidiana do lugar social de pessoa de valor, ainda que essas disposições possam ser atualizadas e essas capacidades desenvolvidas no decorrer da vida, principalmente, a partir das mediações institucionais que, de certa forma, podem confirmar ou modificar trajetórias sociais de “ralé” (ARENARI; DUTRA, 2016).

Sobre o tempo inicial na rua – mais ou menos um mês –, Amado disse que tinha de tudo: sofrimento, violência, morte e preconceito – *porque o preconceito era a maior das drogas* –, referindo-se à forma como as pessoas e a polícia tratavam os moradores de rua. Nesta perspectiva, os usuários de crack – gente de rua – se tornam visíveis, principalmente, através das violências a que estão submetidos que atingem sua dignidade e os colocam em uma situação de grande humilhação social. O sofrimento subjetivo relativo às situações cotidianas de preconceito e violência imputadas aos considerados socialmente “desviantes” pode ser percebido na narrativa de Amado, nas suas expressões corporais, no seu *habitus*.

Sobre a questão das identidades “desviantes”, o cientista social Becker (2008), na década de 1960, argumentou que a atribuição do rótulo de desviante pode desencadear um processo de deterioração da identidade do indivíduo que, por sua vez, pode acabar seguindo uma carreira moral a partir da “imperfeição” original. Também Goffman, em 1963, discutiu o conceito de identidade social na perspectiva do estigma, considerando que “ele não é, em si

---

<sup>128</sup> Conforme já tratado na introdução da tese, a “ralé” brasileira – nome provocativo utilizado por Jessé Souza (2011) para chamar a atenção para uma sociedade que nega e mascara os seus conflitos principais – é totalmente abandonada e desprezada socialmente de forma que tem que utilizar todo o seu tempo de vida para sobreviver, tornando-a prisioneira do “aqui e agora”. Nesta perspectiva, o que é retirado da “ralé” é justamente o “futuro”, que precisa de tempo e investimento para que certas capacidades sejam “incorporadas”, sendo a construção destas capacidades o que realmente diferencia as classes umas das outras e não apenas a renda. Assim como o sofrimento social, este é um processo histórico e geracional.

mesmo, nem honroso, nem desonroso”, constituindo-se em uma rede de relações que significam o atributo, marginalizando o estigmatizado (1988, p. 13).

Sawaia (1999), por sua vez, qualifica como sofrimento ético-político aquele que é oriundo da dor das injustiças sociais. Amado foi exposto, todo o tempo, a sentimentos forjados no confronto com as injustiças sociais, vivenciando situações de desvalorização, humilhação e preconceito que se expressavam no intenso sofrimento social. Estas experiências “tocaram” os mais profundos recantos da sua subjetividade fazendo com que, em determinado momento de sua fala, ele se reconhecesse como “ninguém”.

A fala de Amado sobre a morte remete a Zamora que, ao refletir sobre as formas atuais de produzir dominação e violência, enfatiza o conceito de Agamben de “vida nua” que são os corpos matáveis sem que estas mortes se constituam em assassinatos, porque não têm importância política! São sobreviventes, ou seja, são existências marcadas pela instabilidade, pelo imediatismo do instante, do eterno presente, pois que “trata-se de viver para morrer, em vez de viver até morrer” (2008, p. 109).

No contexto brasileiro tolera-se muito facilmente que determinadas pessoas sejam violentadas e mortas. Carreteiro (2003) nos falará de duas grandes categorias de situações de humilhação muito presentes na narrativa de Amado:

1) “humilhações explícitas”, quando o corpo do outro é atingido violentamente com o intuito de submetê-lo por meio de força física. A humilhação vivida se torna um sentimento insuportável, motor de projetos reparadores e a vingança, muitas vezes, se ergue como única resposta à repressão institucional. Muitas cenas relatadas por Amado são um bom exemplo de “táticas humilhantes que se integram à rotina de algumas instituições, como a polícia” (CARRETEIRO, 2003, p. 65);

2) “humilhações implícitas” são as que deixam marcas sem marcar o corpo! Corroem as subjetividades e deixam “déficit narcísico”. O lugar da gente de rua é marcado pela negatividade (CARRETEIRO, 2003).

Em relação à impossibilidade de pensar no futuro, como indicado por Amado, Jessé Souza e colaboradores consideram que o uso problemático de drogas pela “ralé” pode ocasionar um “encarceramento no horizonte temporal do presente imediato” – reforçado pelo uso abusivo de drogas – e o afunilamento da identidade pessoal aos comportamentos desenvolvidos nas cenas de uso. Os autores destacam que essas características verificadas não podem ser entendidas como “naturais”, mas sim como construídas em processos de socialização marcados por atribuições que são incorporadas e vão formando a pessoa social (ARENARI; DUTRA, 2016, p. 192).



Para Amado, o “ponto de virada”<sup>129</sup>, digamos assim, o momento em que sua vida deixou de ser só esse presente significado fortemente pelo uso de drogas e ele passou a pensar no futuro foi a partir do tratamento no CAPS ad. Para ele, o diferencial foi o acolhimento e o fato de o serviço não impor a abstinência total, mas perguntar o que ele queria. Ele afirma ter se sentido respeitado e, aos poucos, foi percebendo o CAPS, nas palavras dele, *como sua família*. Mesmo nas recaídas, as pessoas não desistiam dele: – *Mas o que eu achei interessante Pati, é que eles não desistiam, entendeu? Como a gente no Ponto de Encontro, hoje, não desiste, tá ligado?*

No caso de Amado, a mediação institucional do CAPS ad e de outras instituições e pessoas que ele foi encontrando no decorrer da vida – a exemplo do redutor de danos do Ponto de Encontro que o reconhece no lugar de redutor de danos, significando simbolicamente uma permissão para “ser”, inclusive com a inserção no campo profissional –, foi fundamental para a mudança na sua trajetória individual e nos sentidos da exclusão que acompanharam seu percurso de vida, desviando-o da condição de ralé.

A cura da humilhação social pede remédio por dois lados. Exige participação no governo do trabalho e da cidade. E exige um trabalho interior, uma espécie de digestão, um trabalho que não é apenas pensar e não é solitário: é pensar sentindo e em companhia de alguém que aceite pensarmos juntos (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 197).

Parece que Amado está fazendo este movimento pelos dois lados: o reconhecimento e a resignificação da dor tornada ação política.

A entrevista com Amado foi intensa. Fiquei refletindo sobre tudo o que tinha escutado, aquela vida tão marcada, desde a infância, por separações, violências, abandonos, abusos, faltas, preconceitos e estigmas. Entendi que a droga, desde cedo, foi um alento e amparo diante do insuportável dessa realidade. A raiva e o ódio do pai, da polícia, do abusador, da sociedade, tudo conduzindo a um uso de drogas problemático com o

---

<sup>129</sup> Esse conceito é utilizado por Mishler e se refere a situações que modificam o entendimento sobre as vivências passadas, dando-lhe novos significados e abrindo possibilidades para futuros inesperados, imprevistos ante a visão de mundo anterior. “Pontos de virada são exemplos especialmente marcantes de algo que ocorre o tempo todo, isto é, do processo contínuo no qual nos engajamos para reconstruir os significados de nossas experiências passadas e para refazer a nós mesmos de modos grandes e pequenos” (2002, p. 110). No curso de uma história de vida, essas situações incidem como eventos decisivos, conduzindo a resignificações e reposicionamentos diante da vida. Elas não ocorrem, necessariamente, no mesmo tempo em que ocorre o evento significativo, mas sim, referem-se ao tempo da virada, da “re-historiação” do passado e à mudança de si mesmo, fazendo emergir novos jogos identitários e outras possibilidades de futuro.

aprisionamento na identidade pessoal de “drogado”, tornando a vida a eterna repetição de um presente aprisionado ao passado. Mas o “encontro” com trabalhadores de rua e a constituição de relações pautadas no respeito entre humanos possibilitou a Amado a ampliação dos seus horizontes e a construção de pequenos e longos futuros apontando para “o papel decisivo das mediações institucionais na conformação ou reversão de trajetórias de exclusão cumulativa e irrelevância social” (ARENARI; DUTRA, 2016, p. 193) e, também, ou talvez, principalmente, para o extraordinário agenciamento desenvolvido pelo próprio sujeito, no caso, Amado.

#### 4.2 A NARRATIVA DA NARRATIVA DE CAROLINA: A “MENINA SAPECA” AINDA RESISTE

Carolina é natural do subúrbio de Salvador, tem 32 anos, é a filha única do pai e a filha caçula de sua mãe, que tem 5 filhos. Não foi criada com os irmãos: – *Eu não fui algo pra eles, eu sou a única negra; dos meus irmãos, eu sou a de cor...* Diz que tem *uma história muito complicada, triste, entendeu, que essa tristeza eu cansei?*

Conta que a mãe foi para São Paulo trabalhar em casa de família e juntar dinheiro para, depois, fazer uma casa em Fazenda Coutos, em Salvador. Levou apenas Carolina, que tinha mais ou menos 7 anos. Depois de um tempo na nova cidade, sua mãe *arrumou um homem lá, que foi o meu inferno, entrou na minha história, na minha vida...* Nesta época, ela já tinha 9 anos. Antes: – *eu estudava, era uma menina muito sapeca [risos], lembro... e a menina ali era uma menina feliz.*

Em São Paulo, participou de projetos *com as meninas do Morumbi, que era do Fábio Pimenta:*

– *Fui dançarina, sempre participei, tá ligada, em vários projetos, só que, quando chegava em casa, minha mãe não tava, meu padrasto tava tarado, mexia em mim, quando eu falava com a minha mãe, ela não acreditava, ele fazia, já fui me revoltando, me revoltando, acabei fugindo... ainda me perturba.*

Saiu da casa da mãe, definitivamente, aos 12 anos:

– *[...] aí peguei minha vida, a rua... fui para a cracolândia, ali na Vinte e Três de Maio... Praça da Bandeira, tudo ali, D. Pedro, tudo eu andava...*

Começou a usar drogas na escola:

– *Com dez, onze anos comecei a fumar maconha e sempre eu gostei de estudar; a coisa boa era essa, eu fumava, ficava muito doida, mas eu fazia minha lição, fazia... aí, no*

*recreio, eu ia no banheiro fumar um e a diretora: “esse cheiro é aonde?” e eu: “sei não, acho que do outro lado [risos].*

Nas ruas de São Paulo lembra que conheceu o crack:

*– Ali eu conheci o crack... até os meus doze anos, eu não fumava crack, eu fui fumar crack com treze pra catorze... Me prostituía, eu já fui... já tinha perdido a virgindade a pulso, não foi como eu queria, como eu sonhava, eu não sonhava aquilo pra mim, e aí eu fui e depois eu vi que os homens só espancavam a gente, eu tomei raiva, tomei pavor... não, deixa eu chegar ao meu pavor de homem, que eu ainda não cheguei, e aí...*

Decidiu retornar para Salvador, “pra onde era o meu lugar” e ficou na casa do pai:

*– Na minha casa, tinha a casa do meu pai, por que eu tenho três pais, tenho o que me fez, um que me registrou e um que me criou.*

Foi estudar em uma escola no Pelourinho e entrou para o Projeto Axé: era dançarina, fez vários shows e foi a vários lugares. Também foi encaminhada ao CETAD-UFBA para acompanhamento com uma psicóloga. Nesta época, tinha entre 14 e 15 anos. Aos poucos, foi ficando mais na rua do que em casa. Conta que o primeiro lugar que ficou na rua, em Salvador, foi no bairro do Comércio.

Lembra que, quando fazia tratamento no CAPS ad do qual eu era coordenadora – aí ela já tinha, aproximadamente, 18 anos –, eu a levei a uma apresentação de dança feita pelo Projeto Axé e que, ao final do show, eu a convidei para conversar com a psicóloga que a tinha acompanhado e ela ficou muito emocionada. Eu não me lembrava dessa cena, mas ela lembrava muito bem: *Tá vendo, eu não esqueço não.* Talvez outras lembranças mais reparadoras venham, também, recompondo sua memória e tirando a força “destruidora” das lembranças dolorosas.

Considera que a intensificação do uso de drogas a fez abandonar o projeto Axé:

*– Parei de ficar indo, eu ia pra Itália, tava tudo marcado, pra gente dançar... tinha uma necessidade da droga e da rua, porque eu era uma menina sofrida, uma menina [em] que a mãe não acreditou, então, eu tava com a mente, então, o que encheu a minha mente foi a droga, aqueles momentos, tudo, quem encheu a minha mente foi a droga, como eu tava dizendo, eu não precisava mais de tristeza.*

Para Carolina, a vivência na rua era prazerosa e ela achava que era feliz:

*– [...] dava prazer de várias coisas, porque, na rua que a droga rola mais, então, ali eu achava que era feliz... Eu achava [que era feliz], por que eu não tava me lembrando de nada, não lembrava de nada, não tava nem aí pra nada, era vinte quatro por quarenta e oito [horas] usando droga, acabei me envolvendo com traficante, acabei indo pra Gameleira,*

*aconteceu aquele negócio comigo que... na casa... você ainda foi na delegacia comigo e tudo... entendeu?*

Pergunto, então, sobre como ela percebia o lugar da mulher na rua e ela responde, enfaticamente:

*– A mulher da rua? A usuária é escrava do homem, a usuária é escrava do homem, a droga faz a gente fazer coisas que a gente nem quer fazer... a droga e... também... sabe o que é? o medo, que as mulheres ficam muito... Mulher, a gente sente muito medo e ele sabe mexer com a mente e com o medo da pessoa, pega o ar, pega o ar da pessoa, e pegou aquele ar, a mulher faz qualquer coisa, mesmo não querendo, mas tem que fazer...*

Afirma que nunca encontrou alguém que a protegesse:

*– Quem me protegia na rua era minha faca, depois... minha faca, e depois que eu comecei a namorar porque, pra ter moral, eu tinha que fazer coisas que eu não queria fazer, eu tinha que machucar, tinha que me (inaudível), até neguinho começar a ter consideração, todo mundo me respeitar.*

Dentre os profissionais que foram importantes na sua trajetória social, Carolina faz referência a Verônica, trabalhadora do projeto Axé:

*– Ela me acompanhou em vários lugares, ia me buscar em bocada, Verônica foi a melhor mãe que tive na vida, através de Verônica eu conheci várias outras pessoas boas... Nós tudo ali jogado, cheirando cola, eles sentavam perto da gente, conversava, vamos jogar dominó, sabe, ocupava nossa mente, isso era gostoso, e me botou no projeto que eu mais gosto, capoeira e dança, eu comecei a cantar rap...*

Considera que essas ofertas e esses profissionais que trabalham com o coração são importantes para a população de rua:

*– Eu nunca pensei que um dia eu fosse vencer na vida, assim, que tô vencendo... que tá sendo difícil, tá... mas eu tô vencendo e eu quero mostrar pra eles que eles podem também, mas, pra isso, tem que ter os técnicos e firmeza, tá?, porque também a gente sozinho não consegue, Pati.*

Retomando a questão dos profissionais que foram importantes na sua vida, fala do CAPS ad e de Maria Eugênia, psicóloga dela neste período (2004-2006):

*– Me ajudou muito, Eugênia, ela foi uma pessoa que também foi muito importante pra mim, sabe...? Ela me pegou em um momento que eu tava bagaçando, eu tava fazendo muita besteira, sabe...? Então, ela chegou pra me acalmar, ela conseguiu o que gente não conseguia, muita gente passou por mim e não conseguia... Eugênia foi uma pessoa que marcou, ela marcou em tudo; que ela foi a grande psicóloga. Eu tenho um rap dela. [Carolina*

canta o rap que fez para Eugênia]: *'Fico andando, um tempo rindo, um tempo chorando, essa vida eu vou levando, isso tudo eu vou aguentando, meu melhor presente é ter uma psicóloga Eugênia que aperta a minha mente, mas, na sala, eu sou aquilo tudo, eu mesmo me escuto...'*. *Eu tinha o talento pro rap, mas não sabia que tinha; foi aqui no CAPS, com André e Eugênia, que me mostraram que eu tinha esse talento, entendeu? E aqui eu comecei a fazer música, primeiro, no CAPS ad aqui, foi aonde eu comecei a fazer música e, fora isso, eu fui em muito lugar, fui fazer teatro, fui pra faculdade apresentar saltimbancos com D. Eugênia, com André, a gente foi pra num sei quantos lugar se apresentar... então, isso pra mim foi, isso aí foi me cultivando, isso foi me mostrando quem eu era, quem eu sou...*

Conta que quando surgiu o Ponto de Encontro foi muito importante para sua vida. Nessa época, em um momento de uso muito intenso de álcool e outras drogas, ela foi para um Centro de Recuperação em Feira de Santana, um local só para mulheres, com boa estrutura física e equipe técnica:

– *Foi um centro ótimo, graças a Deus, maravilhoso, podia fumar minha pacainha, entendeu, de boa, e a dona do centro começou a me adorar, de repente, de uma hora pra outra... Casei lá, também fizeram minha festa de casamento... Fizeram a minha festinha de casamento, aí cabei meu tempo, fui pra Itiúba, morei lá, só que lá não tinha trabalho, e meio fazendo umas coisinha errada, aí, eu, assim ói, fiquei doente, aí liguei pra Dona Telma me buscar lá pra voltar. Aí eu vim doente, aí eu peguei tuberculose, um bocado de onda lá, fiquei seis meses no tratamento, tomando quatro remédios por dia, cada comprimido...*

Quando Carolina finalmente retornou a Salvador, o Ponto de Encontro tinha fechado e ela conheceu o Programa Corra pro Abraço:

– *O Corra me ensinou muita coisa... Vou te dizer o que que o Corra me ensinou: o Corra me ensinou que tenho direito, atitude, mudança, viver e ser maloqueira e ninguém pode me mudar e eu posso mostrar pra minha maloca que nós todos conseguimos seguir, tá ligado? [...] Eu acho que aprendi muita coisa no Corra pro abraço, esse curso de redução de danos, aprendi muita coisa, aprendi muita coisa, meu melhor aprendizado foi eu chegar na rua e ver minha maloca batendo palma pra mim, e dizer que eu tô sendo um exemplo... Eu senti algo claramente feliz, por que eu tô mostrando pra eles que maloqueiro também pode, mas maloqueiro também tem atitude, maloqueiro também tem...*

Afirma que Luana Malheiro (trabalhadora de rua) é a sua profissional de referência, e explica:

– *Luana, ela sabe trabalhar com a gente, pô, Luana tem carisma, Luana sabe, Luana é uma pessoa que ela não passa a mão pela sua cabeça, ela é aquela pessoa que chega na barreira, assim, senta no chão, fica com a gente, vai na noitada, até deita no papelão... sabe, vamos conversar, trocar uma ideia, nós fumando pedra e ela... Luana é de verdade Pati, Luana sempre foi... técnico que é maloca, técnico que é maloca são todos de verdade, agora técnico que se faz de metidinha é tudo de mentira... técnico maloca véi, vira nossa família, tudo, senta no meio da gente e senta na maloca, é sujo, é fedendo mas eles não estão nem aí, pô, isso me orgulha, isso que é um trabalho importante e gostoso que tô merecendo, tanto adolescente aí, tanto adolescente que tá chegando agora aí, véi, tá entrando no mundo de cabeça esses adolescentes...*

Reflete sobre a importância de os trabalhadores terem “paciência” com a população de rua e estarem sempre por perto:

– *Nunca abandonar, sempre, por que, quando é abandono, eles falam: ‘tá vendo, ele não presta, duas, três falaram comigo e não teve paciência, me abandonaram, eles pensam assim... Por que não trabalhou com amor, a pessoa quando trabalha com amor, nada muda a pessoa, trabalhou porque tava precisando, trabalhou por que tinha que fazer aquilo...*

Sobre a polícia, Carolina afirma que eles (usuários) ficam submetidos ou morrem, mas que não está mais disposta a silenciar:

– *[...] tinha que fazer o que ele queria... e se não fizesse, mãe, tá ligado? Como é que é, né? Fazer o que? E depois os outros fala, vai dar queixa, eu vou dar queixa o que, pra morrer? Não podia dar queixa... Porque agora eu não calo, nosso livro é calar a boca, é deixar eles fazer, é deixar eles ameaçar a gente. [Mas]nosso direito a mudança é parar de calar a boca, eu falei para as mulheres, eu tava na mesa esses dias na RENFA e eu falei pra elas assim: a gente só passa por isso por que a gente fica com medo, mas nós temos direito, nós somos humanos, nós temos direito, nós temos que abrir a boca...*

Relata que, atualmente, quando encontra as adolescentes e mulheres na rua, tenta se aproximar contando um pouco da sua história, tentando criar vínculos e fazer com que elas se protejam:

– *Você tá vendo a minha história, é como eu te falo, ó o sofrimento que eu tenho no corpo, olha as marca, eu falei pra ela, ela me olhou assim... vamos tomar uma água de coco?*

Todo esse processo ajudou a “politizar” Carolina e hoje ela faz parte de um movimento social de mulheres da rua chamado RENFA<sup>130</sup>.

– *Porque, agora, eu não posso mudar a minha história, vou ajudar elas também, todas as mulheres, olha o que aconteceu comigo! E eu quero ter meus direitos e foi aí que eu comecei a ir e pegar um bocado de mulher, quem mais levou fui eu; hoje, sou delegada, me botaram como líder... Aprendi que foi, foi depois disso aí que eu vi que a gente não pode ter medo, nós, mulher, não pode ter medo, eu tinha medo, quem me espancou foi a polícia, eu tava dormindo e acordei tomando porrada, na minha cabeça... a cabeça cheia de sangue, toda espancada, e me ameaçava (inaudível), porque teve um que me chamou pra, pra ter..., saí correndo, nem podia fazer nada... um dia, eu te pego, e ele me pegou mesmo! Nesse dia, eu não quis não, e ele queria, aí me pegou mesmo, me pegou, me bagaçou e foi, veja aí agora que eu não largo, eu não calo mais minha boca... Tem muitos que não tem essa consciência que ele pode, que ele e ela pode, muitos... Porque é muito difícil, pô, quando a gente é da rua, eles não têm poder, a palavra não vale nada para as autoridades... O que mudou em mim, porque eu fui procurar conhecer os meus direitos, conhecer e também estudar, fui procurar estudar pra saber, fui procurar e agora, desculpe entre aspas o vocabulário, fudeu...*

Considera que, através da RENFA, está levando para as “meninas da rua” esse conhecimento. Como exemplo, conta que encontrou uma mulher da rua que se prostitui e ela estava com o rosto inchado. Começou a conversar e perguntou:

– *O que foi isso, menina? ‘Foi um programa: o cara não quis pagar, eu fui tirar onda e me deu um murro no olho...’ Aí, eu olhei assim, você não sabe dos seus direitos, não? Mas como fazer alguma coisa se é do Exército, o cara? Eu disse, sim, ele tem Exército, você já conheceu a Defensoria? Você pode falar com Fabiana<sup>131</sup>, já comecei ali, sabe?, a trocar uma ideia... e dela, dela não vou desistir não; ela, eu vou tomar conta, amanhã vou lá, eu e Amanda, já liguei pra Amanda já, não vou desistir porque eu vi que ela tá precisando...*

Por fim, mostra um desenho que fez e que colocou o nome de alguns trabalhadores de rua e também o nome da sua mãe. Considera que todas essas pessoas que colocou no desenho estão

– *[...] botando fé em mim, tão acreditando, quando acredita, me dá mais força ainda pra mim fazer... o que depender de mim, eu tô lutando, lutando com meus próprios*

<sup>130</sup> A Rede Nacional de feministas e antiproibicionistas (RENFA) é um movimento social importante que surgiu recentemente no Brasil, capitaneado aqui em Salvador pela antropóloga Luana Malheiro e outras mulheres com trajetória de rua e que será mais detalhado no Capítulo 8 desta tese.

<sup>131</sup> Fabiana Miranda é Defensora Pública da Bahia, coordenadora do Núcleo Pop Rua.

*instintos, minha própria força, minha própria existência, tô tentando lutar e vou conseguir, esses adolescentes que eu tô conhecendo que tão entrando nesse mundo, se eu puder, eu vou ajudar eles e mostrar pra eles esse mundo...*

Carolina segue lutando acompanhada da menina sapeca que ainda (r)existe nela.

\*\*\*\*\*

As situações de violência e a falta do amparo materno foram determinantes na trajetória de vida seguida por Carolina. Ainda criança, ela foi ferida no corpo e na “alma”. Desamparada, morando em uma cidade estranha, ela não tinha como escapar da situação de dupla violência a que estava submetida. A rua foi, aos poucos, se tornando o lugar de acolhimento, e a droga, o anestésico para uma dor tão grande que antes de ser indizível, foi inaudível. Ela fala com saudade e pesar pela/da menina “sapeca” que gostava de estudar e que era “feliz”.

Os sonhos de menina foram retirados “a pulso”, mas, antes a brutalidade da rua do que a brutalidade em casa, em família. Essa situação parece tê-la conduzido a outras situações de abuso e violências. A rua é prioritariamente masculina, restando à Carolina, a raiva, o pavor e o crack, que não era “causa de morte, mas causa de vida”<sup>132</sup>, em verdade, possibilidade única de suportar tanta dor quando, psiquicamente, ainda era tão imatura: uma criança que não pôde ser criança.

A droga foi ocupando um lugar muito importante na vida de Carolina: a substância que fazia esquecer, amparando a tristeza e produzindo momentos de felicidade cobrou como preço a sua liberdade. Não era mais possível viver sem ela. O afunilamento existencial, muito comum em usuários que não conseguem fazer um uso controlado de crack, faz com que o cotidiano seja tomado pelos “corres” para conseguir e usar a droga (ARENARI, DUTRA, 2016). Viver para usar ou usar para viver? Talvez, em muitos momentos da vida de Carolina, o uso de drogas tivesse as duas significações.

– *A usuária é escrava do homem.* Carolina foi muito enfática neste momento da entrevista<sup>133</sup>. Em suas palavras, a mulher se torna escrava dos homens pela droga. De

<sup>132</sup> Escutei algumas vezes, em eventos e/ou conversas informais, o professor Antonio Nery Filho refletir que o uso de crack, para algumas pessoas e em algumas circunstâncias, pode ser “causa de vida” e não “causa de morte” como comumente circula no imaginário social.

<sup>133</sup> Neste ponto da entrevista, me lembrei das mulheres, em sua maioria, negras e muito emagrecidas, que ficam, à vista de todos, na Avenida Contorno, vendendo e usando crack e outras drogas sob o sol escaldante de Salvador. Uma das vistas mais bonitas da cidade – a Baía de Todos os Santos – faz contrastar mais ainda a situação de humilhação e miséria daqueles corpos que gritam, expostos, sua degradação. Já parei algumas vezes nas proximidades, enquanto trabalhadora de rua da Defensoria Pública, na tentativa de uma aproximação e de ofertas de cuidado diversas – de



imediatamente, a droga se torna causa, mas, não nos enganemos, continua sendo o “avesso da causa” (ESPINHEIRA, 2009b). Esse “simulacro”<sup>134</sup> toma usuários e toma profissionais levando-os a cuidar da droga – e de sua retirada – e a desconsiderar o sujeito e seu sofrimento social, este sim, talvez uma das “causas”.

A falta de proteção foi marcante na vida de Carolina, restando-lhe aprender a “ferir” o outro para sobreviver. Uma postura mais masculina e agressiva precisou ser incorporada por ela e por muitas mulheres na rua como estratégia de sobrevivência. Percebo que muitas delas, talvez por serem cotidianamente machucadas, são, em geral, mais arduas ao contato com os trabalhadores de rua, principalmente as mais jovens. É preciso tempo, paciência e persistência para conseguir se aproximar e conquistar-lhes a confiança lembrando que, diante de tanto desamparo, é preciso, eticamente, “não desistir” como tantos outros desistiram ao longo das suas trajetórias de vida. Esta afirmação exige a reflexão sobre a importância dos vínculos institucionais e com os trabalhadores de rua construídos com e por Carolina ao longo da sua trajetória de vida: eles foram e são fundamentais para sua proteção, existência e para a reversão dos “efeitos do destino” (BOURDIEU, 2012a).

Nesta perspectiva, considero preciosa a afirmação de Carolina de que, com a psicóloga Eugênia, ela pôde “se escutar”, apontando para a importância de espaços onde as “mentes sejam apertadas” e cada um possa ouvir suas “dores”, antes indizíveis e/ou inaudíveis. Estes espaços de escuta, na rua ou nas instituições, são cada vez mais raros, tomados que são pelos “corres”<sup>135</sup> cotidianos necessários à sobrevivência da gente de rua e também dos trabalhadores. E foi, também, com Eugênia que ela começou a perceber e a reconhecer seu talento. Carolina aponta, aqui, para a importância do reconhecimento não mais no lugar da exclusão e da estigmatização, mas no lugar de uma pessoa que, apesar de todas as adversidades, se manteve poeticamente viva. Se os humanos se reconhecem no olhar do “Outro”, os olhares lançados a ela estão possibilitando a reconfiguração do seu *habitus*: “Na realidade, o ‘ser pessoa’ é uma construção social do presente, pois, mesmo o *habitus* primário

---

saúde, sociais, jurídicas –, mas poucos se aproximaram e, apenas uma vez, um usuário pediu ajuda para ser internado. Ele estava se sentindo muito mal e o levamos, no dia seguinte, para o Hospital, mas seu/nosso tempo terminara. A morte se fez presente.

<sup>134</sup> No livro sobre a ética, Badiou (1995) fala do simulacro como falsos acontecimentos aos quais devemos ficar eticamente atentos. Considero que tomar a droga como causa se torna um simulacro e leva ao engano, usuários e trabalhadores, desviando-os de uma abordagem realmente ética e transformadora, ao desfocar do sujeito e eleger a droga para combate, acabando, na prática e não por acaso, por “combater” sujeitos.

<sup>135</sup> A expressão “corre” é utilizada pelos usuários para se referirem às atividades que geram algum dinheiro para suas necessidades de vida, incluindo, muitas vezes, a droga.

trazendo elevado nível de segurança quanto a confirmação do status de pessoa, é no presente que a questão se decide” (ARENARI; DUTRA, 2016, p. 196).

“Empoderamento” – pessoal e social – parece refletir o momento atual de Carolina. Ao longo da sua trajetória de vida, ela passou por diversas instituições de cuidado, encontrou trabalhadores, fez vínculos que se mantiveram no tempo, ampliou sua rede de apoio institucional e social, adquirindo capital social, aprendeu, politizou-se, conquistou o respeito e o afeto dos profissionais e da gente de rua atuando, mais recentemente, como sua representante em diversos espaços políticos. Esta emancipação significa, talvez, a liberdade da opressão e a conquista da autonomia não como fins, mas, sempre, relacionais e “em processo” de construção.

Por fim, Carolina ensina aos trabalhadores de rua que é preciso ter paciência e “estar por perto” para cuidar. É necessário trabalhar com disponibilidade para os “encontros amorosos”<sup>136</sup> e, também, com a responsabilidade de não abandonar, não desistir da gente de rua, considerando que eles são “filhos” do abandono e da desistência.

O reconhecimento por parte da gente de rua também foi considerado muito importante para ela, reforçando e motivando sua trajetória, agora com sonhos e planos para o futuro contrariando a “ordem das coisas”<sup>137</sup>.

Termino essas considerações sobre Carolina com a reflexão do supervisor Antonio Nery Filho após uma breve discussão em supervisão sobre o caso dela:

*Supervisor – Você disse que ela foi pra rua com 11 e agora tem 32... Esse longo tempo, cheio de tempos internos, cada vez que ela foi internada... de tempos em que ela se tratou, foi pra rua, voltou pra casa. Foi um tempo em que houve êxito na proteção da vida. Ela não morreu. E a chance dela ter morrido era muito grande. E muitos morrerão. Muitos não terão esse tempo. Pelas circunstâncias de vida, esse tempo lhes será cerceado. Na verdade, a gente poderia pensar, então, que a essência do nosso trabalho é proteger a vida das pessoas, pois se elas estiverem vivas haverá sempre uma possibilidade, um trabalho a se fazer. E isso é um tempo dentro de outro. Um tempo permanente que se transforma, até o tempo da transformação. Ela está num tempo de transformação. Ela teve outros. O tempo da casa, da rua, da droga. Essa solução do aqui e agora é impossível. Ela está viva e está*

<sup>136</sup> Badiou (2013), em seu livro sobre o amor, vai nos falar do “encontro amoroso”, temática que será tratada no Capítulo 7 da tese.

<sup>137</sup> É importante lembrar que “[...] a capacidade de articular e planejar o próprio futuro são ‘privilégios de classe’. Existem, nesse sentido, classes de pessoas literalmente ‘sem futuro’, posto que este não é projetado nem antecipado [e] para quem não possui disposição prospectiva, o futuro simplesmente não existe” (SOUZA, 2016, p. 36-37).

*mudando. Ela falou das pessoas-profissionais que a marcaram ao longo desses anos. Alguns permanecem; pessoas que fizeram marcas; pessoas que foram construindo com ela... Se pensarmos que, mesmo sem saber, cada um de nós é essa âncora na vida dessas pessoas, sem saber, a gente precisa cuidar melhor de ser âncora! Se não tivesse essas âncoras, talvez ela não chegasse agora ao tempo da mudança.*<sup>138</sup>

#### 4.3 SÍNTESE REFLEXIVA: MINHA EXPERIÊNCIA COMO PESQUISADORA COM AMADO E CAROLINA

As trajetórias de vida de Amado e Carolina permitem algumas reflexões:

1) Amado e Carolina tiveram trajetórias de vida marcadas pela pobreza, por situações de extrema violência, abusos, abandono familiar, desamparo social, humilhações, preconceitos e racismo geradores de sofrimento social.

2) Amado e Carolina foram morar na rua, ainda na infância, e começaram a usar drogas também neste período. Nesta perspectiva, o uso de drogas parece ter tido, também, a função de amparo possibilitando suportar o sofrimento consequente às situações experienciadas. Para ambos, a droga se tornou *habitus*, fazendo parte do sistema de disposições constituído ao longo da vida.

3) Amado e Carolina, ao longo das suas trajetórias de vida, foram encontrando pessoas e instituições que funcionaram protetivamente para a manutenção de suas existências – objetiva e subjetiva – e também como mediadoras(es) da modificação do “*habitus precário*”, possibilitando a constituição de novas disposições e revertendo, em parte, os “efeitos do destino”.

4) As transformações operadas na vida de ambos a partir dos “bons encontros” institucionais e profissionais possibilitaram a construção de pequenos e talvez longos futuros. A pesquisa de Jessé Souza e colaboradores (2016) aponta para a “concretude da construção face a face de um sistema de pequenas recompensas afetivo-morais, gerando expectativas e reconstruindo uma noção procedural dos eventos numa linha temporal, parece ser a chave indicativa para algumas soluções” (ARENARI; DUTRA, 2016, p. 205). Acredito que esse investimento no futuro, a partir do reconhecimento social ofertado pela constituição de relações afetivas, respeitadas e voltadas para o cuidado, abriu outras possibilidades na vida de Amado e de Carolina.

---

<sup>138</sup> Supervisão 12, 19 out. 2017.

5) Destaca-se a agência destes dois sujeitos que fizeram, da dor, ação, ao ressignificarem as experiências de sofrimento social e construírem outras formas de viver e transformar o mundo se transformando, mesmo submetidos às extremas formas de opressão imputadas pela pobreza. Nesta perspectiva, as conquistas da autonomia, empoderamento e emancipação vêm ocorrendo como processos dialéticos, em construção, suscitados e suscitando o envolvimento e a participação social, política e politizada. Ambos se tornaram referência de resistência para a gente de rua e também para os trabalhadores, sendo regularmente chamados a participar de eventos de formação e organização militante.

6) Para os profissionais, eles ensinam que é preciso ter paciência com a gente de rua: proteger a vida e esperar o “tempo dentro do tempo”<sup>139</sup> até chegar o tempo da mudança.

7) Para mim, eles ensinam que há esperança, que há sonhos, que há muita amorosidade onde, aparentemente, “nada” há, tudo isto a esperar por um bom encontro tornado história.

Reconhecendo meu envolvimento e afeto com Amado e Carolina, considero importante finalizar este capítulo refletindo sobre minha experiência como pesquisadora na relação com ambos.

Começo por reafirmar – como ficou claro, nas entrevistas, na forma como Amado e Carolina se referiam a mim, chamando-me de Pati, e lembrando acontecimentos que tiveram a minha participação – que a minha relação com Amado e com Carolina certamente exerceu *efeitos* sobre os resultados da entrevista – considerados por mim como importantes para a revelação e o acolhimento de situações marcadas pela dor – sendo ético reconhecê-los e refletir sobre eles, como propõe Bourdieu (2012b).

Amado, eu conheci quando fui coordenadora do primeiro serviço público onde ele se tratou, bem como coordenadora dos dois serviços em que ele trabalhou como redutor de danos. Carolina, também conheci nesta época e lugar, encontrando-a, ao longo dos anos, também na posição de profissional ou coordenadora de serviços voltados para o cuidado da população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, legais e ilegais, sendo, de certa forma, mais do que uma referência profissional na sua vida. Como ela mesma diz, sou também um pouco “mãe”. Fiquei muito alerta sobre até onde eu poderia ir nas perguntas com ambos sem criar situações difíceis (cuidando para não aprofundar, por exemplo, o relato de experiências consideradas “insuportáveis”) e que não cabiam no contexto de pesquisa. Fiquei

---

<sup>139</sup> Referência feita pelo Prof. Nery Filho na apresentação do caso de Carolina.

atenta para que o meu lugar na vida de Amado e de Carolina não fosse gerador de violência simbólica ao realizar a entrevista (BOURDIEU, 2012a).

Nas duas entrevistas realizadas, fui guiada por um roteiro não estruturado a partir das minhas questões de pesquisa e do referencial teórico utilizado. Assim, em primeiro lugar, busquei conhecer as histórias de vida, tentando compreender como foi a incorporação do mundo a partir da sua socialização primeira, essencialmente, a familiar, com o propósito de identificar os marcadores sociais das suas existências que, de certa forma, foram constituidores do *habitus* primário e precário. A questão de classe, não apenas em uma perspectiva econômica, mas social e formadora de identidades e pertencças, também chamou minha atenção e foi importante para a condução da entrevista. Estava particularmente atenta às situações de violência vivenciadas nas trajetórias de vida, à relação entre essas violências sofridas e o uso de drogas, ao lugar da droga nas suas vidas, a seus sonhos e projetos de futuro, à passagem de usuário problemático a usuário que tem algum controle sobre seu consumo, às relações estabelecidas com os trabalhadores de rua, aos movimentos de resistência tal como apontados por Veena Das (1999; 2000a, b; 2007) e que acontecem, sobretudo, no cotidiano.

Também considero que o conceito de sofrimento social se mostrou adequado como referencial teórico contribuindo para desvendar o mal-estar subjetivo e os processos históricos e sociais mais amplos envolvidos na sua constituição. Nesta perspectiva, os sofrimentos de Amado e Carolina estão relacionados, também, aos efeitos das relações desiguais de poder historicamente e discursivamente construídas e que se personificam, no poder local, como preconceitos, estigmas, desigualdades sociais e violências. Escutando suas histórias de vida, percebo que elas são marcadas pela violência nas relações estabelecidas com e na sociedade, pela miséria, pela pobreza social e relacional que dificulta a construção de respostas no sentido da negociação e contratualidade em relação à própria existência.

Por fim, acho importante falar das narrativas da pesquisadora. Se narrar é um ato dirigido a alguém, no caso, eu, a interpretação dessas narrativas feita por mim também está dirigida a outros, daí existir nesse ato algo da ficção (RICOEUR, 1976), o que não inviabiliza as narrativas, mas exige confrontá-las com as práticas realizadas pelas pessoas, as interações, a materialidade das relações cotidianas, as referências dos coletivos ou outras narrativas e textos escritos a partir da imersão no campo, o que busquei fazer através dos diversos capítulos desta tese. Nesse sentido, compreendo as narrativas aqui produzidas não como atos de rememoração, mas de criação e instauração de um novo enredo que só ganhará seu sentido

completo ao final, na articulação com todos os outros enredos construídos em cada capítulo desta tese (RICOEUR, 1994a).

Nesta narrativa, tentei desenvolver a minha capacidade de exercer a reflexividade, considerando o imenso envolvimento que tenho com a temática e com os sujeitos da pesquisa. Sei que esse envolvimento com as pessoas e a temática pode ser o grande diferencial do meu trabalho, permitindo aproximações vedadas a outros pesquisadores, mas pode ser, também, o meu fracasso, se me deixar tomar pelo que acho que já sei, esquecendo que sempre há algo a mais para ser conhecido, descoberto e que, neste processo, eu mesma estou sendo revelada e transformada.

## 5 TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DE RUA

*O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.*  
(GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, 2015, p.31)

Neste capítulo, apresento brevemente os meus entrevistados trabalhadores de rua com pequenos fragmentos de suas trajetórias sociais, destacando as condições sociais que situam seus discursos e introduzindo alguns elementos minimamente necessários à compreensão das tomadas de posição no trabalho/relação com a gente de rua revelados ao longo da tese. É importante demarcar que, ainda que toda trajetória social seja atravessada por uma singularidade nos modos de seguir a vida, ela aponta para um sujeito que, na interação com a realidade social, está sempre por vir, pois que é atravessado por disposições em transformação a partir dos encontros cotidianos que constituem o campo social e que também o constituem.

Os trabalhadores de rua entrevistados ocupam o mesmo espaço social, interagindo entre si, alguns, de forma eventual, outros, mais regularmente. Suas narrativas estão relacionalmente determinadas a partir deste “campo”, ainda que apoiadas historicamente em suas trajetórias sociais que sustentam um estilo de vida a orientar suas ações e a modificar, incansavelmente, seu *habitus*. Entre o singular e o coletivo, esta breve apresentação biográfica certamente possibilitará um melhor entendimento das experiências de sofrimento social vivenciadas no cotidiano da rua.

Ratifico que, ao trazer as trajetórias sociais dos trabalhadores de rua não estou visando compreender as práticas sociais a partir do seu testemunho, mas, antes, situar este trabalhador no campo social com os capitais acumulados na incorporação do mundo exterior a partir da socialização primária e familiar. As explicações para os acontecimentos e vivências compartilhados pela e com a gente de rua não se dão em uma perspectiva causal, mas na compreensão das disposições que dão sentidos ao comportamento prático, ao *habitus* em toda a sua potencialidade e variabilidade. É claro que o conteúdo explícito nos discursos é uma racionalização da história e das práticas em uma tentativa de legitimação, mas, enquanto pesquisadora me cabe ir além:

[...] entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência

[...] esforço que deve ser realizado para superar os lugares-comuns nos quais cada um de nós vive e das suas pequenas misérias como sendo seus grandes males (BOURDIEU, 2012b, p. 701).

Nesta perspectiva, sem me colocar numa distância objetivante, busquei compreender os olhares sobre o mundo sem reduzi-los à autovisão, colocando-me, para tanto, em uma posição de objetivação participante<sup>140</sup>, como sugere Bourdieu (2012b, p. 702). No caso particular dos trabalhadores de rua, isso significa adentrar a estrutura do espaço social em que estão situados no presente, considerando as trajetórias sociais percorridas e lembrando que eles “[...] têm como ponto cego seu próprio ponto de vista” (BOURDIEU, 2012b, p. 703).

### 5.1 “EU ERA PARA SER UM VENDEDOR DE GALINHAS NA FEIRA DE VITÓRIA DA CONQUISTA”

Meu primeiro entrevistado foi o Professor Antonio Nery Alves Filho<sup>141</sup>, este que parece ter sido uma exceção às leis de transmissão do capital cultural que Bourdieu estabeleceu em seus livros iniciais. Nascido no interior da Bahia, em uma família pobre, tornou-se médico (1970) e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA-1980).

– [...] ia pra feira com minha avó, que me criou, com uma galiotazinha, um carrinho de mão, trazendo a comida pra casa, às vezes, menos... Então, escapei desta pobreza muito grande... devo uma homenagem ao meu pai e a minha avó, que viveram uma pobreza digna; mas era uma pobreza, em uma casa, um lugar simples...

O tempo passou, ele cresceu e veio estudar em Salvador. Formou-se em Medicina/Psiquiatria, em 1970. Seu primeiro trabalho, indicado pelo Prof. Álvaro Rubim de Pinho, foi no Manicômio Judiciário, instituição da Secretaria da Justiça. Ali, questionou a função social desta instituição, percebendo-a como um lugar de exclusão, um lugar de morte. Entendia, menos ainda, o encarceramento dos usuários de maconha neste local. Interessado que estava

<sup>140</sup> “[...] objetivação participante, na qual o pesquisador auxilia o pesquisado num esforço doloroso e gratificante, ao mesmo tempo, para tornar visíveis as determinações sociais de suas opiniões e de suas práticas no que elas podem ter de mais difícil a reconhecer e a assumir [...]”.

<sup>141</sup> O Prof. Nery tem longa experiência no cuidado de pessoas que usam substâncias psicoativas, tendo inaugurado o CETAD-UFBA, em 1985, e, também, diversos dispositivos de cuidado a pessoas em situação de rua usuárias de SPA, dentre os quais, o Consultório de Rua. Foi supervisor do primeiro CAPS ad de Salvador bem como do Ponto de Encontro e do Ponto de Cidadania. Atualmente, é supervisor das equipes de Consultório na Rua de Salvador. Por ser uma pessoa bastante conhecida e reconhecida no campo AD e sabendo que, através do seu relato, seria facilmente identificado, autorizou a divulgação do seu nome.



mais nas pessoas do que nas drogas, mais nos loucos do que na loucura, considerou, mais tarde, que precisava conhecer melhor “*essa história do uso de drogas*”. Conseguiu, em 1983, uma bolsa do CNPq para estudar em um Centro de Tratamento para Toxicômanos, na França, o *Centre Médical Marmottan*, em Paris, criado, em 1977, pelo Psiquiatra Claude Olievenstein, serviço que revolucionou o cuidado dos usuários de heroína, e para lá seguiu. Acredita que foi aí que compreendeu, efetivamente, o que era uma toxicomania e foi lá, também, que escutou, pela primeira vez, a formulação de que a toxicomania era o encontro de uma pessoa com uma droga, em um determinado contexto sociocultural, o que subsidiou, de modo determinante, seu olhar para a questão e para os usuários.

Como consequência desse percurso, em 1985, ele propôs ao Departamento de Anatomia Patológica e Medicina Legal da Faculdade de Medicina, ao qual pertencia enquanto Professor de Psiquiatria Forense, a criação de um dispositivo para atender usuários de drogas e seus familiares, em Salvador. A proposta era cuidar do sofrimento das pessoas nas suas relações com os produtos psicoativos, quaisquer que fossem eles, incluindo também o sofrimento físico, o sofrimento psíquico e social, ou seja, o sofrimento pela estigmatização, pelo espancamento policial, pela humilhação ou por ver a família ter sido exposta às vicissitudes de ter “um drogado”. A proposta era de inaugurar uma clínica que, efetivamente, cuidasse dos usuários e seus familiares, incluindo aqueles que não chegavam no Centro:

– [...] eu sempre me perguntava onde estavam as pessoas que não vinham ao Centro, porque quando eu passava pela Piedade, via pessoas, quando passava pelo Campo Grande, ou quando eu passava embaixo do Elevador Lacerda, também via pessoas de rua; quando eu ia a Itapuã, eu via gente na rua usando cola ou dormindo... a droga era menos visível, certamente, do que é hoje, mas, não menos demonizada.

Relata que, lá pelos idos de 1989, convidou alguns colegas para fazer uma experiência que ele chamou de “banco de rua”. Foram para a Praça da Piedade observar, sem intervir, para compreender melhor as crianças e os adolescentes e os significados do uso de cola de sapateiro. Fizeram o que Gey Espinheira chamou de “observação de pássaros”: ficavam olhando de longe, depois se aproximavam e conversavam com os “meninos de rua”, como eram chamados naquele tempo. Perceberam que o que viam de longe, não era exatamente o que viam de perto. De longe, eram apenas meninos cheirando cola; de perto, eram crianças que tinham saído de casa porque a casa era insuportável ou porque tinham sido mandadas para a rua por serem os filhos mais fortes – *as mães mandavam os filhos mais fortes para a rua para proteger os mais frágeis* –, mas eles – “observadores de pássaros” – só

perceberam isto com o tempo, com a convivência com as crianças na rua, no seu campo social agora modificado com a presença deles.

Considera que essa experiência o tocou muito a partir de três aspectos: 1) o medo de morrer das crianças *porque desde lá se mata muitas crianças e adolescentes na Bahia*; 2) a fome, o abandono e o sofrimento das crianças diante da ausência de futuro o que, de certa forma, dava sentido ao uso de cola que ele começou a chamar de *uso funcional ou adaptado*; e 3) a situação de pobreza dos meninos que remetia à sua própria infância pobre:

– [...] *Eu me sentia muito zangado – vou fazer um pouco aqui, retorno à minha própria vida –, eu tenho a impressão que aqueles meninos me faziam retornar a um período de minha vida muito pobre, no interior... Então, eu diria a você que quando vi de perto esses meninos, de certa forma, isso me remetia a um lugar antigo e conhecido... eu ficava muito aborrecido com a falta de possibilidade daqueles meninos, porque o que me chamava atenção era a falta de oportunidade, que eu estou chamando aqui de possibilidade –, possibilidade não é uma boa palavra, não – era uma falta de oportunidade; eu dizia: ‘não é justo que essas crianças não possam ter uma escola, não possam ter um lugar onde possam ir dormir, não possam ter alguém que cuide delas’, como tive... foi nesse sentido que nós começamos...*

Os sentidos biográficos atribuídos pelo entrevistado ao começo de muitos projetos e serviços voltados para a população de rua certamente encontrarão explicação lógica em sua história de vida marcada por uma pobreza digna, como ele mesmo referiu, e que parece tê-lo tornado mais sensível à pobreza indigna e destituída de oportunidades dos “meninos de rua”. Mas, como nos alerta Bourdieu (1986), em *A ilusão biográfica*<sup>142</sup>, é preciso não se deixar tomar ou seduzir pelo relato autobiográfico guiado, na maioria das vezes, pelo objetivo de construir explicações lógicas para a vida, de encontrar justificativas para as posições tomadas estabelecendo relações e sentidos entre os acontecimentos significativos e marcantes de uma trajetória de vida, invariavelmente, em uma perspectiva de causa e efeito. A história de pobreza aqui relatada nos interessa pelo reconhecimento de que o entrevistado carrega em sua trajetória uma herança familiar que produz determinadas disposições de classe ou determinadas identificações coletivas e o acesso à apreensão de um sistema específico de disposições capaz de fazer cumprir os papéis sociais esperados. Como ele mesmo diz: *eu era*

<sup>142</sup> Diz-nos Bourdieu, em *A ilusão biográfica*: “produzir uma história de vida, tratar como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e deixa de reforçar” (1986, p. 185).

*para ser um vendedor de galinhas na Feira de Vitória da Conquista, se não fosse...* Esta foi a sua herança familiar.

Então, se o *habitus* “[...] auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupo e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social” (SETTON, 2002, p. 20), como explicar a aquisição de tanto capital cultural por alguém tão despossuído de capital econômico – já que há uma clara associação entre estes capitais? Como explicar sua mobilidade social, cultural e econômica? A homenagem rendida à avó e ao pai certamente indica que estas duas figuras foram importantes para que outros encontros aqui não revelados em outros campos sociais tenham sido relevantes para a aquisição de um sistema de disposições constituído por outros capitais, para além das disposições esperadas no seu campo sociofamiliar específico. Se a ancoragem de cada um em sua classe induz certas disposições correlatas, como vimos este não é o único fator determinante. Essa mobilidade apenas demonstra que *habitus* é, principalmente, história se fazendo.

## 5.2 “EU ESTAVA BEM MARAVILHOSA NESSE MOMENTO DA MINHA VIDA”

Minha segunda entrevista foi com Alice. Ela vem de uma família conservadora também do interior da Bahia cujos pais não tiveram condições de fazer o ensino superior e, então, ela e o irmão tinham esta missão, a de estudar na Universidade. Entrou no curso de Ciências Sociais para descontentamento da sua família que tinha expectativa de que tivesse uma profissão mais valorizada socialmente. Relata que, naquele momento da sua vida, ainda tinha uma visão muito moralista sobre o uso de drogas, com uma breve iniciação nos tempos de escola. Resolveu experimentar, de novo, na faculdade e, neste tempo e espaço social, o uso de maconha fazia todo o sentido:

– [...] e aí eu resolvi experimentar, assim, de verdade, por que eu já tinha experimentado no colégio, não tinha batido e só veio bater, eu só fui entender, que eu não tinha entendido a onda da maconha, só depois, quando eu comecei a usar de maneira mais frequente e o uso de maconha estava muito ligado a essa coisa da reflexão, da descoberta de um novo mundo mesmo, do entendimento de outros valores, assim, sociais, de maneira geral, é algo bem transformador, então, essa ideia da religiosidade, essa ideia de sociedade, de ciência, é... a temática do... da sexualidade, do racismo, era algo que era muito presente na disciplina de Ciências Sociais, então, foi algo bem transformador, eu estava bem maravilhosa [risos] nesse momento da minha vida.

“O real é relacional”, alerta Bourdieu (1989a, p. 28). Nesta perspectiva, ainda que as categorias de participação na realidade social sejam consequências da incorporação de estruturas objetivas ao longo de uma trajetória de vida, as relações de forças objetivas em um novo campo social implicam no encontro de diferentes percepções, disposições e consequentes lutas e conflitos que opõem e/ou unem os agentes na construção de outros sentidos de mundo social, de suas tomadas de posição, do seu *habitus*. O mal-estar, a ansiedade, as inquietações, mas, também, os afetos e as alegrias advindos deste processo representam um considerável motivador para a construção de novas estruturas e disposições para seguir a vida. No caso de Alice, o encontro com essas novas visões de mundo foi inquietante, transformador, maravilhoso. Mas a família parecia não perceber as suas experiências desta forma, principalmente o uso de maconha, de modo que, pouco depois, Alice foi submetida a uma internação involuntária imposta por seus pais e que também foi marcante e determinante como “efeito do destino”:

– [...] *ai chega minha mãe, duas tias e quatro armários, assim... quatro caras, com dois carros, sabe? Uma coisa assim... E eu nunca... e eu não botei fé que isso aqui estava rolando, eu falei, rapaz eu vou... vou ver qual é... falei: ‘olha, ninguém precisa me levar à força’. Ai eu fui... Não colocava tanta fé assim que eu realmente iria ficar internada. Quando eu cheguei, meu pai estava me esperando, tava aquela, toda aquela cena armada na clínica. Ai eu entrei na sala do psiquiatra, foi um psiquiatra que me atendeu, e eu lembro que, na minha cabeça, assim, olha não tem nenhum problema, eu fumo, – e eu, de fato, fumava só final de semana – eu vou dialogar com esse cara por que se esse cara é um profissional e ele entende das coisas, ele vai entender... e ai eu comecei, eu viajava, falava no uso de maconha, como era maravilhoso, como tinha me deixado mais esperta para Ciências Sociais, começava a estudar melhor, a prestar mais atenção em coisas que eu não prestava, bábábá; nisso, ele tinha uma... ele tava com a mão assim... ele botou a mão aqui em baixo e tinha uma buzina, eu não entendi. Ai chegou quatro caras me pegando à força, eu disse “não, como assim?”, um pegou pelo braço, outro pegou pela perna, quatro, um negócio assim, eu tentando, ali, foi bem feio, assim, a cena, eles me colocaram pra dentro, não conseguiram me imobilizar, ai eles me engabelaram até conseguir eu perder os sentidos, eu parar de gritar, de falar, por que foi uma cena na clínica, né?, e foi muito bizarro. Eu acordei e fiquei sabendo que fiquei dois dias amarrada, acordei amarrada numa cama, braço e... e mão amarrada... é... e fiquei, eu fiquei dois meses... foram dois meses... um mês e pouco, assim, eu não lembro muito bem, sabe? O tempo meio corta... A minha formação militante foi lá dentro [...].*

Quando saiu da internação, rompeu relações com a família e foi morar com uma amiga. Começou a trabalhar, experimentou de tudo e também entendeu que era preciso fazer circular outras narrativas em relação à temática. Então, ela e alguns colegas estudantes-usuários ocuparam os espaços do movimento estudantil, apesar de o uso de drogas ser muito mal visto, e começaram a construir outro discurso, de dentro, usando e militando. Conheceu a redução de danos e participou da construção do Coletivo Balance<sup>143</sup>:

– *Eu acho que foi a partir dessa ideia da redução de danos que eu fui começar... que eu comecei a entender que eu tinha lugar na luta e que eu tinha uma tarefa, para além de usar drogas, que eu tinha que dar um rumo pra minha vida mesmo e eu acho que fui compreendendo e entendendo a redução de danos, com Marcelo, e depois, na rua, é que eu fui dando essa estruturada... Eu acho, a minha grande formação que eu acho que foi na rua mesmo, assim... de... é... de entender o que que importava mesmo para falar era na política de drogas, de entender quais as contradições que estavam postas nessa política de drogas, foi nesse contato.*

Fala também do seu encontro com o mundo da luta antimanicomial e da sua inserção no Programa de Redução de Danos (PRD) do CETAD-UFBA onde atuou como redutora de danos. Alice seguiu estudando-pesquisando, trabalhando e militando no campo AD e nas ruas de Salvador, participando da construção de políticas e serviços importantes que serão mencionados ao longo desta tese.

A história de Alice apresenta como “pano de fundo” um contexto marcado por estigmas, preconceitos e práticas violentas de tratamento às pessoas que faziam uso de drogas ilícitas. Nascida em uma família conservadora e com a atribuição de se graduar, o encontro com os conhecimentos advindos das Ciências Sociais e com outras pessoas – colegas e professores – [...] *foi algo bem transformador. Eu estava bem maravilhosa nesse momento da minha vida.* Mas, também a violência sofrida através da família e por aqueles que tinham a missão de cuidar parece ter sido determinante para as estratégias<sup>144</sup> de vida, construídas a partir daí e que parecem ter incidido fortemente sobre sua trajetória social. É possível dizer

<sup>143</sup> O Coletivo Balance de Redução de Riscos e Danos foi inicialmente concebido como parte do projeto de tese de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, de Marcelo Magalhães, em 2006. Realiza intervenções em festas *rave*, informando e dialogando com os participantes na perspectiva da redução de danos, mas, também, cuidando, quando necessário, dos usuários de drogas sob efeitos de substâncias psicoativas durante os eventos (NERY FILHO, et al. 2012).

<sup>144</sup> Para Bourdieu, o *habitus* ajustado às demandas do campo social produz *estratégias* que, “[...] embora não sejam consequência de uma ação consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação” (2004, p. 23).

que situações intensamente violentas ocasionam uma ruptura, uma mudança de trajetória. É como se as transformações do *habitus*, que poderiam ocorrer paulatinamente, tivessem sido precipitadas por esta situação. O *habitus* foi instado a se modificar. Nos esquemas disposicionais construídos ao longo da vida, parecia não haver referências para responder, dentro do *script* esperado, às violências sofridas no processo de internamento. O passado já não fornecia os sentidos adequados para compreender esta situação.

Obviamente, não estou propondo que essa situação objetiva de violência seja considerada de forma linear, do tipo ação e reação, mas se o conceito de *habitus* anuncia um elo entre a estrutura das posições objetivas construídas ao longo de uma trajetória, a subjetividade coletivizada dos indivíduos e as situações presentes, configurando-se como um sistema flexível de disposições, portanto mutável e adaptável, é possível inferir que esta experiência de ataque insidioso à sua dignidade causou um dano profundo e injusto que passou a habitá-la transformando, radicalmente, seu *habitus* e seu modo de estar e seguir no mundo. Esta interpretação está pautada na definição de sofrimento tal como formulada por Kleinmann, Das e Lock (1997) no livro *Sufrimento social*, concebido como o resultado histórico de forças devastadoras que alteram decisivamente a experiência humana.

Importante dizer que a expressão corporal de Alice durante o relato do internamento ainda refletia toda a sua indignação com o ato de violência repentino e inexplicável pelo qual foi vitimada, mas, também, tinha muita força e coragem para a luta. Como ela disse, sua militância começou ali! Certamente, há uma ferida que jamais será cicatrizada e, em cada luta, talvez haja uma força curativa que reelabora e ressignifica as violências vividas e as que continuam cotidianamente sendo impetradas pelo social. A militância pode ser aqui entendida como uma força que, ainda que curativa, não deixa esquecer que a sua vida e a de milhares de outras pessoas não voltou e não poderá voltar “ao normal”<sup>145</sup>.

### 5.3 “SÓ ME RESTAVA LAVAR PANELA, PORQUE ERA NEGRA”

Rosa tem 42 anos, sua mãe era lavadeira, tinha 9 filhos e não tinha condições sociais de fornecer o necessário para o digno desenvolvimento familiar e social. Considera

---

<sup>145</sup> É relevante atentar que esta mesma experiência relatada por Alice – a internação forçada – pode não levar a um destino “socialmente feliz”. Muitas pessoas, após uma experiência traumática, podem seguir trajetórias de vida marcadas pelo uso problemático de drogas, violências, adoecimento etc. dentro da mesma interpretação dada a Alice. A interpretação pode ser a mesma; os destinos, não.

que, como era a caçula, sofria mais ainda com a situação de extrema pobreza familiar. Disse que passou *por poucas e boas* e não queria ter um filho que também passasse por isto: – *sempre tive a ideia de estudar, de trabalhar, construir casa, porque minha vida foi muito sofrida.*

Aos 16 anos, participou de um trabalho, no CETAD-UFBA, chamado Saúde Reprodutiva que atuava no Calabar. Ela fez parte de uma seleção para adolescentes multiplicadores e passou. Considera que a inserção nesse Programa foi um diferencial em sua vida. Ela pôde acessar outras comunidades, ouvir outras histórias nas rodas de conversa coordenadas por psicólogos e começar a entender que não era a única adolescente a passar pelas situações sociais que passava. Diz:

– *[...] o resultado disso é que eu sei que muitas das minhas amigas adolescentes da época não fizeram aborto, foi diminuindo muito a evasão escolar na época, que a gente passou a ter vontade de aprender a ler, escrever corretamente, vontade de ler, que a gente não tinha; a gente ia para a escola mais pelo lanche e pela diversão entre a gente do que pelas matérias em si.*

Foi, então, se envolvendo com outros projetos no próprio CETAD-UFBA, como o Programa de Redução de Danos. Sua identificação com o trabalho está na possibilidade de *mudar a vida das pessoas*. Viu muita coisa em sua comunidade: as situações de violência a que as mulheres estavam submetidas; a miséria que levava à venda dos próprios corpos ou ao uso de drogas e completa dizendo que ela sabe o que é o olhar da diferença:

– *[...] essa coisa do preconceito que a gente enfrenta muito. Imagine quem está em situação de rua vivendo tudo isso... Por ser negra, eu já sofri preconceito de ter toda qualificação para trabalhar e aí chegava na hora, por que morava num bairro em que o tráfico impera, por morar numa localidade em que os ônibus não entravam... Só me restava lavar panela porque era negra.*

No relato de Rosa, a dor se fazia ouvir na voz que embargava, nos olhos muitas vezes marejados, nos ombros que caíam para logo levantarem em posição de luta, marca presente na história desta mulher, que tem um lindo sorriso. Em muitos momentos da entrevista, meus olhos choraram junto com os dela. Pelos “efeitos do destino” tão difícil, quando não impossível, de desviar, como tão bem expressa Bourdieu (2012b, p. 85): “[...] a ‘violência inerte’ da ordem das coisas, aquela que está inscrita nos mecanismos implacáveis do mercado de trabalho, do mercado escolar, do racismo (presente também nas ‘forças da ordem’ encarregadas, em princípio, de reprimi-lo) etc.”.

Para Rosa, o encontro com a redução de danos como estratégia e como trabalho foi o que possibilitou certo desvio do destino aparentemente traçado, mas não trilhado. Diferente de muitas de suas amigas adolescentes, ela não engravidou, não usou drogas de forma problemática ou foi mulher de traficante, não precisou vender seu corpo e sua alma para sobreviver e, ainda que as marcas do estigma nunca a abandonem, encontrou no cuidado do outro também o cuidado de si. Conta, emocionada, da sua alegria ao ligar para uma mãe e poder dizer: – *seu filho está vivo, ele está bem, ele está com saudade de você*, e ouvir do outro lado da linha um afetuoso “muito obrigado”.

#### 5.4 “PORQUE EU VIVI, EU ESTIVE NO LUGAR DE ASSISTIDA E ISSO É FUNDAMENTAL”

*Eu acho que a minha identificação tem a ver com a minha trajetória, eu vim, eu morei a vida inteira em um bairro da periferia de Salvador, e quando eu vou pra rua eu encontro várias pessoas que estavam desaparecidas do bairro... Houve uma identificação de imediato com essa população porque eu me vejo aí também.*

Maria é uma jovem cientista social que nasceu e cresceu em um bairro na periferia de Salvador, bem próximo a uma “boca de tráfico”. Tem um irmão que é usuário de drogas e uma *mãe pobre e negra*. Reflete que o que a separou das pessoas com quem trabalha e que, muitas vezes, têm a mesma idade que ela, foi uma linha *muito tênue*. Acredita que, nas trajetórias da vida, tem também algo de individual e que o fato de ter passado pela Fundação Cidade Mãe foi determinante para o entendimento de que precisava estudar:

– [...] *eu sei da importância de um movimento social na vida de alguém, entende?*

*Porque eu vivi, eu estive no lugar de assistida, e isso é fundamental.*

Em sua família, até hoje, ninguém tinha cursado a Universidade:

– *Pra mim, como foi que eu entrei na universidade, se nem meu pai nem minha mãe nunca entraram?*

Reflete que poderia não ter continuado, pois, quando terminou o ensino médio, o sonho de emprego da sua geração era ser *call center* e ela foi realizar seu sonho. Foi depois que já estava trabalhando que entrou na Universidade. Acredita que é um conjunto de coisas que determina uma trajetória: – [...] *é um conjunto de possibilidades que faz com que você vá se agarrando aqui e ali e criando sua trajetória* – como o fato de não ter sido usuária de drogas, de sua mãe tê-la protegido em algumas situações, de não ter engravidado na



adolescência, como a maioria de suas colegas de famílias paupérrimas que engravidaram e precisaram abandonar a escola para casar e/ou cuidar do filho.

Diz que nunca foi uma aluna excepcional, até na universidade nunca foi uma aluna brilhante, [...] *mas eu fui me agarrando em fragmentos de possibilidades que foram trilhando o meu caminho até aqui.*

Como Rosa, Maria foi igualmente marcada por todos os tipos de estigmas: étnico, da pobreza, de ser da periferia, da marginalidade imposta pela escravidão ainda não superada etc. Na “ordem das coisas”, elas deveriam seguir os “efeitos do destino”, mas não seguiram. Foram se *agarrando em fragmentos de possibilidades*, disse Maria. Mas, o que faz com que uns poucos desviem do caminho a ser seguido pelos “dominados” na reprodução social e cultural já determinada e ratificada pelo poder simbólico? Que adquira outros “gostos” e disposições ou consiga construir e realizar sonhos e projetos com pequenos e longos futuros, quando não foram recebidos no nascimento com um abençoado “boa viagem pela vida<sup>146</sup>”, significando os desejos e todas as possibilidades de “lindos destinos”? O que estas vivências podem ensinar para o trabalhador de rua sobre os sentidos das suas ações?

A Sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se ela tivesse por fim apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens e mulheres mesmo quando aqueles homens e mulheres, à maneira de marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não tiver como tarefa restituir a esses homens e mulheres o sentido de suas ações (BOURDIEU, 2006, p. 92).

## 5.5 “DE FORMADO NA FAMÍLIA E QUE TRABALHA NA ÁREA, EU SOU O PRIMEIRO”

Isaac é um jovem psicólogo, redutor de danos, nascido no interior da Bahia. Veio para Salvador com 3 anos de idade. O pai era motorista de ônibus. Ele estudou em colégio particular até a 8ª série, quando o genitor foi demitido e ficou quase um ano desempregado. A família passou por uma dificuldade financeira muito grande, mas ele era o mais novo de uma prole de três e tinha muita proteção e cuidado das duas irmãs mais velhas e da família como um todo. Tinha um padrinho que pagou o seu ensino médio em colégio particular. Decidiu entrar no Mosteiro e foi monge beneditino por três anos. Saiu do Mosteiro e foi cursar

<sup>146</sup> O cantor alemão Udo Jürgens compôs a música “Boa viagem pela vida”, em homenagem ao nascimento do neto. Diz a música: “Boa viagem pela vida... eu te desejo muitos e lindos destinos... e jamais se esqueça de amar! Para ser feliz é preciso muito amor!” (Tradução minha).

Psicologia. Entrar na Faculdade não era um costume familiar. Sua família era de origem muito simples e seus pais estudaram muito pouco. Sua irmã mais velha chegou a cursar a faculdade, mas não trabalha na área:

– *De formado na família e que trabalha na área, eu sou o primeiro.*

Conta que o contato inicial com a população de rua foi em uma atividade da disciplina de Psicologia Comunitária em que ele se passou por catador de latinha, na estação de ônibus da Lapa, e viveu esta experiência da “invisibilidade”. Relata que o momento mais marcante foi quando ele decidiu dar as latinhas que catara para um dos recicladores:

– *[...] ele foi o único que me acolheu. Os outros me olhavam atravessado, não gostavam muito. Aí o que acontece: quando eu dou essas latinhas para ele, ele pega dois ou três reais, não lembro, que tinha no bolso, e quis pagar um suco, um lanche para mim em agradecimento. Aquilo ali para mim foi muito forte, por que ele pegou tudo que ele tinha do dia, assim, por que o valor da latinha não é muito alto... Ele pegou tudo que tinha para me dar... Isso para mim foi muito forte.*

Seguindo sua trajetória, teve a oportunidade de estágio com a população de rua, no Ponto de Encontro e no Programa Corra pro Abraço. Ao se formar, trabalhou como redutor de danos e, depois, como psicólogo, no Consultório de Rua do CETAD, no Projeto Ponto de Cidadania e no Programa Corra pro Abraço.

É evidente, na expressão facial de Isaac, a satisfação e a alegria ao referir que foi o primeiro na família a se formar e conseguir trabalhar na área. Se considerarmos a família como um campo social, como propõe Bourdieu, é possível afirmar que a aquisição de determinados capitais, especialmente o cultural, foi fundamental para o processo formativo de Isaac, no que se refere ao seu desempenho escolar e à escolha dos caminhos de vida. A depender da posição social, econômica e cultural da família, seus filhos precisarão de mais investimento para que determinados capitais sejam conquistados, mantidos e/ou expandidos. Por exemplo, uma família de classe mais favorecida já utiliza, no seu cotidiano, a linguagem formal utilizada no campo escolar. Neste sentido, é mais fácil que a criança “naturalmente” se adapte a esse campo e siga o processo formativo esperado. Já uma criança de classe menos favorecida não se identificará “naturalmente” com a linguagem e códigos do campo escolar, expressando possivelmente mais dificuldade em seu processo de aprendizagem. Mesmo que o encorajamento seja grande em uma família menos favorecida cujo filho é a esperança de ascensão social não alcançada pelas gerações anteriores, seu esforço terá que ser maior para se equiparar às habilidades “naturalmente adquiridas” pelo seu colega de classe social mais abastada.

É preciso observar, também, que, subjetivamente, essa condição de desfavorecimento cultural pode se transformar em uma “desesperança” em relação ao futuro, o que, claramente, não foi o caso de Isaac.

Como somos constituídos por herança familiar – e, portanto, por herança de classe, já que cada classe possui suas socializações familiares típicas – e por certos pressupostos emocionais e morais como capacidade de autodisciplina, de concentração, de pensamento e cálculo prospectivo etc..., algumas classes são literalmente condenadas à marginalidade, enquanto outras ao sucesso mundano (SOUZA, 2016b, p. 35).

Então, apesar de não trazer, na sua herança familiar e de classe, as disposições emocionais e cognitivas que facilitaríamos seu processo formativo, Isaac foi alvo de muito investimento familiar – capital econômico e social – para que alcançasse o sucesso escolar e a posterior inserção no mercado de trabalho como psicólogo, modificando, assim, a “ordem das coisas” e os “efeitos do destino”.

#### 5.6 “O PONTO DE CIDADANIA ME DEU UM LUGAR, ENTENDE?”

Talita é uma jovem psicóloga, assim como sua mãe, que teve seu primeiro contato com a população de rua através do Ponto de Cidadania. Refere que, durante todo o seu processo formativo, sempre buscou fazer algo relacionado ao social. Foi estagiária do CETAD-UFBA e foi assim que soube do Ponto de Cidadania e se dispôs a trabalhar como voluntária, depois como redutora de danos e, finalmente, como psicóloga. *O Ponto de Cidadania dentro de mim começou antes de eu entrar...* Conta que não sabia que era possível esse outro tipo de cuidado, que não é o *setting terapêutico fechadinho* e isso começou a intrigá-la. Aí se aproximou da rua e essa clínica foi crescendo com o reconhecimento dos resultados vistos nos pequenos detalhes:

– *O Ponto de Cidadania para mim é no pequeno, é no cara a cara... os retornos que eu ia recebendo em termos dos meus investimentos, através do vínculo, é muito bonito...*

Talita fala com muita emoção das histórias da rua, especialmente com as crianças, de tal modo que, em determinado momento da entrevista, pergunto a ela como é o encontro entre mundos tão diferentes, considerando sua origem de classe média-alta, sempre residindo em bairros nobres de Salvador, estudando nas melhores escolas e com uma família presente e cuidadosa, tudo que a maioria das crianças e pessoas em situação de rua não teve ou não tem. Ela responde:

– [...] *É entranhas... Não tem como se fazer esse trabalho, ainda mais eu que venho de outra realidade, eu estou em um outro lugar, uma outra posição, eu tenho um lugar com outras vivências, então, não tem como fazer isso desse lugar só, apenas... para mim, não tem como se trabalhar no Ponto de Cidadania sem que se deixe ser inteira, então, eu não ia lá enquanto pessoa da periferia, que eu não sou, mas eu ia lá com tudo que eu podia dar, a partir desse lugar que eu tenho e sou e eu conseguia me modificar... Então, foi onde eu mais aprendi na minha vida... e eu conseguia me modificar e dizer que estamos juntos, apesar de não sermos o mesmo... Então, nós estamos juntos e funciono como uma ponte, eu sou uma representante de uma sociedade e eu digo que estamos juntos, que é mínima essa sociedade, pois eu sei que muitas pessoas não se importam, mas, foi meio que isso, foi uma troca grande... parte de mim ficou e eu levo em mim parte do que experimentei. Com certeza... Eu acho que o Ponto de Cidadania entrou já num período... foi meu primeiro trabalho. Eu estou me tornando adulta, então, tipo, me ensinou a estar no mundo... O Ponto de Cidadania me deu um lugar, entende? A gente também recebe um lugar e recebe um lugar de cuidado, um lugar assim de construção eterna, de uma reconstrução o tempo todo... Eu acho que me tornei adulta com o Ponto de Cidadania!*

Talita vem ao mundo trazendo, em sua herança familiar e de classe, um grande capital cultural e econômico, fazendo cumprir, de certa forma, o destino que lhe foi traçado, tornando-se psicóloga e trabalhando no CETAD, como sua mãe. Mas, ainda assim, considera que foi com a gente de rua que se tornou adulta, entrou no mercado de trabalho e encontrou um lugar no mundo. Mundos tão diferentes! Ela admite que era uma “reconstrução” o tempo todo. Reconstrução do seu *habitus*. Aquisição de capital social.<sup>147</sup>

No caso de Talita, a convivência com a gente de rua lhe permite acesso a: 1) conhecimentos que podem ser transformados por ela em capital cultural, ao enquadrá-los, ou melhor, ao traduzir para a linguagem científica este conhecimento prático; 2) reconhecimento social ou capital simbólico, no sentido de que ela constrói um lugar social enquanto trabalhadora de rua, ampliando também sua rede social e afetiva; e 3) capital econômico, já que está inserida no mercado de trabalho e recebe um salário para exercer suas atividades profissionais. Nesta perspectiva, como defende Bourdieu, “não existe um ato desinteressado”.

---

<sup>147</sup> Para Pierre Bourdieu (2001), capital social se refere à construção de uma rede relacional, relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo; é construção de sociabilidades e pode ser convertido em outros capitais.

Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados, e o burocrata não é apenas o servidor do estado, é também aquele que põe o estado a seu serviço (BOURDIEU, 2008, p. 152).

Por trás de qualquer ato que se mostre desinteressado, existe sempre um interesse oculto e que não está à vista para todos, inclusive, muitas vezes, para o próprio autor do ato! No relato de Talita, ela reconhece e enfatiza alguns “ganhos” como trabalhadora de rua:

– *os retornos que eu ia recebendo em termos dos meus investimentos, através do vínculo, é muito bonito... Eu até cheguei à conclusão de que eu não estou no Ponto de Cidadania pelas pessoas, mas é muito mais por mim, por que eu tenho que estar...*

### 5.7 “EU ACHO QUE O TRABALHO, INCLUSIVE, É CONSEQUÊNCIA DISSO, DESSA HISTÓRIA DE VIDA”

Emily é Psicóloga, mestre em Saúde Coletiva, com experiência no campo da saúde mental e população de rua. Conta que consegue lembrar que a população de rua despertou seu interesse ainda na infância. *Eu acho que o trabalho, inclusive, é consequência disso, dessa história de vida assim.* Relata que morava na Pituba, bairro nobre de Salvador e que, na época, os “pivetes do Nordeste de Amaralina” – era assim que os meninos da periferia eram chamados – invadiam a Pituba e, de dentro das grades do playground, ela e as outras crianças do prédio, todos brancos, viam os meninos passarem em bando, quase como uma reedição do livro *Capitães de areia*, de Jorge Amado. Ela descreve que eles andavam em grupo, com paus nas mãos, tinham a mesma idade dela e dos amigos, ou seja, entre 10 e 12 anos e não usavam camisa. Considera que era uma “imagem grotesca” para eles que estavam dentro desse *playground*. Eles vinham gritando e assustando as crianças do prédio, passando os cabos de vassoura pela grade fazendo um grande barulho e ela e os amigos saíam correndo para se esconder.

– *[...] Mas aquilo era muito perturbador para mim, eu ficava absolutamente tomada... tinha medo, tinha medo, mas tinha um incômodo. Eu ficava muito tempo pensando naquilo, tipo, quem eram aqueles meninos, eles tinham a minha idade, mas por que que eles estavam lá fora e eu estava aqui dentro, tipo, era um negócio que mobilizava, e eu tenho uma avó que sempre me chamou muita atenção pra isso. Então, a gente andava pelas ruas e minha avó dizia ‘olha, tá vendo, tem alguém na rua’, tipo essa pessoa não tem casa, não tem comida... minha avó é alguém que não estudou, que não tem formação nenhuma, mas... mas*

*tem uma veia humana para ler o sofrimento, para perceber, para sentir o sofrimento do outro e ela fazia isso o tempo inteiro, ela estava sempre apontando que tinha alguém sofrendo e que a gente precisava enxergar e eu sempre vi...*

Conta que tinha um desses meninos que pedia pão e a avó começou a ajudar. Esse menino, que era um desses “pivetes”, começou a entrar no prédio, a fazer pequenos serviços para a sua avó e ele, de repente, estava almoçando em sua casa e se tornando parte do seu cotidiano. Esse menino se chamava Carlinhos e ele falava de outro lado do mundo que ela desconhecia, que era a vida dele, lá no Nordeste de Amaralina. Considera que essa convivência também foi construindo uma aproximação que se concretizaria no futuro como trabalho e causa de vida, no sentido das lutas e defesas no campo dos direitos humanos. Também se incomodava com o modo como os meninos eram tratados nas sinaleiras, os vidros fechando, uma *violência horrorosa*:

*– [...] eu dizia assim, ai coitado, como deve ser pra ele ser o tempo inteiro rejeitado, sei lá, eu com dez anos de idade pensando essas coisas e aí eu acho que não à toa eu escolhi psicologia e não à toa eu escolhi trabalhar com o que há de mais vulnerável, então, eu fui escolher saúde mental, eu fui pra dentro do Juliano Moreira e fui fazer residência, na verdade, antes disso ainda, né, quando Nery me deu aula, quando Nery foi [meu] professor, ele falou sobre o CETAD, aí eu fiquei absolutamente encantada...*

O que faz com que uns tenham “*uma veia humana para ler o sofrimento*”, se incomodem com a “*violência horrorosa*” e se sintam claramente “*encantados*” com a possibilidade de “transformar” este mundo?

Como bem ensina Bourdieu (2008), mesmo considerando o ganho simbólico advindo do reconhecimento universal da escolha (nada natural, vale lembrar) de posição no campo social ou outros ganhos de capitais coadunados com as condições sociais e os condicionamentos dos quais o indivíduo é produto – sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais –, mesmo assim, sempre escapará uma parte das inumeráveis e possíveis representações de si e da realidade. Algo sempre escapará e cabe a nós, pesquisadores, tentar compreender os “porquês”, seus efeitos e os espaços possíveis de transformação social.

## 5.8 “EU ENTREI DE PARAQUEDAS NO CAMPO”<sup>148</sup>

Ana é uma jovem médica de família do interior da Bahia, filha de pai médico e mãe assistente social, que veio junto com a irmã para Salvador, aos 11 anos, para estudar. Teve pouco contato com a gente de rua na sua infância, mas percebia e se incomodava com a presença deles:

– [...] *eu lembro que uma vez, a gente estava saindo do mercado, e aí, na época, a gente ia fazer uma festa de aniversário e tinha gasto muito, nada absurdo, tinha gasto dinheiro, eu acho que sempre tive esta dimensão do dinheiro, e eu lembro que eu fiquei me sentindo muito mal por estar gastando esse dinheiro assim, eu lembro, eu dentro do carro me sentindo muito mal por causa disso. Eu nem lembrava dessa lembrança.*

Também recorda que tinha uma propaganda com meninos de rua, com a música “chove lá fora e aqui, tá muito frio”, que era uma propaganda muito pesada com a questão do menino de rua: – *eu odeio essa música até hoje... mas sempre foi numa perspectiva muito distante. Naquele momento não chegava tanto como chega agora.* Considera que entrou meio de *paraquedas* no campo. Mesmo assim, é importante dizer que ela é muito querida pela gente de rua. Dizem na rua que ela é *de verdade*.

Ana também tem uma origem social e familiar de classe média alta, com relativo capital cultural e econômico e acredita ter entrado no trabalho com a população de rua, usuários de substâncias psicoativas, por acaso, *de paraquedas*, diz ela. Mas, em *A distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu (2007a) considera que as interpretações e posições tomadas no campo nunca são consequência de situações isoladas ou decorrentes do acaso. Há uma ordem subjacente às coisas e às escolhas, ainda que as práticas das diferentes classes, em diferentes campos e subcampos, se distribuam ao longo de um rol infinito de possibilidades, gerando, também, um campo de preferências tão grande quanto esse universo de possibilidades objetivas. Nesta perspectiva, obviamente, é impossível estabelecer relações simplistas ou unicasais para as escolhas e caminhos de vida, ainda que elas sejam impregnadas de sentidos. Por outro lado, é importante lembrar que é o *habitus* que faz um agente ter determinado gosto, porque as preferências estão relacionadas às condições objetivas de existência – permitindo o estabelecimento de possíveis relações entres as

<sup>148</sup> A trabalhadora se refere ao campo do cuidado à saúde das pessoas em situação de rua lembrando que o campo social é entendido por Bourdieu (2008) como um “campo de forças e de luta”, onde os agentes atuam segundo suas posições, podendo modificar o campo e serem modificados relacionalmente por ele.

trajetórias de vida, seus condicionamentos sociais e as subjetividades construídas – abertas às novas demandas do campo, sustentado em uma relação simbólica, mas nunca determinista.

### 5.9 SÍNTESE REFLEXIVA: O MEU PONTO DE VISTA SOBRE OS PONTOS DE VISTA

Com este “trocadilho” reconheço a importância de objetivar a mim mesma em todo o percurso desta pesquisa, principalmente aqui, no momento da escrita. É nesta perspectiva que considero que os fragmentos de vida aqui compartilhados através das trajetórias sociais dos trabalhadores de rua apontam para a relação inseparável entre a singularidade e a coletividade, entre o eu, o outro, então nós, que marcam o cotidiano das existências humanas. Utilizando como referência teórica os ensinamentos de Bourdieu, enfrentei como primeiro desafio ultrapassar a sedução dos relatos dos entrevistados tão carregados de emoção e tão lógicos em seus autorrelatos. Alerta à ilusão biográfica, segui guiada pela questão que me inquietava, qual seja: de que modo as diferentes trajetórias sociais marcam os encontros entre os trabalhadores e a gente de rua? Esses “encontros” se devem ao “acaso”?

Logo percebi que, ainda que haja certa imprevisibilidade em um “encontro”, não há acaso nas escolhas relacionais que seguem e se fazem história. À luz de Bourdieu, aprendi com os entrevistados que não existem escolhas desinteressadas, ainda que, enquanto pesquisadora, eu saiba que não conseguirei compreender totalmente as múltiplas determinações que implicam qualquer posição adotada por um agente em um tempo e espaço social. Certamente, aqui, regularidades são reveladas nas trajetórias e nas posições adotadas diante das “misérias do mundo”, mas a variabilidade e indeterminação também estarão sempre presentes nas inesgotáveis possibilidades de responder objetivamente às demandas do campo social.

Concluo, ao me colocar no lugar<sup>149</sup> dos entrevistados, que as diferentes trajetórias, com suas “autovisões” e realizações práticas, se encontram e entrelaçam na sensibilidade à temática, na mobilização, no inconformismo frente às injustiças vivenciadas pela gente de rua, nas práticas e nos movimentos de resistência. E, ainda que pareça ser por acaso que se tornaram trabalhadores de rua, suas histórias demonstram que também eles sofreram os

---

<sup>149</sup> Para Bourdieu, é somente à medida que o sociólogo “[...] é capaz de se objetivar a si mesmo, que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto (que é também, ao mesmo em uma certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele” (2012b, p. 713).



“efeitos do destino” e seguem a “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2012b): buscam reconhecimento e se reconhecem; curam suas feridas ao cuidar e serem cuidados; sentem-se tristes, alegres, cansados, amedrontados, corajosos e, assim, vão desvelando outros sentidos para suas existências, tornando suas pequenas misérias ainda menores diante das grandes misérias que escutam e veem cotidianamente no trabalho na rua. É certo que a maioria dos trabalhadores não sente “na pele” a *violência horrorosa* a que está submetida a gente de rua, mas a alma, deles e a minha também, muitas, muitas vezes, fica despedaçada – mas não desesperançada.

## 6 EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO SOCIAL DE TRABALHADORES DE RUA

*Acho que a carga mais pesada para o Consultório na Rua é essa dor da impotência. Esse vínculo afetivo que acaba sendo criado e a gente não pode abrir mão dele, porque a base do nosso trabalho é a vinculação; o afeto também faz parte. E como nós lidamos direto com as instituições, e vem este aspecto das instituições, essa carga emocional acaba ficando com a gente, e muitas vezes a gente não sabe como lidar com isso, e sofre, e dói! Dói levar um paciente numa emergência e ele não ser atendido porque tinha muita gente, porque estavam em situação de greve, porque não tinha leito... apesar de ter passado pela triagem, ter recusado a internação, e a gente ter que levar de volta, largar no seu local de permanência e no outro dia ele ser encontrado morto! Então, esse sofrimento fica com o Consultório na Rua, que por um dilema, a gente usou o afeto como objeto transicional, para que essas pessoas possam aceitar o cuidado e possam acessar a saúde... por outro lado, essa carga, essa dor, esse peso, ficam com a gente. E aí a gente precisa dessa fala, desse espaço... por que é uma impotência quase diária, é um sofrimento que a gente vai pra casa pensando naquela criatura que está lá... (Trabalhador do Consultório na Rua)<sup>150</sup>*

Este capítulo apresenta as experiências de sofrimento social dos trabalhadores de rua, na relação com a gente de rua. Os relatos foram obtidos através das entrevistas abertas com os trabalhadores, das gravações das reuniões de supervisão das equipes dos Consultórios de/na Rua e do Ponto de Cidadania e dos relatos da observação participante da pesquisadora nas atuações das equipes de rua, conforme já apresentado no capítulo sobre o percurso metodológico da pesquisa.

Assim como Bourdieu em *A miséria do mundo*, entrego neste capítulo as histórias dos trabalhadores de rua no encontro com a gente de rua, seus sofrimentos, suas alegrias, suas resistências. O primeiro desafio foi encontrar o caminho para “mostrar”, pois “[...] os lugares ditos ‘difíceis’ [...] são, primeiramente, *difíceis de descrever e de pensar*” (2012b, p. 11, grifo do autor). Superar a banalidade das explicações simplistas e unilaterais me levou a escutar as diversas vozes e múltiplas representações da realidade reveladas nos diferentes contextos da pesquisa. Nesta perspectiva, abro aqui um “[...] espaço dos pontos de vista para essas categorias particularmente expostas à pequena miséria que são todas as profissões que têm por missão tratar a grande miséria ou falar dela [...]” (BOURDIEU, 2012b, p. 13).

Este capítulo está dividido, por questão didática, em quatro partes:

1. *O sofrimento do trabalhador de rua submetido à “ordem das coisas”*: apresento os relatos dos trabalhadores – e seus sofrimentos – a partir das situações de

<sup>150</sup> O relato do trabalhador do consultório na rua foi feito em supervisão registrada em vídeo pelo Prof. Antônio Nery Filho e disponibilizada para uso na minha pesquisa, com autorização solicitada por mim aos trabalhadores participantes. Não há registro da data, mas foi no ano anterior a minha pesquisa de campo, ou seja, em 2016.

opressão vivenciadas nas relações de trabalho impostas pelo modelo neoliberal; pelas leis e regras institucionais; pelas “leis” que se conformam nas “margens” e pelas leis que regem a miséria humana.

2. *O sofrimento social do trabalhador de rua diante da morte*: compartilho reflexivamente as dores dos trabalhadores frente às situações de morte da gente de rua. São depoimentos coletados em entrevistas e o relato de uma reunião no Ponto de Cidadania após o brutal assassinato de um casal em situação de rua no local onde a equipe trabalhava. Importante dizer que não troquei o nome dos “mortos”, porque, de certa forma, seria matá-los de novo. Acredito que manter o nome é registrar as suas passagens neste mundo.

3. *Trabalhador de rua: vulnerável ou vulnerado?* Aqui, trato da vulneração do trabalhador considerando os riscos a que está submetido ao trabalhar em territórios periféricos. Apresento relatos de situações onde se sentiram desprotegidos ou vulnerados.

4. Por fim, apresento uma síntese reflexiva, na tentativa de encontrar regularidades e apresentar conclusões, ainda que temporárias, a partir do que foi relatado pelos trabalhadores.

## 6.1 O SOFRIMENTO DO TRABALHADOR DE RUA SUBMETIDO À “ORDEM DAS COISAS”

### 6.1.1 O trabalhador de rua submetido ao modelo neoliberal<sup>151</sup>

*O supervisor inicia a reunião contando sobre as possíveis mudanças na contratação e nos processos de trabalho das equipes de Consultório na Rua, a partir de um projeto de ampliação das estratégias de cuidado à população de rua apresentado por ele à Prefeitura e que inclui a reestruturação dos Consultórios na Rua. Os profissionais ficam, inicialmente, bem silenciosos. Um trabalhador coloca da sua preocupação em manter-se no trabalho com o novo formato, já que está há 10 anos se “sacrificando” por este trabalho. Parece considerar que o Município lhe deve consideração. Outra profissional diz não preocupar-se tanto com a carga horária, pois tem flexibilidade, mas com um possível enrijecimento dos processos de trabalho em função do aumento do controle. Outro trabalhador refere que precisa saber do salário que vão propor relativamente a quantas horas de trabalho. De um*

---

<sup>151</sup> Supervisão Consultório na rua, 31 ago. 2017.

*modo geral, todos parecem preocupados com as mudanças que podem afetar suas vidas diante de um possível aumento da carga horária de trabalho, sem a devida remuneração.*

\*\*\*\*\*

Este trecho do diário de campo se refere à discussão de alguns projetos de intervenção para a população de rua, no âmbito da saúde, moradia e trabalho, que o supervisor técnico tem tentado articular junto à Prefeitura de Salvador e que inclui a reestruturação/ampliação dos Consultórios na Rua. Durante todo este ano de observação participante, as negociações com a Secretaria Municipal de Saúde também foram tema de muitas supervisões, talvez em função da promessa de melhoria nas condições de trabalho que estes projetos anunciavam. Porém, até o momento, as atividades que compõem o projeto não foram implementadas e a demora, com poucas e truncadas informações, só faz aumentar o descrédito dos trabalhadores em relação à gestão municipal.

É possível perceber, nos inúmeros relatos dos trabalhadores, o quanto as violências estruturais que incidem na (in)segurança e possibilidade de sobrevivência do próprio trabalhador são causadoras de sofrimento, tantas vezes expresso no medo de perder o emprego, no ressentimento pela falta de estrutura para a operacionalização das práticas de cuidado, no não reconhecimento do importante trabalho realizado que estas condições (ou a falta delas) explicitam e que reforçam e revelam, também, a fragilização do próprio coletivo, manifesto, talvez, nas ausências constantes de alguns trabalhadores nas reuniões de supervisão. “Dominação. Exploração. Expropriação do sentido. Controle. Intensificação. Precarização. As palavras de ordem do Sofrimento Social no trabalho” (BOUYER, 2015, p. 111). Para refletir sobre a dominação que marca as relações entre Estado e trabalhadores de rua, destaco três aspectos do texto de Gilbert Bouyer (2015) no qual o autor se propõe a estabelecer as relações entre sofrimento individual e sofrimento social, considerando que o sofrimento no trabalho é uma das formas/espacos de manifestação do sofrimento social. Para tanto, utiliza como principal referência teórica o trabalho de Emmanuel Renault (2008).

O primeiro ponto abordado pelo autor está relacionado ao sofrimento social no trabalho consequente aos moldes neoliberais de produção, o que significa um contexto marcado pela desregulamentação das relações de trabalho e pela fragmentação dos processos de produção; metas de produção exorbitantes; avaliações individuais de desempenho com excessivos mecanismos de controle, vigilância e punição; desqualificação, constrangimentos, violências simbólicas, exploração, submissão e humilhação social do trabalhador, dentre outras.

Durante todo o período em que estive acompanhando as reuniões de supervisão, a maioria delas foi tomada pelas reflexões e queixas em relação às condições de trabalho, ou melhor, à falta delas – falta de estrutura física e de material para realização do trabalho, a exemplo do carro para levar equipe ao campo e levar os usuários nas demandas de saúde; a insegurança na forma de contratação, com a ameaça constante de demissão da maior parte da equipe que não é concursada; os baixos salários; os controles de carga horária que desconsideram as especificidades do trabalho na rua; as exigências constantes de que “deem um jeito” nas pessoas em situação de rua que incomodam a comunidade; a falta de reconhecimento<sup>152</sup> do trabalho importante e difícil realizado por estas equipes no contexto da rua, dentre outras. Importante afirmar que o contrário do controle e vigilância é o trabalho com reconhecimento e respeito, como nos diz um trabalhador ao comparar uma experiência de trabalho anterior onde esta autonomia podia ser exercida:

– [...] era outra forma de trabalhar que pra mim, assim, davam uma autonomia muito grande; inclusive me sentia muito mais potente pra trabalhar, mais disposto pra fazer as coisas, como se fosse uma autorização assim “Faça, fique à vontade pra fazer”; já esse engessamento às vezes te limita, né? Corta, “você só pode fazer isso aqui”, então, assim, pra mim é péssimo! (Entrevista Isaac).

O segundo ponto referido por Bouyer (2015) está relacionado a uma certa expectativa de que o trabalhador se empenhe “pessoalmente” para atender aos objetivos do trabalho. Seus recursos mais profundos devem ser colocados à disposição do empregador, ao mesmo tempo em que se torna descartável para ele e que tem cada vez menos autonomia no trabalho, pois que as relações são marcadas pelo controle, pela falta de reconhecimento e de prazer profissional. Este empenho pessoal pode ser visto, o tempo todo, no cotidiano das equipes de rua. Quando o Estado não fornece as condições necessárias para o trabalho, as equipes se organizam para supri-las.

Não foram poucas as vezes que ouvi relatos ou presenciei trabalhadores utilizando recursos próprios para fazerem festas de aniversário para os usuários ou festejar datas comemorativas, como São João ou Natal ou transportar os usuários no próprio carro ou, ainda, pagar a passagem para seu deslocamento municipal ou até intermunicipal; fazer

<sup>152</sup> Para além da falta de reconhecimento poderíamos relacionar o sofrimento consequente ao efeito de contágio do estigma referido por Nunes e Torrenté (2009, p. 103): “a produção da identidade estigmatizada inclui a tendência de tomar o todo pela parte: tomar a pessoa pelo seu ‘defeito’, a família pelo seu doente, produzindo o efeito de ‘contágio’ do estigma”. No caso do trabalhador de rua, muitas vezes são acusados de serem defensores de bandidos, de drogados e vagabundos, de modo bastante desqualificador.

“vaquinha” para moradia de usuários ou para viabilizar alguma documentação, comprar um remédio, pagar um lanche, dentre tantos outros empenhos pessoais que o trabalhador é instado a fazer quando colocado entre um Estado perverso e uma pessoa em condição de total miséria social. Os atos de generosidade<sup>153</sup> fazem parte do cotidiano do trabalhador de rua, ainda que o preço pago seja a dor de saber que aquele ato generoso em nada mudará a “ordem das coisas”, ao contrário, talvez seja uma forma de mantê-la.

Por fim, somado a tudo isso, ocorre a fragilização e fragmentação dos coletivos de trabalho e dos recursos intersubjetivos que poderiam proteger os trabalhadores, como cooperação, solidariedade e confiança entre os pares. O cotidiano do trabalho causa inúmeros tensionamentos: as situações parecem ser sempre emergenciais, principalmente as de saúde, exigindo grande disponibilidade do trabalhador para o cuidado; por outro lado, as condições de trabalho já descritas corroboram para que as equipes ou coletivos que trabalham com a gente de rua se desentendam, “briguem” entre si (estratégia de divisão intencionada pelos dominantes) e não contra o sistema que os fragiliza e fragmenta; há ainda uma carência de reconhecimento social e do Estado – que viria em forma de remuneração e condições de trabalho objetivas e relacionais –, respeito e autonomia. Com o tempo, alguns trabalhadores, ao que parece, vão ficando menos cooperativos e solidários. Mais tristes e menos alegres. Mais ausentes e mais doentes. Talvez, como disse uma trabalhadora de rua, seja preciso se preservar respeitando o tempo, pois ele tem agência<sup>154</sup> para o bem e para o mal, digamos assim:

– *Ninguém pode ficar muito tempo trabalhando na rua, nem uma carga horária muito extensa na rua e nem muitos anos de vida nisso. Porque eu acho que tem dois caminhos: ou você cronifica e aí você endurece, você começa a não perceber, é... as cenas que te mobilizavam no início, já não te mobilizam tanto, você vai se protegendo; então o sofrimento do outro, você começa a encontrar justificativa teórica, aí você vai justificar teoricamente... enfim, ligar essa forma mais procedimental de atuar, sabe? Tipo eu tenho um protocolo de como eu atuo e isso vai me proteger de uma sensação de fracasso... (Entrevista Emily).*

<sup>153</sup> Importante esclarecer que não me refiro aos “atos de generosidade” de cunho missionário ou religioso que mascara e desqualifica o trabalho no seu sentido técnico.

<sup>154</sup> Para Veena Das (1999, p. 37), “o tempo não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas”.

### 6.1.2 O trabalhador de rua submetido às leis das instituições<sup>155</sup>

Leo era um menino que praticamente fora criado pelo Pelourinho. Solitário, ele tinha uma boa relação com uma redutora de danos que sempre encontrava com ele no campo. Aparentemente, nunca fez vínculo com nenhum serviço, apesar de ter circulado por vários. Como a redutora de danos estava fazendo residência em Saúde Mental em um CAPS ad, resolveu convidá-lo para ir lá, na tentativa de construir outros pontos de apoio e referência para o cuidado dele. “Ela dizia pra Leo: eu tô lá todo dia, vá lá que você vai me ver e Leo finalmente foi ao CAPS”. Lá, ele foi acolhido pela trabalhadora de rua que faz o presente relato:

– *Eu fui, então, fazer a primeira entrevista com Leo, para matricular ele no CAPS. Aí coloco Leo numa sala e é uma tragédia! Ele está desde os sete anos de idade na rua e eu com a minha necessidade de preencher o protocolo, fazendo perguntas que não faziam o menor sentido para ele, que não iam mudar a sua vida, que só faziam me afastar dele... Leo tinha passado por milhões de instituições ao longo da vida e conhecia todas essas perguntas imbecis que os profissionais fazem, e foi, assim, uma tragédia. Aí, eu insisto algumas vezes, faço alguns atendimentos com ele e ele era completamente incapaz de me dizer quando ele tinha ido pra rua... Ele não tinha nenhum marcador cronológico que me ajudasse a construir uma história linear, como eu desejava... E eu comecei a ligar para as instituições por onde ele passou para ver se as pessoas me davam informações e tinha um discurso que era muito repetido em várias instituições pelas quais ele passou, que era assim: ele tem um retardo... Aí eu dizia: retardo? Esse menino tem um retardo? Não é possível, não é possível. Aí, um dia, eu conversando com a redutora de danos, ela me disse: proponha para ele ir um dia lá no Pelourinho... Por que não estava rolando, eu estava com dificuldade. Aí eu propus a ele: Leo, eu queria muito conhecer o Pelourinho, conheço pouco, eu moro aqui e não conheço o Pelourinho. Você me apresentaria o Pelourinho? Fomos para a rua e aí era outro Leo! Assim... ele estava cheio de si, empoderadíssimo, era o meu guia turístico e ele ia contando toda a história da vida dele a partir daqueles marcadores da rua, essa aqui é dona não sei quem, era a baiana de acarajé... todo fim da tarde ela separa o abará e acarajé que sobra e eu venho buscar... E aí dona não sei quem me contava que já tinha cinco anos que eu faço isso, e aí eu ia construindo a narrativa a partir do que os outros atores iam me trazendo... E é isso, eu nunca ia conseguir isso na sala fechada do CAPS, sabe? Ver esse outro Leo, assim,*

---

<sup>155</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Emily.

*não tinha nenhum retardo naquele menino... Porque eu acho que os trabalhadores ficam nessa posição que eu fiquei, né, de tentar fazer com que o sujeito caiba nos seus protocolos...*

Continua seu relato referindo que, após a saída para o Pelourinho, Leo fez um vínculo com ela e começou a frequentar o CAPS mais regularmente. Porém, foi flagrado fumando maconha no serviço e a coordenação técnica e a gerência resolveram, contra o parecer dela que era a técnica de referência, dar alta administrativa para Leo! A redutora de danos que o acompanhava ficou revoltadíssima:

*– Se descabelou, chorou, por que ela sabia todo investimento que ela fez com Leo ao longo de uma vida inteira e era primeira vez que Leo estava frequentando um serviço oficial por livre e espontânea vontade. Ele estava indo por que ele gostava do CAPS e por que estava precisando fumar uma maconha também, mas ele não era só isso, entende?*

Conta que foi ao Pelourinho encontrá-lo e ele disse que não iria mais ao CAPS, que as pessoas ficavam dizendo que ele ia lá por causa da comida, mas comida ele tinha no Pelourinho. Para a técnica de referência, ele estava indo no CAPS porque outras coisas lhe estavam sendo ofertadas: a possibilidade de sair um pouco do Pelourinho e porque era um lugar onde ele estava encontrando outras potências de vida. Termina seu relato referindo o quanto se sentiu impotente diante da situação: *—...e naquele momento, assim, tipo, a gente não tinha, enquanto trabalhador, a gente ficou submetido, a ordem foi de cima...*

É preciso dizer que, enquanto fazia o relato, a trabalhadora falava com o corpo, parecendo reviver a situação, tanto na sua potência, quando ela pôde abdicar dos protocolos, ir para as ruas e conhecer *Leo*, quanto na sua impotência, quando submetida à “ordem de cima”.

Considerando o CAPS um campo dentro do campo maior da saúde mental – que possui uma lógica interna própria, ainda que reflita as ideias e posições desse campo maior e de outros campos em que os agentes atuam conforme as posições assumidas –, há capitais que estão em disputa e que definirão a “dominação” do campo. Destes vários capitais em disputa, o Estado vai exercendo sua sutil dominação simbólica através dos seus agentes, especialmente através daqueles que estão no lugar da autoridade. Foi desse lugar de autoridade que o coordenador exerceu seu poder de suspensão, desconsiderando todo o capital técnico da profissional. Ainda que a redução de danos seja a estratégia oficial proposta pela Política Nacional de Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas, na prática, a atitude do coordenador informa que ela não será tolerada. Leo foi desligado e a profissional, oprimida. É importante perceber que as instituições podem ser uma das principais ferramentas de imposição do modelo neoliberal e de exercício da reprodução e dominação do Estado (THIRY-CHERQUES, 2006).



A situação relatada também nos remete à questão sobre o que pode um trabalhador da saúde, feita por Tulio Batista Franco (2013), no texto “O trabalhador de saúde como potência: ensaio sobre a gestão do trabalho”, onde ele responde prontamente: o trabalhador pode “tudo”, enquanto potência, no seu espaço de trabalho onde ele opera na micropolítica com sua forma de agir acolhedora, solidária, produtora de outras sensibilidades consequentes aos bons encontros potentes de rupturas e de novas subjetividades:

– [...] *Eu acho que os encontros com o Estado não são encontros positivos, via de regra, e que... eu acho que a gente precisa se colocar enquanto agente do estado: olha, a gente veio aqui dizer que o Estado também pode estar com vocês de outra forma... e a gente não quer saber quanto você usou de crack ontem, porque essa não é a questão prioritária; a gente não vai dizer pra você que a gente não vai te denunciar se você nos falar que acabou de matar alguém ali; a gente não vai mudar a forma como a gente conversa com você porque você vai me dizer que tá foragido da polícia; a gente não vai suspender o cuidado por qualquer razão que você traga ou porque você não tem RG ou por que você não tem... a gente vai estar com você do jeito que for possível pra você estar no mundo! Não sei se isso tem nome, mas eu acho que tipo, ofertar isso já é algo, se você pensar nos outros serviços que tem e o que eles ofertam, tem a história lá do encontro genuíno de Buber<sup>156</sup>, é estar com as disposições dos sujeitos onde eles podem estar e como eles podem estar (Entrevista Emily).*

A proposta da trabalhadora é possibilitar outro tipo de encontro com o Estado. Por outro lado, é importante considerar que, ainda que o trabalhador tenha autonomia e liberdade na produção cotidiana do cuidado e que é possível ir em nome de um “outro Estado”, não é possível desconsiderar o efeito da gestão, em geral, expressão de políticas de controle e regulação das pessoas (FRANCO, 2013, p. 243) implementadas institucionalmente e efetivadas através dos trabalhadores.

O encontro de Emily com Leo foi potente, inteiro, inquietante e, por isso mesmo, transformador para ambos. Mas foi, também, triste, regulador, disciplinador. Potência e impotência, mais uma vez, parecem caminhar de mãos dadas, exigindo que as repensemos não como polos opostos, mas “[...] como uma característica situacional que pode ser atravessada por distintos processos instituintes – e mesmo agenciada – torna-se, assim, uma das ousadias” (MERHY, 2013, p. 53-54).

---

<sup>156</sup> A entrevistada se refere ao filósofo austríaco Martin Buber, que trabalha na perspectiva da intersubjetividade, com ênfase no diálogo e no encontro Eu-Tu.

Neste momento da tese, posso dizer que começo a compreender que é preciso sair dos binarismos para pensar o sofrimento do trabalhador de rua. Não podemos falar de potência ou impotência; tristeza ou alegria; morte ou vida, mas sim, de processos micropolíticos carregados de emoções – dores e prazeres – que se transversalizam e caminham sempre juntos na constituição de novas subjetividades que nos tocam e nos tornam sempre um possível “vir-a-ser”.

### 6.1.3 O trabalhador de rua submetido às leis das margens<sup>157</sup>

A “impotência” também aparece no discurso do trabalhador quando ele percebe que está submetido às leis do território, neste caso, às leis das margens, com suas práticas e políticas de vida constituídas no cotidiano e que constituem o próprio Estado.

Conta uma trabalhadora de rua que, durante um passeio ao Shopping organizado por profissionais do Ponto de Cidadania, dois adolescentes brigaram e um deles levou um murro. Ficou um pouco machucado. Esse menino era enteado de um dos líderes do tráfico de drogas na região. As leis do território se fizeram presentes. *“E a gente viu a cena dos meninos sendo colocados para brigar e a gente não podia fazer nada”*. A trabalhadora diz que tentou conversar, mas não foi escutada. Estava determinado!

*– Aí foi um choque, aí foi realmente... eu entrei em um lugar que era subalterna a uma lei, que é uma lei de violência, uma lei de território, por isso que assim, normalmente, eu não estou nessa lei, mas nesse dia eu entrei... Então, estar na lei do território, não poder fazer algo, tentando dialogar... Eu acho que a sensação principal que essa lei causa é a impotência! [...] Acabou eu, sete horas da noite, no sábado, na Praça, depois de vivenciar algo bem ruim, assim, tipo, bem forte para o meu psíquico, chorando na Praça e as crianças, tinham duas crianças, uma delas vem e diz que queria muito falar comigo, enquanto eu estava arrasada, estava um caco, ela disse: “eu quero falar com você e tal”... E quando eu olhei para ela, ela disse: “eu queria te pedir desculpa por hoje...”. Depois outra criança veio e me abraçou, e olhou para mim e perguntou: “você tá chorando, por quê? O que foi?” E aí*

<sup>157</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Talita. Recorro aqui à formulação de “margens do estado” no sentido proposto por Das e Poole (2004, p. 8-10) e referida na introdução da tese: 1) periferias habitadas por pessoas tidas como insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem estabelecida; 2) lugares onde os direitos podem ser violados através de dinâmicas distintas de interação das pessoas com o Estado; e 3) um espaço situado entre corpos, leis e disciplina.

*me acolheu... Eu estava tentando lidar com tudo aquilo e ela me acolheu... é isso, acho que se fez uma troca (Talita).*

Na situação relatada, a trabalhadora traz, em sua trajetória social, vivências em territórios onde as mediações institucionais estão presentes e pautadas nas leis “oficiais”. Já nas margens, ensinam Das e Poole (2004), a lei é exercida e refundada continuamente, dentro ou fora dos parâmetros legais e as concepções de justiça são constituídas a partir de vivências locais e disciplinares que envolvem situações de violência e morte, muitas vezes, em nome da sobrevivência.

[...] O emprego rotineiro da violência ilegal como modo de arbítrio dos conflitos sociais que condicionam essas tensões, tanto pelo ‘mundo do crime’, quanto pelo Estado, indica a dimensão mais constitutivamente arraigada da violência no funcionamento democrático brasileiro (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 43).

O trabalhador de rua sofre no trabalho com a gente de rua, sofrimento daquele que é testemunha da precariedade e da precarização da vida que marca o encontro com as margens. Mas também pode ser acolhido com muita ternura e simplicidade fazendo renascer do desespero a esperança, como relatou Talita, emocionada.

Em outro trecho da entrevista com Talita, ela conta que, um certo dia, como sempre faziam, policiais chegaram na Praça e levaram dois jovens. Ela estava do outro lado da Praça e, ao ver a cena, saiu correndo até onde estava o carro da polícia, que estava quase saindo. Desesperada, ela começou a gritar, perguntando para onde eles estavam levando os rapazes. Enquanto ainda recuperava o fôlego, o policial virou bruscamente para ela e com cara de desprezo, falou:

– *“Minha filha, vá rezar, vá pegar uma Bíblia, porque você não sabe que nosso trabalho já é difícil pra caramba, a gente está enxugando gelo o tempo todo e você ainda vem atrapalhar...”. Mas me deu um esculacho! Nessa hora, me bateu assim, como que tem três grandes instituições que estão juntas: ...uma é a religião, que tem um papel moral na sociedade; outra é o Estado, que está enxugando gelo; e outra somos nós, representantes dos direitos humanos, que tentamos estar nesse lugar de proteção. Eu me senti meio que uma marionete! Como se a gente fosse, assim, personagens. Ele estava sendo levado, e foi solto lá na frente, depois de tirarem dinheiro dele. Entendeu? Tipo que meio um ciclo assim, uma cena que me senti impotente e meio que uma marionete de alguma coisa, tipo, para fazer a manutenção desse enxuga gelo”.*

Neste trecho relatado por Talita, claramente se concretiza a atuação disciplinar, regulatória e violenta do Estado nas margens. Para a manutenção da soberania, o Estado pode exercer seu poder físico sobre os corpos e, em realidade, o faz como parte da vida cotidiana, como regra e não como exceção (DAS; POOLE, 2004).

A complexidade das experiências vividas na relação com e nas margens exige do trabalhador outros posicionamentos e respostas pessoais e técnicas para além daquelas aprendidas e apreendidas ao longo da sua trajetória social e de formação profissional. Neste caso, o sentimento de impotência, de certa forma, é ressignificado e transformado, na prática, em trabalho cotidiano, quando, no dia seguinte, olha a trabalhadora de rua de novo, em campo, enfrentando os desafios de uma política de vida que, se segue a “ordem das coisas”, por um lado, pode ser reconfigurada com outros ideais de justiça na sua presença persistente no território, levando às margens outra referência de Estado menos regulador e disciplinar e mais cuidadoso e respeitoso. Com a presença de Talita nesse espaço, fica uma certeza: nem ela nem as margens serão mais as mesmas.

#### **6.1.4 O trabalhador de rua submetido ao “mundo das feras”<sup>158</sup>**

Conta um trabalhador de rua que estava em um determinado campo trabalhando em equipe, já perto de irem embora, quando foi chamado pelo motorista do projeto e apresentado a uma senhora que queria conversar com alguém. Ela trouxe a situação da filha de 23 anos – mostrou uma foto da menina que foi logo reconhecida pela equipe – que estava ficando na rua, naquela área, e vinha sofrendo vários abusos sexuais coletivos. Antes, tinha um companheiro que “cuidava” dela na rua, mas ele estava preso e mandando ameaças para ela, a exemplo de quebrar suas pernas ou até matá-la. Relata que sua filha tinha um histórico de, desde os 16 anos, ser vítima de estupros coletivos, e que ela, a mãe, já tinha acessado todos os serviços de assistência, saúde, justiça e ninguém tinha feito nada. Mora em um bairro bastante perigoso comandado pelo tráfico e sua casa já foi invadida, roubada e a filha estuprada. Também tem uma filha de 9 anos, que há 3 anos não frequenta a escola, tem palpitações e “vê coisas”. Dizia-se desesperada mas, na percepção do trabalhador, a forma dela falar era “bem fria”! Ele marcou uma conversa com ela em outro dia, na sede do Projeto!

---

<sup>158</sup> Situação relatada pelo trabalhador de rua Isaac.

– *E ela foi lá! Ela conta com detalhes tudo que aconteceu com a filha. Ela pegou um papel e mandou a filha desenhar, porque um desses estupros coletivos foi com outras meninas, inclusive uma foi enforcada e mandaram a filha dela filmar. A filha dela filmou. Ela mandou a menina desenhar tudo e a menina contando e ela gravou no celular a filha contando tudo direitinho... Mostrou a gravação, queria que eu escutasse até o final, porque ela disse que eu era psicólogo, que eu aguentava ouvir, que eu estava preparado pra ouvir até o final... E assim, trazendo várias coisas, ela tem várias fotos da filha, com cicatrizes, com curativo, parece que enfiaram um cabo de vassoura na filha, machucou o intestino, ela conta as coisas assim com tanto detalhe...*

O trabalhador refere que ela continuou contando várias outras situações de violências sofridas pela filha e do quanto ela – a mãe – já tinha procurado ajuda sem êxito.

– *Na hora que ela tava indo embora, ela me perguntou assim: “porque todos os serviços que eu vou, eu conto minha história e as pessoas choram”? Então, ela se fixou em mim, porque é como se eu fosse o único que não conseguiu chorar; ela não conseguiu me fazer chorar, enfim, e ela falou isso assim...*

O caso foi levado para supervisão e a equipe decidiu fazer uma visita domiciliar, na tentativa de verificar de perto a situação das filhas, escutá-las. Foram, ele, o psicólogo e a colega assistente social, mas antes pararam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). A assistente social que atendeu à mãe queixosa lembrava-se da história e disse que a mãe sempre queria uma resposta na hora e quando a equipe marcava para retornar uma semana depois, ela não voltava mais, não procurava mais! Menciona que o serviço também tem dificuldades. Não conseguiu o carro para fazer a visita, tem muitas demandas e, de fato, não conseguiram acompanhar o caso. Seguiram, então, para a casa delas e, lá chegando, encontraram a filha dopada!

– *Porque ela medica a filha pra filha ficar em casa, pra filha não sair, e a gente tentou fazer uma escuta um pouco, mas ela sempre em cima, querendo falar pela filha, e mandando a filha dizer que ama ela, aquelas coisas assim, e a gente tentou conversar um pouco com a filha, mas ela tava muito medicada.*

Mesmo assim, a menina confirmou que fica na Baixa do Fiscal, que fica sozinha lá, que é violentada e sofre agressões e que está ameaçada pelo namorado que está preso. É usuária de drogas, inclusive o crack, e não manifesta desejo de se tratar ou sair da rua. Era claramente uma demanda da mãe. Como encaminhamento, eles sugeriram levar a menina para conhecer um serviço de saúde e, quem sabe, ter a oportunidade de conversar com ela sem a mãe interferindo o tempo todo.

O trabalhador relata que a situação de intenso sofrimento da menina e a extrema miséria familiar associada à falta de possibilidades por parte dele enquanto representante do Estado de ofertar o cuidado e a assistência requerida, o entristeceu, como é possível verificar no seu relato:

*– Olhe Patrícia, eu fiquei muito triste quando eu vi a menina contando, assim, é como se pra ela não fosse nada, tipo assim, quando a gente falou da Baixa do Fiscal, da rua, ela chegou a sorrir. Eu entendi, também, que o convívio com a mãe ali deve trazer muito mais sofrimento pra ela, deve ser uma mãe bem paranoica, a mãe dela tem uma mala já pronta, de roupa, de tudo da filha, caso a filha dela fique internada; sandália na sacola, shampoo, sabonete, ela abriu lá e me mostrou, é como se a mãe não deixasse faltar nada pra filha. A extrema miséria, primeiro, que elas vivem. A situação da mãe, também, sem ter muito pra onde ir, sem ter muito o que comer. De certa forma, ela é a pessoa que acolhe essas pessoas. Lá tinha um jovem também na casa dela, de 17 anos, que tinha tentado suicídio, cortado os pulsos, parece que ele é homossexual, a família não aceita, enfim, tem um sofrimento, então, eu fiquei assim pensando: é muito sofrimento pra uma pessoa só dar conta disso tudo e a filha também. Assim, eu fiquei..., poxa, é uma coisa que ela sofre, mas, às vezes, tá na rua é muito mais tranquilo! Isso me toca, assim, que a Baixa do Fiscal é um lugar de muita miséria, né? Eu fico muito tocado com esses casos, assim, porque eu digo não têm, eu paro pra comparar muito com minha vida, eu tenho acesso a outras coisas, a pessoa só tem acesso a isso, eu fico assim, não é possível que só tenha isso pra essas pessoas, então, aí volta pra aquela questão de justiça, não tem nada que possa ser feito por elas, assim? A gente procura, pensei com o tempo, né, caso ela tenha interesse de um lugar pra se cuidar um pouco, parece uma questão médica, clínica mesmo, de cicatrização, de pontos, tudo isso...*

O trabalhador finaliza o relato dizendo que um tempo depois a mãe ligou para a equipe informando que tiveram que abandonar a casa por terem sofrido ameaças por parte do tráfico e que estavam em “Dr. Jesus”, uma comunidade terapêutica que é financiada pelo Governo do Estado da Bahia. A filha de 9 anos que, na verdade, não é filha dela, mas de um irmão que foi morto, foi deixada com alguém.

O encontro do trabalhador de rua-testemunha com tamanha miséria e suas violências não pode ser enfrentado com hipócrita imparcialidade. As violações ao corpo relatadas por mãe e filha, de forma “fria” – na percepção do entrevistado - e desconectada do afeto esperado, desenhadas, gravadas e contadas como cenas congeladas eram atravessadas por um conformismo de corpos que parecem ter nascido para serem violados. São acontecimentos tão inimagináveis para a maioria de nós, pesquisadores e trabalhadores, que

parecem não pertencer ao mundo dos humanos, são contra a natureza e levantam dúvidas sobre os sentidos da própria vida. Pertencem, pois, a um mundo que transforma humanos em feras<sup>159</sup>.

Como pesquisadora, assim como Bourdieu,

Eu não tinha que fazer força para compartilhar do sentimento, inscrito em cada palavra, cada frase, e sobretudo no tom da voz, nas expressões faciais ou corporais, da *evidência* desta espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de *rejeição social*, onde as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado (2012b, p. 85).

O trabalhador clama por Justiça. Esta posição ética nos tira do lugar de meras testemunhas da miséria humana, considerando que Justiça se constrói com o outro, na interação entre corpos e no diálogo *entre* muitas vozes; é como testemunha ativa e com responsabilidade solidária que cuidamos do sofrimento desse outro e do nosso próprio sofrimento.

## 6.2 O SOFRIMENTO SOCIAL DO TRABALHADOR DE RUA DIANTE DA MORTE

### 6.2.1 “A gente está lá para garantir uma morte”<sup>160</sup>

– *Eles morrem muito. Desde que estou lá já morreram uns 15... e tem pessoas que, eu soube, provavelmente morreram. Uns morreram, outros mudaram de território, outros foram expulsos, outros voltaram para casa. Mas, a grande maioria das pessoas que eu não vejo mais na Praça foram expulsas ou morreram. São muitos jovens que morrem. Eu não aguento mais. Como a nossa função não é vida, a gente está lá para garantir uma morte, para que se possa morrer de uma forma... para garantir que existiu uma vida que chegou ao fim, poder dar um lugar para as pessoas de morte também, porque a gente morre. Até na morte, a gente tá junto. Se alguém morre, eu vou sofrer por essa pessoa, mas não pode ser desânimo. A morte de Tica, por exemplo, para mim, a última palavra dela não foi romântica. Foi “larga do meu pé”. É um lugar. Eu fui até o final com Tica. É para isso, também, que a*

<sup>159</sup> Veena Das vai refletir sobre o silêncio que envolve violências indizíveis que, quando relatadas, são como slides congelados; violações ao corpo que não podem ser ditas pois pertencem ao mundo das coisas, das feras, das máquinas... (Das – fronteira, violência e o trabalho do tempo).

<sup>160</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Talita.

*gente serve. Por que tem que ver, a gente tem que se importar, mesmo que seja para estar lá na hora da morte, tem que ter. Teve um rapaz que eu tava acompanhando, ele roubava muito, ele dizia que não queria isso. Eu atendia muito ele e ele não podia ficar na Praça, aí ele fazia um sinal para mim e eu ia encontrá-lo. Um dia, me disseram que colocaram ele num carro e levaram. Ele nunca mais apareceu, tipo, ele morreu, e tinha um bebê, e um dia ele nunca mais apareceu. Esse eu nem pude vivenciar a morte. Ninguém sabe nem o que aconteceu, aí, é estranho. Teve outro que roubou e foi banido da Praça. E um pedacinho de cada um vai com a gente e eles nem sabem! (Talita).*

No relato desta trabalhadora, um desabafo – “*Eu não aguento mais... Um pedacinho de cada um vai com a gente*”. Ela parece ser tomada pela dor, mas, também, pela certeza de que é preciso estar lá: “*tem que ver*”. A gramática do sofrimento social do trabalhador de rua só pode ser explicada na relação com a gente de rua. A morte parece ser o limite do (in)suportável desta vivência, na responsabilidade de fazer existir esse outro, ao menos neste momento. Ele, trabalhador, “*tem que se importar*” com essas vidas que ninguém se importa; vidas que não são dignas de serem choradas ou lamentadas. Vidas a que a sociedade

[...] oferece o silêncio, ora porque são entendidas como animando corpos que devem tombar numa ‘guerra justa’ (eram terroristas, delinquentes, subversivos, traficantes, do crime organizado); ora porque compreendidas como externas ao sentido de pertencimento a qualquer humanidade comum (eram monstros, veja o que fizeram, nem animais fariam) (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 40).

Sufrimento social que é também sofrimento individual, frequentemente silencioso, revelado no choro desesperado da trabalhadora, acolhido por crianças-anjos na Praça das Duas Mãos. Acolhimento – refazimento da dor – aprendido. Conhecer pelo sofrimento (DAS, 2007). No acompanhamento do trabalho em campo dessa profissional implicada amorosamente com a gente de rua, escutei e testemunhei enfrentamentos, sofrimentos, recuos, embates, silêncios, acolhimento e sonhos, muitos sonhos tornados práticas de construção cotidiana, revelando como mais desafiadora e encantadora essa competência de Talita, e também dos trabalhadores de rua, para se moverem *entre* o sofrimento individual e o coletivo, *entre* a vida e a morte, *entre* os silêncios necessários e o clamor por justiça, *entre* o presente e a construção coletiva de outras possibilidades de futuro. Fazer existir na morte levando “*um pedacinho de cada um com a gente*” é uma forma de resistência à negação da existência



imposta pelas políticas mortíferas impetradas pelo Estado em nome da ordem e da segurança social (dos dominantes).

### 6.2.2 Marcando a morte no corpo<sup>161</sup>

– *Algumas tatuagens minhas são a marca da morte dessas pessoas, que foram... que é... eu marco no corpo, nas minhas tatuagens, as experiências marcantes mesmo, as experiências que... primeiro, como uma forma de não esquecer, eu sei que não esquece, e uma forma de marcar um certo compromisso comigo mesma e com as coisas que eu acredito, e eu acho... eu fui conseguindo entender que em cada morte eu ia definindo assim, qual o caminho da minha política né? E aí, assim, essa pessoa morreu, por que essa pessoa morreu?... De uns tempos pra cá, a morte já é algo que tem me paralisado...*

Sobre a morte de Itamara:

– *[...] Tem esse movimento de não falar, mas eu acho que a gente precisa... acho que a gente precisa marcar as mortes de alguma forma, entendeu, marcar no campo, marcar com as pessoas, é... Itamara, por exemplo, quando Itamara morreu, a gente marcou isso na rua, a gente foi pro enterro, a gente conversou sobre isso, a gente precisa criar uma forma, a gente precisa criar uma forma de dividir isso, inclusive com a rua, por que é muito louco, assim, como também... é... as pessoas na rua também têm essa coisa, né... vida que segue... não fala!*

Sobre a morte de Kátia:

– *[...] Acho que foi tudo muito forte, assim, todas as mortes que eu presenciei foram de pessoas muito próximas, foi bem difícil, assim... eu acho que foi o momento mais importante, o momento em que eu vivi a minha primeira morte, que foi a morte de Kátia... Só agora eu consigo ter essa dimensão do quanto ela me protegeu, do quanto que ela fazia minha proteção, não deixava ninguém chegar perto... Ela morava num casarão, tem um casarão ali na Vinte e Oito, hoje não existe mais, mas ela ocupava aquele casarão, ela era, assim, uma grande liderança, era mãezona, assim, era quem dava remédio, era quem cuidava... Ela tinha tuberculose, ela tinha HIV, ela usava crack, ela era muito frágil, assim, ela tinha... é... ela não conseguia ir pros serviços, ela não conseguia, eu ia com ela, tentava, a gente fazia uma articulação, mas ela não conseguia ir pro serviço. Kátia, ela deixou um bilhete pra mim antes de morrer e eu não consegui encontrar ela pra ela me dizer, ela falou,*

<sup>161</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Alice.

*quero muito conversar com você, tem uma coisa muito urgente que é só com você, que era, depois fui conversar com o companheiro e ele disse que ela tava morrendo, ela queria conversar com você por que ela acreditava que só você poderia ajudar ela, né, e aí eu comecei a entender a primeira força e a responsabilidade desse vínculo, né, que é uma coisa que a pessoa deposita a vida dela em você, e isso tem implicações, políticas, na minha subjetividade, isso tem implicação muito forte e eu acho que foi o que foi definindo o meu lugar na política, tá, eu sou trabalhadora... (Alice).*

Marcar as mortes da gente de rua no corpo do trabalhador sendo fiel depositário dessas vidas aponta para o caráter corpóreo que podem assumir as resistências: corpo que fala quando a voz é calada. “Esquecer” seria deixar morrer sem nunca ter existido, uma traição ao compromisso ético da responsabilidade e à confiança que lhe foi depositada enquanto trabalhadora de rua.

Marcar as mortes no corpo do trabalhador é não se render ao silenciamento, à dominação simbólica<sup>162</sup> sobre os corpos descartáveis, mas falar através de seu próprio corpo, ressignificando-se “[...] naquilo que lhe é mais próprio, sua dor no encontro com a exterioridade, sua condição de corpo afetado pelas forças do mundo e capaz de ser afetado por elas: sua afectibilidade” (PELBART, 2016, p. 32). Ao interrogar a experiência da morte para torná-la experiência compreendida, Alice consegue construir uma resposta política para as situações de violência e morte enfrentadas com a gente de rua, ainda que, por vezes, seja paralisada pela dor: porque há algumas violências que não podem ser compreendidas de imediato, ensina Das (2008). É preciso tempo e uma busca de sentido nas gramáticas do cotidiano; “sentido” entendido como encontros e relacionamentos constituidores de subjetividades e não como interioridade. Veena Das considera que as situações limites também abrem possibilidades encobertas, podendo oferecer novos conhecimentos que se fazem reflexivamente na vida social com a incorporação e ressignificação das experiências de sofrimento. “[...] O trabalho de resistência e de oposição aos discursos hegemônicos se faz, desta forma, de maneira muito mais sutil, sem o alarde dos manifestos e das passeatas, mas, também, nos usos que fazemos cotidianamente dos nossos corpos” (CARVALHO, 2008, p. 17).

---

<sup>162</sup> A dominação simbólica sobre o corpo é tratada por Bourdieu (2012b, p. 50) como “[...] forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”.

Marcar as mortes no corpo, nas ruas, questionando sua “natural” aceitação nos permite colocar em prática outras sensibilidades, romper consensos, conspirar coletivamente contra a “ordem das coisas”. Em oposição à “vida que segue” de mãos dadas com o medo, a tristeza, a angústia e, sobretudo, a impotência, recorramos a Espinosa e à alegre potência produtora de novas resistências.

### 6.2.3 “Foi o processo mais doloroso que eu passei no Ponto!”<sup>163</sup>

– [...] *you* ter um filho espancado até a morte e ainda ter que esperar vinte dias por conta de documentação, burocracia, preconceito, eu não sei nem que nome dar! Ele não tinha identidade, ele não tinha registro, ele não tinha história, ele nunca estudou, ele foi assim, de ter que ir para o IML para tirar as digitais para fazer o documento... Foi o processo mais doloroso que eu passei no Ponto! Mas ele foi doloroso para todo mundo da equipe... Abrir aquela gaveta, esse processo é muito doloroso para uma mãe. Gritava a mãe, gritava a irmã e a gente enquanto profissional tendo que manter a postura! senão eu gritaria também! E, algumas vezes, eu tive que ir para o banheiro, ficar chorando ali, quieta, assim... porque a gente quer passar essas coisas de fortaleza, né?... Mas foi muito complicado, por ele ter a idade de 21 anos, não ter documentação, ela não tinha acesso, ele o tempo todo viveu na rua... era filho da rua. E assim, o que nos chocou com a morte dele é que ele queria mudança. Quando ele foi fazer a..., quando ele foi para essa área, ele disse que ia pegar esse dinheiro, ia fazer todos os documentos dele, ia registrar o filho dele e alugar uma casa pra, mesmo que ele não ficasse com a mulher, a mulher morar com o filho... Mesmo na rua, ele era amigo, as pessoas gostavam da presença dele, a família esperava ele aos domingos...

Fala que depois que ele morreu soube de muitas histórias “tenebrosas” sobre ele, e completa: “[...] *mas que, pra gente, era um excelente menino, não mostrava isso!*”.

O relato da profissional faz refletir sobre os vários aspectos envolvidos no assassinato desses jovens, negros e pobres, filhos de “alguém”. O processo de desumanização que autoriza a matança faz parecer que eles são filhos da marginalidade, filhos da rua, filhos de “ninguém”. – *Ele não tinha identidade, ele não tinha registro, ele não tinha história, ele nunca estudou, ele foi assim, de ter que ir para o IML para tirar as digitais para fazer o documento...* Tirar o documento para existir na morte! Mas a descrição da trabalhadora lembra que a maioria desses jovens tem família, tem uma mãe para chorar por ele, para sentir

<sup>163</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Rosa.

sua falta, para lamentar a sina de ter colocado no mundo esse filho pobre e negro “*espancado até a morte*”, em um país que declarou a abolição da escravidão apenas teatralmente, mas que continua negando a estas mães a possibilidade de criarem seus filhos que lhes são retirados muito cedo, agora entregues ao tráfico, às milícias, às polícias, aos “homens de bem” que matam em nome da segurança dos outros “homens de bem”. Nos gritos dessa mãe ressoam os gritos de todas as mães negras que tiveram seus filhos assassinados; ressoa o medo e a dor das mães que, como a trabalhadora de rua negra, podem um dia chorar esta dor. Da rua para o Instituto Médico Legal. Lá o jovem é morto de novo, desta vez “*pela burocracia, preconceito, eu não sei nem que nome dar*”. “Matar o morto” (MEDEIROS, 2017) de novo, reafirmando as violências simbólicas e a dominação dos corpos – marcas da sua história – agora, por meio da medicina legal e da justiça. “*Foi o processo mais doloroso que eu passei no Ponto*”, disse, emocionada, a trabalhadora.

#### 6.2.4 “Foram muitas mortes”<sup>164</sup>

– *Foram muitas mortes... Eu me lembro de uma morte que mexeu muito comigo: foi a morte de Arnaldo, da Praça das Duas Mãos, que foi um professor, que está sendo homenageado em uma dessas portas – a gente homenageou no Programa e seu Chico também, que é uma pessoa ali do Comércio que também está sendo homenageado. A gente tem muitas mortes, muitas mortes e acho que o que mais traz quando um assistido morre, quando é um assistido, aquele usuário que a gente faz todo um investimento, sabe, e que morre depois de muito investimento mesmo, uma intensificação de toda a equipe e tal, e tem toda uma expectativa, e quando ele morre tem toda uma, eu acho que tem dois tipos de morte. Pra mim, elas são diferentes. Tem aquela morte quando ela morre por motivo de saúde, como são esses dois casos, que eles morreram porque tinham muitos problemas, muitos problemas de saúde, de HIV, faziam um uso muito abusivo, estavam em situação de rua, um deles tinha tuberculose, então, você faz uma intensificação de cuidados, leva pra lá, leva pra cá, uma confusão danada pra assistir e a pessoa morre; aí você fica com uma sensação de fracasso, de perda mesmo, “*poxa eu perdi nessa batalha, essa guerra*”. E tem outro tipo de morte que acontece aqui, também, que tem a ver com essa morte que eu tava falando de jovens... Outro tipo de morte que acho que me mobiliza ainda mais... que mexe muito mais, que tem mais a ver com minha trajetória, que eu já falei, que são as mortes dos jovens por violência. A gente*

<sup>164</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Maria.

*tem um jovem aqui, que eu lembro que a gente tava lá na Praça das Duas Mãos, uma ação dessas aí, logo quando o Corra voltou, que a gente fez a intervenção urbana lá na Praça das Duas Mãos e ele morreu ali assassinado. A gente nunca soube direito se foi gente do tráfico. Na hora que a gente tava na Praça, a gente ouviu os tiros, mas não sabia o que que era; depois chegou uma pessoa falando que ele tinha morrido ali, na rua... Eu lembro que, nesse dia, a gente ficou arrasado, que a gente conhecia “bagaceira” desde o iniciozinho do Corra, novinho ainda, 16 anos, ele morreu com 20 anos, estávamos arrasados por ver alguém assim tão jovem, em uma realidade que não é excepcional, que a gente sabe o número de mortes de negros no Brasil é assim alarmante, ver isso materializado no nosso trabalho, vem algo muito forte e assim como ele, teve outros também.*

“São muitas as mortes” que marcam o cotidiano dos trabalhadores de rua. Esta entrevistada faz a diferença entre dois tipos de morte: a morte consequente ao agravamento das questões de saúde; e as mortes por violências. No primeiro caso, há um grande investimento dos trabalhadores no cuidado com a saúde da gente de rua e, mesmo assim, eles morrem. Fica a dor da “batalha perdida”, mas suportável para o trabalhador, pois sempre há algo a ser investido, um trabalho a ser feito no campo da saúde, difícil, mas possível. No segundo caso, “[...] que mexe muito mais, que tem mais a ver com minha trajetória, que eu já falei, que são as mortes dos jovens por violência”, além da identificação de alguns trabalhadores com as trajetórias de vida desses jovens, há uma impotência em relação às situações de violência tornadas modo de vida e sobrevivência para os jovens em situação de rua, na maioria das vezes, desde sempre. As violências do tráfico, da polícia, das milícias e/ou dos justiceiros encontram, não raro, a conivência do próprio Estado e da sociedade em geral. Para o trabalhador, resta fazer as denúncias possíveis e em acordo com as vítimas, o que é quase sempre muito difícil, considerando que eles nunca querem denunciar as situações de humilhação e violência a que são submetidos por justo medo das represálias. Os trabalhadores, como já vimos, também estão vulnerados e, na maioria das vezes, sem provas para fazerem denúncias que, de fato, tenham como consequência a punição dos que impetram as violências e a mudança na “ordem das coisas”. Seguimos nas ruas, nas praças, nas comunidades resistindo com nossa presença, reafirmando suas e nossas existências, ainda que na morte. Em vez de matá-los de novo e para sempre, fazemos, simbolicamente, o ritual de despedida, garantindo que seja reconhecido, ao menos na sua lápide, nome e sobrenome, construindo sentidos para a sua existência e para o nosso trabalho.

### 6.2.5 A morte de Adriana e Caíque: queimados como lixo<sup>165</sup>

Na reunião com os trabalhadores do Ponto de Cidadania uma trabalhadora fala sobre o assassinato de Adriana e do companheiro, queimados durante a madrugada . Conta que os usuários ficaram bem abalados com o ocorrido e um deles contou que viu quando Adriana correu pela rua, desesperada, queimando e pedindo socorro; aí, teve uma hora que ela se deitou no chão e não suportou. Esta situação aconteceu mais ou menos às duas horas da manhã. O companheiro conseguiu tirar a roupa em chamas, mas ela não. O pessoal da feira chamou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e ficou com ela; alguns usuários foram com ela até o hospital. Ela era uma pessoa muito querida na área. Diz que um usuário ficava falando como seria a vida dela depois, pois ela era muito vaidosa; mas ela não sobreviveu nem o companheiro. Parece que o motivo da morte foi o envolvimento dela com o tráfico, mas dizem que também pode ter sido a polícia, que andava ameaçando os usuários. Mas as pessoas não falavam muito sobre isso. Esse caso foi o que menos falaram. Todos sabem quem foi, mas não vão falar, pois temem pela própria vida, disse um trabalhador. De imediato, a reação dos usuários é fugir do território; vão para casa, solicitam abrigo, querem sair de lá. Começaram a fazer esses movimentos de saída a partir de Tamara, que também foi assassinada recentemente – ela ficava na guarita do tráfico e Adriana ocupou seu lugar. Triste lugar; triste destino.

Uma das trabalhadoras entrevistadas também comentou a morte de Adriana, conhecida como Índia:

*– Teve a morte de Índia que foi assim uma coisa, pra mim, brutal! Índia morreu e teve aquela coisa do enterro, não, uma coisa que demorou; e é isso né? Eu não sei se no serviço que eu trabalhava isso foi assim, vida que segue... Índia, ela morreu dizendo pra mim que ela ia morrer e ela foi a pessoa que me orientou na pesquisa, na minha etnografia, porque quando eu comecei a fazer o campo, eu não tava no Corra, foi aquele momento que eu fiz o campo com as questões da dissertação, foi ela que me levou no campo, com ela que eu conversava e eu tenho uma entrevista com ela e eu não vou tocar nessa entrevista por que minha saúde mental não, não dá conta. Mas foi ela que revelou pra mim essa coisa da brutalidade do tráfico, da brutalidade do tráfico do Centro, do Pela Porco, da força do tráfico do Pela Porco e de como as mulheres, elas eram encurraladas! Ela, antes de morrer, foi poucas horas antes dela morrer, eu tava no campo de noite, ela chegou “ô minha*

<sup>165</sup> Diário de Campo da Reunião do Ponto de Cidadania, 24 abr. 2017.

*comadre, venha aqui, me dê um abraço... toda hora eu vejo você, você nunca mais me deu um abraço...” sei que lá, aí eu dei um abraço nela e ela “ó, eu tô sentindo que vai acontecer...”;* a gente sempre se comunicava, sempre se comunicava, é e aí nesse dia, ela conversa, ela fala “ó eu acho que vai acontecer alguma coisa comigo! Tá vendo ali, ali é a RONDESP, é... e... você sabe o que aconteceu com Tamara”; e eu conversava muito isso com ela, de que isso, tinha coisa dela entrar como uma das formadoras do projeto mulheres e drogas, tinha todo um planejamento, mas ela, de fato, não conseguia sair do Pela Porco. Aí ela falou “ó, vai acontecer alguma coisa comigo...”

A primeira reação de todos os trabalhadores – e a minha – foi de horror. Tocar fogo em alguém é monstruoso e a exploração do fato pela mídia<sup>166</sup> é ainda pior; as reportagens trazem informações desencontradas e apelativas! Apresento abaixo algumas falas dos trabalhadores na reunião:

– *Fico pensando como e quem tem coragem de tocar fogo num ser humano?! Com Tamara, eu fiquei muito abalada e agora... Eu falei, não vou mais me apegar a ninguém... Eu só queria entender porque eles não voltam para casa...*

– *Eu vejo as pessoas brincando com a morte o tempo todo... da tragédia que é... um lado perverso, matar alguém assim... me causa um sentimento de asco, de nojo... Eu não quero mais trabalhar com isso não... com essa realidade dessa forma... para não fazer nada, para ficar escutando a conversa dos outros...*

– *Eu estou tão apegada a esse povo que eu sinto mesmo, eu sofro mesmo...*

– *Essas situações tiram um pouco da esperança da gente...*

– *Um trabalhador diz que não consegue falar... mas os olhos, o silêncio, as expressões corporais... falam da dor indizível.*

– *Eu acho que a morte é um limite; eu me abalo muito com a morte... [chora, respira e volta a falar com a voz embargada]. Eu me indigno, assim... Eu sei que nesse caso foi o nosso limite, mas eu ainda acredito que a gente consiga fazer um movimento para que isso não seja assim desse modo. Lógico que precisa de uma mudança mais macro, né? E que*

---

<sup>166</sup> “Um homem e uma mulher tiveram o corpo incendiado na madrugada desta terça-feira (23) em uma feira na localidade conhecida como “Pela Porco”, na região da Sete Portas. Uma das vítimas – ambas são moradores de rua – foi identificada: o jovem Caíque Farias de Sá, 23 anos. A mulher, que é sua companheira, ainda não foi identificada. De acordo com a PM, o ataque foi realizado por homens não identificados, por volta das 2h50. De acordo com a Central de Polícia, o casal teve um desentendimento com um outro morador de rua que teria paquerado a mulher. Eles discutiram, mas a briga foi dispersada. Mais tarde, já na madrugada, o homem retornou ao local e ateou fogo ao corpo das vítimas”. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/207593-casal-de-moradores-de-rua-e-queimado-por-grupo-na-regiao-da-sete-portas.html>>. Acesso em:

*a gente não é super-homem, mas eu fico pensando assim o tempo todo, diante dessa situação o que é possível que a gente faça. Porque não somos impotentes! A gente tem um lugar nesse processo, então, a polícia tem ameaçado o tempo todo, tem chegado lá, tem feito o genocídio mesmo das pessoas que estão mais na guarita, mas, enfim, tem ameaçado aquele território; e eu fico pensando o que a gente pode fazer diante disso!? Que é o que a gente vem discutindo; vamos fazer o quê? Ir de frente com isso a gente sabe que não dá, a gente não é potente o suficiente para chegar lá e se colocar como escudo, não existe essa possibilidade, a gente tá muito vulnerável nesse contexto. Mas como a gente pode criar estratégias, se articular politicamente, se articular de uma maneira mais ampla com outras instituições, chamando sei lá, Emiliano... Isso eu fico, diante dessas situações, isso é o que me ajuda a lidar com minha dor, assim, nesse processo de limite...*

Eu conheci Adriana, em 2012, no Ponto de Encontro. Reencontramos-nos na Praça das Duas Mãos e no Pela Porco. Ela era carinhosa e sorridente. Estava sempre entre a casa e a rua. Fiquei muito triste com a morte dela. Não conseguimos mudar a “ordem das coisas”. Estranho seria não chorar enquanto faço esse relato.

A dor dos trabalhadores frente às situações de violência e morte da gente de rua é falada corporalmente e verbalmente, especialmente nesta situação que ultrapassa o limite do humano. Dois assassinatos não apenas violentos, mas com conteúdos de perversidade. Impossível não pensar o quanto não é incomum “tocar fogo” nas pessoas em situação de rua, como se fossem realmente um lixo humano que deve ser eliminado, não deixando qualquer “resto” que lembre sua passagem por este mundo. A gente de rua é vítima de violências reais, e também simbólicas, sendo que uma alimenta a outra, ou seja, é a sua condição simbólica de lixo humano, de refugo, que parece dar o direito de matá-los, ateando-lhes fogo. Esta é uma dessas situações que causa “horror” aos trabalhadores, pois não parece pertencer ao mundo dos humanos, ainda que não tenham grande repercussão social em termos práticos.

Na reação imediata da equipe, a recusa de alguns em continuar neste trabalho; outros não conseguem nem falar, mas se mostram emocionados; outros lamentam e choram o destino confirmado; e apenas uma profissional aponta, emocionada, para um encaminhamento prático que é convocar os trabalhadores a refletirem sobre o seu fazer e o que fazer, na perspectiva de construção de possibilidades e estratégias políticas de denúncia e modificação deste cenário, por que “[...] *isso é o que me ajuda a lidar com minha dor, assim, nesse processo de limite*”. Muito sabiamente, essa trabalhadora indica que o agir coletivo acolhe a dor, que precisa de tempo e trabalho para o seu refazimento.



### 6.3 TRABALHADOR: VULNERÁVEL OU VULNERADO?

*[...] me faz pensar quando a gente tá na rua a gente fica num lugar muito vulnerável, inúmeras vezes eu fui baculejada, um dia fui baculejada por um policial masculino que me tocou mesmo, em um momento... (Entrevista Alice).*

#### 6.3.1 “Eu não sabia que era tão alcançável!”<sup>167</sup>

Em mais uma reunião de supervisão do Consultório na Rua, já no finalzinho da supervisão, a médica falou do assassinato de um casal, Juliana e o companheiro, no bairro da Baixa do Fiscal. Essa situação ocorrera na semana anterior e abalara muito a todos: equipe e comunidade local. A equipe refere que, desde que eles iniciaram o trabalho na Baixa do Fiscal eles já vivenciaram muitas mortes, mais de 10, e eles achavam que estavam já se “acostumando” a perder as pessoas, mas este assassinato parece ter tirado a todos da inércia, porque, nas palavras do profissional, *“a Juliana era uma menina muito bonita, muito alegre, realmente encantadora!”*. Disseram que ela só morreu por que estava no lugar errado, com a pessoa errada, no caso, o companheiro, que tinha sido preso antes e estava com problemas com o tráfico. A médica ainda coloca que não sabia que ela, trabalhadora, *“era tão vulnerável, alcançável!”*, e que hoje tem medo de trabalhar naquela área. Esclarece que este é um sentimento que já vinha tomando a equipe, pois esta área está muito violenta ao ponto de dois trabalhadores de rua de outro projeto terem sido assaltados – o que também foi uma situação traumática. O psicólogo ratifica que a perda desta usuária em especial parece ter “descongelado” a todos. A equipe teve que ouvir a dor dos usuários, ajudando-os a elaborar a perda, o luto, sem nem mesmo ter elaborado a sua própria dor. Outro profissional toma a palavra e diz que ele sabe o quanto são vulneráveis, referindo-se à equipe. Relata que quando trabalhava com adolescentes em situação de rua se sentia muito frustrado, pois não tinha o poder de mudar a vida (ou o destino) daqueles jovens. Chegava em casa e olhava para seus filhos adolescentes e a frustração aumentava, a dor aumentava. Até que entendeu que ele não estava ali para transformar a vida das pessoas, mas para promover saúde para as pessoas que não chegavam até os serviços, ou seja, os moradores de rua.

Pensei o quanto esse “congelamento” é uma estratégia de defesa individual e coletiva do trabalhador diante do impossível de tantas mortes, do sentimento de não poder mudar o destino daquelas pessoas e da vulneração a que está submetido no campo de trabalho. Que efeitos tem para esses trabalhadores esse contato tão próximo e frequente com a morte,

<sup>167</sup> Reunião do CR, 27 jul. 2017

sempre de forma muito violenta e de pessoas tão jovens? O que significa perceber que também é vulnerado e alcançável? Como responde esse trabalhador ao sofrimento e ao medo que essas situações geram?

Certamente que cada situação geradora de sofrimento é vivida de modo, ao mesmo tempo, singular e coletivo. No singular, as formas de significar esses processos estão relacionadas com a trajetória individual de cada trabalhador e seu *habitus* que é reconfigurado no campo social, o que significa que a forma como o coletivo maneja essas situações será determinante para a elaboração do sofrimento individual e coletivo e a construção de práticas de cuidado neste lugar considerado a “ferida da cidade” e com essas pessoas consideradas “descartáveis”. Parece que, instados pela tristeza e pelo medo frente a situações que os “descongela”, os trabalhadores são forçados a pensar, vão incorporando outros saberes e aprendendo a pôr em prática novas sensibilidades e possibilidades de agir, nunca definitivas, mas que vão sendo feitas e refeitas cotidianamente assim como o próprio trabalhador.

### 6.3.2 O assalto<sup>168</sup>

Conta este trabalhador de rua que, certo dia, foi assaltado enquanto atuava em um campo. Estavam, ele e outro colega, caminhando e conversando com jovens assistidos pelo projeto quando chegaram três rapazes e os abordaram. De início, ele não entendeu o que estava acontecendo. Até achou que estavam pedindo água, quando um dos rapazes chegou mais perto e, praguejando, anunciou o assalto. Mandou passar o celular e, não satisfeito, mandou que ele abrisse a mochila e levou tudo de valor. Ele, “tranquilamente”, deu ao que parecia ser o líder, que também era o mais velho do trio, tudo o que tinha. O outro assaltante era um adolescente e havia um terceiro “menorzinho”, aparentando uns 9 ou 10 anos. Enquanto o mais velho abordava seu colega, que reagiu e foi agredido, o “menorzinho” ficou xingando-o. Todos que estavam no campo viram a cena, mas disseram, depois, que nada podiam fazer, pois o assaltante estava armado. Já era um conhecido da área e sabiam que ele era “barra pesada”.

– *Na época, eu fiquei muito revoltado, eu fiquei muito chateado, eu cheguei a questionar mesmo sobre meu trabalho, e levei até pra reunião, sabe? Porque teve o perigo de eu perder minha vida, e, além disso, tem a questão mesmo da masculinidade... Quando eu dei meu celular, a ideia era de que, pegou o celular, que é o que a galera gosta de roubar, ele ia*

<sup>168</sup> Situação relatada pelo trabalhador de rua Isaac.

*embora! Mas depois que ele pegou o celular, ele quis mais! Então, ele abriu minha mochila toda, pegou minha carteira, pegou tudo, meteu a mão nos meus bolsos, enfim, eu disse assim, rapaz eu me senti um nada, eu estava à disposição do que ele quisesse fazer comigo ali, aquilo ali me deixou, sabe? Eu não reagi, fiquei tranquilo, tal, mas assim, de noite, fiquei muito chateado, não consegui dormir direito, fiquei com muita chateação mesmo!... porque essa experiência pra mim foi muito ruim, passar um período daquele ali, podendo ser assassinado, enfim, pra mim a maior violência, inclusive, foi me sentir um nada, porque ele pegou e fez o que quis em mim, e eu fiquei muito mal... e os usuários ficaram super sensibilizados, porque não puderam fazer nada, né, que já conhecem ele, sabem que ele é barra pesada, então, ficaram super mal. Um não aguentou foi lá pra frente contar!* (Entrevista Isaac).

O caso foi discutido em reunião de equipe e eles decidiram não dar queixa na delegacia o que, certamente, levaria a polícia para a região, podendo as consequências recaírem nas pessoas acompanhadas por eles.

“A maior violência foi me sentir um nada”: sua vida estava totalmente entregue ao outro (assaltante), “podendo ser assassinado”. O trabalhador vai a esses locais de trabalho se “entregar” ao destino; desarmado, coloca sua vida nas mãos do vínculo e da ética que sustenta seu trabalho: pode até morrer. Esta é uma posição insustentável que, para ser suportada exige que medidas protetivas sejam tomadas para que o trabalho continue de forma mais responsável com o próprio trabalhador. É preciso pensar na proteção desses trabalhadores. A equipe, em reunião, decidiu não dar queixa na delegacia, ou seja, protegeu o usuário, mas, e o trabalhador? Que medidas de proteção ao trabalhador podem ser construídas no trabalho? A supervisão se configura como um espaço de proteção para o trabalhador?

### **6.3.3 Quando o trabalhador é ameaçado!**<sup>169</sup>

Conta-nos uma trabalhadora de rua que, certo dia, a equipe estava trabalhando em um determinado campo, como sempre fazia, quando presenciaram uma pessoa – que é um policial reformado que toma conta da área – indo para cima dos usuários, sacando a arma e ameaçando atirar neles, querendo saber sobre um roubo ocorrido na região. Afirma, revoltada, que ele é o “capitão do mato dos comerciantes da área” e que foi extremamente violento e ameaçador com os usuários. A equipe decidiu se aproximar, na tentativa de inibir o agressor:

---

<sup>169</sup> Situação relatada pela trabalhadora de rua Emily.

– *E aí, eu fiz uma intervenção! Eu disse: “olha o que que você tá fazendo?” E aí foi tensa a conversa. E, lá no fim da conversa, ele me ameaçou, ele disse: “olhe, eu sei o carro que você chega, eu sei a placa do seu carro, na frente de todo mundo, sei a placa do seu carro, é... ontem, por exemplo, quando você chegou, tipo segunda feira, quando você chegou, você estava com o vestido assim, assado, você abriu o carro, colocou o material em cima do carro, vestiu a camisa e saiu...”. Isso é o que ele sabe fazer de forma muito maestral, ele faz isso a vida inteira, ele constrange, ele ameaça, ele coíbe as pessoas a vida inteira assim!*

A equipe ficou bastante mobilizada e dividida entre fazer ou não a denúncia. Procuraram a Defensoria Pública e foram alertados em relação às consequências, no sentido de que a proteção da equipe e, especialmente, desta trabalhadora, não teria como ser garantida. Ela se perguntou:

– *E agora?... e eu me lembro que foi a primeira vez que eu cheguei em casa precisando falar... a gente não conta em casa, mas eu fiquei pensando que alguma coisa poderia acontecer, sabe? eu poderia ser tipo acidentalmente assaltada, sabe, essas coisas... Pela primeira vez, fiquei com muito medo, muito medo! Eu andava na rua, tipo com medo. Eu parava o carro com medo. Eu pensei em trocar de carro... Eu acho que tem um limite, assim, que a gente chega, sabe... Eu fiquei impactada, eu fiquei com muito medo... (Entrevista Emily).*

Medo. Emoção pouco referida pelo trabalhador de rua, apesar das inúmeras situações limites vivenciadas em campo e já relatadas. Medo que exige atitudes protetivas individuais e coletivas. Acolhimento e amparo ao profissional, por um lado, e construção coletiva de estratégias de cuidado articuladas com e no território. Os trabalhadores de rua atuam em espaços sociais marcados pela pobreza e pelas violências, com leis que se conformam no cotidiano a partir das relações de força e poder que envolvem a disputa pelo capital econômico entre os diversos atores: traficantes, policiais, seguranças particulares contratados pelos comerciantes locais, milícias, usuários de drogas, moradores da comunidade, dentre outros. A entrada das equipes de rua neste contexto exige estratégia, muita articulação com o território, principalmente com as lideranças locais e entre os trabalhadores de rua. Embates corajosos e solitários como o relatado pela profissional devem ser evitados, pois, na prática, apenas aumentam os riscos da equipe e dos próprios usuários, muitas vezes agredidos como forma de “recado” para que todos saibam quem de fato manda no território. Para lidar com estas situações de violência e ameaça, é preciso organização dos

trabalhadores e a construção de estratégias junto com os movimentos sociais e os órgãos de defesa dos direitos humanos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

A partir das situações relatadas podemos considerar que o trabalhador de rua está “vulnerado”? Proponho aqui uma reflexão a partir da bioética:

Vulnerabilidade deriva do latim *vulnus*, que significa “ferida”, ou seja, refere-se à possibilidade de ser ferido. Para a bioética, vulnerabilidade se referia apenas à suscetibilidade de ser ferido, principalmente, alguns grupos mais desprotegidos socialmente. Porém, entendendo que a morte faz parte da vida de todos os humanos, o que nos torna todos vulneráveis, Patrão Neves (2006) propõe que a noção de vulnerabilidade protagoniza os dois sentidos: como característica, em uma função adjetiva e, portanto, qualificadora de alguns grupos e pessoas que, em função dos seus modos de vida, estão mais suscetíveis a serem feridos; o segundo, como substantivo, em uma função nominal referindo-se às características e suscetibilidades comuns a todos os humanos.

Fermin Roland Schramm (2006), refletindo sobre o conceito, considera que, ainda que todos os humanos sejam suscetíveis de serem feridos em algum grau, há humanos que estão mais suscetíveis, existindo diferenças nas formas e nos graus de suscetibilidade, estabelecendo uma distinção entre vulnerabilidade e vulneração. A diferença proposta por este autor está pautada na distinção feita por Aristóteles entre potência e ato, ao que temos, então: a vulnerabilidade como condições potenciais de ser ferido e vulneração como condições concretas de ser ferido, como, por exemplo, o pertencimento a uma determinada classe social, a um gênero ou uma condição de saúde. “Em suma, parece razoável considerar mais correto distinguir a mera vulnerabilidade da efetiva vulneração, vendo a primeira como potencialidade e a segunda como uma situação de fato<sup>170</sup>, pois isso tem consequências relevantes no momento da tomada de decisão” (SOTERO, 2011, p. 802).

No caso da população de rua, esta vulneração é clara, mas, para os trabalhadores, as condições de trabalho impostas pelo modelo neoliberal e as situações vivenciadas nos territórios de prática os colocam na posição de vulnerados?

Um dos entrevistados considera:

– [...] *O trabalhador de rua ele tem que saber: aqui eu tô igual ao cara, a bala que pega no cara pega em mim, e eu não quero, eu vou “mimbora”! Agora, na medida que eu acho que o trabalhador reconhece de que ele, na rua, ele fica mais vulnerável e que ele fica quase tão vulnerável como quem vive na rua, porque quem vive na rua é 100%*

<sup>170</sup> Neste sentido, a vulneração é um processo, que se concretiza na situação de sujeito vulnerado (adjetivado)

*vulnerável o tempo todo, mas no momento que ele está na rua trabalhando no Pela Porco, na Praça das Duas Mãos, numa troca de tiros, essa bala pode alcançar qualquer um. Isso produz sofrimento? Certamente produz. Tem algum remédio pra esse sofrimento? Eu acho que não. Eu acho que é possível falar desse sofrimento e as pessoas administrarem esse sofrimento, e que eu acho inclusive que, quando não é falado, não é trabalhado nesse sentido, eu acho que esse sofrimento produz um efeito danoso ao próprio trabalho, o sujeito vai terminar saindo do trabalho pelas portas dos fundos pra se livrar desse sofrimento que é o de estar exposto... (Entrevista Nery).*

Os diversos relatos apresentados mostram, com relação aos trabalhadores, claras vulnerações: o dia a dia marcado pelos sofrimentos, as mortes, as doenças, alcançam os trabalhadores como um processo; alguns deixam claro que já estão feridos, portanto, vulnerados. Não é mais a possibilidade (antes do trabalho) mas o real do percurso na rua. Nesta perspectiva, é possível afirmar que os trabalhadores de rua estão em condições físicas, sociais e psicológicas de vulneração. Eles estão desempoderados diante das leis do capital que impõem clara situação de precariedade nos vínculos trabalhistas e nas condições de trabalho bem como diante da correlação de forças e atuação do Estado nas margens<sup>171</sup>, colocando-se muitas vezes em situações de risco, a exemplo das ameaças à sua integridade física e do assalto sofrido em campo. Por outro lado, todas estas situações também favorecem uma fragilidade de saúde e de saúde mental, em função do sofrimento social que marca o cotidiano. O reconhecimento da própria vulneração é importante para amenizar os sofrimentos consequentes a essas vivências enquanto trabalhador de rua. Considero, ainda, que o espaço da supervisão é este lugar de construção da proteção e autoproteção não apenas da/para a gente de rua, mas também dos trabalhadores, quando ele consegue se interrogar a respeito do que “não viu”, mas, no fundo, “viu”, como afirma o Prof. Nery:

*– Eu acho, Patrícia, que eu sempre estou nessas experiências de supervisão interrogando as pessoas sobre o que elas não viram, por um lado, porque as pessoas sempre falam de um suposto visto, mas o que elas veem mesmo elas não falam. Então, eu acho que o trabalho de um supervisor é perguntar ao supervisando “O que você não viu?” no sentido de você viu alguma coisa que não quer me dizer ou que pensa que não viu? Rapidamente, você vê as pessoas pararem de... por isso que eu gosto tanto e formulo isso de um modo provocador, isto é, gosto muito de trabalhar com o “não sabido”, por isso que fracassou a proposta da “Nebulosa em busca de um Big Bang”, porque a proposta era trabalhar com*

<sup>171</sup> Este desamparo do Estado é componente da vulneração. Aliás, não há como ‘escapar’ desta vulneração quando se é trabalhador de rua

*o[suposto] não sabido, porque as pessoas querem trabalhar com o suposto visto e sabido, mas o que nos faz, o que retorna sobre nós é aquilo que nós não falamos, é sobre o que nós não falamos, é isso que retorna sobre nós, então, nas minhas supervisões, eu estou sempre assim: o que você não viu? (Entrevista Nery).*

#### 6.4 SÍNTESE REFLEXIVA

Neste capítulo, compartilhei as experiências de sofrimento social dos trabalhadores na relação com a gente de rua, uma reflexão sobre a dor, sempre tão difícil de falar. Em geral, tanto nas entrevistas realizadas como nos espaços de supervisão, o trabalhador fica no relato da situação ou na queixa, não elaborando o efeito da situação sobre si e sobre a sua vida. Ele fala sobre o que ele vê e não sobre o que ele não vê, que é precisamente o que precisa ser desencoberto. Na relação *entre* o trabalhador e a gente de rua, entre os omissos e os que se importam, entre os que veem e os que não veem, entre os vulneráveis e os vulnerados, entre o sofrimento quando a morte esperada se concretiza e as alegrias quando o destino não se cumpre e a vida renasce, o trabalhador de rua se fala, se conta, se refaz e faz acontecer o trabalho, alcançando a gente de rua e, em algumas poucas situações, mudando a “ordem das coisas”.

Este capítulo teve como objetivo refletir sobre as experiências de sofrimento social de trabalhadores na relação entre/com a gente de rua, em um determinado tempo e espaço social que é um momento histórico onde as relações de trabalho são marcadas pelo modelo neoliberal e suas novas formas de exploração do trabalhador.

Considerando as situações relatadas e refletidas ao longo deste capítulo, destaco quatro contextos que “fazem” sofrer o trabalhador:

*O contexto neoliberal* – determina as relações de trabalho estabelecidas entre as equipes de rua e o seu empregador, que é o Estado<sup>172</sup>, onde o sofrimento social do trabalhador de rua aparece como: 1) consequência dos moldes neoliberais de produção e que se expressa na insatisfação relativa aos baixos salários, às formas precárias e frágeis de contratação; a insegurança em relação à continuidade do trabalho em si e sua permanência enquanto

---

<sup>172</sup> Entendo que o Estado é o empregador dos trabalhadores de rua, mesmo nos casos em que este serviço é terceirizado para ser implementado por organizações não governamentais (ONGs), como no caso do Ponto de Cidadania e do Corra pro Abraço que são “projetos” do Governo do Estado da Bahia, implementados por uma ONG.

trabalhador de rua<sup>173</sup>; enrijecimento dos processos de trabalho em função das exigências por controle e resultados esperados pela sociedade<sup>174</sup>; 2) na expectativa de que o trabalhador “empenhe-se pessoalmente” no trabalho, o que ele cumpre muito bem, demonstrando esse efeito quase mágico do Estado de exercer sua dominação simbólica (BOURDIEU, 2014); 3) na fragilização das relações entre os trabalhadores de rua e dos coletivos de defesa dos direitos trabalhistas dos profissionais<sup>175</sup>.

*O contexto institucional* – expressa no cotidiano os efeitos desse modelo neoliberal que utiliza como principal estratégia de dominação não declarada a violência simbólica que se faz sutilmente – e fortemente – presente nas relações estabelecidas entre gestores, trabalhadores e usuários. Mas, na disputa entre os agentes com pretensão à dominação encontra-se também a possibilidade de se refazer a história, de modificar o destino. A redutora de danos, a profissional do CAPS e Leo, aparentemente, perderam esta batalha, sentiram-se oprimidos, desrespeitados e impotentes, mas ainda continuam em campo, se posicionando e resistindo.

*O contexto das ruas (as margens)* – as relações nas margens são complexas, com muitos agentes em disputa pelo capital econômico, utilizando frequentemente estratégias violentas em que a manutenção da vida se torna moeda de troca e obediência; estão sob outros códigos de justiça e outras leis, que são as leis estabelecidas no território, como parte da vida cotidiana, como regra, e não como exceção (DAS; POOLE, 2004). Todos os tipos de violências estão aí presentes e os trabalhadores acabam por se sentir oprimidos e obrigados a seguirem essas leis, sob pena de terem que se retirar do território ou ainda, colocarem suas vidas em risco.

*Os Contextos de miséria* – considerando que o trabalho das equipes de rua ocorre em territórios marcados pela miséria, no sentido de que a pobreza extrema e a humilhação social das pessoas que estão nesta condição impõem enorme sofrimento aos trabalhador de rua. É uma situação que alcança a dignidade humana, colocando-a totalmente em suspenso. A

---

<sup>173</sup> A maioria dos trabalhadores de rua precisa ter outra atividade profissional para complementar sua renda. Importante refletir que este é um trabalho que exige muito do trabalhador, sendo ideal que este profissional fosse adequadamente remunerado para poder dedicar-se integralmente às exigências objetivas e subjetivas inerentes ao fazer profissional neste campo.

<sup>174</sup> Em geral, os resultados esperados não são condizentes com a conjuntura social do país e o desejo ou possibilidades objetivas e subjetivas da gente de rua. Espera-se que as equipes de rua tirem imediatamente as pessoas da rua, resolvam seus problemas com as drogas e magicamente possibilitem sua “recuperação”, deixando-as “limpas”, normalizadas e inseridas em um mercado de trabalho que não existe.

<sup>175</sup> Importante sinalizar que o espaço da supervisão funciona no sentido contrário a essa fragilização do trabalhador, das relações de trabalho e dos coletivos organizados.



situação relatada pelo trabalhador reflete esse limite entre o mundo dos humanos e o mundo dos des-humanos, tendo a miséria como ator fundamental deste processo. Se essa miséria fere a existência e a dignidade de todos aqueles jogados nesse lugar de rejeição social, ela aponta, de forma incontestável, para o sofrimento social do trabalhador no encontro com a gente de rua.

A morte da gente de rua, por sua vez, é marca presente em todos os contextos e considerada pelos trabalhadores como uma experiência limite e causadora de grande sofrimento. Uma questão a ser refletida é que, se a ética que sustenta o trabalho de rua está pautada no princípio da proteção da vida, a morte seria o fracasso? Seria a perda do “bem” para o “mal”, já que não estamos falando de morte natural, mas de uma política que mata pessoas ou deixa morrer!?

Uma primeira constatação é que a forma como cada trabalhador vai significar a morte está relacionada com as suas experiências pessoais e sociais de perda, considerando que só é possível experimentar a morte no outro (WERLE, 2003). Interessou-me compreender como o trabalhador sente e age em relação à morte da gente de rua. Nesta perspectiva, um aspecto comum aos trabalhadores foi se colocar presente e disponível neste momento, para garantir uma morte ou para fazer existir ao menos na morte: enterrar, ter um lugar, uma referência, uma lápide com o nome e sobrenome; apoiar as famílias, acolher o choro histórico dessas mães, em sua maioria negras, que têm seus filhos retirados e matados – é uma morte que se chora muitas vezes quando se vive para a morte (e não até que a morte chegue). É a responsabilidade ética que sustenta o fazer do trabalhador de rua neste momento de luto. Se não foi possível reconhecer a vida, é justo que esta vida seja reconhecida, ao menos, na morte. De certa forma este ato (re)significa a morte, e a vida.

É neste sentido de ressignificação resistente – da morte e da vida – que se torna importante “marcar” a morte da gente de rua; marcar no corpo, marcar na rua, marcar nas instituições, não deixar morrer silenciosamente; fazer resistência ao genocídio da população de rua, da população negra, construindo politicamente saídas emancipatórias.

A morte é percebida como a situação limite, um processo doloroso, às vezes, ou, na maioria das vezes, brutal. Em alguns casos, digna de “horror”, enquanto representante do mundo dos des-humanos. Sempre uma grande injustiça que precisa ser reparada, ao menos nesse final. No coletivo, silêncio para uns, resistência, para outros. “Vida que segue” sob o amparo do tempo.

Sobre o sofrimento social do trabalhador de rua, não é possível apagar os efeitos das experiências de violência e morte aqui relatadas e que fazem da vulneração uma

característica do trabalho na rua. Os vulnerados não estão apenas expostos às vulnerabilidades humanas, eles são feridos e tornados vulnerados. No caso dos trabalhadores de rua, é feita uma ferida permanente, que às vezes faz sofrer mais, às vezes menos, depende de como é cuidada. No singular, cada um vai elaborar seu sofrimento da forma que aprendeu e está reaprendendo no campo social. Alguns serão alcançados pelo sofrimento em suas várias dimensões e intensidades, outros poderão significar o trabalho e transformar sofrimento em potência e em realizações com o outro que retornam a ele em forma de “beleza”.

Supervisor: *Quando eu entro para trabalhar com vocês, com os estudantes, minha dor passa!*

Pesquisador: *O trabalho (e a supervisão) é também o lugar de refazimento da dor do trabalhador... Dor e refazimento nos tornando humanos “melhores”, passo primeiro para a construção de ações coletivas e políticas.*

## 7 REFLEXÕES BIOÉTICAS SOBRE CUIDADO

*Eu não preciso de ti. Tu não precisas de mim.  
Mas, se tu me cativares, e se eu te cativar...  
Ambos precisaremos, um do outro.  
A gente só conhece bem as coisas que cativou.  
Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas!*  
(Antoine de Saint-Exupéry. *O pequeno príncipe*)<sup>176</sup>.

Um dos maiores desafios desta tese foi apresentar os “resultados” do estudo de modo a revelar a riqueza e profundidade das situações vivenciadas e refletidas pelos sujeitos de pesquisa, neste caso, os trabalhadores de rua. Quais os principais problemas/situações enfrentados por esses trabalhadores no cotidiano das práticas? Quais as respostas construídas na supervisão para o enfrentamento dos problemas? Quais os princípios/técnicas/métodos que sustentam as práticas dos trabalhadores de rua?

A principal fonte de pesquisa utilizada para a reflexão das referidas questões são os relatos das reuniões de supervisão dos Consultórios na Rua e do Ponto de Cidadania. Foram selecionados por mim breves situações ou casos geradores de discussões teórico-práticas realizadas pelos trabalhadores com a instigante mediação do supervisor, Prof. Antonio Nery Filho. Esses diálogos reflexivos de certa forma, “falam” sobre uma ética do cuidado que consubstancia – ou deveria consubstanciar – o fazer dos trabalhadores de rua.

Considerando que as situações e conflitos vivenciados no cotidiano do trabalho e compartilhados em supervisão foram discutidos à luz dos referenciais da Bioética – e concordando com a importância de uma reflexão na perspectiva da ética aplicada às práticas de cuidado dos trabalhadores de rua para a construção de saídas emancipatórias – decidi, neste capítulo, também utilizar os estudos e construções teóricas do campo da ética e bioética para analisar as situações e as intervenções relatadas pelos trabalhadores com muita emoção, com muita dor, mas, também, com muito respeito e esperança militante.

É importante enfatizar a pertinência da utilização da abordagem bioética para a reflexão proposta, considerando que: 1) A Bioética Latino Americana, em particular a brasileira, tem se voltado, permanentemente, dentre outras questões, para os problemas relacionados com as populações desfavorecidas, a exemplo das pessoas em situação de rua, os mesmos sujeitos tratados nesta tese, quais sejam: pessoas vulneradas, excluídas, vítimas de preconceitos e oprimidas; 2) a Bioética é, necessariamente, multi/inter/trans disciplinar,

---

<sup>176</sup> SAINT-EXUPÉRY, Antoine. *O pequeno príncipe*. Tradução Frei Beto. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

significando que reconhece a importância de utilizar-se da contribuição das diversas ciências para a compreensão da realidade sobre a qual debruça seu olhar, suas reflexões, suas propostas interventivas; (3) a bioética é laica, não trabalha com dogmas nem concepções apriorísticas, considerando as diversas moralidades contemporâneas (DURAND, 2010).

Por fim, devo esclarecer que a utilização de conceitos bioéticos para a reflexão das situações trabalhadas neste capítulo não desconsidera ou contradiz a sociologia crítica de Bourdieu, principalmente na correspondência entre *habitus* e campo, os indivíduos e as estruturas econômicas e sociais, uma das principais unidades de análise do referido autor.

Nesta perspectiva, este capítulo está organizado da seguinte forma:

7.1 – Uma breve apresentação da Bioética, sua história e fundamentos com o objetivo de situar e consubstanciar melhor as análises aqui realizadas;

7.2 – Apresentação de algumas situações/casos discutidas em supervisão, colocando em relevância, nas minhas considerações, determinados aspectos da Bioética Principlista, Bioética de Intervenção e/ou Bioética de Proteção bem como a referência de autores que analisam a realidade social numa perspectiva ética;

7.3 – Uma reflexão sobre a ética do “encontro” à luz do filósofo Alain Badiou;

7.4 – Síntese reflexiva: considerações sobre princípios, métodos e práticas de cuidado no contexto da rua.

## 7.1 BIOÉTICA ENQUANTO CAMPO, SUA HISTÓRIA E FUNDAMENTOS

A Bioética nasce, na década de 1970, diante da situação de complexidade e incerteza frente ao avanço biotecnológico, a destruição ambiental e o agravamento das desigualdades e injustiças sociais ocorridas neste período histórico. A condição humana estava mais ameaçada pelos efeitos dos novos conhecimentos no ambiente, nas relações sociais, na vida. A ética, antes voltada para o aqui e agora, precisava se preocupar com a problemática da sobrevivência do e no mundo para garantir um futuro para a humanidade (FORTES, 2011).

A palavra “bioética” é um neologismo composto pelos termos gregos *bios* (vida) e *ethos* (ética e, também, meio ambiente). Foi utilizada, pela primeira vez, em 1927, em um editorial da revista *Kosmos*, publicado pelo pastor protestante alemão Paul Max Fritz Jahr, (1895-1953), intitulado *Bio-Ethik. Eine Umschau über die ethischen Beziehungen des Menschen zu Tier und Pflanze* (*Bio-ética: uma revisão do relacionamento ético dos humanos*

em relação aos animais e plantas).<sup>177</sup> Na década de 1970, o bioquímico e cancerologista americano Van Rensselaer Potter, preocupado com os novos problemas postos pelo desenvolvimento científico e tecnológico retoma o termo em seu artigo “*Bioethics, the Science of Survival*”. Em 1971, Potter publica o livro, que se tornou clássico, *Bioethics: Bridge to the Future* no qual busca estabelecer pontes entre a ciência e as humanidades, visando, sobretudo a proteção da vida<sup>178</sup> (DURAND, 2010, p. 13). A publicação em 1979 do livro *The Principles of Bioethics*, escrito por Beauchamp e Childress (FORTES, 2011), sedimentou a Bioética e inaugurou, no campo biomédico, importantes alternativas para a resolução de conflitos éticos. Esta Bioética se tornou hegemônica no Hemisfério Norte, disseminando-se sob a denominação de Princípioalismo ou Bioética Princípioalista.

Enquanto novo campo de conhecimento, a Bioética pode ser definida como “uma ética aplicada às Ciências da Vida”, o que significa refletir e propor soluções eticamente justificadas e fundamentadas frente a situações conflitantes que envolvam as ciências da vida, apoiando-se em dois componentes epistemológicos: analítico e propositivo (NERY FILHO; LORENZO; DIZ, 2014, p. 128).

Desde a sua recente fundação até os dias atuais, é possível considerar quatro momentos principais: 1) fundação e consolidação (1970); 2) expansão mundial (1980), tendo o princípioalismo como maior influência; 3) crítica e busca de novos referenciais (1990); e 4) repolitização e enfrentamento de questões sociais e sanitárias visando a universalização do acesso aos benefícios da biotecnologia (2000). Nesta última fase, há especial participação de autores latino-americanos na construção de referenciais e propostas interventivas mais adequadas à realidade de seus países, como a Bioética de Intervenção e a Bioética de Proteção (NERY FILHO, LORENZO; DIZ, 2014).

O princípioalismo, a primeira das escolas, se tornou clássico e se apoia em alguns princípios cuja “aplicação”, em tese, media a solução dos conflitos éticos na saúde: autonomia; beneficência, não maleficência e justiça. Importante esclarecer que não há uma teoria bioética, mas uma prática reflexiva que analisa e propõe respostas aos conflitos emergentes no campo da saúde à luz destes princípios: 1) *Princípio da Autonomia* – significa respeito às decisões das pessoas, a sua liberdade de pensamento e de escolha desde que em condições psíquicas e objetivas para concretizar essas escolhas, considerando os limites dados pelo respeito à dignidade e liberdade dos outros e dos coletivos; 2) *Princípio da Justiça* –

<sup>177</sup> JAHR, Fritz (1927). Concept of Bioethics. Kennedy Inst Ethics J., 2007. PubMed result. Disponível em: <ncbi.nlm.nih.gov. 2011>. Acesso em: 5 maio 2011. JAHR, Fritz. *ethik-in-der-praxis.de. 2011*. Acesso em: 5 maio 2011.

<sup>178</sup> DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2002. 69p.

aplicado ao campo da saúde, se refere à justa distribuição de recursos públicos em uma perspectiva coletiva, tendo a equidade como parâmetro para a correção de injustiças que, porventura, a aplicação da lei venha a provocar; 3) *Princípio da Beneficência* – aponta para a obrigação de promover o benefício do paciente; 4) *Princípio da Não-maleficência* – implica na obrigação do sujeito de não causar dano intencionalmente a outras pessoas (DURAND, 2010; FORTES, 2011).

Assim, recomendava-se aos profissionais de saúde ou pesquisadores que durante as suas práticas respeitassem a liberdade particular de cada indivíduo decidir sobre os aspectos de sua condição de vida (autonomia); que não fosse realizado qualquer tipo de intervenção que prejudicasse os indivíduos, abstendo-se das práticas nocivas (não maleficência); que procurassem sempre agir no sentido de fazer o bem (beneficência); que desenvolvessem suas práticas sem discriminação, agindo de modo justo (justiça) (GARRAFA; MARTORELL; NASCIMENTO, 2016, p. 444).

Apesar de trazer elementos e contribuições importantes para se pensar os problemas éticos no campo da saúde, na prática, o princípalismo foi utilizado em uma perspectiva individualista e contratualista das relações de saúde e no campo da pesquisa não refletindo problematizações relativas a questões socioeconômicas que vulnerabilizam os sujeitos e implicam a sua saúde. Essa aproximação ocorreu no final dos anos 90, com o destaque de bioeticistas latino-americanos, em particular brasileiros, “buscando uma bioética que tratasse de questões como desigualdades sociais e equidade, justiça social, responsabilidade individual e coletiva sobre os cuidados de saúde, alocação e priorização de recursos escassos, pobreza, racismo, saúde pública e políticas sociais e sanitárias” (FORTES, 2011, p. 320). Neste sentido, destaca-se nesta Tese, duas vertentes epistemológicas ou escolas:

A primeira delas, a *Bioética de Intervenção*, representada, principalmente, pelos bioeticistas Volnei Garrafa e Dora Porto, que, tendo em conta as diferenças econômicas e sociais em dimensão global e seu reflexo nas populações, propuseram considerar os problemas de saúde-adoecimento de forma abrangente, indicando a dimensão coletiva como locus legítimo da reflexão e intervenção bioética, localizando-os em duas grandes vertentes que denominaram “situações persistentes” e “situações emergentes”. Observam que, no cerne das questões éticas em saúde, estão os problemas vivenciados por sujeitos vulneráveis que assim se encontram devido aos diversos problemas estruturais gerados pelo capitalismo e pelas consequentes relações de poder/dominação/exploração de opressores sobre oprimidos. Assim: propõem a diminuição das iniquidades por meio de uma Bioética aplicada à dimensão

social e em busca da justiça social; enfatizam a responsabilidade do Estado no que tange aos dilemas persistentes, defendendo o princípio da proteção aos vulneráveis; identificam os processos de libertação, empoderamento e emancipação como fundamentais para a promoção de equidade e justiça; e consideram o marco da corporeidade, já que sensações de dor e prazer são sentidas por todo humano (OLIVEIRA; VILLAPOUCA; BARROSO, 2005). Nesta perspectiva bioética, configura-se como indispensável garantir a vida manifesta em suas diversas dimensões através do e no corpo, preservando-a biológica e socialmente. Para tanto, as políticas públicas voltadas para a garantia de vida com justiça e cidadania devem ser construídas e implementadas “a partir das necessidades e expectativas de pessoas concretas, de carne e osso, com suas dores e prazeres, o que muitas vezes não ocorre porque essas estratégias veem o mundo através das lentes genéricas, geralmente estatísticas, que embaçam a visão da especificidade” (PORTO, 2012, p. 120).

Para Dora Porto, a Bioética de Intervenção “politizou” a Bioética apontando que os problemas e conflitos no campo da saúde se originam na dimensão social. Reafirma a autora que corpo e mente são um e que cada pessoa é um ator social e deve agir com base nos princípios da justiça, orientados pelos direitos humanos, buscando a superação da iniquidade e contribuindo “para o bem estar, presente e futuro, do todos os habitantes da terra” (2012, p. 125). Mas, alerta-nos Garrafa que, em nome do princípio da proteção e do humanismo paternalista, as desigualdades entre quem protege e quem é protegido podem, contraditoriamente, ser reforçadas, não tendo o esperado efeito libertário, dever desta luta:

[...] ainda que proteger os que suportam a ordem estabelecida, à custa da expropriação de seus corpos e vidas, e defender sua integridade frente aos que usufruem todos os benefícios dessa divisão espúria seja uma ação que pode melhorar sua qualidade de vida, restringir a possibilidade de intervir na realidade à proteção aos menos favorecidos não deixa de ser uma concessão com a manutenção da desigualdade, dos privilégios e da exclusão. Por isso, deve-se considerar a proteção como um princípio, essencial para a construção da justiça social, mas que não deve ser alçado à condição de matriz teórica (GARRAFA, 2005, p. 124).

Nesta perspectiva, há de se ter o cuidado de não reproduzir a dissociação entre razão/ação e sua narrativa esvaziada de sentidos práticos tão comuns nos meios filosóficos e intelectuais, dificultando a reflexão dialeticamente articulada à ação, fundamental aos novos desafios bioéticos que se impõem na atualidade.

Já a Bioética de Proteção, proposta pelos bioeticistas Fermin Roland Schramm e Miguel Kottow, é um subconjunto da bioética com ferramentas teóricas e práticas que

objetivam compreender, descrever e resolver conflitos de interesses entre os que têm os meios que os habilitam para realizar sua vida e os que não têm. Nesta perspectiva, “tem como seu foco principal os indivíduos e populações afetados, vulnerados e excluídos do processo de globalização em curso” (SCHRAMM, 2008, p. 12). Considera que o Estado deve possibilitar o desenvolvimento pleno – objetivo e subjetivo – para o “cuidar de si”. Sua tarefa consiste, em última análise, em balizar justiça e liberdade, tendo como (1) proposta analítica as práticas sociais existentes, considerando os efeitos da biopolítica sobre as pessoas através dos dispositivos de controle – supostamente, a favor do bem comum – e como (2) proposta normativa para a proteção dos vulnerados. “Como proteger os indivíduos e grupos vulnerados, sem intervir onde não se deve, ou seja, deixando as pessoas decidirem sobre todas as outras questões que lhes dizem respeito e que não prejudiquem terceiros?” (SCHRAMM, 2007, p. 388). Esta questão guiará as discussões e reflexões bioéticas sobre as práticas de cuidado dos trabalhadores de rua com a gente de rua.

Mencionemos, aqui, o importante trabalho desenvolvido sob o patrocínio da UNESCO, que culminou com a aprovação em junho de 2005, em Paris, da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), “a partir da qual a bioética pode lutar pelo empoderamento, pela libertação e pela emancipação dos ‘condenados da terra’” (GARRAFA, 2005, p. 131). Destaco conquistas que foram incluídas na declaração, no que se refere ao campo da saúde pública e da inclusão social: tópicos sobre dignidade humana e direitos humanos, respeito pela vulnerabilidade humana, integridade pessoal, igualdade, justiça, equidade, diversidade cultural e pluralismo, solidariedade, cooperação, proteção do meio ambiente, da biosfera e biodiversidade, responsabilidade social e saúde pública e divisão dos benefícios.

Em relação a esses dois últimos pontos ficou claro o compromisso dos Estados-membro em proporcionar acesso a sistemas sanitários de qualidade, aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, a novos medicamentos e à nutrição, assim como à redução da pobreza e outros temas afins, tão caros à pauta contemporânea da saúde pública (GARRAFA, 2005, p. 131).



## 7.2 REFLEXÕES BIOÉTICAS SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO NO CONTEXTO DA RUA

### 7.2.1 O respeito à Autonomia e o tempo para cuidar/cuidar-se

NARRATIVA DO CASO BERNARDO<sup>179</sup>:

*– Ele tem uma história de muito sentimento de culpa, pois a mãe foi morta por causa dele. Ele estava na rua, usava droga e, uma vez, indo em casa, encontrou um amigo que teve uma discussão com um traficante e ele entrou no meio para separar e a mãe se aproximou e com a violência da situação, um tiro matou a mãe e ele ficou corroído pela culpa. Ele sempre teve uma tristeza... Quando você se aproxima dele pode perceber uma tristeza muito grande. E ele estava com tuberculose; fez o tratamento com muita dificuldade, melhorou, mas com as condições dele, tem HIV... e quando a gente vai buscá-lo para o tratamento, eu vou e ele não vai. Ele fica limpando a lama da rampa; ele faz um trabalho ali; ele fica catando lixo, ele mora em um barco... Quando ele briga com alguém, para ele não maltratar a outra pessoa, ele se fere. Ele está na rua desde os 10 anos. Vendia amendoim e o dinheiro ele gastava no fliperama. Em casa, ele apanhava muito, pois chegava sem dinheiro... aí começou a ficar na rua... a usar drogas.*

\*\*\*\*\*

A questão colocada pelos trabalhadores é que Bernardo tem dificuldade em cuidar-se. A equipe do Consultório na Rua agenda consultas e horários para a resolução de questões sociais e de saúde e ele não vai. No relato do trabalhador, a frustração diante da impossibilidade de construção do “cuidado”, mas só lhe restava aceitar e continuar trabalhando “[...] porque autonomia é também aceitar o sujeito do jeito que ele é, porque senão a gente criaria métodos terapêuticos nos quais você falaria: ‘Melhore!’, e o sujeito melhoraria e, no entanto, as pessoas não melhoram porque a gente diz isso a elas” (LANCETTI, 2006, p. 72).

Respeitar a autonomia de quem ainda não pode se cuidar é reconhecer e acolher seu sofrimento e também acreditar e investir na potencialidade desses sujeitos construída na relação:

---

<sup>179</sup> Supervisão 20, realizada em 3 maio 2018.

[...] a definição de autonomia que propomos a torna sempre uma forma relativa, em gradientes, passíveis de terem seus limites sempre tencionados, mudados. O seu exercício, assim, se aproxima de uma ética, pois deverá sempre se colocar em situação e envolverá algum juízo de valor. Não haveria autonomia pronta a priori para todos, nem para qualquer situação (ONOCKO CAMPOS; CAMPOS, 2012, p. 724).

Autonomia pode ser compreendida como interdependência e, portanto, como processo, como vir a ser, conforme ratificado nas palavras do Prof. Antonio Nery:

*Supervisor – Eu tenho que colocar este “não ir” entre parênteses e perguntar porque ele não vai? Não vai conseguir? Ele vai morrer? E por que não morrer?... O que eu estou trazendo é, se isto é verdade, nós precisamos pensar que nós produzimos efeito no outro... Se eu tomo isto como ponto de partida, eu construo com o outro a história possível... não é o seu tempo ou frequência, é com uma disponibilidade subjetiva que se constrói uma história...*<sup>180</sup>

A autonomia é, então, construída na relação a partir do efeito que produzimos no outro e que esse outro produz em mim “[...] em um processo de constituição de maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos” (ONOCKO CAMPOS; CAMPOS, 2012, p. 720).

No texto, “Tessituras de um modo eticopolítico do cuidado em Saúde Mental”, Carvalho e Bosi (2016) discutem a autonomia em uma perspectiva ético-política: a autonomia não como liberdade absoluta, mas uma autonomia que depende do social, do biológico, do cultural, o que implica na possibilidade de ação do sujeito no mundo, na relação; a autonomia como co-constituição, o que nos torna responsáveis pelas consequências dos nossos atos, que se dão no “nós”; a autonomia como interdependência, que implica, ainda, em suscitar sujeitos comprometidos com práticas emancipatórias enquanto um cidadão do/no mundo.

Já Renato Kinoshita, destaca que autonomia não é o contrário de dependência, mas a ampliação e diversificação de nossas redes sociais e de apoio:

[...] a capacidade de um indivíduo gerar normas, ordens para sua vida, conforme as diversas situações que enfrente. Assim não se trata de confundir autonomia com auto-suficiência nem com independência. Dependentes somos todos; a questão dos usuários é antes uma questão quantitativa: dependem excessivamente de apenas poucas relações/coisas. Esta situação de dependência restrita/restritiva é que diminui a sua autonomia. Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser,

---

<sup>180</sup> Supervisão 20, 3 maio 2018.

pois isto amplia nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida (2010, p. 57).

Nesta perspectiva, segundo a definição proposta pelo autor, trabalhar no sentido da autonomia do usuário é ampliar sua rede social, diversificando e ampliando suas possibilidades de ser, já que a autonomia se constitui na relação. Ninguém é plenamente autônomo!

Autonomia também é um dos princípios da Bioética: a palavra é derivada do termo grego *auto* (próprio) e *nomos* (lei, regra, norma), ou seja, significa autogoverno, autodeterminação da pessoa para tomar decisões em relação ao que é “bom” ou relativo ao seu bem-estar. Mas, para que exista autonomia, é necessário que haja opções de escolha e liberdade para agir conforme a alternativa escolhida, desde que não interfira na liberdade do outro ou não constitua ameaça singular ou coletiva. Exige, também, respeito ao outro e ao pluralismo ético-social, marca da contemporaneidade. A autonomia nunca é plena, mas sempre um devir, uma conquista marcada pela incompletude (MUÑOZ; FORTES, 1998).

O conceito de autonomia também nos remete, eticamente, a Immanuel Kant que considera que ela é exercida pelo homem da razão que tem a responsabilidade de buscar o que constitui o “bem”, opondo-se, se preciso for, à servidão em relação a leis externas (políticas ou morais) e à submissão em relação aos desejos e caprichos individuais. “Para Kant<sup>181</sup>, o princípio de autonomia exige que ‘sempre se faça a escolha de tal modo que as máximas de nossa escolha sejam compreendidas ao mesmo tempo como leis universais’” (DURAND, 2010, p. 177). Então, a autonomia é o poder de si sobre si – liberdade – exercido com a mediação de uma lei – razão – em nome do bem – moral – e, por isto, implica uma responsabilidade.

Na Bioética, “respeitar a autonomia de outrem não é apenas recorrer à autodeterminação, mas ajudar essa pessoa a ir ao limite de si mesma, ajudá-la a descobrir o que está de acordo com o sentido do respeito à dignidade humana” (DURAND, 2010, p. 177-178). Há que se ter cuidado, porém, para, em nome da autonomia, não explorar as pessoas em uma sociedade com enormes desigualdades sociais, pois não há liberdade e autonomia possíveis na miséria! Autonomia implica possibilidade e capacidade de escolha que ficam extremamente restritas na pobreza e opressão em que vive grande parte da sociedade brasileira. Pensando na autonomia como gradação, é preciso (1) reconhecer o princípio da

---

<sup>181</sup> KANT, Immanuel. *Fondements de la métaphysique de moeurs*. Paris: Vrin, 1987. p. 128 [Ed. Port.: *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: 70, 1995].

autonomia e (2) proteger aqueles com autonomia reduzida, trabalhando no sentido de uma autonomia possível, como nos indica o relatório Belmont.<sup>182</sup>

O respeito e a compreensão da impossibilidade desse outro de cuidar-se não implica em uma aceitação passiva, mas revela, para os trabalhadores de rua, que há um trabalho a se fazer. Quando falamos de autonomia, estamos falando, também, da autonomia do trabalhador e da sua liberdade para agir ou para se omitir frente a situações que envolvam o cuidado ampliado a populações vulneradas, mas o sentido bioético da autonomia aponta para a liberdade de decidir com responsabilidade:

[...] a responsabilidade de refletir sobre o que é bom e decidir no sentido do bem; a responsabilidade de refletir sobre as exigências “objetivas” do respeito e da promoção da dignidade humana em mim e em cada ser; a responsabilidade de escolher uma ação que segue o sentido do respeito a cada ser humano e a todo ser humano... (DURAND, 2010, p. 177).

## 7.2.2 Sobre a iatrogenia do bem

NARRATIVA DO CASO GEORGE<sup>183</sup>:

“Conta o trabalhador que George (29 anos) tem uma história que parece se repetir com muitos que estão na rua. Ele tinha 10 irmãos, não conheceu o pai e a mãe tinha algum problema de saúde mental. Os 11 filhos foram criados por uma amiga da mãe. Na adolescência, ele decidiu que ia voltar para a casa da mãe, que não dava muita atenção a ele, passando, então, a ficar na rua. Preferia ficar na rua em vez de na escola. Não lembra mais há quanto tempo está na rua. Envolveu-se com o tráfico e, também, tem uma boa relação com os comerciantes da área em que trabalha, ainda que sobreviva roubando e trabalhando para o tráfico. Foi detido por furto, em 2014, 2015 e 2016. O trabalhador que relata o caso considera que há uma co-responsabilização do Estado para com a situação de George, pois, no momento em que esse rapaz estava se constituindo enquanto sujeito, o Estado falhou e faltou. O Estado se fez presente apenas com a estratégia da reclusão, como tentativa de fazer o sujeito se readequar à norma, enquanto outras políticas públicas nunca se fizeram presentes. O Estado o alcança apenas pela punição! George se encontra preso, após assaltar um carro no final do ano

<sup>182</sup> O Relatório Belmont estabelece as bases éticas da pesquisa nos Estados Unidos (EUA) e denomina a autonomia como Princípio do Respeito às Pessoas. The Belmont Report. Ethical guidelines for the protection of human subjects [Internet]. 5. Bethesda: Office of Human Subjects Research, National Institute of Health. Disponível em: <<http://ohsr.od.nih.gov/guidelines/belmont.html>>. Acesso em: 30 maio 2009.

<sup>183</sup> Supervisão 3, realizada em 13 abr. 2017 – Narrativa da discussão do caso de George a partir da observação participante e do registro em áudio.

passado. Está respondendo ao processo em reclusão. A equipe do CR foi visitá-lo na Penitenciária Lemos de Brito e está ajudando o Defensor Público a construir a sua defesa.

Após o relato do caso, o supervisor técnico coloca a seguinte questão: o que espera George ao sair da cadeia? Afinal, o trabalhador está fazendo a sua ponte com a liberdade. E depois? Continua sua reflexão falando do que chamou a “iatrogenia do bem”. O bem pode fazer mal e é preciso lembrar-se disto. Neste trabalho, é preciso pensar que atos bons podem produzir efeitos ruins. Em relação a George, questiona o que a equipe espera quando funciona como ponte entre a Defensoria e a cadeia, entre a Defensoria e George, entre George e a liberdade ou a rua? Onde a responsabilidade da equipe acaba? Qual o momento da interrupção ética da intervenção? Qual o ato ético que a equipe está introduzindo com a ponte para a liberdade?

O trabalhador que relata o caso responde que George quer o real. O que espera por George é a volta para a rua, para o uso de crack, para o roubo e o tráfico como estratégia de sobrevivência e, talvez, o retorno para a prisão. Como escapar a isto? O trabalhador refere que o que tem refletido é sobre a possibilidade de articular uma inserção no mercado de trabalho; continuar o acompanhamento terapêutico que George já vinha fazendo; articular o cuidado com outras redes; e ir construindo com ele outras possibilidades de estar na vida, o que significa partir do que ele quer e do que ele pode.

A discussão faz a equipe refletir que a questão da “iatrogenia do bem” está relacionada com o conceito de inclusão social perversa referido por Sawaia (2009). O trabalhador fica em paz com sua consciência, mas faz apenas a gestão da miséria social que nem sempre produz inclusão social. Considerar o que George quer o coloca no lugar de sujeito, mas, para este cuidado não se configurar como uma iatrogenia do bem, é necessário tentar ir com ele para além da inclusão perversa. Nesta perspectiva, é preciso que o trabalhador se pergunte: o ato ético é apontado, por exemplo, quando se coloca o investimento na inclusão no mercado de trabalho? No trabalho em rede? Na continuidade do investimento em George no lugar de sujeito? Um cuidado que só possibilite a George a repetição e a manutenção da posição de “objeto” certamente será iatrogênico e/ou perverso.

O supervisor ratifica que esta é uma questão que precisa ser colocada no cotidiano do trabalho. É evidente que os trabalhadores continuarão a realizar suas atividades profissionais, reconhecendo a invisibilidade dos sujeitos, chamando-os pelo nome, apertando suas mãos e ajudando-os a cuidar de si. Mas um sujeito preso pela terceira vez tem sua “*ponte com a liberdade construída*”. E o que o espera? O supervisor questiona se os trabalhadores de rua estão neste dispositivo possibilitando que ele, George, saia para ser preso na próxima

semana, na próxima esquina, por roubo!?! Ele vai voltar para o real, que é fumar pedra, roubar as pessoas e talvez voltar a ser preso e só? Esta é a ética que sustenta o trabalho? Considera que se for desta forma, nossa ética é um desastre! É preciso pensar se não ficamos na comodidade do trabalho, que é difícil, que é sério, que é honesto, mas que a gente tem que saber que é iatrogênico, que pode produzir mal. Então, a resposta ética é esta: “*não há um agora, mas poderia haver*”, porque se for só “*não tem o que fazer*”, qual seria a formulação que nos permitiria continuar trabalhando e nos reconhecendo éticos? Afirma, então, que Hans Jonas nos perguntaria exatamente isso:

Supervisor – *Qual a sua responsabilidade? Qual o nível de sua responsabilidade? Onde ela começa e onde ela acaba? Ela não acaba, pois ela se institui na ordem da esperança! Da esperança de poder ter esperança. Essa esperança sustenta o que faço agora na ausência do que deveria ter! E aí eu faço de novo! Não tem, mas pode ter! Esta é a porta da esperança! Não tem para George nada, exceto esta frase! É isso que vai nos sustentar...*<sup>184</sup>.

Um trabalhador questiona: Mas, e se George não puder ou não quiser ser “sujeito” realizando mudanças em sua forma de estar na vida?

Ser objeto é iatrogênico, mas se os trabalhadores significam este ato, refletem sobre ele, compreendem que há um tempo singular para a mudança e formulam a questão na dimensão ética, também se retiram de um possível lugar de objeto, se colocando – e colocando o usuário – na dimensão de sujeito. Muitos trabalhadores estão operando neste lugar de objeto, repetindo o ato insano sem olhar e questionar o que estão fazendo: o que é isto que estou fazendo? O que me sustenta neste ato? Essa questão é que pode fazê-lo sair da repetição alienada. É exatamente essa posição “alienada” que causa, também, sofrimento no trabalhador. Se ele sai dessa posição alienante, pode, também, abrir a “porta da esperança” para que ele, George, não se repita alienadamente. Nesta perspectiva, o resultado está na espera paciente, protetiva e cuidadosa de que ele faça algum desvio nesta repetição, mas sem perder de vista que “*eu assumo uma responsabilidade monstruosa quando meu trabalho movimenta estas pessoas da morte para a vida. Minha responsabilidade começa aí!* (Nery, supervisão registrada em vídeo)”.

\*\*\*\*\*

A trajetória social de George é a trajetória da “ralé brasileira” (SOUZA, 2009): proveniente de uma família pobre com muitos filhos, pouca maternagem e ausência paterna;

---

<sup>184</sup> Supervisão 3, 13 abr. 2017.

cedo vai para as ruas; não tendo estudado, foi logo cooptado pelo tráfico; pode ser enquadrado como “bandido”, tal como proposto por Misse (2010); é usuário de álcool e outras drogas; e tem passagens pela cadeia. Vive o presente marcado pelas estratégias de sobrevivência não tendo incorporado disposições que lhe permitam outras perspectivas de futuro. Esse é seu real. O que pode oferecer a George à equipe de Consultório na Rua? Como fazer um desvio para que seu destino de ralé não se cumpra? Neste caso, ao falar da iatrogenia do bem, o supervisor convoca todos a refletirem sobre o princípio bioético da beneficência.

Beneficência, em uma perspectiva filosófica-moral, quer dizer: “fazer o bem”. Na bioética principialista, este é um dever hipocrático<sup>185</sup> fundamental e, na prática dos profissionais de saúde, significa fazer o “bem” para o paciente. Mas, o que é o “bem” para o paciente? O “bem” pode fazer mal? Como este princípio bioético pode contribuir para as reflexões/práticas bioéticas dos trabalhadores de rua? Uma primeira constatação é que o princípio da beneficência não pode ser exercido de forma absoluta e que seu primeiro limite seria a dignidade<sup>186</sup> intrínseca a todo humano. É o respeito à dignidade dos humanos que limita o princípio ético da beneficência como dever e/ou como ideal ético. Ao considerar que todo humano tem dignidade, eu condiciono o “dever fazer o bem” ao respeito à dignidade deste outro e, nesta perspectiva, à sua autonomia – esta sim, que não está dada, mas precisa ser construída na interação profissional-usuário.

Poderíamos pensar que “fazer o bem” pode guiar a direção das nossas estratégias de cuidado construídas a partir da e na relação com o outro, sem perder de vista que, mesmo assim, o “bem” pode fazer “mal”. O que nos garante uma reflexão e práticas éticas pautadas no princípio da beneficência é a disposição para refletir, com o usuário, saídas emancipatórias de modo a não aplicar nossos princípios éticos sobre o usuário, mas com o usuário, dialogando e construindo com ele saídas que, certamente, não estão postas, mas a se fazer-fazendo na relação. Enquanto trabalhadores de rua, o que temos a oferecer a George é a nossa disponibilidade para refletir e construir com ele possibilidades outras de vida com o respeito à sua dignidade e atentos à sua situação de vulneração/vulnerado para a qual não temos uma resposta justa e imediata a dar. George já foi marcado por um Estado que atua com base no

---

<sup>185</sup> Kipper e Clotet (1998) referem que a tradição Hipocrática já se pautava no dever de fazer o bem: “usarei o tratamento para o bem dos enfermos, segundo minha capacidade e juízo, mas nunca para fazer o mal e a injustiça” (Epicuro, Fragmentos y testimonios escogidos. In: García-Gual C, Acosta E. *Ética de Epicuro*. Barcelona: Barral, 1974. p. 143).

<sup>186</sup> Sobre a dignidade, Kant (2011) considera que é um valor que algo tem em si mesmo, não podendo ser negociada ou trocada. Nesta perspectiva, todo humano tem em si dignidade, ou seja, é uma característica substantiva: ser humano implica em ser digno, ainda que essa dignidade seja desrespeitada repetidamente, principalmente com as pessoas vulneradas.

princípio da beneficência e da não-maleficência às avessas, ou seja, não fazendo o bem e/ou causando dano, ferindo as pessoas. E é em nome deste mesmo Estado que os trabalhadores de rua são contratados para “cuidar destas feridas”, nesta tarefa, “gerindo a miséria”<sup>187</sup>, aliviando, mas mantendo o mal, ou realizando o “bem”, sem saída imediata, “mas podendo ter”!

### 7.2.3 Sobre o Princípio da Não-maleficência e a morte por negligência

#### NARRATIVA<sup>188</sup> DO CASO SR. MIRANDA

A temática da “negligência” por parte de profissionais da saúde é uma das questões mais trazidas pelos trabalhadores de rua. Em um desabafo, uma trabalhadora de rua diz: – [...] *do final do ano passado para cá nós temos perdido muitos usuários [...]. Desde que eu entrei no Consultório, no início de 2015, nunca morreram tantas pessoas seguidas assim!*

Reflete que há mortes por violências e mortes por negligências:

– *E aí eu acho que essas mortes [por negligência] são mais difíceis de lidar do que as mortes por violência, às vezes. Porque a gente entende a questão da violência, a dimensão da violência, o desemprego, a gente fica abalado, mas a gente entende. Mas as mortes causadas pelos serviços de saúde são mortes iatrogênicas, porque a gente acompanhou o percurso do usuário, a gente viu ele sendo violentado no serviço. Sr. Miranda, por exemplo, ele faleceu no meio das minhas férias! Eu passei dois dias destruída.*

Relata o caso do Sr. Miranda, que não estava em situação de rua, mas estava, se considerarmos que não tinha ninguém e morava em um lugar que foi, segundo a relatora, “o pior que ela já entrou na vida”:

– *A gente pegou ele num lugar que não tinha condição de viver. Ele dormia em cima de uma madeira. Cheiro de cocô, garrafa com um líquido laranja que eu pensei que era suco e era mijo com sangue. Ele estava nu, não queria que a gente entrasse.*

Ela e a colega levaram-no à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e, apesar do estado gravíssimo dele, o médico não indicou o internamento, ao contrário, deu alta, mesmo diante dos argumentos clínicos e sociais apontados pela trabalhadora acompanhante. Ela acionou a Secretaria Municipal de Saúde, que interveio na situação, admitindo o paciente na

<sup>187</sup> Gestão da miséria foi um termo utilizado em uma conversa com uma trabalhadora de rua.

<sup>188</sup> Supervisão 1, 30 mar. 2017. Narrativa da discussão do Caso Sr. Miranda a partir da observação participante e do registro em áudio. Considerando que ele veio a óbito e como forma de marcar sua existência, não modifiquei seu nome. “Sr. Miranda” é seu nome verdadeiro.



UPA e, no dia seguinte, ele foi regulado para o internamento, procedimento este que vinha sendo negado repetidamente a ele:

– *É a negligência com as pessoas. A sensação que eu tenho é que esses pacientes morreriam, mas, como a gente existe, a gente vê que eles morrem, eles acabam existindo, essas mortes existem... existem pra gente, mas elas existem de alguma forma... Quem não tem ninguém, ninguém vê! Ninguém vê a negligência com quem não tem ninguém! Isso já aconteceu com vários usuários... Acho que essas pessoas foram as que mais nos mobilizaram porque quando morre só tem nós.*

O supervisor técnico do Consultório na Rua considera que a fala da trabalhadora de rua coloca em evidência o modo de funcionamento do nosso sistema de saúde. É como se ela estivesse dizendo: – *Olha como ele funciona!?* Os invisíveis, neste sistema, chegam aos serviços e não são vistos. Eles ficam nos serviços e não são vistos. É necessário que a equipe de trabalhadores de rua se faça presente e diga: ele existe, ele não vai sair. Considera que há uma categoria de pessoas que não tem nada, gente que não tem ninguém que vá chorar a sua morte nem alguém que cuide de sua vida e que a trabalhadora percebe isso e deve sofrer porque tem diante dela:

– *Uma prática de saúde pública que exclui no lugar de incluir; que dificulta em lugar de facilitar; que desacolhe no lugar de acolher... O consultório na rua tem profissionais sensíveis e que são alcançáveis pelo sofrimento do outro, pela negligência do outro. Não foi feito por aquela pessoa aquilo que poderia ter sido feito. Eu chamaria isto de “negligência institucional”, que não existe sozinha, mas é uma soma de negligências individuais... Porque a instituição não é nada, são paredes. A negligência institucional se constitui na/da negligência de pessoas. Na enfermeira que não vê; no cara que não limpa, no outro que não ausculta; no outro que não prescreve a medicação. Há dois tipos de negligência: individual ou técnica e a outra é institucional. Isto acaba produzindo uma morte iatrogênica. Sim, ela é uma morte que não deveria ocorrer!* (Supervisão vídeo – negligência 30 mar. 2017).

\*\*\*\*\*

Um primeiro ponto a destacar é a fala da profissional de que as mortes por negligência “são mais difíceis de lidar do que as mortes por violências” e, mais adiante, a sua declaração de que nas mortes por violências “a gente fica abalado, mas a gente entende”. Na fala da trabalhadora, há uma certa aceitação da violência “inevitável” como parte da vida de um grupo de pessoas consideradas *desnecessárias*. Mas, a “[...] violência é uma consequência

do modelo e dos padrões de vida social e não de comportamentos sociais isolados. É a falência da coesão social, da sociabilidade, cedendo espaço à barbárie” (ESPINHEIRA, 2008b, orelha do livro). Estamos nos “acostumando à barbárie”?

Mortes por violência, mortes por negligência, morte como destino. Apesar do incômodo e da indignação da profissional com as mortes da gente de rua, há, também, uma certa aceitação ou um sentimento de impotência que marca uma das dimensões mais perversas da sociedade neoliberal globalizada: a aceitação de que é inevitável, quando não considerado merecido, que uma parte da população do mundo seja dispensável. Sigamos com a análise elucidativa de Judith Butler (2018): a autora considera que estamos vivendo uma situação biopolítica em que cada vez mais grupos de pessoas estão sujeitas a uma vida precária, ou seja, a uma forma de precariedade induzida por violências ou pela ausência e omissão do Estado na implementação de políticas de proteção:

[...] a racionalidade do mercado está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem. É claro que há diferenças entre políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que as pessoas morram (BUTLER, 2018, p. 17).

Há diferenças, mas o resultado é o mesmo assim como a lógica que sustenta as duas políticas que impõe a grupos vulnerados certa adaptação, uma permanente situação de insegurança e um aumento da sensação de ser dispensável ou descartável. Todo esse processo é sustentado pela desresponsabilização do Estado com políticas de proteção e bem-estar social e uma complementar ideologia falaciosa de que todas as pessoas individualmente podem e devem responsabilizar-se integralmente por si mesmas, já que são autônomas e capazes de serem autossuficientes, ainda que sob condições totalmente desiguais de ação. Quando estas fracassam, a responsabilidade é toda individual, porquanto, se não tem as condições para manter uma vida digna, problema dela! Essa sensação de fracasso moral, de ser descartável é introjetada pelas pessoas vulneradas e, também, pela sociedade em geral. Acostumamo-nos, sem perceber, e aceitamos a realidade que parece inevitável, imutável em curto prazo em um conformismo advindo da necessidade de continuar a vida. Por outro lado, resistimos, ocupamos as ruas, juntos, trabalhadores e gente de rua, e com nossos corpos dizemos: “[...] ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade de uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 32).

Quando o profissional de saúde nega acolhimento e atendimento à gente de rua podemos afirmar que o princípio da não-maleficência ou o dever de não fazer o mal foi

desconsiderado. “A dor ou dano causado a uma vida humana só poderia ser justificado, pelo profissional da saúde, no caso de ser o próprio paciente a primeira pessoa a ser beneficiada” (KIPPER; CLOTET, 1998, p. 48). Deixar morrer não é um dano justificável; o mal foi feito pela negação do cuidado e o efeito foi a morte e isto “destrói” o trabalhador de rua.

#### 7.2.4 Sobre o Princípio da Justiça: empoderamento, libertação e emancipação

NARRATIVA DO CASO DA BAIXA DO FISCAL:<sup>189</sup>

– *A Baixa do Fiscal é a ferida da cidade; é o final da linha... Ali tem poeira, tem esgoto e fede, o sol, a violência é grande e a gente fica desprotegida, os mosquitos – as muriçocas atacam... O que eu levo dali é a dor... porque eu fico olhando, às vezes, para as pessoas... e pensando em que estado de vida aquela pessoa chegou que precisa usar daquela maneira para tamponar a dor dela, que dor enorme é essa, gigantesca, que a quantidade do uso leva à própria morte, então, é a dor que leva à morte... isso daqui é a sombra da cidade, aquilo que a cidade nega, que não quer ver, não quer ser... só lembro do filme Ensaio sobre a cegueira... você vê as pessoas conversando com você e tira, assim, a roupa e diz, olha, tô grávida... As pessoas mostram o corpo... É o corpo público, que foi utilizado a vida toda pelo outro; a polícia também usa esses corpos. O público e o privado são redefinidos ali...*

Um trabalhador coloca pesadamente que lá tem morrido muita gente, ultimamente e o supervisor pergunta: Por que!?

– *Porque é o lugar “largado”, carente de todos os serviços... não tem escola, posto de saúde... até as mulheres de lá adotam uma postura de defesa, elas se arrumam, pois são profissionais do sexo, mas são meio masculinizadas para se defender... Luciana, que morreu, só andava armada... Porque os homens vão ali procurar sexo e, às vezes, não querem pagar e elas têm que se defender... e o intenso uso de crack! Lá seria importante um serviço tipo o Ponto de Cidadania, pois as pessoas usam muito [drogas], morrem muito, circulam muito... A maioria é soropositiva, tem tuberculose multirresistente... Lá é o fim!.*

– *Eu tive meu momento de rejeição inicial ao trabalho. Quando eu cheguei à Baixa do Fiscal, um lugar hostil, sem vida... as pessoas não nos acessam e a gente não consegue acessá-las... eu aprendi a gostar... Tem que gostar de cuidar do outro na miséria*

<sup>189</sup> Supervisão 17, 22 fev. 2018 – Narrativa da discussão da equipe sobre a “Baixa do Fiscal”, um local em Salvador que concentra pessoas em situação de rua, em grande vulnerabilidade e degradação.

*humana, mas na miséria mesmo, de pessoas que não têm nada... a gente tem uma usuária lá de 22 anos que não sabe nem a data de nascimento.*

\*\*\*\*\*

A Baixa do Fiscal é um lugar degradante. A sombra da cidade. Sem condições adequadas de trabalho, é fonte de grande sofrimento para os profissionais: pelas mortes frequentes; pela dificuldade de acessar as pessoas e construir possibilidades de cuidado e autocuidado; pelo horror que causam ao trabalhador as cenas fortes de uso e tráfico de drogas, prostituição, roubos, a exposição e a abjeção dos corpos. Não há dignidade, no sentido da garantia dos direitos fundamentais à existência humana, ainda que todos os humanos sejam essencialmente dignos.

A situação relatada pelos profissionais me remete ao princípio bioético da justiça. Mas o que seria justiça em um contexto de tamanha injustiça? Por que evocar o princípio da justiça se, no Brasil, a Constituição de 1988 garante o direito de todas as pessoas, sem qualquer discriminação, às ações de saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS)? Se o direito para todos está posto moralmente e legalmente, onde está o conflito ético?

Sabemos que há uma distância muito grande entre o direito garantido em lei e a capacidade das pessoas de exercê-lo na forma de cuidado com a saúde bem como no acesso a esses serviços, principalmente por grupos vulnerados cuja autonomia está limitada pela própria condição de existência. Em Bioética, justiça, para além da garantia de assistência à saúde de qualidade para toda a população, pode ser compreendida, também, como o cuidado e a proteção a pessoas vulneradas, pois a justiça é, antes de tudo,

[...] uma relação com os outros; é uma virtude relacional; ninguém é justo para si; mas somos justos diante dos outros quando os tratamos com respeito. Por isso, os antigos diziam que a justiça abre o indivíduo aos outros: ‘justitia est ad alium’; ou seja, a justiça constrói com os outros. Na bela expressão de Aristóteles, ‘a justiça é a virtude da cidadania’ (PEGORARO, 2005, p. 63-64).

Mas os trabalhadores de rua conhecem o princípio da justiça na sua vertente oposta: a injustiça. Eles vão nesse lugar que é a “ferida da cidade”, “a sombra da cidade” encontrar os miseráveis e ver “aquilo que ninguém quer ver”, tendo que fazer a “gestão da miséria” e levar consigo a dor da morte. E o que fazem com isto? Esta é a questão colocada na supervisão: como ser justo diante de tanta injustiça? Considero que a proteção é a essência do trabalho em saúde com a gente de rua. Proteger a vida e a dignidade, manter vivo até que,

quem sabe, um tempo diferente construído no “nós” chegue trazendo empoderamento, libertação e emancipação.

Essa perspectiva é proposta pela Bioética de Intervenção que trabalha o tema da justiça social em saúde e a sua relação com a Bioética a partir dos conceitos de empoderamento, libertação e emancipação, extremamente adequados para discutir a situação da Baixa do Fiscal. Volnei Garrafa (2005) reflete sobre esses conceitos aplicados à Bioética a partir de dois autores: o cientista indiano Amartya Sen (2000)<sup>190</sup> e o educador Paulo Freire.

O empoderamento (e o desempoderamento) perpassa o todo social. Está em articulação com as vivências cotidianas, com as trajetórias de vida, com a constituição e incorporação do *habitus*, com as interações no campo social. Sujeitos humilhados socialmente que, ao longo da vida, não tiveram suas dignidades respeitadas, são desempoderados, precisam de “libertação”, verdadeiro exercício de autonomia. Libertar-se, antes de tudo, implica que os sujeitos precisam se reconhecer oprimidos. Nesta perspectiva, o empoderamento está associado ao investimento no desenvolvimento dos sujeitos e das coletividades, de suas potencialidades libertadoras das condições da opressão pelo exercício da autonomia constituída na relação e interconexão entre os seres humanos com responsabilidade e a necessária luta política, sendo este o justo investimento a ser feito pelo trabalhador de rua.

A emancipação<sup>191</sup> é a terceira expressão discutida por Garrafa, que considera emancipado quem tem o poder sobre si mesmo, o que torna a pessoa resistente às forças que buscam a sua sujeição ainda que saibamos que este poder nunca é pleno, mas sempre relativo ao outro singular ou coletivo. Defende que “a categoria emancipação se presta à Bioética de Intervenção como ferramenta ou veículo para direcionar a luta pela libertação e para colocar essa luta na dimensão coletiva” (2005, p. 129).

O trabalhador de rua é (ou deveria ser) um protetor, em nome do Estado, dessas vidas humanas. Mas há, na fala de muitos desses profissionais, uma frustração: eles ficam apenas na gestão da miséria, havendo um desconsolo ao constatar que são muitos anos de investimento e que o final, muitas vezes, é a morte, trágico final só modificado no trabalho

---

<sup>190</sup> Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia, no livro “*Desenvolvimento como Liberdade*” considera que desenvolvimento não tem sentido se não servir para a liberdade ou “libertação de bilhões de pessoas da escravidão, da fome, da doença, do analfabetismo, da falta de habitação que formam a base do subdesenvolvimento dos países periféricos” (PEGORARO, 2005, p. 67).

<sup>191</sup> Considerando que a palavra emancipação remete ao campo jurídico, ressalto que a “capacidade civil” segundo o critério etário não determina, necessariamente, sujeitos “autônomos”, considerando que o indivíduo pode estar em uma condição vulnerável e/ou vulnerado e, ainda que cumpra os critérios de capacidade civil, não esteja apto a tomar determinadas decisões.

cotidiano, na disposição para o cuidado, na persistência para esperar que o tempo também faça seu trabalho, na militância que, eticamente, faz ouvir as vozes da rua, revelando que se faz mais que a gestão da miséria: se faz “justiça” com “cuidado”.

### 7.2.5 “Espelho, espelho meu, que trabalhador de rua sou eu?”<sup>192</sup>

NARRATIVA DO CASO ANA E CLAUDIO<sup>193</sup>:

Uma trabalhadora do Consultório na Rua coloca a situação de um casal, relatando que foi abordada por Cláudio, companheiro de Ana, uma mulher que tem transtorno mental: eles ficam em vários espaços da cidade, mas, especialmente, no Canela. Ao mesmo tempo em que ele é o agressor dela, é também o seu “cuidador”. Sobrevive pedindo dinheiro para o tratamento dela. No momento, ela está em crise, delirante, desorientada e precisando de ajuda!  
– *O que fazer?*

Silêncio...

A trabalhadora pergunta de novo: – *Qual a estratégia? Ela foi bem receptiva...*

Silêncio...

Face ao silêncio, é preciso colocar o espelho. Como, muitas vezes, disse o Prof. Nery, os trabalhadores de rua precisam se olhar no espelho e perguntar: – *Espelho, espelho meu, que profissional tenho sido eu? Qual o efeito das minhas práticas em mim e no outro? Por que estou em silêncio diante desta convocação para o cuidado ao louco de rua? Tenho medo? Não me sinto preparado tecnicamente?*

Diante do silêncio dos trabalhadores, o supervisor considera que eles precisam decidir, antes de irem para a rua, se têm força, se têm competência para se oferecerem para a construção de uma história que, logicamente, depende dos dois. Ele considera que o melhor que os trabalhadores de rua podem oferecer ao outro na rua é a construção de uma história que tem desdobramentos, que se desdobra como ondas. O encontro com as pessoas de rua exige, de cada um, uma decisão antecipada: estar disponível para a construção de novas histórias. Diz: – *Eles podem desaparecer [das ruas] e retornar, nós não; não temos o direito de desaparecer, de recuar do encontro!*

Um trabalhador refere: – *Talvez este seja o limite do Consultório na Rua. O meu limite [em relação à disponibilidade do cuidado] talvez seja pouco para esse outro com um*

<sup>192</sup> Esta é uma convocação à reflexão e ao questionamento do trabalhador sobre si mesmo feita pelo Prof. Antonio Nery Filho, a partir do conto infantil de Branca de Neve.

<sup>193</sup> Supervisão 20, 3 maio 2018: Narrativa da discussão da equipe sobre o caso Ana e Cláudio.

*buraco enorme dentro dele... Não é possível uma pessoa só fazer o acompanhamento de casos tão complexos...*

Supervisor: – *Quando o outro empaca, quem empaca é o analista. A resistência está do lado do terapeuta, disse Lacan. Se o paciente não fala, cabe ao terapeuta se questionar...*

Será que o silêncio da equipe está relacionado ao fato de que o cuidado aos “loucos de rua” exige muito investimento relacional, tempo e muitas lutas do trabalhador, considerando uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)<sup>194</sup> frágil e de difícil acesso, situação esta agravada para as pessoas em situação de rua, usuários de psicoativos e/ou em sofrimento mental?

Em uma supervisão em vídeo, uma trabalhadora de rua comenta em relação aos “loucos”:

– *Não é aceito em lugar nenhum... O louco que tem um problema clínico, o hospício não aceita e o serviço clínico também não, pois ele tem transtorno mental. Qual o lugar dele na rede? E como fica o trabalhador que está implicado no cuidado? Eu já vivenciei dois casos de psicóticos que a gente tinha que levar para o serviço. Mas temos nos deparado com os limites do Município. A gente chega ao lugar ideal para o sujeito psicótico e ele não é atendido porque tem uma instabilidade clínica; a gente tem que ir pra UPA e a galera não quer deixar entrar... e ele não melhora...”.*

\*\*\*\*\*

Nesta perspectiva, uma temática importante para reflexão e ação das equipes de Consultório na Rua se refere ao (des)cuidado ao “louco de rua”. Há, inegavelmente, um abandono dessas pessoas nas ruas de Salvador, bem como uma negligência ou omissão de cuidado nos serviços de saúde/saúde mental e assistência social. Se o acesso da população de rua à rede de cuidado já é difícil, a do louco de rua beira o impossível. Para além das causas do silêncio dos trabalhadores de rua está a possibilidade de cada trabalhador se olhar no espelho<sup>195</sup> e se ver (e ao outro) nos questionamentos éticos colocados pelo supervisor. Eis a relevância da supervisão: olhar-se no espelho que institui processos de problematização, de reflexão crítica e autocrítica, que coloca o trabalhador frente ao “eu diante do outro”, subvertendo as relações de poder dadas antecipadamente nas estruturas do campo e abrindo espaço para a constituição de novas relações e sujeitos:

<sup>194</sup> BRASIL. Portaria n° 3088 de 23 de dezembro de 2011.

<sup>195</sup> Propõe Michel Agier (2015, p. 11) que um “[...] retorno sobre si mesmo no espelho do outro a quem me refiro, o tornará mais sereno e o aproximará deste outro, que se parece com você”.

[...] a presença do outro traz como intimação a exigência de ‘pôr em questão’ nossa ‘alegre posse do mundo’, para citar a expressão de Lévinas (1988), para quem é impossível ficarmos ‘alérgicos’ (expressão de Lévinas) ao rosto<sup>196</sup> do outro (CARVALHO; BOSI, 2016, p. 208).

Olhar-se no espelho possibilita ver a sua face na relação com o outro: o outro profissional; o outro paciente; o outro miserável; o outro violento; o outro sábio; o outro louco. Face a face com o espelho, face a face com o outro, experiência inquietante, o trabalhador é interpelado eticamente, porque o rosto fala, é “discurso”, é apelo a uma responsabilidade infinita pelo outro (LEVINAS, 2008). Como disse uma trabalhadora de rua:

– [...] *you* ouviu, *se fudeu*, agora *you* é responsável; a gente viu e a gente ouviu, não tem caminho de volta, assim, *you* está implicado, *you* é responsável por tudo que *you* vê e que *you* ouve, não tem caminho de volta, sabe?, e aí eu acho que é... escolher não silenciar, sabe, assim, enquanto estiver vendo, enquanto estiver ouvindo, assim, não vou silenciar, e eu acho que, tipo, silenciar é também escolher (Entrevista Emily).

Olhar-se no espelho-Outro e ver a face da loucura ali refletida exigindo que ele trabalhador rompa, corajosa e eticamente, o silêncio do preconceito, do medo, da omissão histórica loucamente revelada no espelho-Rosto que convoca, em nome do princípio ético da responsabilidade, o trabalhador a “ser-para-o-Outro”. O que o espelho nos revela é nossa responsabilidade enquanto “ser- para- o- Outro”.

### 7.2.6 Sobre a importância do “reconhecimento”<sup>197</sup>

Um trabalhador conta que foi levar um paciente no hospital. Eles chegaram às 10h00min da manhã e saíram às 19h00min sem comer! Mas, no final, ele ouviu do paciente: – *Muito obrigado, você é um anjo para mim!*”. *Aí você percebe que vale à pena esse esforço, que foi uma escolha minha esta profissão, apesar do salário miserável... não é justo!*

Neste relato sobre o dia de espera no hospital havia, também no trabalhador, um cansaço objetivo fruto do desconforto da permanência de um dia em uma emergência de hospital, com fome e na posição de quem tem que emprestar todo o seu poder de contratualidade<sup>198</sup> (KINOSHITA, 2001) para tentar evitar as rotineiras humilhações sociais de que a população de rua é alvo por onde quer que circule, especialmente no campo da saúde

<sup>196</sup> LÉVINAS, E. *Ética e infinito*. Tradução João Gama. Lisboa: 70, 1982, p. 77.

<sup>197</sup> Os relatos dos casos apresentados neste tópico encontram-se nas sessões de vídeo, portanto, ocorreram em 2016, mas não é possível identificar a data.

<sup>198</sup> No campo social, cada indivíduo tem um “valor” que lhe é atribuído e que lhe possibilita maior ou menor poder contratual.



onde as barreiras de acesso são constatadas na prática e, também, através de pesquisas (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017). Mas todo esse cansaço parece ser substituído por uma grande potência diante do reconhecimento: “Você é um anjo”.

A importância para o trabalhador do reconhecimento do seu trabalho pela gente de rua foi revelada em muitos momentos da pesquisa, tanto nas supervisões como nas entrevistas ou encontros em campo, e parece ter muitos significados – singulares e coletivos – para o trabalhador: reconhecimento da sua competência profissional, da sua disponibilidade para o cuidado, da sua ética ou, até, da sua “bondade”. Esse reconhecimento parece colocá-lo do lado dos trabalhadores que defendem os vulnerados, que se incomodam com as desigualdades e as injustiças sociais. Mas, sem desmerecer todas estas características, é importante, aqui, refletir que é também ao ser reconhecido neste lugar, que ele, trabalhador, se reconhece e se sente pertencendo a um grupo. Bourdieu (2008) considera que, para que exista reconhecimento, é necessário que exista uma valoração dos capitais que estão em jogo no campo social. Neste campo, obviamente, há a presença dos vários capitais que estão interligados e que são movimentados pelo reconhecimento, principalmente, o capital social<sup>199</sup>. A disponibilidade ao cuidado gera reconhecimento que gera pertencimento que está na base de toda solidariedade.

Seguindo a reunião e a questão feita pelo supervisor, outro trabalhador fala da angústia que sente quando passa semanas para conseguir internar um usuário e ele, logo depois, evade do hospital ou quando consegue marcar um exame difícil ou uma consulta médica e ele não vai. Reflete, aparentemente frustrado, que é tão difícil e trabalhoso conseguir uma vaga para internação, agendar uma consulta, conseguir o carro para o transporte, o tempo do trabalhador para acompanhá-lo e ele, simplesmente, diz que não pode ir ou não aparece! A frustração do trabalhador parece falar do encontro entre tempos tão diferentes. Enquanto um vive sempre no presente, o outro vive na perspectiva do futuro, da conquista dos seus projetos

---

<sup>199</sup> “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado... Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que o torna possível” (BOURDIEU, 2001, p. 67).

de felicidade. Enquanto o *habitus* de um foi formado para sobreviver hoje, pois o amanhã é incerto para os “ninguéns” (GALEANO, 2002), o outro foi preparado para “ser alguém” e cada dia é uma construção para o amanhã, disposições diferentes que marcam lugares e destinos no mundo, também diferentes.

Outra trabalhadora comenta que uma usuária ligou para ela de manhã cedo e disse: – *Vou evadir do hospital... porque morreu uma paciente ontem aqui e eu não tenho condições de ficar aqui. Eu acho que eu vou morrer... vocês vinham me visitar de tarde, portanto, estou avisando que vou evadir!* A equipe foi até o hospital e ela já estava na porta, “evadida”, esperando por eles, chorando. Ela achava que os tinha decepcionado, mas eles estavam ali, respeitando a decisão dela, o tempo dela, sua autonomia. A equipe parecia compreender que, para a paciente, a internação era a dor maior.

O supervisor considera que a questão da relação transferencial está posta. A paciente foge e volta para dizer que fugiu, respeitando o acordo feito com a equipe,

– *[...] mas, a partir do que ela pode... Ela precisa ter autonomia para dizer o que lhe dói é a ameaça de morte... A morte do outro que revela a sua própria, impossível de ser suportada, comunicada aos trabalhadores na expectativa de que possam estar lá para ‘evitar sua morte’. Acreditar na equipe e ser acreditada pela equipe, reconhecer primeiro, para ser reconhecida; para além da patologia, da doença, estava o sofrimento, a dor que exigia ‘evadir-se, sem desaparecer’, ser respeitada em sua decisão.*

\*\*\*\*\*

“É preciso reconhecer primeiro”! Reconhecimento do usuário; reconhecimento do trabalhador; um se reconhece e se constitui na relação social com o outro, no “entre”, onde estão postas as possibilidades de ser e estar no mundo, na vida, no/para o cuidado; reconhecer é aceitar o outro, favorecer o autorreconhecimento, a confiança em si mesmo, reafirmando existências. Uma pessoa que, ao longo da vida, é reconhecida socialmente constrói memórias de pertencimento social e disposições que podem funcionar como uma ponte para o futuro, como uma permissão para ser na vida.

As colocações de Axel Honneth (2003) no livro *Luta por reconhecimento* podem contribuir para a reflexão sobre a situação colocada em supervisão. Este autor considera que o reconhecimento preenche um conjunto de expectativas morais que direcionam a autopercepção do indivíduo, podendo gerar autoconfiança que possibilita autorrealização, estima social que gera respeito solidário, e justiça que garante os direitos humanos. Por sua

vez, a ausência de reconhecimento gera desrespeito social e um ataque insidioso à identidade, base de todo conflito social e interpessoal.

O reconhecimento e o autorreconhecimento também são considerados muito importantes pelos trabalhadores: – *Você precisa sentir que ficou alguma coisa sua naquela história... eu acho que todo o investimento, toda a coisa visceral, foi absolutamente visceral, sabe assim, serviu para alguma coisa; toda dor, toda alegria, não foi um trabalho que morreu...* (Entrevista Emily). O trabalho se mantém vivo através das pessoas, mesmo diante da morte; o trabalho resiste no trabalhador, no que ele deixa de seu no coletivo e no que ele leva em suas memórias.

Nas relações entre trabalhadores e gente de rua o reconhecimento recíproco gera, no profissional, confiança em si mesmo e no trabalho, autorrespeito e estima social. Na gente de rua, o reconhecimento é princípio ético, libertador da dominação, torna-se condição para a construção de saídas emancipatórias.

### **7.2.7 Entre a rua, o tráfico e as saídas emancipatórias<sup>200</sup>**

O tema foi a nova configuração do tráfico na Praça, a partir da mudança do “patrão”, com regras muito mais duras sendo impostas ao território. No sábado, um usuário foi assassinado por se recusar a fazer parte dessa facção, pois queria fazer “carreira solo”. Essa situação abalou a equipe e Amanda diz que se sente bastante vulnerável. Talita relata que escutou um dos líderes do tráfico (atendidos pelo Ponto de Cidadania) falando ao telefone com o Patrão – que, de dentro da penitenciária continuava no comando – sobre matar alguém que não estava agindo de acordo com as regras impostas pelo tráfico. Ela ficou muito impactada ao escutar essa ligação, presenciando, talvez, o acordo de uma morte. Outra trabalhadora coloca que não se sente tão em risco, pois são uma presença silenciosa na Praça. A equipe se pergunta sobre qual o efeito da sua presença na Praça.

Um dos usuários, traficante, considera que a presença da equipe do Ponto de Cidadania na Praça não altera a dinâmica e as normas impostas ao território e que essa forma dialogada de tentar resolver os problemas não adianta de nada, o que adianta é a lei do tráfico. Outra profissional coloca seu incômodo com o silêncio da equipe e diz que, no dia anterior, passou a manhã conversando com o usuário que foi assassinado e que ela não sabia que quando ele falou da sua intenção de seguir a “carreira solo” corria tanto risco. Ela diz que nós,

---

<sup>200</sup> Narrativa da reunião de equipe do Ponto de Cidadania, 8 jun. 2017

de certa forma, sabemos quem matou, porque matou e ficamos silenciosos diante desta situação. Eu me posiciono e coloco que, na minha percepção, a presença dos trabalhadores de rua, ainda que silenciosa, faz muito barulho porque é uma presença que atua na perspectiva de uma ética que aposta nas relações, na convivência, no diálogo, enquanto que, no tráfico, não tem diálogo, só a lei dura que não pode ser transgredida sob pena de morte. Os trabalhadores estão lá, cotidianamente, demonstrando que o diálogo é a possibilidade de mediar às relações e a convivência. O supervisor coloca que não estamos lá para fazer essa denúncia, o que nos colocaria em risco, mas que a nossa presença, com outra ética – da proteção da vida – é fundamental para que uma nova prática de convivência se instale.

\*\*\*\*\*

“Prestem atenção, não é nos grandes acontecimentos que devemos buscar esse sinal que será rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso. É em acontecimentos quase imperceptíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 18). Da mesma forma, as saídas emancipatórias são construídas com a população de rua, na convivência dialogada, cotidiana, pautada na ética do respeito, do reconhecimento, da amorosidade, gerando mobilizações e encontros nos espaços da rua, em uma política da vida em ato. Nós, trabalhadores, temos agenciado a convivência dessas pessoas com práticas de re-criação, de processos de verdade que criam ou recontam as histórias de vida. O supervisor lembra o conto das “Mil e uma noites”<sup>201</sup>. Enquanto houver fala, pode não haver passagem ao ato e uma nova “ordem das coisas” pode ser construída na contação de novas histórias.

### **7.2.8 Por uma ética dos processos de verdades<sup>202</sup>**

Nessa reunião, como em tantas outras, os trabalhadores parecem precisar de um tempo para “chegar” e “parar” – quando chegam – e, nesta perspectiva, creio que a presença do supervisor é fundamental nesta condução. Assim, inicialmente, todos falam ao mesmo tempo, pulam de um tema para outro até serem tomados – ou se deixarem tomar – pela

---

<sup>201</sup> “As Mil e uma noites” Contos e histórias narrados por Xerazade, esposa do rei Xariar. Este rei, louco por haver sido traído por sua primeira esposa, desposa uma noiva diferente todas as noites, mandando matá-las na manhã seguinte. Xerazade consegue escapar da morte contando histórias encantadoras sobre diversos temas que suscitam a curiosidade do rei. Toda manhã, ela interrompe o conto para continuá-lo na noite seguinte, o que a mantém viva ao longo de várias noites – as mil e uma do título – ao fim das quais o rei já se arrependeu de seu comportamento e desistiu de executá-la. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/As\\_Mil\\_e\\_Uma\\_Noites](https://pt.wikipedia.org/wiki/As_Mil_e_Uma_Noites)>.

<sup>202</sup> Narrativa da reunião do Ponto de Cidadania, 5 abr. 2017.

questão colocada pela equipe da Praça das Duas Mãos, que pede para discutir sobre o jogo de dominó.

Um dos profissionais, então, refere que, a partir da sugestão de um redutor de danos da Praça, eles compraram jogos – dominó, baralho – para disponibilizarem aos usuários com o intuito de aproximá-los mais do Ponto de Cidadania. Pareceu-me que a proposta era utilizar uma estratégia para, a partir da convivência, construir processos de cuidado. Mas o que aconteceu foi que, se a estratégia foi bem sucedida no sentido de aproximá-los do Ponto – e os usuários logo aderiram à proposta –, eles também começaram a fazer uso de álcool durante o jogo. Inicialmente, a “bombinha” ficava mais distante e, no intervalo entre uma rodada e outra, eles levantavam para beber; mas, aos poucos, a “bombinha” foi cada vez mais chegando à mesa, até o uso ocorrer de forma explícita durante o jogo. A questão colocada pela equipe foi: sendo o Ponto de Cidadania um espaço de cuidado, como fica o “silêncio” da equipe frente ao uso? Como a equipe deve se posicionar diante dessa situação?

Posta a questão, os profissionais levaram um bom tempo discutindo, com as opiniões, inicialmente, bastante divididas: a equipe do Ponto de Cidadania, que trabalha em outra área chamada “Pela Porco”, logo colocou que lá esta não é uma questão e que eles – usuários e trabalhadores – fizeram um acordo de respeitar e não usar álcool e outras drogas tão próximo ao contêiner. Pensei: “Mas usar drogas perto do contêiner é desrespeito?”

Uma profissional da Praça defende que se decidirem que não vão permitir o jogo de dominó com o uso de álcool próximo ao contêiner seria importante que ficasse claro “porque não podia”! Ela parecia apontar para a importância de que as intervenções e posicionamentos da equipe tivessem um argumento técnico. Outra trabalhadora, por sua vez, considerou que a questão não era restringir o uso, mas pensar os efeitos para a saúde e para a convivência, pois que não queria virar CAPS ou qualquer coisa que simplesmente proíbe, mas construir com eles um espaço saudável. Chama-me a atenção esta referência ao CAPS como lugar de proibição, como aquilo que não se quer ser. Um redutor de danos da Praça complementa dizendo que aproveita essas situações para conversar com os usuários.

O supervisor sinaliza que a questão trazida é muito importante e nada simples. A equipe compra os jogos e oferta aos usuários para que possam “gastar” o tempo mas, por outras circunstâncias, eles bebem. O problema parece ser o álcool, mas a questão trazida é: eles podem beber ou não podem? Qual o lugar da droga para a equipe? Como é trabalhar com pessoas sob efeito de substâncias psicoativas? E para os usuários? Mas, aqui, todos precisam

falar e não apenas “os mesmos”. Esta é outra questão: nas equipes, parece que são sempre os mesmos que falam: e os silenciosos, o que dizem ou não dizem com seu silêncio?

O supervisor faz, então, referência à experiência do CETAD-UFBA onde nunca foi autorizado que alguém fosse para lá e levasse sua bebida, pois as pessoas iam espontaneamente ao Serviço para buscar suas respostas às suas diversas relações com os produtos psicoativos e que, institucionalmente, aquele era um espaço protegido da droga. Refere que, o Ponto de Cidadania, por sua vez, é um espaço público que foi transformado em privado, pois que um contêiner foi instalado e os trabalhadores foram designados para ocupar esse espaço.

Pergunta: Qual a nossa posição diante disto? A gente autoriza? Participa? Parte de um princípio de que o Ponto é um espaço protegido e ali não pode? Ou o Ponto é como qualquer lugar público onde você pode chegar e beber? Para além da posição, importa entender a lógica, o argumento que sustenta uma posição com base no que propõe ser, tecnicamente, este serviço e, também, desvendar o que sustenta a intervenção de cada trabalhador, considerando suas vivências singulares e seus posicionamentos diante de pessoas que usam drogas, que são moradores de rua, já tão alvo de estigmas e preconceitos. Reconhecer os próprios preconceitos é a primeira estratégia de contra-estigmatização a ser implantada pelas equipes de rua.

Um trabalhador afirma que tem dificuldade em lidar com a questão, pois uma parte da equipe restringe o uso e outra não, não havendo uma posição “da equipe” em relação à problemática. Outro profissional interfere dizendo que eles não restringem nada, pois o trabalho deles é com e a partir da palavra. Explica que é isso que pode limitar o uso, ou seja, o diálogo: – *O que eu acho que é o movimento é problematizar estas questões com eles...*

Neste momento, o supervisor retoma a palavra para questionar, de novo: quais as “coisas” que definem o Ponto de Cidadania como um lugar especial, diferente? Quais as regras do Ponto? É não ter regra? As nossas regras serão as regras do espaço público?

A equipe parece concordar que a resposta está no diálogo com os usuários, problematizando a questão do uso de álcool durante a atividade proposta pelo Ponto junto com eles, questionando os usuários se, para eles, o Ponto é um espaço de cuidado!

Supervisor: – *E que cuidado é esse? E o dominó, só acontece se tiver álcool? Ou o álcool é só um “plus”? O que significa o álcool naquele momento?[Este] parece ser um serviço que constrói democraticamente com o outro suas regras, então, não saímos com uma regra, mas com a regra que é dialogar... Mas estamos do lado terapêutico; não somos todos iguais... Agora, isso não impede que nosso trabalho se faça na relação com outro e aí nós*

*construímos certas questões que podem, em um momento, ser uma coisa e, em outros momentos, ser outra. Mas tenho que estar no lugar não daquele que provoca o sem sentido, de qualquer modo; há que se ter um sentido nessa provocação, que eu chamaria um sentido ético. Portanto, a regra não seria pode ou não pode, seria, vamos ver...*

\*\*\*\*\*

Algumas questões nessa discussão exigem mais reflexão: primeiro, o lugar em que a droga é colocada por alguns trabalhadores, no sentido de que usar droga parece ser interpretado como um ato de desrespeito. Outra questão é esse ideal de que para “ser equipe”, tem que funcionar “do mesmo modo”. Quando o trabalhador diz que se incomoda pelo fato de as pessoas agirem de forma diferente, esta é uma questão frequentemente colocada em reuniões de trabalhadores de rua. Mas seria isso possível, sendo nós, trabalhadores, tão diversos e singulares? Até que ponto? Afinamo-nos quando fazemos discussões como estas, repensando-nos enquanto sujeitos e profissionais, construindo democraticamente as respostas para questões que nos convocam, incomodam. Mas é preciso um sentido, como apontou o supervisor. Não somos iguais aos usuários e não somos iguais entre nós e o sentido técnico do que a instituição se propõe a ser, construída democraticamente no encontro com os usuários, é que nos conduzirá em direção ao sentido ético. Não uma ética da verdade, mas uma ética das situações, diria Badiou (1995).

Considero a proposta de Badiou sobre uma ética das situações muito adequada para analisar a questão colocada em supervisão pelos trabalhadores de rua. Diz ele em relação à ética:

[...] vamos referi-la a situações. Em lugar de fazer dela uma dimensão de piedade pelas vítimas, torná-la-emos a máxima duradoura de processos singulares. Em lugar de pôr em jogo apenas a boa consciência conservadora, traremos à tona o destino das verdades (1995, p. 17).

A verdade é percurso, é vir-a-ser a partir de um “acontecimento”<sup>203</sup>, da abertura ao outro como uma forma de “reescrever a nossa situação e a nós mesmos, possíveis ainda inexplorados” (BADIOU, 1995, p. 45). O problema ético apenas existirá como problema para um sujeito se ele for fiel ao acontecimento, fora da lei das situações, dos discursos de verdades prontas, dogmáticas ou legais, redefinindo a sua relação com a situação para além

---

<sup>203</sup> Acontecimento é uma ruptura com a disposição normal e esperada, com um estado de situação, exigindo um grau de questionamento que gera a criação de um campo de possíveis com efeitos de produção de verdades (BADIOU, 1995)

dos seus saberes, levando, assim, ao “não sabido”. Badiou considera, ainda, que um “acontecimento” pode ser simulacro e, em nome do bem, muito mal pode ser praticado, a exemplo do nazismo na Alemanha. Relata que muitos alemães mataram judeus em nome do bem, da liberdade, sendo fiéis a um simulacro de acontecimento. A ética de Badiou propõe “continuar” fiel ao acontecimento, recusando as nomeações totalizantes e soluções dadas, criando um discurso alternativo sobre o acontecimento, trazendo inovação à história; criando a história, refundando o sujeito não modelado pelos velhos discursos da razão, mas fiel aos processos de verdade como compromisso militante.

A situação colocada pela equipe – jogar dominó na rua, consumindo álcool – já tinha sua resposta pronta dada pelo senso comum, qual seja: a proibição ao uso de álcool próximo ao contêiner; usar drogas perto do contêiner é desrespeitoso; drogas e cuidado não combinam. A resposta do social, a verdade sabida e totalizante seria a proibição. Mas a resposta que veio – [...] *a regra não seria pode ou não pode, seria, vamos ver...* – foi construída na relação: a ética está, então, sob o imperativo: “‘Continuar!’, um recurso de discernimento (não se prender aos simulacros), de coragem (não ceder) e de reserva (não se dirigir aos extremos da Totalidade)” (BADIOU, 1995, p. 98).

Sigamos, com Badiou, refletindo sobre a disponibilidade para o “encontro amoroso”, para fazer do acaso um fiel acontecimento em processos de vir-a-ser, condição para “continuarmos” buscando verdades, sempre temporárias, desajuizadas e eticamente militantes.

### 7.3 UMA REFLEXÃO SOBRE A ÉTICA DO “ENCONTRO AMOROSO”, À LUZ DO FILÓSOFO ALAIN BADIOU: SOBRE ENCONTROS “DE VERDADE”

#### NARRATIVA DO CASO DANIELA<sup>204</sup>:

Em uma reunião com a participação da coordenadora do Movimento de População de Rua, Maria Lúcia, ela trouxe o caso de Daniela: uma mulher jovem, que tem transtorno mental e está em situação de rua. Fica em um local público de bastante circulação e que é da responsabilidade sanitária de uma das equipes de Consultório na Rua. O caso foi identificado por Lucia, no carnaval, ao observar que Daniela estava tão desorientada que retirava as roupas, ficando despida em via pública. Com medo de que ela fosse abusada sexualmente, Lucia tentou acionar serviços de saúde e de assistência social para que fizessem

<sup>204</sup> A narrativa do caso de Daniela foi realizada a partir da supervisão ocorrida no dia 15 de fevereiro de 2018, porém, também utilizei trechos da Supervisão 12, de 19 de outubro de 2017, para consubstanciar a discussão, considerando a correlação temática.



uma intervenção protetiva. Não obteve êxito. Trazia, agora, a situação para as equipes de Consultório na Rua, pedindo que fizessem seu trabalho. A médica da equipe que trabalha no território onde fica Daniela coloca uma questão para reflexão: porque os trabalhadores não identificaram este caso que está tão no caminho deles? Apenas após a convocação de Maria Lúcia, comprometem-se em tentar uma aproximação.

Essa aproximação implicará em um “encontro”, início de todo trabalho que envolve a relação entre duas pessoas, especialmente com a população de rua, usuários de substâncias psicoativas. Um encontro que não se dá ao acaso, que é buscado pelo trabalhador que vai até a gente de rua nos seus espaços de convivência e morada. Se há uma intencionalidade nesse encontro, há também, na maioria das vezes, uma casualidade, na medida em que ele, trabalhador, não sabe quem encontrará naquele dia, naquela hora. Diferente do encontro esperado e protegido pelas paredes institucionais, o trabalhador se oferece ao encontro e, talvez, ao início de uma história, como propõe Badiou (2013)<sup>205</sup>. Para este autor, ir além do encontro casual implica em aceitar realizar um encontro “amoroso”, o que significa considerar que a existência de outra pessoa me interessa, me preocupa. Aceitar que esse outro se tornará presente em minha vida. Deixar que ele entre e faça parte do meu cotidiano, da minha história.

Supervisor – *Se eu considerar que toda vez que vou à rua farei encontros que se esgotam em si mesmos, mas nem todos, eu vou ter que pensar duas vezes quando eu me dirigir à rua. Ou mais de duas vezes, coisa que a gente não tem pensado: no tamanho da nossa responsabilidade quando a gente sabe que desse encontro pode ter consequência – boa ou ruim – para outro.*<sup>206</sup>

Certamente, muitos encontros, talvez a maioria, serão apenas encontros casuais, para ambos: trabalhador e gente de rua. Aqui, refiro-me àqueles encontros tão comuns na rua, com trabalhadores com suas pranchetas, interessados, pois, em mostrar sua produtividade, garantindo seu salário e seu trabalho. São encontros marcados pela relação de consumo. Aqui não há lugar para o amor. O amor não é uma mercadoria, alerta Badiou. O amor é todo o contrário do individualismo que a sociedade contemporânea propõe: “No mundo de hoje, é amplamente difundida a convicção de que cada um segue apenas o seu próprio interesse. O amor é então uma contraexperiência. [...] O amor é, com certeza, uma confiança depositada no acaso” (BADIOU, 2013, p. 17).

---

<sup>205</sup> Alain Badiou (2013) foi muito citado pelo supervisor, Prof. Antonio Nery Filho durante as supervisões, para se referir à disponibilidade dos trabalhadores para o “encontro”.

<sup>206</sup> Supervisão 12, 19 out. 2017.

– [...] Hoje tem muita gente que vai à rua e não passa do encontro casual... agora, é preciso ter cuidado, pois eu acho que do outro lado do encontro casual, uma história se constrói; o cara memoriza seu nome, espera que você volte, faz fantasias sobre o que pode acontecer com a vida dele, e o lado de cá pode não voltar...

É verdade. Nem todos estão disponíveis para construir uma história a partir de um encontro e estes, na minha percepção, não deveriam ir à rua. São esses trabalhadores que “*não são de verdade*”, como diz a gente de rua. Ser de verdade é ser fiel ao amor. É estar disponível à convivência com esse que se vai encontrar. “No amor, a fidelidade designa essa longa vitória: o acaso do encontro vencido dia após dia na invenção de uma duração, no nascimento de um mundo” (BADIOU, 2013, p. 33).

Outro encontro também possível é aquele em que há uma disponibilidade do trabalhador ao encontro, mas, do lado do usuário, só há casualidade. Ele quer consumir, às vezes “devorar” o que você vem oferecer em nome do Estado e pronto. Você pode até levar ele com você, seguir pensando nele e disposto a investir no tempo e na construção de uma possível história, mas não depende só de você, ainda que sua disposição para o encontro seja um bom começo.

Por fim, o encontro desejado por muitos trabalhadores de rua, é aquele que, do acaso, uma história é construída. Que não é tão acaso, pois o efeito do encontro dependerá também da disposição para o amor. “A absoluta contingência do encontro assume a aparência de destino. A declaração de amor marca a transição do acaso ao destino, e é por isso que ela é tão arriscada e tão cheia de uma espécie de horripilante medo de desempenho” (BADIOU, 2013, p. 31).

Podemos relacionar esse medo referido por Badiou à enorme responsabilidade ética do trabalhador quando se dispõe a construir uma relação vincular com a gente de rua, porque, diz o supervisor, “[...] *nosso amor mata paciente... Nós seduzimos, eles confiam em nós, baixam a guarda, porque nós abrimos uma possibilidade de amor, e isto fragiliza ele. E ele morre. No dia seguinte a gente chega lá e ele está morto*”.<sup>207</sup>

Se sabemos, por um lado, que o vínculo abre a possibilidade de mudança dos “efeitos do destino”, é também ele que fragiliza o trabalhador e a gente de rua, podendo colocá-los em uma posição de morte. Porque o trabalhador implicado na relação transferencial também se fragiliza. Mas, para ambos, a relação amorosa é a única possibilidade de construção de outras possibilidades de vida.

---

<sup>207</sup> Supervisão em vídeo.

Cabe aqui o relato da situação que gerou esta discussão na supervisão da equipe: conta este trabalhador de rua que, nas suas andanças em campo, encontrou um usuário que estava muito doente. Ele o convence a ir a uma UPA e se disponibiliza a acompanhá-lo. O usuário não queria ir, mas, diante da insistência e disponibilidade do trabalhador, aceitou. Lá chegando, havia muitas pessoas, demorou muito para ser atendido e a internação foi recusada. – *E a gente teve que levar ele de volta, largar no seu lugar de permanência e no outro dia ele ser encontrado morto. Então, esse sofrimento fica com o consultório na rua... É um sofrimento que a gente vai pra casa e fica pensando naquela criatura.*<sup>208</sup>

Sua dor também está no sentimento de impotência diante do sistema. Mas, lutar para mudar o sistema é o trabalho das equipes de rua. E aí, também, está a força do trabalhador de rua que reconhece a sua impotência, sua fragilidade que também é sua força quando sabida. Quem não reconhece sua impotência só transporta o usuário para o serviço de saúde e o deixa lá, para cumprir seu destino de morte. Diferente, de certa forma, da morte acompanhada, existência, enfim, reconhecida na dor do trabalhador de rua.

O Prof. Antonio Nery Filho considera ainda que, em uma perspectiva ética, é necessário, enquanto trabalhador, admitir a sua fragilidade, mas também reconhecer que nosso amor fragiliza os usuários e que, neste sentido, a reponsabilidade deste jogo está do lado de cá, do nosso lado, porque nós sabemos que o nosso amor pode “matar”. A responsabilidade ética está do nosso lado e só ela garante que nosso amor não mate, mas que o outro se faça presente, sujeito nessa relação.

Morte aqui entendida, também, como o apagamento deste outro na relação quando a autonomia deste sujeito não é respeitada, quando o trabalhador considera que ele sabe o que é melhor para este outro e impõe sua vontade: medicando, internando, matando-o subjetivamente. Essa é outra forma de matar, tão presente nas relações sociais e, especialmente, no campo da saúde, com a população de rua, usuários de psicoativos e os ditos “loucos”.

Talvez, para realizar estes bons encontros, seja necessário desver o mundo<sup>209</sup>, acreditar no amor, quando todo o mundo desacredita e faz dele moeda de troca; acreditar nesse outro de rua, tão desacreditado socialmente; manter a esperança viva, trabalhando dia após dia, refazendo o que o sistema desfaz e, só assim, talvez, a dor seja amenizada.

Supervisor – *Há uma grandeza nesse trabalho – sem ingenuidade – se você sabe o que está fazendo... Eu assumo uma responsabilidade monstruosa quando meu trabalho*

<sup>208</sup> Supervisão em vídeo.

<sup>209</sup> Desver o mundo – Manuel de Barros

*movimenta estas pessoas da morte para a vida. Minha responsabilidade começa aí... É ao assumir essa responsabilidade, quando você tira alguém do esgoto, a possibilidade de morte é maior. Quando eu a tiro do esgoto, ela se torna visível, mais vulnerável para a morte. Nosso trabalho é muito mais sério do que vocês imaginam*<sup>210</sup>.

Quanto a Daniela, será que da aproximação da equipe de Consultório na Rua, uma história vem sendo construída? Será que houve a disponibilidade da equipe para este “encontro amoroso”? Será que algum trabalhador de rua pacientemente a cativou?

#### 7.4 SÍNTESE REFLEXIVA: UM RETORNO ÀS QUESTÕES NORTEADORAS

Tudo começa no encontro. O trabalhador de rua vai ao encontro dessa gente de rua levando consigo tudo o que conformou e estruturou o seu *habitus* ao longo da sua trajetória social e profissional. Com suas disposições, chega aos locais que são considerados a “sombra” da cidade, territórios esquecidos por “Deus”! Lá estão aqueles e aquelas que, feridos enquanto humanos, tornam os lugares onde habitam a ferida da cidade; eles degradam o espaço social com sua sujeira grudada ao corpo, assim como a morte, como disse um morador de rua: “*a gente nasceu com a morte grudada no corpo*”; eles vivem para a morte e nem tentam mais desgrudá-la do corpo, apenas “driblá-la” com o amparo poderoso das substâncias psicoativas capazes de transformar magicamente dor em alegria, em empoderamento, em sonho de um futuro ancestralmente negado. O encontro entre trabalhadores e gente de rua é como o encontro entre a potência para a vida e a potência para a morte. Destituir a morte da sua sacralidade é também destituir a vida humana da sua dignidade. Proteger esta dignidade, sagrada, é a essência do trabalho de/na rua.

Didaticamente, os acontecimentos geradores de conflitos e/ou sofrimentos no trabalhador podem ser agrupados em cinco dimensões que se transversalizam:

(1) A dimensão social, que se refere ao sofrimento gerado no encontro entre trajetórias e contextos de vida tão diferentes e a indignação de quem tem que cuidar do outro “*na miséria mesmo*”.

(2) A dimensão relacional, que aponta para os dilemas e desafios do “encontro” entre os trabalhadores e a gente de rua, considerando que as vivências objetivas e subjetivas no lugar de “ralé” reverberam no cotidiano, nas formas de viver e sobreviver no contexto da rua e que são desconhecidas e muitas vezes não entendidas pelos trabalhadores, que traduzem

---

<sup>210</sup> Supervisão em vídeo.

esses modos de vida em “impossibilidades” para a mudança e, especialmente, para o cuidado e autocuidado com a saúde.

(3) A Dimensão Político-Institucional – diante da política de deixar morrer ou de, simplesmente, matar (como no caso da polícia), os trabalhadores de rua se colocam como resistência, indispõem-se com colegas, exigem uma intervenção da gestão, apelam para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, fazem denúncias públicas, articulam-se politicamente e com os movimentos sociais em uma construção coletiva cujos resultados, frequentemente, não são imediatos. De pronto, na maioria das vezes, fica a frustração, o sentimento de impotência e o cansaço compartilhado nas reuniões de supervisão.

(4) A Dimensão Trabalhista-Administrativa se refere ao sofrimento consequente à precarização do trabalho e do trabalhador, questões estas que, muitas vezes, se tornaram tema das reuniões de equipe, a ponto de o supervisor denunciar que, em Salvador, tem-se “arremedos de consultórios na rua”.

(5) A Dimensão Técnico-Afetiva. Esta dimensão justifica a própria supervisão. No trabalho das equipes de rua, a formação psicossocial é muito importante, mas o que aparece mais visivelmente nos relatos das práticas são os dilemas éticos e os sofrimentos sociais inerentes ao trabalho. A dimensão técnica, neste contexto, está fortemente relacionada à possibilidade subjetiva de lidar com os desafios das outras dimensões, especialmente, a dimensão social. A técnica é anterior ao “encontro”, é posição ética: não é procedimento, é relação. Exige disponibilidade, sensibilidade, afetividade, tolerância e condições emocionais para suportar o contexto de trabalho e a convivência, muitas vezes exigente e mediada pela violência, com quem ainda não aprendeu a dialogar, negociar e renunciar às suas certezas em nome do consenso democrático.

Ao longo do processo de supervisão, essas cinco dimensões do sofrimento do trabalhador foram apresentadas em forma de casos e refletidas em uma perspectiva bioética, sendo possível agrupar esse processo, em princípios, técnicas e em uma ética aplicada ao cuidado.

#### **7.4.1 Princípios: justiça, respeito à autonomia, proteção da vida e emancipação**

Justiça – Significa indignar-se contra as injustiças sociais, não “se acostumando” nem aceitando acriticamente ser o “gestor da miséria” da gente de rua. Na prática, significa fazer, em parte, o que as equipes já fazem: acompanhar os usuários aos serviços de saúde, assistência social, justiça e outros, favorecendo a acessibilidade e emprestando seu poder de

contratualidade (KINOSHITA, 2001) na perspectiva da ampliação das potencialidades libertadoras da opressão. Esta prática profissional pode ser entendida como um investimento na autonomia dos sujeitos com vistas à emancipação. Vale lembrar que “justiça” se faz com o outro, na relação, como prática de cuidado bem como no envolvimento e organização política dos trabalhadores e da gente de rua nas lutas e mobilizações militantes no sentido da garantia dos direitos humanos.

Respeito à autonomia – Refere-se ao poder de si sobre si, o que implica em um investimento dos profissionais com a gente de rua para que essa autodeterminação seja exercida com reais opções e capacidade de escolha, ampliando suas redes sociais e institucionais de apoio e trabalhando no sentido da formação e participação política e social. Considero que um dos maiores desafios dos trabalhadores de rua no cuidado com a gente de rua é compreender e respeitar as formas possíveis dessa gente seguir a vida, o que representa saúde ou bem estar, as diferentes temporalidades e corporeidades, as estratégias construídas para suportar o sofrimento e que, muitas vezes, parecem aproximá-los ainda mais da morte. Afinal, a essência do nosso trabalho é cuidar da vida, respeitosamente e justamente. Nesse processo, se é frequentemente tomado pelo impulso de salvar, de acelerar respostas e, até, de impor tratamentos, esquecendo que “*nosso amor pode matar*”. A linha que separa as práticas libertadoras das opressoras no trabalho com pessoas vulneradas é muito tênue e exige espaços de reflexão e construção dos processos de cuidado em equipe com a escuta/participação da população acompanhada.

Proteção da vida – Esse princípio parece tão óbvio, afinal, a vida é um direito humano fundamental garantido pela Constituição, porém, estamos falando de vidas que estão sendo exterminadas, em uma política cada vez mais explícita de matar à bala ou simplesmente “deixar morrer”. É nesta perspectiva que nosso desafio se torna maior e nos envolve afetiva e corporalmente. Na prática, protegemos principalmente “estando juntos”, convivendo, sendo uma presença que ampara e reduz danos.

Emancipação – esse princípio aponta para a direção das nossas intervenções, sendo o resultado esperado ainda pouco investido e alcançado. As saídas emancipatórias devem ser construídas no cotidiano, no trabalho respeitoso pautado na ética do reconhecimento que gera pertencimento. Mas, é preciso investir, também, na profissionalização e inserção no mercado de trabalho, pois autonomia e emancipação implicam na possibilidade de se autosustentar, bem como na formação, organização e participação política dos trabalhadores e da gente de rua.

#### **7.4.2 Técnicas: acolhimento (encontro), vínculo (convivência) e responsabilização (solidariedade)**

Acolhimento (encontro) – implica, principalmente, na disponibilidade para o cuidado. Diferente do acolhimento institucional, os trabalhadores de rua vão ao encontro das pessoas no seu espaço de morada, de trabalho, de lazer e de conflitos e precisam fazer essa chegada de forma muito sensível, cuidadosa e protegida. Em geral, são apresentados por outro usuário ou por alguém do território que negocia a entrada da equipe, em nome da saúde ou do social. Ultrapassado esse primeiro momento, a continuidade no campo permite criar laços com alguns e transformar este “encontro casual” – como fala Badiou – em uma história. Esta história pode ficar na superficialidade das providências e encaminhamentos que não têm uma consequência emancipatória ou atravessar os tempos necessários para que mudanças sejam produzidas no cotidiano. Mudanças somente possíveis através/no vínculo.

Vínculo – implica na convivência e, ousamos concordar com Lancetti, amizade:

Quando se está na posição de terapeuta peripatético, ou se é amigo ou não se é. Mas a condição da amizade é acompanhar um exilado da sociedade, na condição e na experiência de outro exílio... O terapeuta amigo transita em situação paradoxal – é ao mesmo tempo amigo e estrategista, dada a permanente avaliação passo a passo do percurso... Consideramos que a amizade é uma das manifestações mais importantes da experiência humana. (LANCETTI, 2006, p. 115-116).

Esta não é uma posição “fácil” para o trabalhador de rua, ao contrário, ela causa deslocamentos subjetivos importantes, mas, certamente, é a mais reciprocamente generosa, ainda que não desinteressada, nos lembraria Bourdieu (2008), afinal, recebemos do nosso amigo de rua o reconhecimento afetuoso que tanto almejamos enquanto trabalhadores e, na relação de troca que se estabelece, somos tocados por este fiel acontecimento.

Responsabilização – está eticamente do lado do trabalhador, ainda que compartilhada com o usuário, pois nós temos um saber que nos faz ir até a rua encontrá-lo e fazer uma proposta: a de constituirmos uma história. Certamente, é uma aposta de que o futuro é capaz de modificar os efeitos do passado e nós fazemos parte desse futuro, portanto, precisamos ser fiéis a este encontro, sabendo que nosso abandono pode ser insuportável para este que, tantas vezes, foi abandonado e desamparado – pela família, pelo social, pelo Estado. Nesta perspectiva, é sempre bom lembrar que, segundo Soljenitsin “[...] a linha que separa o

bem do mal não passa pelo Estado, nem entre classes, tampouco por partidos políticos, mas exatamente em cada coração humano, e por todos os corações humanos”.<sup>211</sup>.

#### **7.4.3 Ética: Por uma ética das situações (processos de verdade) com autocrítica (espelho) e militância (resistência e política)**

A possibilidade do impossível, que todo encontro amoroso, toda reformulação científica, toda invenção artística e todo passo da política da emancipação põem sob nossos olhos, é o único princípio — contra a ética do bem-viver, cujo conteúdo real é decidir a morte — de uma ética das verdades. (BADIOU, 1995, s/p, elementos pré-textuais do livro)

A “regra de não ter regra”, ainda que guiada por princípios éticos e técnicas psicossociais, liberta os trabalhadores de rua das verdades inquestionáveis que oprimem e os tornam também opressores da gente de rua. Importante salientar que o espaço da supervisão promove essa liberdade com justa corresponsabilidade e compartilhamento. A verdade é caminhada, é construção, é vir a ser a partir de um acontecimento que nos convoca, nos questiona e exige a presença do espelho. A supervisão coloca esse espelho-gente de rua diante de nós e nos lembra que é preciso sair das respostas prontas, banais, que transformam o acontecimento em simulacro. Como disse nosso supervisor, é preciso deixar a porta da esperança aberta, ou seja, mesmo diante da falta de uma resposta libertária – a ser construída –, continuaremos no percurso. “Continuar” como nos disse Badiou (1995), pois nosso caminho de luta e de resistência só acaba quando desistimos de lutar: caímos, levantamos, confrontamos e seguimos, à luz da Bioética, *fazendo* das situações e sofrimentos cotidianos relatados pelos trabalhadores, no encontro com a gente de rua, prática reflexiva e propositiva de movimentos libertários e emancipatórios. Cabe à bioética contribuir para os bons encontros *entre* nós, trabalhadores e gente de rua.

---

<sup>211</sup> Esta citação se encontra incompleta no texto: SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 97.



## 8 A “RUA EM MOVIMENTOS” DE RESISTÊNCIA<sup>212</sup>

A revolução chama Pedro Bala como Deus chamava Pirulito nas noites de trapiche. É uma voz poderosa dentro dele, poderosa como a voz do mar, como a voz do vento, tão poderosa como uma voz sem comparação. Como a voz de um negro que canta num saveiro o samba que Boa-Vida fez:  
*Companheiros, chegou a hora...*  
 (Jorge Amado, *Capitães da areia*, p. 252)

Neste último capítulo, apresento os relatos de experiências individuais e coletivas de trabalhadores e gente de rua para refletir sobre os “movimentos de resistência”. Em todo o percurso desta tese, esta temática foi interrogada e refletida no intuito de compreender as linguagens cotidianas que resistem e ressignificam as experiências de dor – constituídas em meio a processos sociopolíticos geradores de opressão e violência – demonstrando que “as margens não são inertes” (MISSE et al., 2012, p. 335).

O texto está organizado em três partes: 1) Na primeira, “O Movimento de População de Rua na Bahia: de volta à Praça das Duas Mãos”, reflito sobre as estratégias de formação e luta construídas pelo Movimento, a partir, principalmente, do relato de experiência de dois militantes fundadores<sup>213</sup>; 2) Na segunda parte, “A organização política das mulheres afetadas pela ‘guerra às drogas’ e a constituição da RENFA”, conto, brevemente, a história e a organização deste movimento nascido recentemente, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e que já demonstra a sua importância na formação de uma rede de proteção e autoproteção das mulheres em situação de rua, principais afetadas pelo machismo e pela Guerra às Drogas; 3) Na terceira parte, “Movimentos de Resistência entre trabalhadores e gente de rua”, retomo a temática das resistências construídas no cotidiano da rua, no encontro entre trabalhadores e gente de rua e reafirmo que nós estamos em luta!

Para situar o contexto histórico de constituição dos Movimentos que serão relatados, apresento um quadro com os principais acontecimentos e conquistas políticas nacionais constituídas com/para as pessoas em situação de rua (Apêndice B).

<sup>212</sup> Segundo relato de Edcarlos, Belo Horizonte foi um dos primeiros locais a iniciar, de forma organizada, a luta pelos direitos da População de Rua cujo coletivo era chamado de “Rua em Movimento”.

<sup>213</sup> É preciso esclarecer que meu objetivo não foi contar a história do Movimento de População de Rua da Bahia, o que exigiria entrevistas com outros representantes do Movimento, inclusive, aqui de Salvador. Deixo, porém, aqui registrada a minha percepção da relevância de que esta história seja registrada a partir das várias vozes militantes que compõem esse Movimento.

## 8.1 O MOVIMENTO DE POPULAÇÃO DE RUA NA BAHIA: DE VOLTA À PRAÇA DAS DUAS MÃOS

Este capítulo ainda estava por fazer quando, no dia 10 de dezembro de 2018, na Mostra Científica organizada pelo Núcleo Pop Rua da Defensoria Pública do Estado da Bahia, escutei um dos representantes do Movimento de População de Rua de Feira de Santana relatar que o Movimento, na Bahia, começara na Praça das Duas Mãos e havia sido marcado pela dor da morte do palhaço Adriano<sup>214</sup>. Fiquei sensibilizada pela informação escutada ao acaso, mas que, no meu entendimento, precisava ser transformada em história contada e registrada. Dor e resistência me reconduziam à Praça das Duas Mãos. Foi assim que cheguei a Feira de Santana, no dia 19 de dezembro de 2018, para uma roda de conversa organizada por Edcarlos Venâncio Cerqueira, com a participação de Josenilson dos Santos, ambos representantes do Movimento, em Feira de Santana, e Diane Carla Silva Cordeiro de Almeida, assistente social militante. Destaco que todos os participantes preferiram que seus nomes verdadeiros fossem revelados, considerando que esta é uma forma de marcar sua posição de sujeito e não de objeto da pesquisa.

O encontro entre Edcarlos, Josenilson (meus interlocutores) e Maria Lúcia<sup>215</sup> (líder fundadora, inspiradora e agregadora do Movimento) ocorreu na “Trindade”, em 2006. A

<sup>214</sup> O Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) também nasceu do sofrimento social consequente às violências e mortes da “gente de rua”, especialmente de sete moradores de rua que dormiam na Praça da Sé, no Centro de São Paulo, na noite de 19 de agosto de 2004. “Nessa noite, dez pessoas dormiam enroladas em seus cobertores e foram atacadas por precisos golpes na cabeça: quatro morreram imediatamente, duas morreram no hospital e outras quatro sobreviveram. Três dias depois, um novo ataque com as mesmas características: pauladas certeiras contra cinco pessoas que dormiam em pontos não muito distantes da Praça da Sé. Dessa vez, uma vida apagou-se instantaneamente” (SILVA, 2017, p. 108). Tudo indicava que as mortes haviam sido cometidas pela polícia, mas, ninguém foi levado a julgamento. A esperada impunidade prevaleceu, mais uma vez, apesar dos inúmeros atos públicos conduzidos por grupos religiosos e militantes, além de entidades ligadas aos direitos humanos. Mas, da dor e indignação consequentes a esta situação de violência brutal, veio a potência necessária para a luta pelo direito à vida. Nascia, aí, a partir das organizações políticas anteriores em alguns Estados, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), anunciado oficialmente em 2005, em um contexto de redemocratização do país e na gestão presidencial de Lula. Toda a discussão em torno dos direitos humanos e da cidadania fez do massacre uma espécie de “ponto de virada” do MNPR, com a efetiva participação da “rua chamando rua” na luta contra a violação de direitos e nos esforços por reconhecimento e legitimidade para existir, com cidadania (SILVA, 2017; BARBOSA, 2018).

<sup>215</sup> Maria Lúcia Santos Pereira da Silva foi, e continua sendo, a líder primeira do Movimento de População de Rua da Bahia, fomentando a organização de outros coletivos em vários estados do Brasil, tornando-se, também, liderança nacional. Faleceu, inesperadamente, no início do ano de 2018. Do pouco que sei sobre sua biografia – confirmada por Josenilson na roda de conversa –, Maria Lúcia foi educada por duas irmãs italianas que zelavam muito por seus estudos. Quando elas morreram, Maria Lúcia tinha em torno de 15 anos e foi para um orfanato e, depois, para a rua,

chegada de cada um ao local se deu por motivações diferentes. Josenilson e Edcarlos procedentes de Feira de Santana e amigos desde a juventude, participaram de grupos de jovens de cunho caritativo e seguiram, inicialmente, o Seminário como escolha de futuro, mas encontraram com irmão Henrique, na “mística” da Trindade, um sentido mais coadunado com seus ideais de vida.

Josenilson conheceu o irmão Henrique primeiro. Conta que, em 1995, entrou para o Seminário e teve, por iniciativa própria, convivência com as pessoas em situação de rua que viviam na região do Centro de Salvador. Em 1996, teve uma aula com irmão Henrique, um francês que deixou a família para peregrinar com os mais sofridos, passando a viver com e para as pessoas em situação de rua, também na região do Centro de Salvador. Josenilson, que já ouvira falar dele nas ruas, ficou sensibilizado com seu “carisma”. Após a aula foi conversar com ele e, no ano seguinte, começou também a peregrinar e a conviver mais com Henrique que, um dia, lhe falou que estava à procura de um espaço para que as pessoas em situação de rua pudessem dormir, justificando que o “rapa”<sup>216</sup> era muito violento. Henrique pediu um espaço na Arquidiocese e recebeu uma igreja que permanecera fechada por onze anos, localizada na Av. Jequitaia, relativamente próxima a alguns locais de concentração da população de rua. A Comunidade da Trindade foi aberta em 11 de agosto de 2000<sup>217</sup>. A Igreja antes fechada se tornou uma comunidade de acolhimento e proteção das pessoas em situação de rua de Salvador.

– *A minha experiência na Trindade foi muito marcante para mim, para o meu crescimento pessoal, humano e hoje profissional; foi crucial... O mais importante foram as pessoas que eu vi crescer, serem assim, resilientes mesmo* (Josenilson).

Certo dia, Josenilson convidou Edcarlos para ficar um tempo na Comunidade da Trindade e lá ele conheceu Maria Lúcia, que trabalhava com reciclagem. Josenilson e Edcarlos não tinham, até então, uma trajetória de/na rua, mas, na Comunidade da Trindade, dormiam no “papelão” e fizeram, então, a opção de pernoitar na rua uma vez por semana. A

---

onde viveu por muitos anos. Gostava de ler, escrevia bem e tinha uma fala forte e corajosa. Para mim, era uma mulher admirável.

<sup>216</sup> Josenildo se refere à “limpeza da cidade” feita por agentes públicos, historicamente realizada e negada. Conta-se, até hoje, que há uma kombi branca que, principalmente em períodos de intenso turismo, passa à noite pelos locais de concentração da população de rua levando as pessoas para “longe”. Assim como a “Nau dos Loucos”, a “kombi branca” retira os indesejáveis da cidade, levando-os para fora e para longe e deixando-os sempre em busca de um lugar” para onde ir.

<sup>217</sup> “A Comunidade da Trindade é uma comunidade que vive uma espiritualidade Trinitária e Peregrina, na igreja da Trindade em Salvador, Bahia, onde acolhe pessoas que vieram das noites das ruas, numa capela como eremitério, e no caminho como peregrina” Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/ComunidadeDaTrindade/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/ComunidadeDaTrindade/about/?ref=page_internal)>.

rua foi “entrando” neles e a convivência com Maria Lúcia foi se intensificando. Para eles, ela era especial, uma “líder nata” cheia de ideias sobre a conquista de direitos para a população de rua.

Com o tempo, a Comunidade da Trindade queria avançar e Henrique convidou Maria Lúcia para ajudar a organizar o Centro de Convivência “Levanta-te e Anda”, e Edcarlos, para ajudar a estruturar o jornal “Aurora da Rua”. Os dois foram para São Paulo aprender com outros coletivos que trabalhavam com população de rua e, ao retornarem, foram contratados para iniciar os referidos Projetos. Maria Lúcia retornara de São Paulo disposta a organizar politicamente a população de rua e, no ano de 2007, convidou três amigos para irem com ela à Praça das Duas Mãos, na cidade baixa, na região do Comércio, às terças feiras à noite, das 18h00min às 20h00min. Eram eles: Maria Edvânia Batista de Souza, Edcarlos Venâncio Cerqueira e Josenilson dos Santos. Ela pediu que eles levassem a “Mística”<sup>218</sup> e ela levaria a “militância” e ofertaram refrigerante como atrativo para que as pessoas em situação de rua se aproximassem. Desde este primeiro momento, a sobriedade era considerada importante.

– *Lúcia foi referência para mim em sobriedade. Para a liderança, tem que ter sobriedade... A defesa que eu faço aqui é que, para ser liderança representativa, tem que estar sóbrio. E tem uma pegada de alguns grupos que diz só redução de danos. Redução de danos, para a gente do movimento, não funcionou, para a líder do movimento; e Lúcia sempre falou isso. Tanto que nós íamos para o congresso e Lúcia dizia assim: para ir para o congresso, você consegue passar uma semana de viagem sem usar nada? Porque lá você não vai usar nada. Agora, quando você voltar, se quiser usar, se jogue...* (Edcarlos).

Edcarlos e Josenilson explicam que não são contra a redução de danos, mas, no momento em que alguém – seja liderança de rua, seja militante técnico – está representando o Movimento é condição que esteja sóbrio. Contam algumas situações em que a regra foi quebrada e que violências se fizeram mais presentes.

Nas convivências na Praça, no ano de 2007, conheceram o palhaço Adriano. Ele chegava para conversar todas as semanas e Lúcia gostava muito dele, via nele um líder, mas ele foi assassinado. A morte do palhaço foi muito sentida por todos. Na vida que seguia,

<sup>218</sup> “A mística, alguns chamam de Deus. Foi Deus que fez acontecer. Pra gente não. Existe uma energia positiva. Eu não falo em Deus na rua, mas falo: você é bom, busque seus ideais, tenha um amparo...” (Edcarlos). A partir da conversa com o grupo entendi que a mística é acreditar na capacidade dos humanos se superarem, se ressignificarem e se transformarem na convivência com o outro. “Na Trindade reutilizamos a borra da vela, fazendo luz. Se da borra da vela se faz luz, imagine os humanos?... A mística está para além do altar, sendo a experiência da fé vivenciada no cotidiano, com os mais necessitados” (Edcarlos).

Maria Lúcia continuava na convivência, buscando militantes e outros locais de concentração da população de rua foram sendo alcançados, novos companheiros foram sendo aproximados e formados por ela. Começaram a se apresentar como Movimento: vestiam a camisa do Movimento, tinham bandeira do Movimento, participavam de eventos locais e nacionais e conseguiram um espaço na Igreja de São Francisco<sup>219</sup> para ser a sede do Movimento de População de Rua, onde funciona até hoje.

– *Foram três anos de uma grande preparação, uma grande formação, ela formou o grupo dela e aí, no dia 21 de março (de 2010), ela montou o movimento... Ela abria mão de muita coisa para estar na Praça... Nem todo mundo será sensível a uma causa coletiva, mas todos nós podemos usufruir de uma causa coletiva, agora, abrir mão do seu individual para o coletivo, isso é carisma... e Lúcia tinha carisma* (Edcarlos).

A convivência na rua foi e continua sendo a principal estratégia utilizada pelo Movimento para identificar lideranças e agregar militantes. Eles consideram que só conhecemos as pessoas na relação na rua, com o tempo, construindo vínculos de confiança e sensibilização para a militância:

– *Aí a gente vai injetando o que é do movimento... Uma poesia – não somos lixo; a gente leva material da Defensoria; a gente começa a levar para os encontros e colocar para falar... Quem tem que ser protagonista? A rua!* (Edcarlos).

O protagonismo das pessoas em situação de rua, principalmente no Movimento, é buscado a todo o momento. As lideranças da rua precisam ser identificadas e preparadas para exercer sua militância organizada em forma de movimento social, que é diferente da liderança, muitas vezes, exercida pela “força”, que muitos aprendem e precisam exercer na rua. No contexto do Movimento, outras habilidades precisam ser desenvolvidas sem que a “essência” da rua se perca.

– *Ele se organiza e começa a chamar outro. É rua chamando rua... surte outro efeito* (Carla).

Com o apoio das lideranças da rua e dos técnicos militantes, as pessoas em situação de rua, agora sujeitos políticos integrantes do Movimento, são convidadas a participar de espaços de controle social, de eventos formativos e de discussão da política para

---

<sup>219</sup> Os padres da Igreja de São Francisco distribuíam comida para os moradores de rua da área e Lúcia e Edcarlos comiam lá. Após uma situação de violência com um dos padres, eles iam interromper a distribuição de comida e o uso do espaço, quando Lúcia propôs que ali se tornasse um local de orientação e formação. Frei “Chico” e Frei Sandro ficaram sensibilizados e cederam o lugar onde até hoje funciona a sede do Movimento de População de Rua de Salvador.

a população de rua. Vão se formando em ato. “*Nada para nós, sem nós*”. Esta é uma fala cada vez mais repetida na rua.

A Praça das Duas Mãos foi o ponto de encontro dos sujeitos da tese e, não por acaso, local de nascimento do Movimento de População de Rua da Bahia, tendo Maria Lúcia como liderança inspiradora, agregadora e corajosamente resistente.

O Movimento em Feira de Santana nasceria três anos depois. Edcarlos conta que sempre que ia à cidade, caminhava e sentava no banco na Praça da Matriz, distribuía o jornal *Aurora*<sup>220</sup> e sensibilizava as pessoas. Em 2013, decidiu voltar para casa e com o apoio de Maria Lúcia implantou o Movimento em Feira de Santana. Em 11 de março de 2013, o Movimento de População de Rua Núcleo Feira de Santana (FSA) foi oficialmente fundado. Em 16 de abril de 2013, Lúcia deu a primeira camisa do Movimento a uma pessoa da rua em Feira de Santana. “Lideranças da rua”<sup>221</sup> e “militantes técnicos” iam sendo sensibilizados e o núcleo Feira foi se consolidando. Com a morte de Maria Lúcia, o Núcleo escolheu, por enquanto, não ter uma coordenação mas Edcarlos está atualmente mais à frente do Movimento:

– *Eu me considero um militante que venho do processo do papelão.*

Na vida que segue sem Maria Lúcia, a rua se movimenta e a luta se fortalece no encontro e na convivência “mística” entre essa “gente” tornada militante. Sofrimento social feito resistência, eis a essência do Movimento da População de Rua da Bahia.

Contar a história é importante para a produção de outra “visão de mundo” já que “o inconsciente é a história – a história coletiva que produziu nossas categorias de pensamento, e a história individual por meio da qual elas nos foram inculcadas” (BOURDIEU, 2007b, p. 19). Quem conta e como conta a história faz e fará toda a diferença para a construção da história individual e coletiva, presente e futura da gente de rua. Colocar-se como sujeito e não como objeto da história – e da pesquisa – é marcar outra posição no espaço social, lócus por excelência de lutas simbólicas por existência e da imposição de princípios de visão de mundo – com o objetivo, neste caso, de subverter a ordem das coisas.

<sup>220</sup> Em março de 2007, nasceu o “*Aurora da Rua*”, um jornal de rua que dá visibilidade para aqueles que muitas vezes são pouco vistos e pouco ouvidos na sociedade. Uma publicação que trouxe, pela primeira vez, para o Nordeste, o conceito de “jornal de rua”. Com uma tiragem de 8.000 exemplares, a publicação é vendida exclusivamente por pessoas em situação de rua. Além de servir de fonte de renda, o periódico é agente de reinserção social dos vendedores. Como seu nome indica, o impresso aponta para as auroras que existem nas ruas”. Disponível em: <<http://aurora.asasalvador.org.br/quem-somos/>>.

<sup>221</sup> Edcarlos cita o nome de algumas lideranças da rua: Alda, Salvador, Marcelo, Valter, Admilson, Luís e da assistente social voluntária, Carla, que também participou da roda de conversa e está no movimento, núcleo FSA, desde seu início.

A luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou melhor, pelo reconhecimento, acumulado sob forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade, que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do *sentido* do mundo social, de sua significação atual e na direção que ele vai e deve ir (BOURDIEU, 2007b, p. 226).

Olhando para as histórias individuais aqui relatadas, o acesso dos três ao capital cultural ao longo das suas trajetórias de vida parece ter favorecido a expressão e a crítica necessária ao desencobrimento da verdade dita e tornada universal, qual seja, a dos dominantes. Com esta afirmação, não desconsidero, de forma alguma, o “[...] conhecimento pelo corpo capaz de garantir uma compreensão prática do mundo bastante diferente do ato intencional de decifração consciente que em geral transparece na ideia de compreensão” (BOURDIEU, 2007b, p. 166). Aliás, esse conhecimento pelo corpo na/da rua foi fundamental na trajetória deles, que aprenderam a transformar conhecimento prático em instrumento de luta política.

Encontro e convivência com a gente de rua, na rua, nos espaços sociais de permanência e morada é a base da metodologia militante construída pelo Movimento. Para além do refrigerante, utilizado como estratégia para atrair para o diálogo, Maria Lúcia e seus companheiros, do lugar de “iguais”, ofertavam outra possibilidade de vida na rua, ou talvez, e também, algum sentido para uma existência que há muito havia perdido o valor e até o reconhecimento da sua humanidade. Nos encontros “corpo a corpo” na rua, laços iam sendo construídos, aprendizados iam sendo compartilhados, perdas continuavam sendo choradas, mas, agora, acolhidas e amparadas, e a morte do palhaço Adriano fazia lembrar porque e por quem estavam ali naquela Praça das Duas Mãos, na luta pelo direito de existir.

Toda resistência e luta política só pode ser construída a partir de/no encontro e convivência entre os humanos, nas práticas cotidianas<sup>222</sup>, nos espaços possíveis – que seja a rua tornada lugar praticado (CERTEAU, 2014) – erigidos entre as vicissitudes e as potências, nos corpos que “[...] sustentam a resistência à dominação”, uma resistência que é marcada pelo modo como os corpos se deslocam, se movem, como traduzem e manifestam as formas de dominação, em um tempo e um espaço determinados” (PIMENTEL, 2016, p. 51).

---

<sup>222</sup> Para Michel de Certeau (2014, p. 38), “[...] o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Essas formas “não autorizadas” são as múltiplas táticas de resistência, em sua maioria, silenciosas, cotidianas, mas que, em suas “maneiras de fazer”, constituem as práticas pelas quais as pessoas se reapropriam do espaço (agora lugar praticado) compondo uma rede de “antidisciplina” não reconhecida formalmente, mas legítima enquanto forma de enfrentamento da ordem das coisas.

Essa metodologia construída em ato, que “[...] tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões” (CERTEAU, 2014, p. 47), deve ser compreendida, relatada e singularmente multiplicada como estratégia de luta política organizada.

### **8.1.1 O encontro entre iguais e os não iguais – gente de rua, militantes técnicos e trabalhadores de rua**

O encontro provocado por Maria Lúcia, na Praça das Duas Mãos, é um “encontro de rua com rua”. Parece haver uma singularidade e uma potência quando “rua chama rua”! Bourdieu (2007a) vai se referir a um *habitus* constituído e constituidor de classes que parece apontar para uma trajetória comum, passada e futura, entre uma origem e um destino, ainda que não desconsidere as singularidades das trajetórias individuais e a característica de indeterminação do *habitus* no encontro com o mundo social. Mas, entre a gente de rua, há um certo nível de cumplicidade, um conhecimento prático da vida e um re-conhecimento mútuo só possível entre quem viveu a vida na rua, conhece sua linguagem, seus códigos, sua cultura, suas dores e suas esperanças, quando há. Por isso, é sempre alguém da rua que abre o caminho para nós outros: militantes técnicos, trabalhadores, apoiadores, pesquisadores etc. Nós não somos da rua, nós somos generosamente recebidos na rua por essa gente que precisa lutar para poder circular em outros espaços sociais. Mas a “essência da rua”, como eu escutei em uma fala do companheiro de Maria Lúcia<sup>223</sup>, só a gente de rua tem.

Na luta simbólica de “todos contra todos” pelo reconhecimento, cabe ao Estado e aos dominantes o poder de classificação e nomeação que aponta um lugar, uma imagem de si e um quase destino, e creio que aí está a diferença fundamental entre a gente de rua e os apoiadores militantes do Movimento, que, ainda que tenham a experiência do papelão - como Edcarlos e Josenilson - e tenham a rua dentro de si, não foram nomeados e classificados, ao longo de suas trajetórias de vida, como “perdedores da luta simbólica por reconhecimento, por humanidade”; eles não trazem a marca da “desesperança de si” (BOURDIEU, 2012b, p. 85) efeito do destino anunciado e cumprido cotidianamente na violência brutal que marca a vida na rua. Mas isso não torna as suas presenças na rua menos potentes ou importantes; ao

---

<sup>223</sup> Em um evento na Defensoria Pública, escutei o companheiro de Maria Lucia, Edson, referir-se ao que chamou de “essência da rua”. No meu entendimento, ele utilizou esta expressão para designar as pessoas que têm uma trajetória como “moradora” de rua, vivendo de e nas ruas, de modo que a rua passa a fazer parte da sua “essência”, incorporando-se à sua forma de “ser” humano.



contrário, eles são as esperanças circulantes e insistentes que lutam cotidianamente e corajosamente contra a “ordem das coisas”.

A potência do “Movimento” está, justamente, nos encontros respeitosos entre “todos” eles. Cada um tem um saber, prático e/ou teórico, construído ao longo das diferentes trajetórias de vida que, intercambiando-se, produzem novas potências. São diversos os campos e espaços de atuação de um Movimento Social, inclusive e, principalmente, na existência cotidiana e, em cada um desses espaços, é importante avaliar qual a estratégia e o saber (teórico e/ou prático) que precisa estar mais evidenciado e ser utilizado como argumento e qual a “tática de resistência” (CERTEAU, 2014) para as lutas políticas necessárias.

É da concordância de todos os representantes do Movimento que o protagonismo nos diversos espaços sociais de luta política deve ser das pessoas com trajetória de rua. Essas atuações políticas exigem, porém, o desenvolvimento de habilidades não incorporadas ao longo da vida de muita gente de rua, com a utilização de instrumentos de expressão e crítica desigualmente distribuídos socialmente e, na maioria das vezes, inacessíveis na trajetória de vida das pessoas com um *habitus* “precário”, característica que marca grande parte das pessoas em situação de rua. Diante disto, uma estratégia utilizada pelo Movimento é a de inserir os “novos militantes” nos espaços de controle social, apoiando-os e incentivando-os a experimentar esse outro lugar de representação e fala, aprendendo em ato a reivindicar seus direitos individuais e coletivos. Nesta perspectiva,

[...] tudo leva a crer que esse trabalho não seria possível sem a intervenção de profissionais do trabalho de explicitação os quais, em certas conjunturas históricas, podem se tornar *porta-vozes* dos dominados... a transferência de capital cultural que permite aos dominados ter acesso à mobilização coletiva e à ação subversiva contra a ordem simbólica estabelecida [...] (BOURDIEU, 2007b, p. 229).

Esse apoio técnico operacional, digamos assim, é muito importante para o desencobrimento da realidade social e para a organização das estratégias de resistência de um coletivo que está sempre se reinventando e se fazendo coletivo a partir da agência e do protagonismo dos seus representantes. É perceptível e esperado, porém, que haja conflitos de várias ordens na construção cotidiana do “Movimento”, processo que envolve interação, parceria, solidariedade entre pessoas de experiências sociais e culturais de natureza tão díspares. A convivência entre a gente de rua e as pessoas com outras vivências sociais e culturais marcadas, em sua maioria, pelo acesso ao capital cultural e a padrões comportamentais e estéticos distintos, evidenciam, também, as profundas desigualdades

econômicas, sociais e culturais que marcam estas relações e que podem, através destes “contatos mistos” (GOFFMAN, 1988), ter efeitos pessoais e sociais desestigmatizadores e transformadores importantes para o fortalecimento das ações políticas de resistência. Mas, se as relações não forem cuidadas e as questões esclarecidas pode ser uma convivência acirrada das diferenças e centrada nas lutas individuais por reconhecimento e poder.

### **8.1.2 A presença na rua, conquistas políticas e o retorno da esperança de si**

A metodologia do encontro e da convivência implementada por Maria Lúcia e seus companheiros na Praça das Duas Mãos na/para constituição do Movimento de População de Rua na Bahia continua acontecendo, cotidianamente, na ida às ruas dos representantes militantes para conversar com a gente de rua, saber da sua vida, conhecer seus problemas, discutir possibilidades de resolução, dialogar sobre direitos, convidar para a participação social e para a luta por cidadania. Há, neste ato, de imediato, um reconhecimento dessa vida reafirmada pela presença cotidiana e insistente do Movimento nas ruas, oferecendo-se e oferecendo novos sentidos existenciais ao futuro, talvez desistido, ao convidar a gente de rua para conversar e fazer parte de uma rede de sociabilidade:

Então, quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem... E mesmo quando não estão falando ou não apresentam um conjunto de reivindicações negociáveis, o apelo por justiça está sendo representado: os corpos em assembleia dizem: ‘nós não somos descartáveis’ (BUTLER, 2018, p. 32).

Eles – representantes do Movimento – já sabem que seus corpos quando estão juntos se tornam visíveis, reconhecíveis e que a culpa pelas suas misérias não é só deles: faz parte da violência simbólica naturalizada da “ordem das coisas” que faz com que os miseráveis continuem miseráveis em um mundo que diz que eles não têm cabimento. A importância da presença do Movimento nas ruas é também a de desnaturalizar essa mentira da meritocracia tirando dos ombros dessa “gente” o peso pelo dito fracasso, permitindo:

[...] aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente ocultada, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (BOURDIEU, 2012b, p. 735).

Após tantos anos, desde aquele primeiro dia na Praça das Duas Mãos, é possível afirmar que todas as conquistas políticas para a população de rua se devem aos movimentos de resistência e luta por direitos capitaneados, principalmente, pelo Movimento de População de Rua<sup>224</sup> em parceria com outros coletivos de resistência. Políticas públicas no campo da saúde, assistência social, justiça e habitação foram implementadas<sup>225</sup> e novos trabalhadores e atores foram se incorporando ao processo, caracterizando, também, importantes mudanças técnicas nas formas de organização institucional e na atenção prestada à gente de rua, ainda que tenhamos muitas lutas e novos desafios pela frente.

Considero que um dos principais efeitos da luta política da população de rua, ainda “tímido”, mas importante de ser destacado, é a mudança do paradigma da caridade, que marcou, historicamente – e ainda marca –, as políticas sociais brasileiras, para o paradigma dos direitos humanos conquistados pela população de rua. Escutei, muitas vezes, na rua e em eventos com representantes do Movimento, a gente de rua dizer que não quer mais ser alvo da

---

<sup>224</sup> Trecho de uma entrevista de Maria Lúcia Santos Pereira da Silva sobre as conquistas do Movimento de População de Rua: “Ninguém pode discutir sobre população de rua sem a presença da população em situação de rua, este é um ganho muito significativo. Nós conquistamos a Política Nacional para a População em Situação de Rua, pelo Decreto nº 7.053, de 2009. Participamos dos conselhos nacionais da Saúde e da Assistência Social. Conseguimos montar um Comitê Interministerial que acompanha e monitora as políticas voltadas para a população de rua. Conquistamos o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. Nós temos um encontro anual com a Presidência da República e temos uma abertura muito grande em diversos ministérios. Hoje somos conhecidos e reconhecidos pela nossa militância. Por exemplo, conseguimos incluir a população em situação de rua no programa “Minha Casa, Minha Vida”. Conseguimos uma tipificação em toda a rede socioassistencial para a população em situação de rua, capacitações permanentes para profissionais que trabalham nesta causa, estes são alguns dos ganhos que nós tivemos até hoje. Em tão pouco tempo – o Movimento faz 10 anos no ano que vem – é um grande ganho para nós, pessoas que eram ditas como desorganizadas, excluídas, analfabetas, e sem um mínimo de nível de organização. Nós já realizamos um primeiro congresso nacional aqui em Salvador, e estamos preparando o segundo congresso, que acontece em maio, no Paraná”. Entrevista para o Eixo de Erradicação da Miséria, concedida em 24 de fevereiro de 2014 à Sílvia Sousa e editada por: Eliane Araújo. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/nao-e-bonitinho-viver-nas-ruas/>>.

<sup>225</sup> No âmbito político-legal, considero que as principais conquistas consequentes à organização do Movimento de População de Rua na Bahia foram: (1) A Política Estadual para a População em Situação de Rua – Lei nº 12.947, de 10 de fevereiro de 2014 –, e a criação do CIAMP estadual; (2) A Política Municipal para a População em Situação de Rua – Decreto nº 23.836, de 22 de março de 2013, e a instalação do CIAMP municipal; (3) A instituição do Comitê Técnico Municipal de Saúde da População de Rua, através da Portaria nº 414/2016; (4) A criação do Núcleo de Atendimento Multidisciplinar para a População em Situação de Rua – Núcleo Pop - Bahia, formalizada na Resolução nº 003, de 02 de abril de 2018. Importante destacar, porém, que a equipe multidisciplinar Pop - Rua Defensoria Pública, sob a liderança da Defensora Pública Fabiana Miranda, foi criada em 4 de março de 2013, com financiamento federal. As referidas informações foram obtidas em uma reunião com a citada defensora. Além do mais, representantes do Movimento de População de Rua participam de fóruns de discussão sobre políticas diversas para a população de rua, como moradia e trabalho.

caridade religiosa ou do assistencialismo do Estado: eles querem participar politicamente, trabalhar e pagar sua moradia, sua alimentação, ter acesso à saúde e a uma vida com dignidade. Esta é uma conquista ainda muito distante para a maioria da gente de rua, que teve pouco ou nenhum acesso à educação e profissionalização, mas que já aponta para um questionamento crítico desta ordem social que naturaliza e impõe aos rejeitados pelo mundo a responsabilização pelo seu “fracasso”. Não há fracasso, há aceitação extorquida pela dissimulação da verdade. Que fique claro que

[...] essa submissão tem pouco a ver com uma relação de ‘servidão voluntária’ e essa cumplicidade não é concedida por um ato consciente e deliberado; ela própria é o efeito de um poder, que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e de disposições (BOURDIEU, 2007b, p. 207).

Ainda nesta perspectiva, Bourdieu (2007b) alerta que, não sendo essa cumplicidade consciente, apenas o ato de dar-se conta da dominação não liberta automaticamente os dominados da inscrição da ordem social nos seus corpos. Por isto, a luta política é uma luta que exige tempo, convivência, investimento entre humanos para que mudanças cognitivas, perceptivas e corporais sejam aprendidas pelos sujeitos tornados agentes políticos a partir do trabalho cotidiano dos militantes e representantes do Movimento, dos trabalhadores, apoiadores técnicos e todos aqueles que atuam, a partir de diversas estratégias e articulações, nesse campo que é sempre um campo político.

Todas essas novas políticas, instituições e atores circulantes nos espaços da rua exigem outra cultura relacional entre a gente de rua e os gestores e trabalhadores representantes do Estado responsáveis por implementar as políticas conquistadas pela/para a população de rua. Certamente, muitas são as tensões e as potências na relação entre trabalhadores e gente de rua já discutidas ao longo deste estudo, sendo relevante, aqui, destacar que a presença do Movimento enquanto controle social é muito importante para a garantia dos direitos conquistados nas políticas, mas ainda muito distantes na prática, principalmente porque há uma mudança de cultura que precisa ser incorporada nas relações entre a sociedade e as pessoas em situação de rua. Nesta perspectiva, os enfrentamentos travados cotidianamente decorrem também, da instituição de outra ordem de relacionamento com a gente de rua, preconceituosamente desacreditada em relação a suas potencialidades e, ainda, fortemente atingida pelo estigma de vagabundo, drogado e/ou marginal e como aquele que não merece crédito na vida. A luta implementada ainda está muito centrada no direito básico de existir só possível para vidas que tenham algum valor simbólico e que possam

também reconhecer o seu próprio valor, sua dignidade fazendo emergir novos sujeitos políticos desejantes, reivindicantes de direitos humanos, de cidadania e, também, de necessária amorosidade.

Para além dos efeitos já mencionados, em um processo político social contraditório marcado por avanços e recuos, ousa afirmar que, em consequência desses anos de luta política, há uma mudança ética em curso nesse campo na perspectiva das relações estabelecidas entre trabalhadores – e uma parte da sociedade atingida por esses movimentos de resistência – e a gente de rua. As situações de violência e violação de direitos a que a gente de rua está cotidianamente submetida começam a sair do silêncio pérfido e covarde que marca a história da sociedade para com “eles”. A rua e todos que nela circulam são tornados, também por eles próprios, campo de reflexão e intervenção crítica e implicada corpo a corpo, convocando à reflexão e posição bioética, que não pode silenciar frente à política do encarceramento e/ou de matar ou deixar morrer, ainda tão presentes no cotidiano da rua. Há uma politização em prática que organiza e apoia a vida cotidiana na rua e que precisa do envolvimento de todos nós – trabalhadores e gente de rua. É dor tornada luta. É trabalhador chamando rua. É rua chamando trabalhador. É rua chamando rua. “*É nada pra nós sem (todos) nós!*”.

## 8.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AFETADAS PELA “GUERRA ÀS DROGAS” E A CONSTITUIÇÃO DA RENFA

Outro movimento social importante que surge mais recentemente no Brasil, capitaneado, aqui em Salvador, pela antropóloga Luana Malheiro e outras “parceiras”<sup>226</sup> da rua, é a Rede Nacional de Feministas e Antiproibicionistas (RENFA). Segundo uma de nossas entrevistadas, a “Rede” surge a partir da iniciativa de algumas militantes, no Brasil, que consideram importante incentivar a participação política das mulheres com vivência na rua a partir de um debate feminista e antiproibicionista por entenderem que a discussão estava muito centralizada em homens universitários e brancos e que as mulheres em situação de rua são as mais violentamente afetadas pela política antidrogas:

---

<sup>226</sup> Na sua dissertação de mestrado, Luana Malheiro chama as mulheres participantes de sua pesquisa de parceiras que “[...] é uma categoria êmica para significar aquelas que estabelecem vínculos de parceria e troca mesmo não sendo do mesmo território; é a categoria que caracteriza a companheira da vida com quem se deve depositar confiança e foi como passei a ser chamada” (2018, p. 18).

– *A nossa tarefa principal era fazer militância com as mulheres que estavam em territórios afetados pela guerra às drogas* (Entrevista Alice).

Na sua dissertação de mestrado, Malheiro (2018) relata que sua pesquisa com mulheres em situação de rua, usuárias de substâncias psicoativas, foi o ponto de partida para a organização política das “parceiras” afetadas pela “guerra às drogas”. Em uma conversa com duas interlocutoras da sua pesquisa, surgiu a ideia de juntar as mulheres da rua e conversar sobre as violências sofridas e as estratégias possíveis de proteção. Malheiro viu na sugestão uma oportunidade e agendou um horário com Maria Lúcia, coordenadora do Movimento Nacional de População de Rua: “Conversamos sobre as mulheres novas que chegaram à rua, da ritualização do estupro, dos casos de estupro no contexto familiar, do tráfico e da polícia. Falei do medo da denúncia e do sentimento de abandono que muitas vezes paralisavam muitas mulheres” (MALHEIRO, 2018, p. 252).

Era fato que essas mulheres não tinham uma rede de suporte quando sofriam violência; por outro lado, o Movimento de População de Rua tinha poucas mulheres militantes e fomentar essa organização política seria importante para fortalecer o movimento e, também, como uma preparação para a Conferência Municipal, Estadual e Nacional de Saúde da Mulher que ocorreria no ano seguinte. Ficou acordado que a primeira roda com as mulheres seria realizada na sede do Movimento de População de Rua, com a condução de Maria Lúcia e Jorge Conceição<sup>227</sup>, um educador popular que utilizava a pedagogia da amorosidade. Luana e suas “parceiras” fizeram diversas articulações e, em setembro de 2016, realizaram a roda contando com o apoio da Defensoria Pública - Núcleo Pop Rua, do Programa Corra pro Abraço, do CAPS AD Gregório de Matos, do Consultório na Rua do Centro Histórico e da Unidade de Saúde da Família do Terreiro de Jesus (MALHEIRO, 2018).

As rodas de conversa se tornaram um espaço de formulação política, e em pouco tempo as parceiras de pesquisa já se autodenominavam enquanto militantes da RENFA. Este espaço existe até hoje, e posso afirmar que a construção dessa militância com as parceiras de pesquisa foi o retorno que essa pesquisa deu a campo e o que acabou me ligando a essas mulheres mesmo com a finalização do meu trabalho de campo e a escrita desta dissertação (MALHEIRO, 2018, p. 252).

---

<sup>227</sup> Jorge Conceição, arte-educador, escritor e militante histórico do Movimento Negro, fundador da Universidade de Reconstrução Ancestral Amorosa – UNIRAAN, faleceu no mês de setembro de 2016 deixando como legado o exemplo de uma liderança do Pelourinho que abordava o tema do racismo através do método da amorosidade.

No ano de 2017, a RENFA teve aprovado um projeto, executado em Salvador e Recife, com a proposta de formação política feminista a partir da execução de quatro oficinas que culminaram com o 1º Encontro da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, que aconteceu na cidade de Recife, nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2017, com a participação de inúmeras mulheres de 15 estados do Brasil. Importante dizer que o projeto previa a formação de 30 mulheres dos territórios afetados pela guerra às drogas, em cada estado, e as parceiras de pesquisa de Luana foram convidadas para atuar como articuladoras de campo com a função de levar os temas da formação para as cenas de uso de crack, além de convidar as mulheres para as oficinas que estavam acontecendo na sede do movimento da população de rua. O pagamento de bolsa foi importante para a organização e o fortalecimento das mulheres, possibilitando a algumas, inclusive, saírem do trabalho realizado no mercado de crack. A roda, que começara com 15 mulheres, já contava com 70 mulheres de várias partes da cidade, quando da ocorrência da última, antes da finalização do Projeto com a viagem a Recife (14 de setembro de 2017). Todo esse movimento político foi capaz de promover um deslocamento de sentido nas mulheres e a autoconstrução de “sujeitas políticas” com voz ativa na construção do movimento social (MALHEIRO, 2018).

– [...] *pra mim a luta foi um pouco de uma cura, né?... E acompanhando a RENFA agora, é muito isso, sabe? a RENFA, a luta cura...* (Entrevista trabalhadora Alice).

\*\*\*\*\*

Considerarei importante, neste capítulo que trata da temática dos Movimentos de Resistência, registrar o nascimento da RENFA que acompanhei através das referências feitas por mulheres militantes que encontrei na rua e/ou em espaços de controle social, ressaltando a importância desse coletivo feminista antiproibicionista para suas vidas cotidianas na perspectiva, principalmente, de proteção e autoproteção diante de uma cultura na rua que tem incorporado um machismo violento e racista contra as mulheres. Mas, também e principalmente, para demonstrar a pluralidade que podem e devem ter os Movimentos Sociais nas lutas por justiça social.

A RENFA é um Movimento Feminista e antiproibicionista formado por mulheres que possuem diferentes acúmulos de capitais econômicos, sociais e culturais – algumas quase totalmente despossuídas destes – todas “misturadas” na luta pelo direito de existir já que muitas mulheres têm uma “vida precária”<sup>228</sup> como parte de ou como consequência da “guerra às drogas”. Além disto, não há exigência de abstinência, ao contrário da “sobriedade”

<sup>228</sup> “[...] a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade” (BUTLER, 2018, p. 21).

considerada condição para a representação no Movimento de População de Rua, demonstrando que há uma pluralidade de formas de organização e performances dos movimentos sociais e dos seus representantes. Proponho aqui desenvolver estes pontos, na busca de compreender como eles se transversalizam e se transformam em elementos de resistência individual e coletiva.

Antes, porém, faço uma breve apresentação dessas mulheres com trajetória de rua que fazem parte da RENFA e que são as principais afetadas pela “Guerra às Drogas”: elas vivem nas ruas de Salvador e têm uma trajetória familiar e social marcada por diversas violências, especialmente pelo estupro, iniciado no ambiente familiar, em geral por aqueles que deveriam protegê-las, não raro diante do mortífero silêncio materno. Sob o discurso social de que a ida para as ruas ocorreu em função do uso de drogas, são taxadas como “drogadas e vagabundas”. Na rua, logo são levadas a buscar a “proteção” de um homem e utilizar seu corpo como modo de sobrevivência e/ou fazer parte da rede do tráfico. Nesta perspectiva, ficam fortemente submetidas à violência masculina sendo machucadas, exploradas e violentadas cotidianamente por “todos” os tipos de homens, especialmente os policiais, traficantes, companheiros e clientes.

Todas as mulheres do meu universo de pesquisa sofreram violência sexual na rua<sup>229</sup> e este momento é apontado como o início da vida nas ruas, quase como um ritual de passagem para o estabelecimento das relações de hierarquia entre homens e mulheres, e também para fixar as mulheres usuárias – que transgridem a ordem do papel social destinado a mulheres – em um lugar de subalternidade (MALHEIRO, 2018, p. 222).

O uso de drogas, nesse contexto, parece significar uma “saída”, ainda que momentânea, para a dor histórica que marca esses corpos<sup>230</sup>, não por acaso, em sua quase totalidade, corpos negros. Como conclui Malheiro (2018), o crack é utilizado para aliviar

---

<sup>229</sup> Importante atentar que estas situações limites, que silenciam a linguagem, fazem aparecer outras possibilidades e linguagens, não raro encobertas, e que “podem oferecer um novo conhecimento, a reocupação e a incorporação da experiência do sofrimento” (CARVALHO, 2008, p. 17). É preciso deixar que o tempo faça o seu trabalho.

<sup>230</sup> Na corajosa e instigante etnografia, realizada por Ygor Alves, sobre os usos de crack na região central da cidade de São Paulo, ele considera que, para termos uma visão realista do uso de crack, é preciso também considerar, para além dos danos, os possíveis benefícios em determinados contextos. Neste sentido, afirma: “Usar crack é importante para se manter acordado no ambiente hostil da rua e é uma maneira de construir amizades e de estar próximos de pessoas em situação similar. O crack faz as pessoas permanecerem juntas; reúne e une. Em seu entorno, uma série de atividades preenche uma rotina que, caso contrário, poderia ser marcada pelo mais profundo tédio e solidão. Portanto, concluímos que nem todo uso não prescrito medicamente de drogas, mesmo do crack nas ruas, deve ser visto como essencialmente destituído de um propósito válido” (2017, p. 332).



sofrimentos consequentes às violências de gênero, classe social e raça que têm efeitos historicamente importantes em relação ao destino dessas mulheres, desumanizando-as e condenando-as a uma vida precária em uma sociedade que se constitui a partir da supremacia masculina, fator este determinante das relações de poder, e que utiliza a “guerra às drogas” como uma estratégia, não para “acabar com as drogas”, mas para punir e eliminar as vidas que não são reconhecidas como dignas de serem vividas.

Com o tempo “[...] e a presença da linguagem no cotidiano como meio no qual se dá a instituição de possibilidades de vir a ser dos indivíduos e grupos” (CARVALHO, 2008, p. 17) todo esse sofrimento social violentamente calado é tornado resistência que mantém vivas e em movimento essas mulheres. Nos encontros “mistos” e convivências “plurais”, na rua, em Movimento, nasce a RENFA.

A partir das minhas convivências etnográficas com as mulheres na Praça das Duas Mãos, das entrevistas realizadas com duas participantes da RENFA e dos resultados da recente pesquisa de Malheiro (2018) com mulheres com trajetória de vida nas ruas do Centro da cidade de Salvador, faço algumas considerações sobre a “metodologia” de organização desse coletivo e seus efeitos para a vida das mulheres mais afetadas pela “guerra”.

Um primeiro ponto a marcar é que esta Rede de mulheres militantes nasce como “retorno” da pesquisa de Malheiro (2018, p. 17), “[...] mulher, redutora de danos, antropóloga, militante, pesquisadora e também usuária de drogas”. Como Maria Lúcia, Luana Malheiro vai para a rua *encontrar* com as mulheres que vivem aí, nas margens, parceiras de anos de *convivência* – ainda que de lugares sociais diferentes. Como pesquisadora, percebe que, para além dos sofrimentos sociais silenciados, há luta cotidiana para sobreviver, há solidariedade para compartilhar aprendizados de proteção e autoproteção às violências da vida, há uso de drogas como forma de suportar o insuportável, no entanto, não há organização coletiva dessas práticas de resistência; mas poderia haver.

A estratégia pensada em parceria com Maria Lúcia foi rodas de conversa, inicialmente ocorridas na sede do Movimento de População de Rua. Era preciso conversar sobre política em encontros “mistos” de modo que grande parte da rede de militantes e trabalhadores de rua também foi mobilizada. No primeiro encontro da RENFA, a pedagogia da amorosidade foi utilizada como ferramenta a nos lembrar que sem “bons encontros” afetuosos não é possível construir uma rede que se mantenha solidariamente militante. A política proposta nasce no e do cotidiano da rua, das experiências de sofrimento, das dores e das mortes que agora encontravam uma possibilidade de fala através da potência dos “bons encontros mistos” desestigmatizadores a partir da convivência, das trocas de afetos e

compartilhamentos de aprendizados. O reconhecimento do outro, que gerava autorreconhecimento e o direito de existir – mulher, negra, usuária de drogas, na rua – em toda sua pluralidade e diversidade, é Luta.

A metodologia da RENFA se assemelha à Metodologia do Movimento de População de Rua: encontros e convivências na rua; formação política cotidiana e protagonismo em espaços de controle social e articulação com outros movimentos – feministas, antirracistas, antiproibicionistas etc.; constituição de uma rede de apoio, proteção e solidariedade para os grupos mais afetados pelas políticas de “Guerra às Drogas”; coletivo plural, formado por militantes de diversos lugares, ainda que o protagonismo seja prioritariamente daqueles mais atingidos pelas violências e políticas de punição e extermínio da gente de rua.

Acredito, ainda, que ambos os Movimentos partem de uma perspectiva de que do luto se faz luta cotidiana, inventiva, emancipatória, de que luta política implica, antes de tudo, o investimento nas pessoas, o acolhimento aos seus sofrimentos, a proteção a sua vida, a mudança do olhar que julga e já condena para o olhar que reconhece e admira a coragem de quem, apesar de todas as vicissitudes e impossibilidades registradas no corpo e na história, continua resistindo.

### 8.3 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA ENTRE TRABALHADORES E GENTE DE RUA

Neste momento final da tese, considero importante afirmar e reconhecer a importância da luta cotidiana do trabalhador de rua, junto com a gente de rua, para que os direitos de cidadania<sup>231</sup> sejam respeitados, sendo esta a condição para que qualquer outra intervenção com todos os vulnerados seja eticamente realizada. “Já não nos contentamos em assistir passivamente aos efeitos da fome e da miséria, da violência e da morte como destino único para brasileiros desprivilegiados. Estamos em luta” diz Rosemeire Silva (2007, p. 132).

A utilização da palavra luta não é por acaso. A atuação cotidiana do trabalhador de rua implicado eticamente é luta, é movimento de resistência intenso e insistente ainda que ele, muitas vezes, não (se) perceba como tal. Esse reconhecimento da potência do seu trabalho para a organização política da gente de rua precisa ser conhecido para que se torne ainda mais potente e funcione como força propulsora para o direito dos rejeitados pela sociedade não apenas de sobreviver, mas de existir como humano cidadão. O trabalho de explicitação da

---

<sup>231</sup> Cidadania como direito a moradia, saúde, educação, trabalho, lazer e, acima de tudo, respeito humano.

realidade social é fundamental para a existência do Movimento Social organizado e é a sua presença insistente e cotidiana na rua – não qualquer presença, mas aquela que reconhece que não há trabalho possível sem cidadania e que se coloca “em luta”, junto com os “[...] milhares de quixotes e sanchopanças que teimam em sonhar com o que não existe, ainda” (SILVA, 2007, p. 132) – que torna este trabalho possível e que pode transformar o luto pela sociedade desigual e opressora que ainda somos em luta pelo direito de todos a ter direitos.

Então, o lugar do trabalhador de rua é ser resistência<sup>232</sup> à ordem das coisas, é de refazimento da vida com a gente de rua, é esse lugar de provocação, de oposição às verdades ditas universais, de questionamento crítico para desestabilizar e modificar os “efeitos do destino”. O trabalhador de rua está todo o tempo<sup>233</sup> resistindo, se considerarmos que sua intervenção é justamente promover acesso à saúde para quem a saúde é negada; é lutar pelos direitos humanos de quem não é reconhecido como humano; é trabalhar para manter em liberdade quem “deve” estar na cadeia e para manter vivo quem está condenado à morte. Nesta perspectiva, como disse uma das entrevistadas:

– *Estar no ponto de Cidadania sendo, é uma resistência...* (Entrevista Talita).

Na fala dos trabalhadores entrevistados, eles se percebem, em relação aos movimentos de resistência, como uma presença que “não desiste” da luta contra a desigualdade e opressão – ainda que esta posição implique, de alguma forma, deixar-se afetar pela dor desse outro; que reconhece essa gente que está nesse lugar de “in-reconhecível”; que faz marcas amorosas nesses corpos marcados pela violência; e que luta por justiça social na sociedade das injustiças: – *[...] a gente deixa marquinhas... Eu aprendi a lidar com o sofrimento dessa forma; que a gente vai deixar marquinhas... marquinhas de amor, de esperança, de oportunidades, de portas abertas...* (Rosa).

– *[...] A gente não desiste porque, porque tem que continuar, porque eu acho que desistir seria mais angustiante ainda, seria um sofrimento ainda maior, né, desistir, porque a*

<sup>232</sup> Peter Pál Pelbart, em “Um convite à cultura: nem o império da ordem, nem a inércia do caos”, defende que, se existe o poder sobre a vida, existe, também, uma potência da vida que está em toda parte, que se revela no cotidiano, na relação, imponderável, incontida, incontrolável. A essa potência da vida, ele chama de biopotência que compreende “as modalidades de resistência vital” que se proliferam na vida em cena. “[...] Não a vida nua e bruta, como diz um filósofo chamado Agamben. Não a vida besta, a vida do *Homo Otarius*, como diz Zizek, não a vida reduzida pelo poder ao estado de sobre-vida. Mas, sim, a vida em estado de variação. Esses modos menores de viver que nos habitam e que nos rodeiam e com os quais nós, na maioria, aqui, trabalhamos” (PELBART, 2007, p. 19).

<sup>233</sup> Para Veena Das (1999), o tempo é um agente que trabalha nas relações permitindo que sejam elaboradas e transformadas no cotidiano, na linguagem, trabalhando para o refazimento das experiências de sofrimento.

*gente sabe que a gente tá a todo tempo, essa sociedade a todo tempo produzindo novos excluídos (Maria).*

*– [...] algo que me motivou também a continuar nisso foi a questão de justiça, é algo meu assim, de buscar que as justiças aconteçam... eu não vou conseguir fazer justiça o tempo todo né? Mas assim, brigar por isso e batalhar pra que essas pessoas tenham acesso a isso, pelo menos, é algo que me motiva... Eu não desisto, eu tô ali, não vou ficar apertando a pessoa o tempo todo, mas eu tô ali sempre (Isaac).*

Apesar de não desistir, o trabalhador de rua parece não reconhecer a potência política da sua presença no cotidiano da rua, e que “[...] é aí mesmo onde reina a biopolítica que resiste à biopotência. Que nunca foi “tudo dominado”: que ali onde o poder decretava vitória, vida pulsava, as cinzas fumegavam, desejos se juntavam” (ZAMORA, 2008) e a “beleza” se fazia ver, com todo o seu requinte:

*– A grande beleza, e eu acho que o que me fisgou desde o início no trabalho é justamente isso, é porque existe muita beleza, lá, na Praça, existe beleza. Porque a gente dá uma chance para que a beleza exista. Acho que a nossa função é um pouco essa também, tipo, apostar na beleza e dar uma chance para que ela exista e fazer com que ela exista... Elza é um dos relatos mais bonitos que eu tenho. Ela dizia que gostava muito de olhar para as estrelas; então, em vários momentos quando ela era pequena, no crescimento dela, ela gostava de brincar na Praça, porque ela cresceu ali no Comércio, ela deitava na Praça e ficava olhando para as estrelas e para a lua e ficava conversando com a lua. É muita humanidade; é muito, é requinte isso; não é sobrevivência. Lá tem requinte também. Tem a sobrevivência, mas tem um requinte e eu acho que ver o requinte é belo... Até Ramiro, um dia, ele é, pô velho, aqui tá faltando uma lona... Aí Tiago, pô, então a gente compra uma lona. Vamos colocar uma lona aqui e aí vamos; e aí começa todo mundo a trabalhar junto, colocando a lona, e um, tipo, brincando um com o outro enquanto brincava de colocar a lona, e ajudava a subir e ajudava a descer ... É uma comunidade e a comunidade tem tudo. Ali é uma comunidade, e a comunidade ela é integral, ela é integral no sofrimento, ela é integral nas marcas, é integral nas fichas, é integral na beleza e é integral na alegria e no reconhecimento do outro e a gente, de alguma forma, se reconhece nos espaços, reconhece quem é a pessoa, reconhece a história, e até isso assim de... ela faz parte de alguma coisa que eu faço parte também, então a gente constrói junto algo e eu acho que isso é que é a grande beleza e vendo essas pequenas coisas, assim como todos, eles têm as dores que pipocam, todos eles têm a beleza e o requinte que pipoca também, então, é uma função nossa, também, saber enxergar e eu acho que... é isso, aprender a enxergar também a beleza e enxergar*

*também esse requinte, porque isso é vida, é bonito e faz valer a pena, e é o que faz o trabalho tão necessário, não só na sua dor, mas também na sua grande [ela interrompeu, pois estávamos ambas emocionadas, chorando], é vida, no mais carnal, é vida!* (Entrevista Talita).

Em toda esta longa tese está registrada a “beleza”, o “requinte” e o sofrimento que, nos encontros e na convivência, se fazem luta e vida cotidiana desses trabalhadores com a gente de rua; diálogos e negociações incansáveis, muitas vezes em forma de enfrentamento com outros trabalhadores; situações de risco e violência a que foram e estão submetidos, quando não se calam, ou na angústia, quando silenciam; a “aceitação” inconformada da precarização do seu trabalho e da autoexploração<sup>234</sup> em nome do sonho por justiça; as mortes choradas e significadas, na presença – às vezes, a única – nos enterros; a companhia nos hospitais; as circulações pela cidade; os eventos de mobilização e reivindicação por direitos; os abraços acolhedores, as alegrias diante das pequenas grandes vitórias e conquistas com a gente de rua; a presença “de verdade” com “essa gente”, na produção de vida. Enfim, as inúmeras histórias aqui contadas e compartilhadas caracterizam sim, movimentos de resistência à opressão e à desigualdade que faz da cidadania ainda um privilégio de classe (SILVA, 2007).

---

<sup>234</sup> Bourdieu considera que o trabalhador pode contribuir para a sua autoexploração por meio das liberdades que lhes são permitidas, muitas vezes percebidas como uma conquista ou privilégio que exige retribuição. Exatamente por ser compreendida como um benefício concedido ou conquistado a coerção global é mascarada: “Assim, a liberdade de jogo assegurada pelos agentes (que as chamadas teorias da resistência se apressam em celebrar, numa preocupação de reabilitação, como provas de inventividade) pode ser a condição de sua contribuição à sua própria exploração” (2007b, p. 250). Essa forma de violência simbólica exercida pela nova administração dissimula a verdade objetiva de exploração e da dominação a que está submetido o trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não digo que refleti sobre tudo, mas sim que, dado o que se passa no mundo neste momento, e que é tão grave, não é possível, quando se é pago para se ocupar do mundo social e se é minimamente responsável, ficar em silêncio, não tentar dizer a todos um pouco daquilo que se crê ter aprendido, à custa de todos, sobre este mundo [...] (BOURDIEU, 2005, p. 210).*

Este estudo foi motivado pelo desejo de compreender os sofrimentos sociais dos trabalhadores e da gente de rua e as dinâmicas geradoras em suas múltiplas dimensões. Inconformada com a “ordem das coisas” eu queria entender as causas, os efeitos e as razões dos efeitos da condenação de tanta “gente” a uma vida tomada pela miséria existencial. Saber como sobrevivem e resistem às “violências horrorosas” a que estão submetidos todos aqueles que nascem com “a morte grudada no corpo”. O que podia fazer e faz o trabalhador de rua precarizado, frente a essa realidade e tendo como missão cuidar e proteger a vida dessa gente de rua impedida de exercer sua cidadania.

Nesse longo percurso, muitos foram os desafios e a estratégia da etnografia exigia convivência, imersão nessas geografias que não são exceção, e com “essa gente” marcada pela dor de existir sem “ser”. A Praça das Duas Mãos, espaço social que era conhecido por mim como profissional, se revelou em várias outras versões e essências ao olhar atento da pesquisadora. Eu me coloquei lá, participante observante, e vivi com a gente de rua e com os trabalhadores de rua todo o sofrimento histórico neles corporificado. Em muitos momentos, emprestei meu corpo para amparar as dores indizíveis, chorei por me omitir e calar (diante do assassinato de Edinaldo) e, também, por não me omitir e falar e não ser ouvida. Naquele lugar, também minha voz era silenciada – este texto é um ato de fala – e as leis do território se faziam mais fortes. Eu acreditava e continuo acreditando que a revelação das “verdades” possibilitada pelo trabalho das Ciências Sociais precisa estar a serviço das transformações sociais constituindo novos saberes com potencial emancipatório se destinado à luta pelo direito de viver de todos os humanos, restituindo-lhes os sentidos e os destinos das suas vidas.

Compartilhei, aqui, tudo o que aprendi, as perguntas que respondi e as que ainda não tenho resposta e me fazem permanecer na incompletude que se faz movimento. Tenho um enorme sentimento de gratidão a essa gente que me confiou suas histórias e construiu comigo este texto, nosso texto, que tenho a expectativa de lhes devolver e com ele reinventarmos novos caminhos e movimentos de resistência.

Continuo trabalhando nas ruas de Salvador e, por vezes, “passo” na Praça das Duas Mãos. Algumas pessoas que fizeram parte das histórias aqui relatadas ainda estão por lá,

outras eu não sei por onde andam ou se ainda estão vivas. Continuo realizando bons encontros com Carolina, mas, Amado, trago apenas nas afetuosas lembranças. Entre as permanências e impermanências através dos tempos e seus sentidos, a Praça já é outra, assim como as pessoas. “Vida que segue”, não mais a mesma de quando iniciei a etnografia, afinal, são outros (mesmos) tempos, com outras (mesmas) gentes, que fazem outros (mesmos) contextos micro e macrossociais, tudo entremeado e marcado no cotidiano, ainda que também hajam continuidades nos sentidos que levamos incorporados e eternizados em nossas memórias, nas práticas – geradas na potência dos encontros – que se tornam coletivas, como o Movimento de População de Rua e a RENFA.

Sobre o conhecimento produzido – em mim, autoemancipação e transformação social – proponho retomar o caminho feito pelo texto para chegar até aqui, começando pelas “Convivências Etnográficas na Praça das Duas Mãos”. Meu intuito e desafio era (re)conhecer o espaço social e as pessoas em interação, inclusive, comigo, compreendendo as experiências de sofrimento social e os movimentos de resistência em sua diversas linguagens e gramáticas do cotidiano, no lugar onde a vida se desenrola. Nessas “convivências etnográficas”, a Praça desponta como campo de sociabilidade, de compartilhamento de aflições, mas, também, de afetos, de reconhecimento e prazer. Lugar de encontros entre os que trabalham e os que não trabalham. “Desocupação” que condena e violenta. Aprendi que a violência imposta como condição para viver e sobreviver é a maior das violências e sofrimentos a que está submetida a gente de rua. Praticamente não há liberdade. A violência como imposição é tornada “disposição”, esquecida e incorporada e nem como resistência é lembrada. Já a morte, não se faz esquecida, sempre presente, ainda que não passível de luto. Deixar morrer ou matar em nome da justiça e proteção social das classes dominantes, eis o destino dessa “gente”.

Na vida que segue, o contexto da pesquisa foi também marcado pelo encontro com a miséria cotidiana que faz da gramática do sofrimento social vida comum se desenrolando com suas tramas e dramas, entre um e outro “corre”, tendo a droga como efeito e possibilidade para suportar o destino reservado aos condenados da Praça. Seja na perspectiva do uso ou do comércio, a “droga” é importante fator de classificação e definição da posição da gente de rua no espaço social, tornando-os ainda mais desqualificados e desnecessários e, portanto, alvo principal de um Estado penal que declara guerra às drogas, na verdade, “justificativa” para a punição, isolamento e extermínio de uma determinada raça (os negros) e classe (pobre e oprimida), constituindo um campo tomado pelas injustiças, destituição social e violências públicas.

As relações de gênero se impõem o tempo todo no contexto da rua e as opressões relacionadas a elas são muito violentas, mas, também, muito silenciadas e, de certa forma, não alcançadas nesta pesquisa no aprofundamento e complexidade necessários, inclusive para além do binarismo homem/mulher, precisando incluir todas as formas de transgêneros em uma perspectiva interseccional de raça e classe social.

Nas “Trajetórias sociais da gente de rua”, uma convivência mais intensa e longitudinal com duas pessoas cujas vidas foram marcadas pelas violências da pobreza e humilhação social desde a infância. Seguindo o curso esperado de histórias que parecem se repetir com pouca variação, a rua foi feita casa, a droga se fez disposição e as violências se fizeram cotidianas em suas variadas expressões. Nestas duas trajetórias, porém, acolhimento e reconhecimento, tempo e paciência, vínculo e aposta possibilitaram às instituições e seus trabalhadores funcionarem protetivamente e juntos com Amado e Carolina refazer o *habitus* precário e construir, nos “bons encontros”, pequenos e longos futuros. Dor e sofrimento – mas, também, prazer – foram se refazendo e fazendo-se autonomia, empoderamento e emancipação, desenvolvendo no cotidiano novas possibilidades de si, com o outro, em movimentos de resistência. Ter disponibilidade ao cuidado, apostar na agência dos sujeitos, esperar o “tempo dentro do tempo” até chegar o tempo dos encontros tornados histórias e que constituem outras histórias e outras memórias bem como novos sentidos e significados às vicissitudes cotidianas, eis o desafio dos trabalhadores de rua.

Com as “Trajetórias sociais dos trabalhadores de rua”, busquei entender de que modo as diferentes trajetórias marcam os encontros entre os trabalhadores e a gente de rua!? Esses “encontros” se devem ao “acaso”? Logo percebi que não há acaso nas relações que seguem e se fazem história; regularidades são reveladas nas trajetórias e nas posições adotadas em campo, mas a variabilidade e a indeterminação, mesmo pequenas, garantem inesgotáveis possibilidades nos encontros entre humanos, nos diferentes campos sociais, ainda que sob a égide dos “efeitos do destino” e da “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2012b). Vindos de diferentes tempos e lugares, com experiências e trajetórias sociais diversas, os trabalhadores de rua têm o desafio de tornar as diferenças de classe, raça e gênero entre todos eles, potência e diversidade de possibilidades nos caminhos do cuidado.

No capítulo “As experiências de sofrimento social do trabalhador de rua” são descritas várias situações que fazem sofrer o trabalhador, destacando-se: de um lado, as relações de exploração e opressão suscitadas pelos moldes neoliberais de produção, com a violência simbólica que lhe é característica e que se faz sutilmente – e fortemente – presente nas relações estabelecidas entre gestores, trabalhadores e usuários, acompanhada da



fragilização dos coletivos de defesa dos direitos dos profissionais; de outro lado, o contexto das ruas, marcado por uma pobreza que acirra a disputa dos diversos agentes no campo pelo capital econômico e que utiliza, frequentemente, estratégias violentas em que a manutenção da vida se torna moeda de troca e obediência. Submetidos à lei do território exercida e refundada cotidianamente e localmente – dentro ou fora dos preceitos legais –, os trabalhadores se sentem oprimidos e obrigados a aceitar a ordem estabelecida sob pena de terem que se retirar do território ou, ainda, de colocarem suas vidas em risco. Neste contexto, tornam-se vulnerados. A vida miserável alcança a dignidade humana, colocando-a em suspenso e fazendo sofrer gente de rua e trabalhadores que vivem profundamente as contradições do Estado como dramas pessoais e profissionais. Diante da morte da gente de rua, a responsabilidade ética sustenta o fazer do trabalhador neste momento de luto. Se não foi possível reconhecer a vida, é justo que ele seja reconhecido, ao menos, na morte. De certa forma, este ato (re)significa a morte e a vida. “Ressignificação resistente” marca a posição ética do trabalhador diante da morte da gente de rua. Quanto ao sofrimento, pouco se fala, apenas, trabalha-se, esquecendo-se que o silêncio é cúmplice da des-historicização.

Mas a supervisão faz lembrar que é preciso falar. Os dilemas e sofrimentos experienciados pelos trabalhadores no encontro com a gente de rua são revividos na supervisão e tornados questão ética, o que significa, justamente, o desenvolvimento da capacidade do trabalhador de se colocar “fielmente” diante de um acontecimento não permitindo ser simulacro. Didaticamente, os acontecimentos geradores de conflitos e/ou sofrimentos no trabalhador foram agrupados em cinco dimensões que se transversalizam: a social, com toda a miséria que faz “grudar a morte no corpo”; a relacional, que se refere aos dilemas e desafios desse “encontro” entre os trabalhadores e a gente de rua; a político-institucional, com suas violências objetivas e simbólicas; a trabalhista-administrativa e todas as “faltas” que dificultam e até impedem a viabilização do trabalho; a técnico-afetiva, que são os dilemas éticos e os sofrimentos sociais inerentes ao trabalho. Como respostas a estes “aspectos” dificultadores dos processos de cuidado, consideramos, à luz da bioética, que as práticas interventivas dos trabalhadores se apoiam (ou deveriam se apoiar) no princípio da justiça, referindo-se ao trabalho na perspectiva do respeito à autonomia, à proteção da vida e à emancipação, às estratégias técnicas do acolhimento (encontro), do vínculo (convivência) e da responsabilização (solidariedade) sustentados por uma ética das situações (processos de verdade), com autocrítica (espelho) e militância (resistência e política).

Nesta perspectiva, saliento a grande contribuição da Bioética para as reflexões realizadas nesta tese. As narrativas compartilhadas relativas aos conflitos e ao mal-estar

vivenciados pelos trabalhadores no encontro com a gente de rua – frente às situações de pobreza, desemprego e emprego precário, fome, exploração e extermínio desta gente submetida a todos os tipos de violência – são denúncias bioéticas que suscitam discussões e a busca de soluções em uma perspectiva da ética aplicada às situações da vida cotidiana. Ouso afirmar, inclusive, que toda esta tese tem um caráter bioético, na medida em que trata do sofrimento social, essencialmente humano, convoca o Estado na/para a proteção dos vulnerados e busca transformar as “violências necessárias” em construção de saídas emancipatórias pautadas nos interesses da coletividade, mas, também, no respeito à autonomia, às singularidades contextuais e às liberdades individuais. A proteção do Estado é invocada face aos desempoderados da rua, como luta e resistência política, enfrentamento que está no cerne da Bioética, considerando que não existe neutralidade neste campo da defesa da equidade e da justiça social. A sacralidade e dignidade de todas as vidas humanas exige posicionamento e enfrentamento político e a Bioética pode, seguramente, ser uma luz-guia desses caminhos a serem construídos em ato.

Sobre os Movimentos de Resistência, defendo, a partir das experiências narradas e analisadas neste longo texto que, sob determinadas condições éticas e bioéticas, os encontros *entre* trabalhadores e gente de rua podem modificar os “efeitos do destino” e que, nesta perspectiva, a atuação cotidiana do trabalhador de rua implicado eticamente, é “luta”, é movimento de resistência intenso, constituído a partir e na relação, ainda que ele, muitas vezes não perceba(se) como tal. É a sua presença insistente e cotidiana na rua que produz sentidos e possibilidades, caminhos e ações possíveis de transformar o luto pela sociedade desigual e opressora que ainda somos, em luta pelo direito de todos os humanos a ter direitos, luta que implica deixar-se afetar pela dor desse outro para então refazer(se) na e a história. Os movimentos de resistência nascem da dor amparada e compartilhada *entre* a gente de rua e os trabalhadores e resistem através dos tempos se tornando movimento coletivo.

Mas é importante marcar que, apesar do tema do estudo ser sofrimento e resistência é a “beleza”, a “alegria” e o “requinte” nos encontros e na convivência entre trabalhadores e gente de rua que impulsionam e constroem “sentidos” nas lutas e na vida cotidiana. Nos dias em que escrevia estas considerações finais, fui à Praça das Duas Mãos como trabalhadora de rua e lá encontrei um morador de rua que me “encantou” com a sua alegria. Eu e a equipe saímos da Praça, contagiados – então, não é apenas o estigma que tem efeito de contágio? – com essa energia de produção de vida, expressão do “divino”, diria Spinoza, que não esperamos encontrar na rua, mas que está lá e que se manifestou também porque nós que estávamos disponíveis para esse encontro alegre. As emoções (paixões)

relacionadas à alegria – como o amor, a generosidade, a amizade, a gratidão – são mais fortes do que aquelas relacionadas à tristeza. “A vida ética começa pelo fortalecimento das paixões alegres e o enfraquecimento das paixões tristes” (KINOSHITA et al., 2016, p. 56). A alegria e a felicidade como direção ética do cuidado, eis o aprendizado que continuarei buscando praticar enquanto trabalhadora-pesquisadora de rua.

Termino este texto me sentindo corajosamente renovada para o cuidado e a ação política através e nos movimentos de resistência, reafirmando, fortemente, que nós, trabalhadores de rua, com a gente de rua, *estamos em luta!* E como Riobaldo Tatarana – sábio jagunço do romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (2015, p. 107)–, “*quando vou pra dar batalha, convido meu coração*” e levo comigo todos os meus sonhos, toda a minha alegre amorosidade, toda a minha implicada indignação e, também, toda a minha insistente esperança de que um dia a cidadania será, como diz Carolina, “de verdade”!

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens. Prefácio: os jovens no “fim da linha” e as saídas de emergência. In: PIMENTEL, Adriana M. *Um fazer para alimentar a alma: uma etnografia das práticas juvenis em um bairro da cidade de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2016.

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. Tradução Bruno Cesar Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yann Hamonic. São Paulo: UNESP; Alagoas: Edufal, 2015. 110p.

ALVES, Rubem. A madrasta e o espelho. In: \_\_\_\_\_. *O retorno e Terno: crônicas*. Campinas, SP: Papyrus, 1992.

ALVES, Rubem. *Escutatória*. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4132953/mod\\_resource/content/1/Texto%20de%20Rubem%20Alves.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4132953/mod_resource/content/1/Texto%20de%20Rubem%20Alves.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2018.

ALVES, Ygor Diego D. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2017.

ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. p. 191-208.

ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. *Exclusão social e uso de drogas*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/visualizar/exclusao-social-e-uso-de-drogas>>.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Travessia do Século).

AYRES, José Ricardo de C. M. Cuidado: tecnologia ou sabedoria prática? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, n. 6, p. 117-120, fev. 2000.  
<http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n6/10.pdf>

BADIOU, Alain. *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Tradução Antônio Transito, Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 100p.

BADIOU, Alain; TRUONG, Nicolas. *Elogio ao amor*. Tradução Dorothee de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes, 2013. Selo Martins.

BARBOSA, José Carlos G. *Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados*. Brasília: IPEA, 2018. 120f.

BARROS, José d’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, v. IX, n. 1, jan./abr. 2012.

- BARROS, Manoel de. *Livro sobre o nada*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BARROS, Manoel de. *Menino do mato*. São Paulo: Leya, 2010b.
- BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010a.
- BARROS, Manoel de. Sobre importâncias. In: \_\_\_\_\_. *Memórias inventadas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo 2: A experiência vivida*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, Howard S. Consciência, poder e efeitos da droga. In: \_\_\_\_\_. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 181-204.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luisa X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENEDETTO, Roberto di. Reflexões primeiras sobre: A teoria do espaço social e da gênese do estado de Pierre Bourdieu. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, a. 29, n. 29, p. 259-264, 1996.
- BERRETTINI, Célia. *Samuel Beckett: escritor plural*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BEZERRA, Marcos Otavio. Resenha: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 173, p. 487-495, jul./dez. 2015. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n173/2316-9141-rh-201598814.pdf>
- BOURDIEU, Pierre. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la recherche em sciences sociales*, v. 14, abr. 1977. Présentation et représentation du corps, p. 51-54.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007a. 556p.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a. 160p.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; Revisão Técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: <<http://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Coisas-ditas.pdf>>.
- BOURDIEU, Pierre. Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut: sobre o espírito da pesquisa. *Tempo Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 175-210, jun. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estud. av.* [online], v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In : \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: B. Brasil, 1989a.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições da aula*. São Paulo. Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução Sergio Miceli. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jul. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 67
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu avec Loïc Wacquant: réponses*. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Correa. 9. ed. Campinas, SP: Papiros, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. Edição estabelecida por Patrick Champagne et al. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BOUYER, Gilbert C. Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 106-119, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266p.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Teresa. P. do R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. *Saude soc.*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 9-18, set. 2008.

CARVALHO E BOSI. Tessituras de um modo “eticopolítico” de cuidado em saúde mental. In: NUNES, Monica; LANDIM, Fatima Luana P. (Org.). *Saúde Mental na Atenção Básica: política e cotidiano*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 201-220.

CARVALHO, M. A. C.; SANTANA, J. P.; VEZEDEK, L. Cartografias dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal? – Sumário Executivo da Pesquisa Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador: Projeto Axé, 2017.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YASBECK, Maria Carmelita (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2013. p. 283-312.

CASTELLANOS, Marcelo Eduardo P. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, abr. 2014. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01065.pdf>

CATANI, Afrânio M. Ativismo. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CELMER, Elisa G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça B. (Org.). *A violência na sociedade contemporânea* [recurso eletrônico]/ Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 73-88.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: Artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRUZ, Marcelo S. et al. Patterns, determinants and barriers of health and social service utilization among Young urban crack users in Brazil. *BMC Health Serv Res*, n. 13, p. 536, 2013.

DAS, Veena. *Affliction: health, disease, poverty*. New York: Fordham University Press, 2015. 256p.

DAS, Veena. *Critical Events: an Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995. 230p.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, p. 31-42, jun. 1999.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent to the ordinary*. Berkeley: University of California Press; 2007.

DAS, Veena et al. (Ed.). *Remaking a world: violence, social suffering, and recovery*. Berkeley: University of California Press, 2001.

DAS, Veena. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008. 568p. (Lecturas CES).

DAS, Veena. The act of witnessing: violence, knowledge, and subjectivity. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000a. p. 205-225.

DAS, Veena et al. (Org.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000b.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Traducción: María Daels y Julia Piñeiro *Cuad. antropol. soc.*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, jul. 2008.

DE LUCCA, Daniel. Crack, exclusão e sociabilidade: Resenha do livro: Bourgois, Philippe. En quête de respect: le crack à New York. Paris, Seuil, 2007. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1, n. 1, p. 245-249, 2011.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Tradução Sónia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUNKER, Christian Ingo L. Bala perdida. In: KUCINSKI, Bernardo et al. *A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 45-50.

DURAND, Guy. Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos. Tradução Nicolas Nyimi Campanário. 3 ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Loyola, 2010.



DURHAM, E. *Antropologia hoje: problemas e perspectivas*. Versão preliminar para ser apresentada à ANPOCS, Xerox, 1983, p. 12. 22p. Disponível em: [file:///C:/Users/patri/Desktop/LIVROS%20BOURDIEU/EuniceDurhan\\_Antropologia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/patri/Desktop/LIVROS%20BOURDIEU/EuniceDurhan_Antropologia%20(1).pdf) Acesso em: 17 fev. 2018;

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia de las drogas*. Madrid: Alianza, 1995.

ESCOHOTADO, Antonio. *Aprendiendo de las drogas: usos y abusos, prejuicios y desafíos*, 2005. Disponível em: <http://www.edu.xunta.gal/centros/iesmontecastelo/system/files/Antonio+Escohotado+-+Aprendiendo+de+las+drogas.pdf>.

ESPINHEIRA, Gey. A casa e a rua. *Cadernos do CEAS*, n. 145, p. 24-38, maio/jun. 1993.

ESPINHEIRA, Gey. *A dimensão social e o quadro de vulnerabilidade do Centro Antigo de Salvador (CAS)*, 2009a.

ESPINHEIRA, Carlos G. D'Andrea (Gey). *Comunidade do Maciel*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e prostituição: uma análise da comunidade prostitucional do Maciel*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

ESPINHEIRA, Gey. Geometrias do movimento: Prefácio. In: NERY FILHO, Antonio et al. (Org.). *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009b. 308p. p. 9-20.

ESPINHEIRA, Gey. Mal-estar da baianidade: perdas e danos. *Caderno do CEAS*, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, v. 200, p. 79-98, jul./ago. 2002a.

ESPINHEIRA, Gey. *Metodologia e prática do trabalho em comunidade ficção do real: observar, deduzir e explicar: esboço da metodologia de pesquisa*. Salvador: EDUFBA, 2008a. 138p.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços das drogas. In: UNIÃO EUROPÉIA; BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas*. Paris: Éditions Scientifiques; ACODESS, 2002b. p. 11-18.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, Luiz Alberto; ALMEIDA, Alba Riva B.; NERY FILHO, Antônio (Org.). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA 2004. p. 9-20. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura).

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; RIBEIRO Lutz Mulert S.; ZANETTI, José Carlos (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000. p. 30-43.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador-BA. SEI, v. 11, n. 1, p. 8-16, jun. 2001.

ESPINHEIRA, Gey (Org.). *Sociedade do medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: EDUFBA, 2008b. 266p.

FARMER, Paul. An anthropology of structural violence. *Current Anthropology*, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

FARMER, Paul. Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor. *BMJ*, p. 327-1232, 20 nov. 2003. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.327.7425.1232>.

FLACH, Patrícia von; NERY FILHO, Antonio; PAMPONET, Gabriel. Do Ponto de Encontro aos Pontos de Cidadania: práticas de cuidado com usuários de substâncias psicoativas em situação de rua. In: JORGE, Maria Salete B. et al. (Org.). *Olhares Plurais sobre o Fenômeno do Crack*. 2. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015. p. 178-217.

FONSECA, Maria de Jesus M. Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur. *Millenium*, n. 36, 14, maio 2009. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium36/3.pdf>>. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8284>

FORTES, P. A. de C. A bioética em um mundo em transformação. *Rev. Bioética* (impr.), v. 19, n. 2, p. 319-327, 2011.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 229-242.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault).

FRANCO, Túlio B. O trabalhador de saúde como potência: ensaio sobre a gestão do trabalho. In: \_\_\_\_\_.; MERHY, Emerson Elias (Org.). *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 243-251.

FRANGELLA, Simone. Posfácio. In: RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. 400p.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintoma e ansiedade. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 20, p. 81-167. Originalmente publicado em 1926.

GALEANO, Eduardo. Os ninguéns. In: \_\_\_\_\_. *O livro dos abraços*. Tradução Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002. 270p.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da Bioética. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 1, n. 2, p. 122-132, 2005.

GARRAFA, V.; MARTORELL, L. B.; NASCIMENTO, W. F. Críticas ao principialismo em bioética: perspectivas desde o norte e desde o sul. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 25, n. 2, p. 442-451, 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução M. B. M. L. Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES FILHO, José M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, Beatriz de Paula (Org.). *Orientação a queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221.

GONÇALVES FILHO, José M. Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GRÜN, Roberto. Neoliberalismo. In: CATANI, Agronio M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GRUND, Jean-Paul. *Drug use as a social ritual: functionality, symbolism and determinants of self-regulation*. Rotterdam: Institut voor Vershavingsonderzoek (IVO); Erasmus Universiteit Rotterdam, 1993.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296p.

JAIME, Pedro; LIMA, Ari. Uma trajetória antropológica: entrevista com Didier Fassin. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 257-279, dez. 2011.

KANT, I. A fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

KINOSHITA, Roberto T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 55-59.

KINOSHITA, Roberto T. et al. Cuidado em Saúde Mental: do sofrimento à felicidade. In: Monica Nunes, Fatima Luna Pinheiro Landim, (Org.). *Saúde Mental na atenção básica: política e cotidiano*/ Salvador: EDUFBA, 2016. 496p. p. 47-76.

KIPPER, Délio José; CLOTET, Joaquim. Princípios da beneficência e não-maleficência. In: COSTA, Sergio I. F.; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei (Org.). *Iniciação à bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 37-52. 320p.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Ed.). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LANCETTI, Antonio. *Clinica peripatética*. São Paulo, Hucitec, 2006.

LANCETTI, Antonio. *Contra fissura e plasticidade psíquica*. São Paulo, Hucitec, 2015.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: 70, 2008.  
MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MACRAE, Edward. A metodologia qualitativa na pesquisa sobre uso de psicoativos. In: *Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas*. Paris: Éditions Scientifiques; ACODESS, 2002. p. 37-47.

MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO JÚNIOR, Alfredo (Org.). *Dependência de drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001.

MACRAE, Edward. Redução de danos para o uso da cannabis. In: SILVEIRA, Dartiu X.; MOREIRA, Fernanda G. (Org.). *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu, 2006. p. 361-370.

MALHEIRO, Luana S. B. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. In: MACRAE, Edward et al. (Org.). *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2012. p. 223-314. 438p.

MALHEIRO, Luana S. B. *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e política sobre drogas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. 292f.  
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28468>

MARTINEZ, A. T. Tempo. In: CATANI, Afrânio M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 350-352.

MAYORA, Marcelo. O crack e a rua. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério de Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016. p. 137-161. Disponível em:  
<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10019/2/UsoDeCrack.pdf>>.

MEDEIROS, Cristina C. C. Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 281-300, jan./mar. 2011.

MEDEIROS, Flávia. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-legal do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 2017. 221p.

MEDEIROS, Regina. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. *Saúde soc.*, v. 23, n. 1, p. 105-117, 2014.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000100105&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000100105&script=sci_arttext&tlng=en)

MERHY, Emerson Elias. O cuidado é um acontecimento e não um ato. In: FRANCO, Túlio B.; \_\_\_\_\_. (Org.). *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos*. São Paulo: Hucitec, 2013. (Saúde em Debate; 236).

MISHLER, Elliot. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. 2002. In: LOPES, Luiz Paulo M.; BASTOS, Liliana C. (Ed.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel et al. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos: entrevista com Veena Das. Tradução Carolina Christoph Grillo. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 335-356, fev./jun. 2012.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas. *Ciênc. Saúde Coletiva* [online], v. 11, n. 2, p. 515-526, 2006.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma abordagem bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MUÑOZ, D. R.; FORTES, P. A. C. O Princípio da Autonomia e o Consentimento Livre e Esclarecido. In: COSTA, Sergio I. F.; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei (Coord.). *Iniciação à bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. 302p

NERY FILHO, Antonio. Por que os humanos usam drogas? In: NERY FILHO, Antonio; VALÉRIO, Andréa L. R. (Org.). *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto Consultório de Rua*. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010. 89p.

NERY FILHO, Antonio. Prefácio. In: LANCETTI, Antonio. *Contra fissura e plasticidade psíquica*. São Paulo, Hucitec, 2015.

NERY FILHO, Antonio; LORENZO, Cláudio; DIZ Fátima. Usos e usuários de substâncias psicoativas: considerações bioéticas. In: BRASIL. Ministério da Justiça. *Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. Brasília: SENAD-MJ, NUTE-UFSC, 2014.

NERY FILHO, Antonio; MESSEDER, Marcos Luciano. Exclusão ou desvio? Sofrimento ou prazer? In: TAVARES, Luiz Alberto et al. (Org.). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 59-70. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura).

NERY FILHO, A. et al. A prática do Consultório de Rua na abordagem da vulnerabilidade associada ao uso de drogas. In: GARCIA, F. et al. (Org.). *Vulnerabilidade e o uso de Drogas*. Belo Horizontes: 3i, 2016.

NERY FILHO, Antonio et al. (Org.). *As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais*. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2012.

NOVIKOFF, Cristina; CAVALCANTI, Marcus Alexandre de P. Pensar a potência dos afetos na e para a educação. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 20, n. 3, p. 88-107, set./dez. 2015.

NUNES, Mônica de O. Da implicação à implicação na antropologia médica: leituras políticas, históricas e narrativas do mundo do adoecimento e da saúde. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro v. 21, n. 2, p. 403-420, abr./jun. 2014.

NUNES, Mônica de O.; TORRENTÉ, Maurice de. Abordagem etnográfica na pesquisa e intervenção em saúde mental. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2859-2868, out. 2013.

NUNES, Mônica de O.; TORRENTÉ, Maurice de. Entre etnografia e participação: compondo uma estratégia metodológica. In: NUNES, Mônica; LANDIM, Fátima Luna P. (Org.). *Saúde Mental na atenção básica: política e cotidiano*. Salvador: EDUFBA, 2016. 496p

NUNES, Mônica; TORRENTE, Maurice de. Estigma e violências no trato com a loucura: narrativas de centros de atenção psicossocial, Bahia e Sergipe. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, supl. 1, p. 101-108, ago. 2009.

NUÑEZ, Maria Eugenia. A chegada do crack em Salvador: quem disse que o crack traz algo de novo? In: MACRAE, Edward et al. (Org.). *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2012. p. 135-170.

OLIVEIRA, Aline A. S. de.; VILLAPOUCA, Karin C.; BARROSO, Wilton. Perspectivas epistemológicas da Bioética Brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 1, n. 4, 2005.

OLIVEIRA, Mirian Gracie P. N. *Consultório de Rua: relato de uma experiência*. Salvador/BA. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2009.

ONOCKO- CAMPOS, R.T.; CAMPOS, G.W.de S. Construção de Autonomia: o sujeito em questão. In: Gastão Wagner de Sousa Campo et al. *Tratado de Saúde Coletiva*, 2ª ed re. aum. – São Paulo. Hucitec, 2012. 968p, 2012,

PAIM, Jairnilson. Prefácio. Formação especializada em Saúde Mental. In: NUNES, Mônica de O.; TORRENTÉ, Maurice de; PRATES, Adriana (Org.). *O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma residência multiprofissional em saúde mental*. Salvador: EDUFBA, 2015.

PATRÃO NEVES, Maria do Céu. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 2, n. 2, p. 157-172, 2006.

PAUGAM, Serge. O homem socialmente desqualificado. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YASBECK, Maria Carmelita (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2013. p. 313-347.

PEGORARO, O. A. Justiça como cuidado. In: FERMIN, Roland; SCHRAMM, Sergio R.; PALACIOS, Marlene B. (Org.). *Bioética, riscos e proteção*. Prefácio Sylvia Vargas. Rio de Janeiro: UFRJ; Fiocruz, 2005. 256p

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>

PELBART, Peter Pal. Um convite à cultura: nem o império da ordem, nem a inércia do caos. *Cadernos de Saúde Mental*. In: LOBOSQUE, Ana Marta (Org.). *Encontro Nacional de Saúde Mental*. Belo Horizonte, 2006. Belo Horizonte, ESP-MG, 2007. v.1. p 11-20.

PELBART, Peter Pál. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2013. 2016.

PEREIRA, Íbis. Os lírios não nascem da lei. In: KUCINSKI, Bernardo et al. *A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 35, p. 357-369, dez. 2010.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Lisboa: Nova Aguilar, 1995.  
PESSOA, 1965

Ministério da Cultura Poemas de Fernando Pessoa: Rubaiyat. Edição crítica de Fernando Pessoa Série Maior, Volume I. INCM- Imprensa Nacional casa da Moeda, 2008, p.13.  
<https://www.incm.pt/portal/bo/produtos/anexos/10169420100430164438154.pdf>.

PESSOA, Fernando. Canções de beber, Ruba'iyat na Obra de Fernando Pessoa. Maria Aliete Galhoz (org., prefácio), nota prévia Halima Naimova, Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

PIMENTEL, Adriana. *Um fazer para alimentar a alma: uma etnografia das práticas juvenis em um bairro da cidade de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2016.

PORTO, Dora. Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois. coordenação de Dora Porto, Volnei garrafa, Gerson Zafalon Martins e Swenderberger do Nascimento Barbosa. Brasília. CFM/Cátedra Unesco de Bioética, 2012. 396p.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 3, p. 467-478, out. 2011. 12p.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011.

REIS JUNIOR, A.G. População em Situação de Rua: contexto histórico e Político. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 98 p

RENAULT, Emmanuel. *A Critical Theory of Social Suffering*. Equinox Publishing Ltd, 1 Chelsea Manor Studios, Flood Street, London SW3 5SR. 2010.

RENAULT, Emmanuel. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008.

RICOEUR, Paul. Linguagem como discurso. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significado*. Lisboa: Edições 70, 1976. Cap 1, p. 13-35.

RICOEUR, Paul. Narratividade, fenomenología y hermenêutica. *Anàlisi*, n. 25, p. 1890-207, 2000.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. T. I. Campinas, SP: Papirus, 1994a.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa: a tríplice mimese. In: \_\_\_\_\_ *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus; 1994b. Tomo I, Cap 3, p. 85-131.

ROSA, J. G. Grande Sertão Veredas, 7 ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio, p.52.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. – 21 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 496p.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014a. 400p.

RUI, Taniele. Resenha: Righteous dopefiend. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 305-317, 2011.

RUI, Taniele. Usos da ‘Luz’ e da “Cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014b.

RUI, Taniele et al. Amarga delícia: experiências de consumo de crack na região central de São Paulo (BR). *Inter-Legere*, Revista do PPGCS/UFRN, Natal-RN, n. 15, p. 87-109, jul./dez. 2014c.

SABATO, Ernesto. *Cuentos que me apasionaron* 1. 9. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Booket, 2017.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de S. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *As vozes do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de S. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SAWAIA, Bader. Identidade: uma ideologia separatista. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a. p. 119-127.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética de desigualdade social*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 97-118.



SCHRAMM, Fermin Roland. A saúde é um direito ou um dever? Uma autocrítica da saúde pública. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 2, n. 2, p. 187-200, 2006.

SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Revista Bioética*, v. 16, n. 1, p. 11-23, 2008.

SCHRAMM, Fermin Roland. Proteger os vulnerados e não intervir aonde não se deve. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 3, n. 3, p. 377-389, 2007.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Rev. Bras. Educ.* [online], n. 20, p. 60-70, 2002.  
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>

SILVA, Marco M. C. O crack: uma pedra no caminho... as diferentes formas de uso do crack e sua relação com riscos e danos sociais e à saúde entre moradores do Areal da Ribeira In: MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia (Org.). *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2012. p. 171-222. 438p. <http://books.scielo.org/id/cpjfq/08>

SILVA, Rosemeire da. Loucura e cidadania: por um país de todos os homens. *Cadernos de Saúde Mental – Encontro Nacional de Saúde Mental*, org. Ana Marta Lobosque, Belo Horizonte, ESP-MG, v. 1, p. 131-136, 2007. <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>

SILVA, Selma L. da; ADORNO, Rubens C. F. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 21-31, 2013.

SILVA, Tiago L. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOTERO, Marília. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. *Rev. Bioética*, v. 19, n. 3, p. 799-817, 2011.

SOUZA, Jessé. A doença da humilhação. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Crack e exclusão social*. Brasília: MJ – SENAD, 2016b  
Parte 1, Capítulo 1, p. 29-37.

SOUZA, Jessé. A parte de baixo da sociedade brasileira. *Revista Interesse Nacional*, v. 14, p. 33-41, 2011.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. 483p. Disponível em:  
<[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_rale\\_brasileira.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_rale_brasileira.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Le Ya, 2015.

SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério de Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016a.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TESTA, Mário. *Pensar em saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 226p.

THIOLLENT, Michel. Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique Emmanuel Renault: Resenhas. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 97-99, jul./dez. 2008.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006.

TOLEDO, Lidiane; GONGORA, Andrés; BASTOS, Francisco Inácio P. M. À margem: uso de *crack*, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. *Ciênc. saúde coletiva* [online], v. 22, n. 1, p. 31-42, 2017.

TRAD, Leny A. B. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. *Ciênc. Saude Colet*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 627-633, 2012.

TRAD, Sergio N. S.; TRAD, Leny A. B.; ROMANÍ, Oriol. Contribuições das Ciências Sociais ao estudo sobre drogas e o diálogo com a produção nacional contemporânea. In:

JORGE, Maria Salete B. et al. (Org.). *Olhares plurais sobre o fenômeno do crack*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 26-71. Disponível em:  
<http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/OLHARES%20PLURAIS%20SOBRE%20O%20CRACK%20-%20421pg.pdf>. Acesso em:

VELHO, Gilberto. Dimensão cultural e política do mundo das drogas. In: \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VÍCTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 3-13, dez. 2011.

VILLELA, Jorge Mattar. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 220-222, out. 2002.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, v. 10, n. 16, p. 323-336, jul./dez. 2007.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Tradução Ângela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002a.

WACQUANT, Loïc J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002b.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Tradução João Roberto Martins Filho et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005. 204p.

WERLE, Marco Aurélio. A angústia, o nada e a morte em Heidegger. *Trans/Form/Ação* [online], v. 26, n. 1, p. 97-113, 2003.

WINNICOTT, Donald W. *Os bebês e suas mães*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

ZAMORA, Maria Helena. Os corpos da vida nua: sobreviventes ou resistentes? *Lat. Am. j. fundam. psychopathol. on line*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 104-117, maio 2008.

ZINBERG, Norman Earl. *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. New Haven: Yale University Press, 1984.

Internet:

<https://www.dicionarioetimologico.com.br/sofrer/>

<http://www.jornaldepoesia.jor.br/fpessoa272.html>

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Universidade Federal da Bahia-UFBA  
Instituto de Saúde Coletiva - ISC**

Prezado (a) Senhor (a), através deste documento, eu, **Patricia Maia von Flach**, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia/UFBA, venho convidá-lo(a) para participar da pesquisa: “**Experiências de Sofrimento Social e Práticas de Resistência entre Usuários de Álcool e outras Drogas e Trabalhadores no Contexto da Rua**”, tendo como orientadora a professora Monica de Oliveira Nunes de Torrenté. Esta pesquisa se justifica pela situação de sofrimento social a que estão submetidos os sujeitos do estudo. Nesta perspectiva, tem como objetivo: “Compreender as experiências de sofrimento social entre usuários de álcool e outras drogas e os trabalhadores de rua, considerando as situações de violência e morte vivenciadas no cotidiano da rua”, em Salvador-BA. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, em uma área de Salvador onde os sujeitos de pesquisa circulam e/ou trabalham, bem como serão realizadas entrevistas não-estruturadas e que serão gravadas, se devidamente autorizadas pelo senhor(a), caso concorde em participar da pesquisa. Cabe informar que todos os dados coletados serão armazenados em um banco de dados, sob minha responsabilidade. Gostara de deixar bem claro que sua participação é voluntária, as informações são sigilosas e confidenciais e você não será identificado em nenhum momento, mesmo nas publicações. O senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, sem necessidade de dar explicações ou desculpas de sua desistência. Se alguma circunstância lhe causar constrangimento o senhor(a) poderá recusá-la. Sua participação nesta pesquisa não lhe trará despesas, sendo o senhor(a) devidamente indenizado diante de eventuais danos comprovados e decorrentes desta pesquisa. Importante salientar que a presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de modo que poderá pedir informações a qualquer momento que sentir necessidade, no endereço: Rua Basílio da Gama, s/n – Campus Universitário Canela. Cep: 40.110-040 – Salvador- BA Horário de Funcionamento: 2ª a 6ª feira, das 08 às 12h e das 13 às 16h. Fone: (71) 3283-7407. **Homepage:** [www.cepisc.ufba.br](http://www.cepisc.ufba.br) e no telefone (71)3283-7419. Também estou à sua disposição no email: [patriciavonflach@gmail.com](mailto:patriciavonflach@gmail.com) e no telefone (71) 988963140. Os

resultados da pesquisa serão apresentados em locais de circulação do sujeitos da pesquisa e nas instituições públicas que trabalham com a temática estudada, podendo, inclusive, ser publicado em revistas e/ou livros de reconhecido valor acadêmico, se assim indicado pela banca avaliadora. Se o senhor(a) achar que está devidamente esclarecido e concordar em participar voluntariamente, assine este documento em duas vias, atentando que o mesmo está devidamente rubricado e assinado por mim, sendo sua uma das vias.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Participante: \_\_\_\_\_

RG – CPF \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável: Patricia Maia von Flach

Assinatura (pesquisador) \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B****PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONQUISTAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

<b>ANO</b>	<b>MARCO HISTÓRICO-POLÍTICO</b>
Décadas de 70/80	A Pastoral do Povo da Rua, da Igreja Católica, inicia movimentos de organização de pessoas em situação de rua, principalmente em São Paulo e Belo Horizonte. Tais iniciativas religiosas foram responsáveis pela organização dos primeiros movimentos sociais no campo, a começar pela articulação dos catadores de material reciclável (REIS JUNIOR, 2012).
1988	Lutas pela redemocratização do Brasil. A Constituição Federal se torna o marco político legal impulsionador da implementação das políticas públicas sociais, principalmente nos seus artigos 5º e 6º, referentes à igualdade e aos direitos sociais, ainda que tal implementação seja marcada pela lógica liberal em detrimento da perspectiva universalizante (SILVA, 2006). Artigo 5º (...) II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (...) XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; (...) LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; [...]. Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. <a href="https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf">https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf</a>
1993	A Lei nº 8.742/93, acrescida da Lei nº 12.435/11 – LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, dispõe sobre a organização da Assistência Social e prevê em seu artigo 1º que a assistência social é direito do cidadão, dever do Estado e é Política de Seguridade Social não contributiva que garante o atendimento às necessidades básicas. <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm</a>
2003	Natal com o Presidente. A partir de 2003, o presidente Lula decide passar o natal com os catadores de material reciclável e com pessoas em situação de rua. Esta prática foi realizada até 2014. Líderes do Movimento de População de Rua aproveitam para apresentar propostas e cobrar iniciativas do governo federal (BARBOSA, 2018).
2004	O assassinato de sete moradores de rua que dormiam na Praça da Sé, no Centro de São Paulo, em de agosto de 2004, deflagrou muitos atos de indignação da sociedade civil organizada e de grupos de defesa dos Direitos Humanos (SILVA, 2017).
2004	Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo CNAS por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, atribui a Proteção Social Especial o atendimento da população em situação de rua (BRASIL, 2004).
2005	Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), “a partir da qual a bioética pode lutar pelo empoderamento, pela libertação e pela emancipação dos ‘condenados da terra’” (GARRAFA, 2005, p. 131). Esta declaração foi uma importante conquista no campo da saúde pública e da inclusão social.
2005	Realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2006a).
2005	A Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, alterou a Lei Orgânica da Assistência Social e estabeleceu a obrigatoriedade de criação de programas de amparo a essas pessoas em situação de rua (BRASIL, 2005).
2005	Oficialização do Movimento de População de Rua (MNPR). Foi criada a bandeira e definidos os seus princípios. O dia 19 de agosto passa a representar o Dia de Luta da População de Rua. (BARBOSA, 2018). [...] o Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana (MNPR, 2010, p. 28).

2006	Governo federal cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar estudos e propor políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua (BRASIL, 2006b).
2006	Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros aos Municípios, destinados à expansão dos serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no exercício de 2006. Esta portaria assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua. <a href="http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/portarias/Portaria%20381.pdf">http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/portarias/Portaria%20381.pdf</a>
2007/ 2008	Realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, em 2008, pelo MDS. Esta ainda é a única pesquisa nacional sobre o perfil dessa população e foi fundamental para consubstanciar a construção das políticas públicas voltadas para esse público. <a href="http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf">http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf</a>
2009	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República. <a href="http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arq_pdf/cdedica/conanda/Resolucao_109.2009.pdf">http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arq_pdf/cdedica/conanda/Resolucao_109.2009.pdf</a>
2009	No ano de 2009 foi realizado o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, momento em que foi consolidada uma proposta intersetorial para a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua), instituída pelo <u>Decreto nº 7.053</u> , de 23 de dezembro de 2009. <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm</a>
2010	O MDS faz parceria com a UNESCO e o Instituto Polis com o objetivo de formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR. Esta iniciativa foi importantíssima para o fortalecimento dos núcleos estaduais (BARBOSA, 2018)
2010	Resolução CIT Nº 7 de 07/06/2010. Pactua critérios de expansão qualificada do cofinanciamento federal para Serviços Socioassistenciais em 2010. DOU, 14 de junho de 2010 (BRASIL, 2010a).
2010	Instrução Operacional conjunta – Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010, traz orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (BRASIL, 2010b). O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disciplinado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e regulamentado pela Portaria GM/MDS nº 376 de 2008, é um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda e seleção de beneficiários nos programas sociais do Governo Federal. <a href="http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2010/io_conjunta07%20_senarc.pdf">http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2010/io_conjunta07%20_senarc.pdf</a>
2010	Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, estabelece o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC), dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, para municípios com população superior a 250.000 habitantes (BRASIL, 2010c)
2011	No ano de 2011 o MDS formula a Série “SUAS e População em Situação de Rua” - Três volumes: Volume I - Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Volume II – Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; e Volume III - Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011a; 2011b; 2011c).
2011	Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e prevê Equipes de Consultório na Rua (ECR) (BRASIL, 2011d).
2012	Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, define as diretrizes e a organização dos Consultórios na Rua (BRASIL, 2012a).

	Portaria n° 123, de 25 de janeiro de 2012. Definiu os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua por município (BRASIL, 2012b) A Nota Técnica Conjunta n° 12 faz a adequação dos Consultórios de Rua e Implantação de novas Equipes de Consultório na Rua frente às diretrizes de funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, estabelecidas pelas Portarias n°s 122 e 123, de 25 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012c).
2012	Resolução n° 3 de 22 de março de 2012, estabelece o cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade para oferta pelo Centro Pop do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, e da quantidade máxima de Centro Pop recebendo incentivo financeiro em cada município (BRASIL, 2012 d).
2012	O MDS faz investimento em unidade de atendimento à população em situação de rua em mais de 70 municípios (BRASIL, 2012e).
2012	O Ministério da Saúde publica “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua” (BRASIL, 2012f).
2013	Resolução n° 2, de 27 de fevereiro de 2013, define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013).
2013	Resolução n° 09, de 18 de abril de 2013, dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada de serviços cujos destinatários compreendem também a população em situação de rua, na Proteção Social Especial – PSE, quais sejam: Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua. <a href="https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-009-18-04-2013.pdf">https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-009-18-04-2013.pdf</a>
2014	Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde da população em situação de rua: um direito humano / Ministério da Saúde (BRASIL, 2014).
2015	III Encontro Nacional da População em Situação de Rua. Realizado em outubro de 2015, em Brasília.



